



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GUILHERME MAGON WHITACKER

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
DECIFRA-ME OU TE DEVORO**

**Análise Sobre o Desenvolvimento Sustentável no
Modo de Produção Capitalista**



Presidente Prudente

Abril de 2017

GUILHERME MAGON WHITACKER

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
DECIFRA-ME OU TE DEVORO**

Análise sobre o desenvolvimento sustentável
no modo de produção capitalista

Tese apresentada ao Conselho do Programa de
Pós-graduação em GEOGRAFIA da
Universidade Estadual Paulista – UNESP –
campus de Presidente Prudente-SP, como
exigência parcial para obtenção do título de
Doutor em Geografia
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Presidente Prudente

Abril de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

W582d Whitacker, Guilherme Magon.
Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista / Guilherme Magon Whitacker. - Presidente Prudente : [s.n], 2017
365 f. : il.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Modo de Produção Capitalista.
3. Processos Territoriais. I. Girardi, Eduardo Paulon. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



unesp

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Título da tese: Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista.

Autor: Guilherme Magon Whitacker

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
Departamento de Geografia / Unesp/FCT


PROFESSOR DOUTOR JORGE RAMON MONTENEGRO GÓMEZ
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ


Prof. Dr. HUMBERTO TOMMASINO
Faculdade de Veterinária / Universidad de la República Oriental de Uruguay

Presidente Prudente, 03 de fevereiro de 2017

Dedicatória

A pessoa que acreditou no momento em que falei: “eu vou fazer!”
Minha amada esposa,
Regina Carrion Whitacker.

Agradecimentos

Agradeço a família que tenho e que me serve de exemplo em muitos aspectos, em primeiro lugar, meu pai Arthur (*in memoriam*) pelo exemplo de vida; minha mãe, Helena pelo exemplo de amor; meus irmãos Ricardo (Fátima, Gustavo e Henrique) e Arthur (Tânia e Arthur 'zinho') pelo exemplo de dedicação e atenção. A todos vocês meu muito obrigado, por isso e muito mais.

Minha amada esposa Regina... que tanto suportou minha preocupação e meus aborrecimentos praticamente constantes, minha ausência em tantos momentos, a falta de atenção... e mesmo assim se manteve ao meu lado acreditando e defendendo meus ideais... Não tenho como escrever aqui o que sinto por você, meu agradecimento e amor serão eternos, mesmo que essa eternidade seja estranha a um materialista.

Minhas filhas. Gabriela, que me ensina um pouco a cada dia sobre como se portar diante das dificuldades que nos aparecem. Kauany, que com seu sorriso e carisma tira de mim um pouco da acidez que enxergo nesse mundo. Katariny, a pequena que me faz ir pra casa todos os dias mais cedo. A vocês três, minhas amadas filhas, meu muito obrigado e meus pedidos de desculpas, pois entendo que vocês não precisam pensar como eu para sermos felizes.

Ao orientador, Prof. Dr. *Eduardo Paulon Girardi* que com coragem e confiança aceitou o desafio dessa orientação acreditando em meu potencial. Pessoa sempre presente que se dedicou a leituras, correções e orientações, este singelo agradecimento é pouco para demonstrar o quanto sou grato pelo seu trabalho e pela liberdade que me foi confiada.

A Prof. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito e ao Prof. Dr. Jorge Montenegro Gómez que, em muito, contribuíram participando de nossa qualificação. Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que nos auxiliou durante a fase inicial desta pesquisa. A Prof. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Os agradecimentos se estendem da mesma forma aos membros do Conselho de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente-SP e aos demais professores do departamento de

Geografia que, de uma forma ou de outra, seja durante as disciplinas ou mesmo em conversas informais, contribuíram em nossa formação.

Agradecemos, particularmente, ao Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes que, muito além da contribuição técnica e profissional, com sua franqueza me apoiou em momentos delicados, contribuindo com conselhos que me fizeram perder o formalismo e chamá-lo apenas de João Osvaldo; da mesma forma agradeço o Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, outro que não consigo chamar de professor, meu caro amigo Cacá, que, desde o início dedicou tempo e atenção nos propiciando calma e serenidade nos momentos em que precisei. Sua atenção comigo será sempre lembrada. A vocês dois, meus professores e amigos, muito obrigado.

Aos funcionários da secretaria do departamento de pós-graduação em Geografia por todo o atendimento prestado, ao pessoal da biblioteca deste campus e aos demais funcionários desta universidade.

Ao Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que respondeu prontamente a nossas correspondências nos enviando importante material para leitura; da mesma forma agradeço ao Prof. Dr. João Márcio Pereira e ao Prof. Dr. Antonio Bernardes que, com seus importantes trabalhos e indicação de referências bibliográficas, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Antonio Segrelles Serrano (Marisa e Carmen) que, com seu carisma e generosidade nos recebeu na Universidade de Alicante-ES e nos propiciou a realização de estágio naquela universidade. Seu apoio e atenção serão sempre lembrados. Estendo estes agradecimentos aos demais professores do departamento de Geografia Humana da Universidade de Alicante que nos auxiliaram na realização da pesquisa, em particular ao Prof. Dr. Carlos Cortez Samper e Prof. Dr. Samuel Ortiz Pérez.

Aos novos, e já antigos amigos, pessoal do NERA, CEGeT, GEDRA, GADIS, GAIA e GASPPER. Em particular, agradeço a algumas pessoas que, cada um a sua maneira, foram fundamentais para a execução deste trabalho, um forte abraço: Paulo Cesar Zangali Junior, Guilherme Marini Perpétua, Estevan Bartoli, Guilherme Claudino, Fernando Mendonça Hekc, Marcelo Custódio, Lindberg Junior, Mateus Monteiro

Lobato, Sidney Cássio Todescato Leal (e demais amigos e amigas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de Presidente Prudente-SP), Nubia Beray Armond, Janaina Antonio, e demais amigos e amigas dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT Unesp.

Registro aqui meus agradecimentos a duas pessoas que senti falta durante esses últimos anos, Anderson Marioto e Philippe Ferreira, os colóquios do GEMA fizeram falta.

Uma pessoa que conheci e se tornou muito mais que um amigo merece um agradecimento especial, José Sobreiro Filho. Fomos aos poucos nos tornando mais do que amigos e agora você é parte da minha família, meu compadre. Sou grato pela sua sincera amizade e apoio, de todas as formas e em todos os momentos que precisei, e não foram poucos os momentos e circunstâncias. Por tudo isso, minha gratidão meu querido Nino.

Ao amigo de longa data, Maurício Bratfisch, pela ajuda na tradução do resumo.

Agradecemos também aqueles que propiciaram boa parte de realização desta pesquisa, aos produtores rurais da microbacia do córrego da Onça II, membros da ASSCICAMP e funcionários da CATI de Presidente Prudente que contribuíram com informações e depoimentos.

Por fim, agradecemos a Coordenadoria de Aperfeiçoamento Profissional de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa concedida que nos permitiu a dedicação necessária para a realização desta.

Epígrafe



“A ciência seria desnecessária se toda essência coincidisse com sua aparência”.

Karl Marx

Resumo

Esta pesquisa teve por escopo verificar a hipótese de que o desenvolvimento sustentável está sendo utilizado como estratégia para a reprodução do modo de produção capitalista. Para esta verificação elencamos como objeto de estudo uma política pública implementada no estado de São Paulo com o objetivo de realizar ações de promoção do desenvolvimento territorial rural sustentável - o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Esta política pública foi financiada pelo Grupo Banco Mundial, um dos articuladores do processo de reprodução do modo de produção capitalista em escala global. Para averiguarmos a hipótese, contrapomos a concomitância entre o desenvolvimento do PEMH ao intenso processo de expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo, significando profunda contradição. Utilizamos procedimentos metodológicos que permitiram averiguar a materialidade do desenvolvimento sustentável e também aspectos imateriais, especialmente a prática discursiva e ideológica que permitiu que o desenvolvimento sustentável fosse amplamente aceito sem maiores questionamentos. Implementar ações que utilizam a ideia de desenvolvimento sustentável se tornou uma prática comum articulada à normatização, monopolização do território e territorialização das relações sociais de produção capitalista. Assim, o território se apresenta como *locus* dos conflitos em torno da posse, do uso e do controle de recursos naturais enquanto mercadoria essencial para a reprodução do modo de produção capitalista. No caso estudado nesta tese, apesar de o PEMH trazer resultados pontuais positivos em relação à proteção de mananciais, por exemplo, se analisada a questão em uma perspectiva escalar e estrutural que considere o agronegócio sucroenergético como uma das formas mais expressivas do capital no campo e o Grupo Banco Mundial como agente articulador da reprodução capitalista em escala global e que propõe políticas públicas baseadas um modelo de desenvolvimento sustentável local, o desenvolvimento sustentável em nada altera a lógica predatória e insustentável do modo de produção capitalista.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável. Grupo Banco Mundial. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Setor Sucroenergético. Território.

Resumen

Esta investigación se propuso de verificar la hipótesis de que el desarrollo sostenible está siendo utilizado como una estrategia para la reproducción del modo de producción capitalista. Para verificar la hipótesis hemos seleccionado como objeto de estudio una política pública implementada en el estado de São Paulo con el fin de llevar a cabo acciones para promover el desarrollo territorial rural sostenible – el Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). Esta política pública fue financiada por el Grupo Banco Mundial, uno de los articuladores del proceso de reproducción del modo de producción capitalista a escala global. Para averiguarnos la hipótesis frente a la simultaneidad del desarrollo de PEMH el intenso proceso de expansión de la industria de la caña de azúcar en el estado de São Paulo, lo que significa profunda contradicción. Utilizamos procedimientos metodológicos que permitieron examinar la materialidad del desarrollo sostenible y también aspectos inmateriales, en especial la práctica discursiva e ideológica, lo que permitió que el desarrollo sostenible en general fuese aceptado sin más cuestiones. Implementar acciones que utilizan la idea de desarrollo sostenible se ha convertido en una práctica común articulada a la uniformidad del territorio y de los procesos territoriales y la monopolización del territorio. Por lo tanto, el territorio se presenta como *locus* de conflicto por la propiedad, uso y control de los recursos naturales como mercancía esencial para la reproducción del modo de producción capitalista. En el caso estudiado en esta tesis, aunque lo PEMH traer resultados puntuales positivos en relación a la protección de las fuentes de agua, por ejemplo, si analizamos la cuestión en una escala y estructura desde la perspectiva de considerar la agroindustria de caña de azúcar como una de las formas más expresivas de capital en el país y el Grupo Banco Mundial como agente coordinador de la reproducción capitalista a escala global y proponer políticas públicas basado en un modelo de desarrollo sostenible, el desarrollo sostenible local no altera la lógica depredadora e insostenible del modo de producción capitalista.

Palabras clave: Desarrollo sostenible. Grupo Banco Mundial. Programa Estatal de las Micro Cuencas Hidrográficas. Territorio.

Abstract

The research had the scope to verify the hypothesis that sustainable development is being used as an alternative for the reproduction of the capitalist means of production. To check this we have listed as an object of study an implemented public policy in the State of São Paulo in order to carry out actions that provide sustainable rural territorial development, the “*Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*” (State Program of Watersheds). A public policy funded by the “*Grupo Banco Mundial*” (World Bank Group), articulator of the reproduction of the capitalist mode of production process. To find this hypothesis out, we resorted to methodological procedures that allowed us to determine the materiality of sustainable development also seeking to understand immaterial aspects, the ideological discursive practice that allowed sustainable development was widely accepted without further questioning, that is, we left the appearance and sought the essence of the same. Implementing actions that make use of sustainable development Idea has become a common practice articulated to the standardization of the territory and the territorial processes and monopolization of the territory. Thus, the territory is presented as the locus of conflict over the ownership, use and control of natural resources as an essential commodity for the reproduction of the capitalist means of production. Although the program has brought positive punctual results in relation to the protection of water sources, for example, on a scale perspective that considers the “*Grupo Banco Mundial*” as a coordinating agent of capitalist reproduction on a global scale, public policies, proposing a local model of sustainable development, in no way alters the predatory and unsustainable logic of the capitalist mode of production.

Keywords: Sustainable development. World Bank Group. State Program of Watersheds. Territory. Capitalist Means of Production.

Lista de siglas

APP – Área de Preservação Permanente
ASCICAMPP – Associação dos Cidadãos do Campo de Presidente Prudente
ASPREN – Associação de Produtores Rurais de Eneida
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe
ECOSOC – Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas
EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPA – Environmental Protection Agency
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEE – Gases de Efeito Estufa
GIECRYAL – Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina
GRUPO BM – Grupo Banco Mundial
IAA – Instituto do Açúcar e Alcool
IICA – Instituto Iberoamericano de Cooperação Internacional
IDA – Agência Internacional de Desenvolvimento
IEA – International Energy Agency
ILUC – Indirect Land Use Change
IPCC – International Panel of Climate Change
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

LEADER – Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBH – Microbacia Hidrográfica
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Política Agrícola Comum
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEMH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PIP – Plano Individual de Propriedade
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar
PNMH – Política Nacional de Microbacias Hidrográficas
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNOT – Plano Nacional de Ordenamento Territorial
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SMA – Secretaria de Meio Ambiente
UE – União Europeia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICA – União das Indústrias Canavieiras
UPA – Unidade de Produção Agropecuária
ZAE – Zoneamento Ambiental Econômico

Lista de figuras

- Figura 1: Áreas aptas e inaptas para a expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo.....p. 102
- Figura 2: Níveis de suscetibilidade à erosão por área de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo.....p. 114
- Figura 3: Níveis de indigência por região de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo.....p. 115
- Figura 4: Regiões prioritárias para a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica no Estado de São Paulo.....p. 116

Lista de fotos

- Foto 1: Aragem para plantação de batatas. Microbacia do Córrego da Onça II.....p. 129
- Foto 2: Processos de formação de voçorocas. Microbacia do Córrego da Onça II.....p. 130
- Foto 3: Trecho do córrego do Norte marcado por passagem de gado. Microbacia do Córrego da Onça II.....p. 132
- Foto 4: Ponte de ligação com os Bairros 1º de Maio e Timburi. Microbacia do Córrego da Onça II.....p. 135
- Foto 5: Cultura de eucalipto na microbacia do Córrego da Onça II.....p.138
- Foto 6: Propriedade rural abandonada. Microbacia hidrográfica do córrego da Onça II.....p. 140
- Foto 7: Propriedade reformada para aluguel. Microbacia hidrográfica do córrego da Onça II.....p. 141

Lista de mapas

- Mapa 1: Área plantada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.....p. 103
- Mapa 2: Município de Presidente Prudente e localização de seus distritos.....p. 117
- Mapa 3: Esboço pedológico do município de Presidente Prudente. Destaque para a microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II.....p. 122
- Mapa 4: Uso da terra e cobertura vegetal no município de Presidente Prudente-SP, destaque para a microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II.....p. 134
- Mapa 5: Programas financiados por agências multilaterais no Brasil.....p. 179
- Mapa 6: Brasil. Ocupação de terras – 1988-2012.....p. 180
- Mapa 7: Ocupações de terras e programas financiados pelo Grupo BM (BIRD, IDA).....p. 181

Lista de gráficos

Gráfico 1: Atividades econômicas na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II em 2015.....p. 139

Gráfico 2: Nível de preocupação com os recursos naturais dos produtores da microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II.....p. 143

Gráfico 3: Eventos e documentos internacionais relacionados ao desenvolvimento sustentável.....p. 198

Lista de tabelas

Tabela 1: Uso de água microbacia hidrográfica do Córrego Da Onça II.....p. 123

Tabela 2: Resultados do PEMH na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II –
Perspectiva do produtor.....p. 249

Tabela 3: Melhoria das condições de produção e produtividade após a implementação
do PEMH. Microbacia do córrego da Onça II.....p. 253

Lista de quadros

- Quadro 1: Estrutura fundiária da microbacia hidrográfica do córrego da Onça II...p. 118
- Quadro 2 – Identificação dos problemas, causas e atividades previstas na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II.....p. 120
- Quadro 3: Características do solo na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II.....p. 121
- Quadro 4: Explorações vegetais na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II – 2005.....p. 123
- Quadro 5: Força de trabalho na microbacia hidrográfica da Onça II.....p. 126
- Quadro 6: Intervenções na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II.....p.128
- Quadro 7: Projetos financiado pelo Grupo Banco Mundial relacionados ao desenvolvimento sustentável no Brasil.....p. 262
- Quadro 7: Ideologias e formas de relação de poder.....p. 305

Lista de organogramas

Organograma 1: Think Tanks e o processo de formulação e legitimação de políticas públicas.....	p. 236
------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

Lista de anexos

Anexo 1: Questões e formulários aplicados.....p. 357

Anexo 2: Mapa da microbacia hidrográfica do córrego da Onça II.....p. 365

SUMÁRIO

Dedicatória.....	p. 5
Agradecimentos.....	p. 6
Epígrafe.....	p. 9
Resumo.....	p. 10
Resumen.....	p. 11
Abstract.....	p. 12
Lista de siglas.....	p. 13
Lista de figuras.....	p. 14
Lista de imagens.....	p. 15
Lista de fotos.....	p. 16
Lista de mapas.....	p. 17
Lista de gráficos.....	p. 18
Lista de tabelas.....	p. 19
Lista de quadros.....	p. 20
Lista de organogramas.....	p. 21
Lista de anexos.....	p. 22
Introdução.....	p. 25
Parte I – 1970: a década do alarde.....	p. 45
Capítulo 1. A influência do Grupo Banco Mundial no processo de descentralização e inserção da perspectiva territorial e sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento rural	p. 49
1.1. O Grupo Banco Mundial no processo de descentralização de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.....	p. 51
1.2. Recomendações e articulações do Grupo Banco Mundial para a institucionalização do desenvolvimento territorial rural sustentável.....	p. 67
Capítulo 2. As recomendações do Grupo Banco Mundial sobre o desenvolvimento sustentável e a articulação entre o local e o global a partir de políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Estado de São Paulo.....	p. 87
2.1. A expansão do setor sucroenergético e o desenvolvimento sustentável.....	p. 88
2.2. O desenvolvimento sustentável como objetivo para a estruturação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.....	p. 105

2.3. A microbacia do Córrego da Onça II: características anteriores e posteriores a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.....	p. 118
Resumo da parte I.....	p. 145
Parte II – A vocação geograficamente expansiva do modo de produção capitalista.....	p. 146
Capítulo 3. Subsídios teóricos sobre a produção do espaço, o território e a territorialização no modo de produção capitalista sob a perspectiva da Geografia crítica.....	p. 149
3.1. A produção desigual e dialética do espaço geográfico.....	p. 150
3.2. Territórios, processos de territorialização, monopolização e normatização do território no modo de produção capitalista.....	p. 163
Capítulo 4. Entre crises e ciclos: a dinâmica do modo de produção capitalista e a falha sociometabólica.....	p. 183
4.1. A dinâmica espacial e territorial do modo de produção capitalista.....	p. 185
4.2. A fissura sociometabólica entre a sociedade e a natureza e sua relação com a dinâmica do modo de produção capitalista.....	p. 199
Resumo da parte II.....	p. 213
Parte III – Da década do alarde ao imperialismo ecológico: o desenvolvimento sustentável como alternativa de reprodução do modo de produção capitalista.....	p. 214
Capítulo 5. O poder simbólico de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável e a reprodução do modo de produção capitalista.....	p. 219
5.1. A prática discursiva ideológica e as contradições do desenvolvimento territorial rural sustentável imposto pelo Grupo Banco Mundial.....	p. 221
5.2. O desenvolvimento territorial rural sustentável na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II: entre a aparência e a essência.....	P. 243
Capítulo 6. Sobre a ideologia do desenvolvimento sustentável, ou, sobre o imperialismo ecológico.....	p. 270
6.1. Desenvolvimento sustentável e a continuidade da falha sociometabólica.....	p. 273
6.2. Um conceito conveniente, para a reprodução do modo de produção capitalista.....	p. 289
Resumo da parte III.....	p. 316
Conclusões finais.....	p. 317
Referências bibliográficas.....	p. 322

Introdução

Santos (2009) sugeriu três possibilidades para a realização de estudos geográficos que nos ajudaram a conduzir a estruturação desta tese, sem querer com isto indicar que estamos buscando tais pressupostos como objetivos. A primeira é que o saber possa permitir um conhecimento ampliado; a segunda, que as ciências sociais sejam imprescindíveis de reflexão para o entendimento concreto de fatos, eventos e ações e; a terceira, que a Geografia se desprenda de paradigmas antigos e possa inovar em termos de métodos, teorias, categorias de análises e conceitos. Com estes escritos Santos (2009) nos fez pensar sobre a renovação na Geografia ocorrida na década de 1970 que incluiu novos pressupostos visando, dentre outros objetivos, a função social da Geografia e o posicionamento do geógrafo frente à determinada realidade.

Para colaborar com este propósito e com o debate em torno do desenvolvimento sustentável no contexto de um processo maior no qual a dialética da mobilidade espacial de capitais permite a produção de novos espaços de reprodução – no sentido proposto por Harvey (2005) – do modo de produção capitalista que se apresenta com tendência mundial e superar o idealismo empírico, a fragmentação teórica e o grau de pouca concretude histórica que alguns trabalhos acadêmicos expõem sobre o tema, apresentamos esta *análise sobre o desenvolvimento sustentável que, sob a égide do modo de produção capitalista, se apresenta como o enigma da esfinge: decifra-me ou te devoro*.

Tendo em vistas uma aproximação cognitiva a tal enigma, sem a pretensão de esgotar o debate sobre o mesmo, mas sim colaborar para o entendimento deste por meio da averiguação de sua materialidade enquanto modelo de desenvolvimento, fizemos uso de uma linha de pensamento reflexiva e crítica, ancorados em uma perspectiva teórica materialista e dialética que consideramos necessária à interpretação desta fração da realidade que se apresenta demasiada complexa, onde o acelerar dos tempos e o tropel dos eventos dilui o conhecimento científico e fortalece a exterioridade dos fatos, o que permite que pesquisas geográficas não atentas a estes fatos estimulem a produção de determinado conhecimento científico amparado na descrição, contudo, como alertou Santos (2009) descrição e análise são inseparáveis.

Partimos da aparência e buscamos a essência do desenvolvimento sustentável pela análise de sua materialidade que, pelo seu potencial de interesalaridade¹, nos permitiu a utilização do território como categoria analítica, pois neste reconhecemos o locus de conflitos pelo uso, posse e controle de recursos naturais, base fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável do próprio modo de produção capitalista.

Primeiramente, porque através dos elementos extraídos à “primeira natureza”, o que se garante não é a conversão da “despesa primitiva” em meios de subsistência, mas a produção, sob a forma de matérias-primas brutas e alimentos, de capital circulante. Em segundo lugar, porque através da geração de “condições de reprodução”, o que se gera não são aquelas condições de continuidade sem os quais os homens não repetem com regularidade que a produção dos meios de sobrevivência, mas capital fixo. Em terceiro lugar, porque através do uso desses meios de produção o que se está gerando não são meios de sobrevivência dos homens, mas mercadorias, veículos de transformação da mais-valia extraída ao operário, em lucros. Em quarto lugar, porque através da reinversão da mais-valia o que se reproduzirá não será o desenvolvimento econômico-social da humanidade, mas acumulação de capital (MOREIRA, 1996, p. 43, aspas no original).

Com isso, *negamos a concepção humanitária do desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório Brundtland (ONU, CMMAD, 1991) de garantir um futuro para as gerações vindouras a partir do reconhecimento que o modo de produção capitalista é a base da exploração, seja de recursos naturais ou da própria sociedade e o entendemos enquanto ideologia², exposta e controlada por determinada classe social visando à manutenção do staus quo, que se materializa por uma diacronia histórica e geográfica que permite sua constante espacialização por meio de crises e ciclos demonstrando suas características de mutabilidade (MARX, ENGELS, 2007; MARX,*

¹ A opção interesalar se deu pela escala de atuação global do Grupo BM que permite a materialidade de projetos em distintos países e em distintas escalas, desde a regional a local. Este fato não nos permitiu analisar algumas de suas ações *in loco*, porém, isto não representa falta de empiria, mas sim, demonstramos que o potencial analítico da tese amplia a perspectiva de estudo sem risco para os resultados, justamente, pela opção intraesalar. No caso da expansão do setor sucroenergético no Estado de São Paulo, identificamos documentos que comprovam o financiamento da instituição do IAA e do Proálcool, no caso do PEMH, identificamos e demonstramos o financiamento do mesmo pelo Grupo BM, portanto, ao nos referirmos a demonstração da materialidade dos fatos e ações, estamos indicando a análise da influência e posterior materialização das ações do Grupo BM.

² Utilizamos, nessa pesquisa, o termo ideologia no sentido proposto por Marx e Engels (2012a) de falseamento da realidade. Com esta opção, não pretendemos realizar uma abordagem reducionista deste importante conceito da teoria marxista, a opção deve-se aos nossos objetivos neste momento e não descartamos outras formas de interpretação, como as defendidas por Lênin (2010); Löwy (1986) e Mannheim (1993) por exemplo. A ideologia do desenvolvimento sustentável propicia a ilusão da harmonia entre a sociedade e a natureza e entre esta e o modo de produção capitalista subordinando esta mesma relação aos interesses das classes dominantes justificando a dominação de classes, ou escondendo-a, o que torna a ideologia forma de materialização de um discurso perfeito com explícita conotação política. Daí a necessidade de verificação do desenvolvimento sustentável além de sua fetichização, pois, por meio do conhecimento crítico de sua estrutura é possível sua desmistificação expondo sua essência idealista.

2013; ENGELS, 2015) e irreformabilidade (MÉSZÁROS, 2007, 2011) se adequando às novas necessidades e impedindo um modelo de desenvolvimento que mantenha as bases do sociometabolismo entre a sociedade e a natureza (FOSTER, 2005).

Tais características do modo de produção capitalista permitem que seus articuladores criem novos espaços para reprodução de capitais (HARVEY, 2005; 2011). Sob este aspecto lembramos que, na década de 1970, um evento histórico, no sentido proposto por Santos (2009), potencialmente danoso colocou em risco a estabilidade econômica e política causando alardes mundiais: o embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais, incrustando na balança de poderes uma nova intempérie na reprodução do modo de produção capitalista, expondo este à falta de matéria prima para garantir sua reprodução (CARVALHO, 1997). Neste momento instaurou-se uma crise no mercado mundial e foi exposta a fragilidade do capitalismo frente à dependência de recursos naturais por seu potencial de uso (MORAES, 2009; MARX, 2011).

Consideramos que estes são alguns dos acontecimentos que levaram organizações internacionais a se mobilizarem em relação à proteção dos recursos naturais, como foi proposto na primeira conferência internacional voltada a questões de preservação de recursos naturais em Estocolmo (ONU, 1972).

Deste modo foi estabelecida a ascensão de um temor mundial conduzida por um grupo articulado no interior da Organização das Nações Unidas (ONU), o *Clube de Roma*³, que publicou o relatório *Nosso Futuro Comum* (MEADOWS et al, 1973), idealizador do desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2012). Esse *think tank* reuniu esforços para apresentar-se como sujeito coletivo impulsionando a política internacional sobre preservação, conservação e recuperação de recursos naturais, inexistente até então (LE PRESTRE, 2002). Para tanto, foi necessário criar condições legais e institucionais para a materialização de uma nova proposta de *modelo de desenvolvimento* e a *descentralização de políticas públicas* demarcou a inserção do adjetivo sustentável em programas e políticas de desenvolvimento para o campo tendo em vistas conduzir Estados a um novo patamar na relação entre a sociedade e a natureza por meio do desenvolvimento sustentável (RIBEIRO, 2001).

³ A estrutura e formação do Clube de Roma será demonstrada somente na Parte III desta tese. Isto porque, de acordo com a estrutura textual estabelecida, é nesta parte que verificamos nossa hipótese, portanto, os esclarecimentos detalhados e as críticas cabem naquele momento.

Já na década de 1990 tornou-se usual em vários setores, principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ONU, CMMAD, 1992), a utilização do termo proposto – *desenvolvimento sustentável* – pela ONU para expressar diversos objetivos tanto do setor privado quanto público, dentre estes, nos importam aqui programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo, no qual o *território* também passa a ter forte conotação. Foram necessárias ações que permitissem um controle adequado de reserva de territórios (antecipação espacial) e também uma organização destes territórios (seletividade espacial) na forma de uma *gestão protocolar sobre os países periféricos* para que assim se impedisse choques decorrentes da possível falta de fornecimento de recursos naturais. Esta atividade foi articulada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Grupo Banco Mundial (Grupo BM) na perspectiva de constituir áreas estratégicas de reservas de recursos naturais por meio do *controle normativo do território* (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Diante deste quadro, questionamos: estaríamos diante de um momento em que a reprodução do modo de produção capitalista se dá, dentre outras formas, ancorada no desenvolvimento sustentável? Esta questão inicial nos conduziu à organização da tese. Iniciar pela problematização significa a proposição de uma questão que se torna um tema, se afastando do conhecimento comum. *Nosso tema é o desenvolvimento sustentável*. Esta escolha não foi aleatória. Para Severino (2002) “[...] A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente é um ato político” (SEVERINO, 2002, p. 145). A partir deste posicionamento tencionamos práticas acadêmicas idealistas e acríicas sobre o desenvolvimento sustentável no sentido proposto por Ribeiro (1991), que critica a exaltação de determinados referenciais bibliográficos e o domínio de autores sobre temas que, aparentemente estão debatidos e exauridos, chamando atenção assim para a forma como esta prática tem debilitado a produção científica crítica nas ciências humanas (RIBEIRO, 1991).

Ainda em relação ao tema, esclarecemos que o debate sobre o *desenvolvimento sustentável não se encontra esgotado e tem significativa importância para a o estudo da Questão Agrária, pois distintos paradigmas disputam seu controle*. Apesar de serem várias as publicações, nossa intenção é colaborar para o debate e reforçar o mesmo na Questão Agrária⁴, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável foi apresentado ao

⁴ Sobre a Questão Agrária ver, por exemplo, Kautsky (1986), Fernandes (2005) e Girardi (2008).

mundo sob a égide do modo de produção capitalista que intensificou a ruptura sociometabólica entre a sociedade e a natureza⁵ e entendemos que, no campo, este processo desigual e contraditório tem permitido novas formas de disseminação deste modelo de desenvolvimento que têm suscitado dúvidas sobre o mesmo, como, por exemplo, os debates em torno da economia verde, *green grabbing* e neoextrativismo, por parte daqueles que defendem o Paradigma do Capitalismo Agrário, e a agroecologia e a soberania alimentar no Paradigma da Questão Agrária⁶, por tanto, teorizamos sobre uma determinada situação concreta, a vulgarização na utilização do conceito de desenvolvimento sustentável sem maiores considerações sobre as implicações decorrentes deste fato.

A compreensão dos fatos realizados pela ONU que envolvem o tema tem significação contundente quando se aborda questões relativas à proposição de modelos de desenvolvimento para o campo, pois consideramos que as dinâmicas territoriais condicionantes que incidem sobre distintas áreas modificam as formas produzidas por forças econômicas e políticas (SANTOS, 2003) espacialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante que Raffestin (1993) define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 20).

Destes reconhecimentos e buscando colaborar com o debate científico em relação ao tema proposto, estabelecemos como *objeto de estudo o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*⁷ (PEMH), considerando que a primeira característica do objeto científico, segundo Bachelard (2005), é que ele não é dado pela natureza, em continuidade com esta, mas, ao contrário, é construído pelo pesquisador. A partir da revisão bibliográfica (FLEISCHFRESSER, 1999; SABANÉS, 2002; HESPANHOL, 2005, 2007, 2008; CLEMENTE, 2011; NEVES NETO, 2009, 2013) reconhecemos esta política pública implementada no Estado de São Paulo durante os anos 2000 a 2008⁸,

⁵ É sabido que a relação entre a sociedade e a natureza é conflitante e contraditória por si só. Nos modelos socialistas de produção tal relação não foi diferente, porém, é a partir da expansão do modo de produção capitalista que, intensificando a busca por recursos naturais e novos espaços de reprodução e acumulação, que a relação e a falha sociometabólica se intensificou.

⁶ Sobre os Paradigmas da Questão Agrária consultar, por exemplo, Fernandes (2005), Campos (2012) e Camacho (2014).

⁷ Apesar do PEMH ter sido implementado no Estado de São Paulo no período exposto, esclarecemos que a opção por esta política pública como objeto de estudo se deve ao fato do mesmo ter sido considerado um exemplo para as mudanças no que diz respeito a ação da extensão rural e inserção das perspectivas sustentável e territorial em políticas públicas de desenvolvimento para o campo no Estado de São Paulo.

⁸ Justificaremos o lapso temporal desde o término desta pública até a concretização desta tese no momento em que descreveremos o PEMH.

como potencialmente ativa sobre o desenvolvimento do campo principalmente a partir da proposta de *desenvolvimento territorial rural sustentável*.

Consideramos ainda para a definição do objeto de estudo o fato do PEMH ser financiada pelo Grupo Banco Mundial (Grupo BM), importante agência internacional de fomento que, apesar de autonomia frente a suas ações, configura-se no rol das agências internas da ONU e atua no centro do modo de produção capitalista como agente voltado à reprodução deste modo de produção (PEREIRA 2006, 2010, 2011) fato este que permite questionar a ambiguidade de uma proposta de modelo de desenvolvimento que tende à contrariedade da expansão capitalista que, pela sua lógica, é reconhecidamente predatório de recursos naturais e sociais (PORTO-GONÇALVES, 1989, 2015).

Esta contrariedade em relação à expansão do modo de produção capitalista pode ser entendida nas entrelinhas do próprio relatório Brundtland (ONU, 1984) quando este afirma a necessidade de prover as gerações futuras as condições de estabilidade social e natural sem questionar que são os efeitos da própria intensificação das relações sociais de produção capitalistas que causam o rompimento sóciometabólico entre a sociedade e a natureza.

Sendo assim, levamos em consideração que a forma como a sociedade produz o espaço no tempo histórico é influenciada por determinadas relações sociais de produção e sabendo que a Geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial que é, também, forma de reprodução social, o que importou na construção do objeto de estudo foi à possibilidade de apreendê-lo cientificamente a partir de um ângulo imprevisto, como escreveu Bourdieu (1999). Ou seja, objetivamos desconsiderar o aspecto humanista que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo e, com isto, buscar a compreensão do interesse do Grupo BM em um modelo de desenvolvimento voltado à harmonização.

Considerando o exposto, o *Grupo BM é estudado aqui como o grande articulador voltado à materialização do desenvolvimento sustentável*. Desta definição optamos por analisar o PEMH, que possui como objetivo declarado a implementação do desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, CATI, 2005, 2009) articulado ao Grupo BM, pois tal análise permite estabelecer relações com categorias e conceitos geográficos centrais para esta tese, como produção do espaço e o território – em distintas concepções e processos de territorialização e normatização – e escala, além de meta conceitos como ideologia, discurso, poder e Estado.

Este é o objeto de estudo que utilizaremos para verificação de nossa hipótese, pois permite uma análise territorial do desenvolvimento sustentável a partir da *perspectiva normatizada e zonal*, que será *contraposta a concepção relacional*. Este objeto permite ainda a análise escalar entendendo esta, *a escala, enquanto instrumento de controle social* como foi trabalhado por Gómez (2006), uma vez que analisamos e entendemos que esta política pública *representa uma escala de comando global – composta por sua agência financiadora, o Grupo BM – e apresenta sua materialidade em escala local – uma microbacia hidrográfica* – assim, a partir da escala de comando global o Grupo BM articula suas ações para a reprodução do modo de produção capitalista com o financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento territorial rural sustentável. Neste sentido, *consideramos a distinção entre a escala da realização das ações e a de seu comando*. A partir desta definição delimitamos como *área de estudo a microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II*, localizada no distrito de Montalvão, município de Presidente Prudente-SP.

Reconhecendo a amplitude e complexidade da problemática em que estão postos o tema e o objeto de estudo, a tese atenta sobre um componente central – *o território* – e dimensões correlatas – *análise dos processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território fundamentados no discurso do desenvolvimento sustentável* – protagonizados pelo Grupo BM que, fazendo uso de seu poder influencia decisões governamentais de países credores pressionando os mesmos para que o desenvolvimento territorial rural sustentável faça parte de suas agendas políticas de distintas formas. Para tal análise recorreremos à perspectiva geográfica crítica tendo por base o pensamento marxista indicando que, nesta perspectiva:

[...] o olhar marxista é que deve afeiçoar-se ao arsenal categorial, conceitual e linguístico da geografia. Trata-se menos de fazer de Marx um geógrafo, ou esperar ver-se uma geografia nos escritos de Marx, que fazer da geografia uma forma de olhar pelos olhos de um referencial marxista, mas com as formas e categorias de olhar próprias. O olhar do marxismo emprestaria o foco (MOREIRA, 2004, p. 30).

Este modo de pensar e fazer Geografia possui como fundamentação o materialismo dialético de Karl Marx e Friedrich Engels e consideramos que a principal contribuição teórica ao campo da Geografia diz respeito à integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais e territoriais aos processos e relações sociais, alimentada pela perspectiva da transformação social. Conforme escreveu Capel

(2012): “El descubrimiento de esta amplia temática exigía nuevos marcos teóricos de análisis. Fue ése el momento en que el marxismo se reveló como un soporte adecuado para un enfoque alternativo” (CAPEL, 2012, p. 391). Neste sentido, a aplicação a Geografia do método materialista dialético e histórico propõe uma concepção da realidade como totalidade social⁹ e dinâmica e, para obter o conhecimento dessa totalidade, não se pretende conhecer o todo pelo todo; a totalidade a que nos referimos é composta de partes internamente relacionadas por uma causalidade dialética entre si que, por sua vez, se constitui como uma totalidade em si mesma dentro de uma totalidade maior.

Para poder estudar a totalidade social real no sentido que estamos propondo cabe, portanto, fragmentá-la em partes, entendendo este processo como uma necessidade analítica sem perder a noção de integridade entre as partes e o todo, ou seja, demonstrar¹⁰ como processos globais se materializam em escalas menores. Ao escrever sobre totalidade, fazemos referencia a uma totalidade que, na concepção marxista é composta de partes e estruturas dialeticamente dependentes e em constante movimentação, portanto, tratamos do processo de totalização.

[...] devemos distinguir a totalidade produzida e a totalidade em produção, mas as duas convivem, no mesmo momento e nos mesmos lugares. Para a análise geográfica, essa convergência e essa distinção são fundamentais ao encontro de um método. [...] Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço (SANTOS, 2009, p. 119).

E aí, o espaço se concebe como parte e todo de uma realidade social maior, de uma totalidade social que, lembrando Moreira (1982), atua na produção do espaço

⁹ “A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade” (MÉSZÁROS, 2013, p. 596).

¹⁰ A forma de demonstrar certos processos remete ao esforço intelectual de interpretação teórica de determinada realidade por considerarmos impossível, neste trabalho, representarmos a totalidade dos fatos aqui apresentados, por este motivo, remetemos a interpretação interescolar dos fatos, o que, de forma alguma, impede a demonstração dos processos espaciais e territoriais a partir do Grupo BM. Portanto, o demonstrar não está relacionado apenas a dados empíricos.

sendo, portanto, objeto de estudo geográfico. Corroborando com este pensamento Moraes (2005) deixa claro que:

Dizer que a produção do espaço social é um processo teleológico significa que ele envolve uma finalidade. Esta orienta o trabalho humano, diferenciando-o da atividade animal Trata-se de ação dotada de um sentido, atribuído pelo executante. Um movimento que necessariamente se realiza através de sujeitos, individuais e/ou coletivos que, ao agirem, desencadeiam séries causais. Isto coloca o imperativo de se compreenderem as motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos. (MORAES, 2005, p. 16).

Sob o raciocínio materialista histórico e dialético, o espaço, como parte e todo, é dinâmico, logo, é verdadeiramente relevante o estudo da produção do espaço, pois é a partir desta compreensão que adentramos o estudo do território e dos processos de territorialização do modo de produção capitalista, na perspectiva trabalhada por Oliveira (2004), e normatização do território, conforme Steinberger (2013), considerando estes processos sob o comando hegemônico do modo de produção capitalista.

Em consequência, buscamos a identificação de categorias analíticas que possuem como origem aqueles elementos (objetos) e fatos (ações) derivados do concreto e observados na realidade, uma realidade estabelecida como síntese da diversidade total procedente do materialismo dialético.

Deste modo, com o propósito de evitar cair em um exagerado empirismo, e na determinação de elementos duais isolados, que supervaloriza as relações entre si e as dinâmicas, torna-se necessário elencar os elementos da realidade – espacial – sob a relação dialética entre as partes e o todo.

Desta concepção da realidade, consideramos o espaço geográfico não como elemento neutro que existe independentemente da organização da sociedade, *o espaço é considerado como processo produtivo exercido pela sociedade por meio de suas ações e transformações impostas sobre a natureza*, conforme escreveu Moraes (2005): “Todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem” (MORAES, 2005, p. 15).

Com a finalidade de analisar o contexto mais geral do modelo de desenvolvimento no campo paulista, podendo assim entender o que é verdadeiramente sustentável no modelo geral de desenvolvimento do campo no estado de São Paulo,

contrapomos o PEMH com o concomitante processo de territorialização do agronegócio sucroenergético¹¹ que, apesar de ter estagnado sua produção, este fato ocorreu em altíssimo patamar e seus impactos ainda surtem efeitos no campo paulista. Isso demonstra contrariedades e ambiguidades em relação a esta proposta de desenvolvimento para o campo, *já que o governo do Estado de São Paulo atende a recomendações do Grupo BM e atua tendo como base o discurso do desenvolvimento territorial rural sustentável e, ao mesmo tempo em que profere uma política pública com objetivos de levar o desenvolvimento sustentável ao campo, se articula na expansão de um setor agrícola altamente concentrador de renda e terra, socialmente e naturalmente degradante. Por meio destes dois processos concomitantes é que realizamos a análise dos processos de territorialização do modo de produção capitalista – expansão do setor sucroenergético – e normatização do território – PEMH.*

Deste modo, temos uma delimitação analítica sobre território e processos territoriais tendo por base estudos de Milton Santos a respeito de concepções de território, bem como de sua relação com o espaço geográfico. Para Santos (2009), pode ser objeto de investigação o *uso dado ao território*, por exemplo, por políticas públicas, neste sentido, o território é usado na ação governamental para condicionar determinadas políticas públicas. Para ele, “[...] essa ideia de território usado [...] pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, um território em processo” (SANTOS, 1999, p. 19). Milton Santos contrapõe esta reflexão aquela levantada pela ciência política, afirmando que a mesma, “[...] de modo geral, ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social” (SANTOS, 1999, p. 19), e destaca que este conteúdo, por sua vez, é excluído de muitas análises científicas. Corroborando neste aspecto, Santos e Silveira (2011) acrescentam que:

O território usado aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. [...] O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, [...] mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente

¹¹ Exemplo este que não é posto aqui de maneira idealista, como se procurássemos na materialidade aquilo que serviria aos nossos propósitos, mas sim, pelo fato de considerarmos que este tenha sido impulsionado pelo discurso ideológico do desenvolvimento sustentável no sentido da utilização da cana-de-açúcar e seu produto final – etanol – como potencialmente ativo no combate a emissão de gás carbônico.

com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 19).

Os diferentes usos do território, os modos como estes usos são feitos e quem o utiliza são aspectos reveladores das relações estabelecidas tanto no plano econômico quanto social e político. Indicam, portanto, muito mais que questões perceptíveis apenas no plano visual, pois demonstram intencionalidades, dinâmicas e interesses dos diversos agentes que atuam no território, como no caso que demonstraremos do Grupo BM. Assim, é considerado não um território estático, definitivo, imóvel, imutável, mas vivo e capaz de criar transformações sociais que, por sua vez, modificam o próprio território, seja em uma perspectiva de manutenção das condições de reprodução do modo de produção capitalista ou não.

É a partir desta delimitação que tencionamos o exposto entre o tema, o objeto de estudo e o Grupo BM interpretando o processo de expansão capitalista nos territórios por meio da territorialização do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2004) e *normatização do território – processo esse que entendemos a partir de Santos (2009) e Steinberger (2013) como um sistema normativo voltado para o ordenamento territorial* – que resultam na espoliação de recursos naturais via propostas alternativas de desenvolvimento, como a idealizada pela ONU denominada de desenvolvimento sustentável. Isto nos indica o uso instrumentalizado de políticas públicas e problematizamos nosso tema considerando que este vem sendo ideologicamente utilizado, no sentido mesmo de falseamento da realidade (MARX; ENGELS, 2012a), para a promoção de novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista. Portanto, *estes são os fatos, eventos e ações que constituíram o eixo central da tese: tema, objeto de estudo, exemplo e área.*

A partir deste ponto definimos os objetivos considerando a questão formulada inicialmente. Fiorentini e Lorenzato (2006) escreveram que “[...] uma vez definida a questão/pergunta da investigação, os objetivos da pesquisa podem ser, então, formulados [...]” (FIORENTINI; LORENZATO, 2006, p. 91). O objetivo geral foi elaborado e remete a *verificação da hipótese de que o desenvolvimento sustentável seja uma estratégia voltada à reprodução do modo de produção capitalista*. Esta é a hipótese que será avaliada, que permite o direcionamento a conceitos, temas e teorias que busquem averiguar esta realidade em diferentes escalas.

Consideramos o desenvolvimento capitalista interpretando uma escala global, a mundialização¹² que remete ao estudo do Grupo BM enquanto articulador deste processo, na escala regional a territorialização do setor sucroenergético no estado de São Paulo e, na local, o modelo de desenvolvimento territorial rural sustentável a partir da análise do PEMH.

Os *objetivos específicos* foram definidos buscando dar coerência ao plano de redação. Apresentam função intermediária e permitem a instrumentalização de categorias e conceitos a partir da determinação de *ações a serem realizadas* que complementam o entendimento sobre o tema e estão inclusos no bojo da hipótese:

- a) *identificar a influência do Grupo BM no processo de descentralização e inserção da perspectiva territorial e sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento do campo no Estado de São Paulo;*
- b) *interpretar concepções de território sob as perspectivas da delimitação física – zonal e normativa – e relacional – a partir de relações de poder – e os processos de territorialização e normatização a partir do exemplo posto e do objeto de estudo;*
- c) *demonstrar a prática discursiva ideológica em torno do desenvolvimento sustentável;*
- d) *significar o conceito de desenvolvimento sustentável.*

Definidos os objetivos, nos detivemos na definição do método. Das observações iniciais sobre a relação entre o marxismo e Geografia destacadas por Moreira (1988) e Capel (2014), optamos pelo materialismo histórico e dialético reconhecendo a possibilidade de refutar opiniões do senso comum e também acadêmicas sobre o *desenvolvimento sustentável*. A opção por este método tem por base as contradições nas quais a sociedade encontra-se imbricada. Um período de distúrbios políticos e econômicos de escala internacional, daí a história da sociedade ser comandada pelos conflitos de interesses (ANDRADE, 1995). Neste sentido, o modo de

¹² Optamos pela utilização do termo mundialização nesta tese a partir do trabalho de Chesnais (1996). O autor citado chama atenção para o processo de produção intelectual e ideológica constituído a partir da grande mídia estadunidense que impulsionou universidades, sobretudo nas áreas de administração e marketing, daquele mesmo país a utilização do termo globalização. A intensificação do uso deste termo foi pautada pela mídia e influenciou a ciência. Com o termo mundialização, o processo foi inverso a partir do estudo de Chesnais (1996) que passou a demonstrar o processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial, daí a proposição do termo mundialização do capital.

pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos esta como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 1981), são relacionados ao condicionamento imposto pelo modo de produção capitalista no sentido de criar seus próprios espaços de reprodução pela produção dialética e desigual do espaço geográfico (HARVEY, 2005, 2011).

Deste ponto passamos à *definição dos procedimentos metodológicos*. Consideramos pertinente o uso da metodologia de pesquisa qualitativa, que objetiva interpretar e não descrever os fatos que contornam a sociedade (MATOS, PESSÔA, 2009). Portanto, suscitamos reflexões diferenciadas de acordo com a finalidade da tese para averiguar a hipótese proposta e consideramos a metodologia definida potencial a análise das contradições, pois esta permitiu identificar nos *agentes atuantes na implementação* – funcionários da CATI – e nos *contemplados pelo PEMH* – agricultores camponeses¹³ – o que estes entendem pelo desenvolvimento sustentável, sendo assim, buscamos valorizar os aspectos descritivos e as percepções pessoais dos mesmos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

É imprescindível considerar que os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação resultam de um planejamento *a priori* em face dos objetivos e questões norteadoras de tese, mas, sobretudo, *produto do caminhar e aprofundamento da investigação que foi apresentando novos procedimentos e oportunidades de produção de informações considerando que a problemática do tema é o eixo fundamental e norteador da tese*, deste modo, foram necessárias a adoção de determinada postura teórico-metodológica coerente para decifrar os fatos e uma atenção ao lidar com a produção de informações para que pudéssemos realizar um bom trabalho e não algo que “[...] poderia ser feito por qualquer bom repórter para o caderno de cultura do jornal de domingo” (WHITAKER, 2002, p.37).

Tendo em vistas apresentar consistência, adequação e pertinência, estabelecemos procedimentos metodológicos que permitissem uma coerência interna e externa, tal como propôs Santos (2009). Externamente tal coerência se apura em relação à conexão necessária estabelecida com outras áreas do saber que subsidiam o estudo

¹³ A partir das leituras do Paradigma da Questão Agrária realizadas por Fernandes (2005) e Girardi (2008), com base principalmente em Kautsky (1986), Lênin (1985) e Chayanov (1974), utilizamos o conceito de camponês para designar os agricultores de base familiar beneficiários do PEMH. A utilização do termo camponês/campesinato decorre do fato de que os agricultores beneficiados utilizam majoritariamente a mão de obra familiar (ver quadro 5) e também pelo conceito de campesinato, assim como definido em Fernandes (2005) e Girardi (2008), expressar o posicionamento crítico presente neste trabalho. Ao identificá-los como camponeses estamos nos posicionando de forma contraditória aos impactos negativos do desenvolvimento capitalista no campo.

geográfico, mediante o fato de nosso objeto de estudo, o PEMH, relacionado ao tema proposto, o desenvolvimento sustentável e ao Grupo BM, apresentarem-se, ao mesmo tempo, como forma e conteúdo para a verificação de nossa hipótese e estes estão, em uma perspectiva epistemológica, próximos à economia e a política. A coerência interna se dá pela definição de categorias analíticas propriamente geográficas que, por um lado, dessem conta de abranger a materialidade a partir de frações do saber e, por outro lado, permitissem a produção de instrumentos de análise retirados do processo histórico no qual o desenvolvimento sustentável está posto, ou seja, o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, portanto, de acordo com o método delimitado. Assim, os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas envolveram estudos partindo das questões gerais para as mais específicas, conforme listamos abaixo.

- a) *revisão bibliográfica sobre o tema (desenvolvimento sustentável), agente financiador (Grupo BM), objeto de estudo (PEMH) e exemplo utilizado (setor sucroalcooleiro); temas correlatos: descentralização e políticas públicas; conceitos gerais: modo de produção, ideologia, discurso, poder e Estado; categorias, conceitos e temas geográficos: produção do espaço, concepções de território, processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território e, escala;*
- b) *análise documental: sobre o Grupo BM foram analisados documentos oficiais desde a década de 1980, a seleção destes foi feita a partir das referências bibliográficas que se relacionam a programas e financiamentos para o desenvolvimento rural, incluindo a perspectiva territorial e sustentável; sobre o PEMH foi realizada a análise dos Manuais Operacionais, documentos oficiais do governo do Estado de São Paulo que possuem informações referentes a estruturação e formas de implementação do mesmo; e realizamos busca de informações nos sites da internet da CATI e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;*
- c) *pesquisa nos sites do Grupo BM, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, União das Indústrias Canavieiras do Estado de São Paulo (UNICA) e outros;*
- d) *realização de entrevistas junto a representantes da associação dos produtores rurais de Presidente Prudente – Associação dos cidadãos do campo de Presidente Prudente (ASCICAMP) e funcionários da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral*

(CATI) – Regional de Presidente Prudente tendo em vistas verificar os resultados do PEMH;

- e) *sistematização e análise das informações referentes aos resultados da implementação do PEMH na microbacia do Córrego da Onça II;*
- f) *organização das informações obtidas na pesquisa de campo, na forma de produtos finais: tabelas, quadros, gráficos, figuras e fotos*
- g) *redação final da tese.*

A seguir explicamos estes procedimentos. A *revisão bibliográfica*, conforme indicou Vianna (2001), propiciou o conhecimento a partir do que já se tem publicado, nesta etapa, objetivamos reunir o maior número de referências encontradas sobre o tema e objeto de estudo, conforme indicaram Cervo e Bervian (2002), para contribuir com o aprofundamento sobre os mesmos. Tal procedimento teve então dois propósitos: a construção de uma contextualização e a análise das possibilidades de entendimento presentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 2002), incluindo as categorias e conceitos geográficos principais e os conceitos e temas correlatos.

Como indicaram Vosgerau e Romanowski (2014), ao realizar o exame de perspectivas, multiplicidade e pluralidade de enfoques foi possível esclarecer problemáticas históricas, além de compreender aportes significativos sobre o interesse dos agentes atuantes no Grupo BM em relação ao desenvolvimento sustentável e, por meio deste, identificamos lacunas que por nós foram aproveitadas para, conforme escreveram Lakatos e Marconi (2010), podermos contribuir por meio desta para o debate sobre o tema e o objeto de estudo. Assim, conforme escreveram Medeiros e Tomasi (2008) *iniciamos pela leitura dos clássicos sobre o tema para entendermos os conceitos e as ideias principais e buscamos referências críticas relacionadas aos nossos objetivos*, sem descartar teses e dissertações, artigos e anais de conferências internacionais e nacionais. Neste procedimento, conforme indicam Medeiros e Tomasi (2008), alguns trabalhos foram sendo selecionados (excluídos ou não) de acordo com critérios que vão desde a relevância dada ao tema até o grau de abstração identificado em alguns trabalhos (livros e artigos). Neste sentido, incluímos na revisão bibliográfica teses e dissertações sobre o PEMH e a expansão do setor sucroenergético no Estado de São Paulo.

A *análise documental* foi realizada, principalmente em relação ao Grupo BM, objetivando “[...] identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY, 1986, p. 38). Ao optarmos por este tipo de procedimento consideramos que “[...] o que determina o que são as fontes é exatamente o problema problematizado” (LOPES; GALVÃO, 2011, p. 79). A opção pela análise documental decorreu da dificuldade de produzir informações diretamente com representantes do mesmo e tendo em vista que essa pode representar a perspectiva histórica do Grupo BM, sua relação com o objeto de estudo e o tema definido, sem detrimento da produção de informações, visto que são documentos oficiais. A análise documental propiciou tanto a produção de informações quanto o complemento de outras obtidas por meio da revisão bibliográfica desvelando novos aspectos em relação ao tema e ao objeto de estudo (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Os documentos analisados foram *fonte insubstituível e sua validade é inquestionável, uma vez que permanece como registro de interesses, de ações e relações de poder de determinado grupo social* (CELLARD, 2008) permitindo ainda acrescentar a dimensão temporal ao nosso resgate histórico a favor da compreensão geográfica da expansão do modo de produção capitalista.

A *realização de entrevistas* foi definida a partir da constatação de que esta é uma técnica adequada para a produção de informações (BOGDAN; BIKLEN, 1994) sobre a opinião dos agentes envolvidos na estruturação e implementação do PEMH a respeito do que se entende por desenvolvimento sustentável – em relação aos camponeses e técnicos da CATI – e desenvolvimento territorial rural sustentável – em relação aos técnicos da CATI. Por meio da entrevista semiestruturada, que nos permitiu falar abertamente utilizando vocabulário adequado e quando necessário alternando a sequência das questões ou complementando-as de acordo com nossos objetivos, objetivamos permitir que os agentes “[...] ficassem à vontade e falassem livremente sobre os seus pontos de vista [...]” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 136) e considerando também a entrevista como sendo “[...] uma conversa com um objetivo” (GHIGLIONE; MATALON, 1994, p. 64), desta forma, produzimos informações verídicas sobre nosso tema, objeto e área de estudo.

Outra observação importante refere-se à *delimitação da tese*. Considerando a extensão e complexidade em que estão inseridos o tema, objeto de estudo e o agente financiador, estes, ao serem transpostos para a análise científica, requereram uma contextualização. Neste sentido, em relação ao tema e ao objeto de estudo aquilo que nos importa é verificar sua validade enquanto modelo de desenvolvimento para o campo

capaz de superar as desigualdades provenientes do modo de produção capitalista; em relação ao Grupo BM, destacamos o interesse e as ações desta agência internacional de fomento para a promoção do desenvolvimento territorial rural sustentável.

Iniciando a redação *optamos por fragmentar nossa tese em partes considerando a tríade dialética (tese, antítese e síntese) entendendo este processo como uma proposta analítica coerente ao método sem perder a noção de integridade entre as partes e o todo e tendo como categoria analítica central o território – a tese se desenvolve a partir da operacionalização deste conceito –, deste modo, articulamos a tríade dialética sobre o mesmo tendo em vistas demonstrar diferentes formas como este é instrumentalizado.*

Este modo de composição não representa o distanciamento entre as partes, ao contrário, indicamos ao leitor que a fragmentação conduz a totalidade, pois entendemos que os fatos apresentados possuem correlações que analisadas de forma fragmentada *permitem entender a totalidade de um só processo, a reprodução do modo de produção capitalista que possui no território condições de expressar sua materialidade.* Com isto, a intenção foi demonstrar como processos globais se materializam em escalas menores visando alcançar a essência do desenvolvimento sustentável: capturando a sua estrutura e dinâmica por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese. Esta opção pela composição da tese em partes exigiu uma concatenação entre categorias analíticas geográficas e conceitos gerais internos e externos ao tema e objeto de estudo e, ao mesmo tempo, constitutivos e operacionais dos mesmos.

Assim, o empenho foi de tornar capaz a utilização dos mesmos, deste modo, *objetivamos uma aproximação à materialidade da reprodução dinâmica do modo de produção capitalista e sua relação com o desenvolvimento sustentável desdobrando esta perspectiva para os processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território, sob a perspectiva de identificar a influência do Grupo BM neste processo.* Feitos estes esclarecimentos em relação à estruturação da tese, a seguir, apresentamos as partes e seu conteúdo relacionando este a determinados objetivos.

- Na parte I, intitulada “1970 – a década do alarde”, expomos a forma como as perspectivas territorial e sustentável foram introduzidas no Brasil a partir de distintos processos influenciados pelo Grupo BM (*objetivos “a” e “b”*).

- O capítulo 1 está dividido em dois itens. No item 1.1 demonstramos a influência do Grupo BM em processos como a descentralização administrativa ocorrida no Brasil. No item 1.2 expomos um conjunto de ideias que exacerbam o positivismo lógico sem embasamento teórico e conceitual e afirmam a materialidade do desenvolvimento sustentável fazendo uso da *normatização e delimitação física do território*. Este conjunto de ideias é o que entendemos como a tese que autores e pesquisadores como Navarro (2001), Veiga (2002, 2005), Abramovay (2000a, 2002, 2004), Sachs (1986, 2004) e outros desenvolvem *sobre o conceito de território enquanto área fisicamente delimitada a partir da normatização, considerando este apto para a reprodução de capitais e desconsiderando que as relações sociais de produção capitalistas influem na produção do espaço e gerem, conseqüentemente, processos conflitantes de territorialização*.
- O capítulo 2 foi estruturado em três subitens para demonstrar a materialização da tese defendida pelos autores anteriormente citados. No item 2.1 expomos à expansão do setor sucroenergético. O item 2.2 demonstra a forma como foi estruturado o PEMH tendo em vistas entender à lógica que permitiu que o Grupo BM articulasse sua atuação global em escala local fazendo uso, também, do desenvolvimento sustentável. O item 2.3 expõe os resultados dessa política pública na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II, no município de Presidente Prudente-SP.
- Na parte II, que recebeu o título de “*A vocação geograficamente expansiva do modo de produção capitalista*”; apresentamos os elementos teóricos¹⁴ que formam a antítese em relação à concepção de território normatizado, tendo por base a concepção territorial a partir de relações de poder – a concepção *relacional* de território (*objetivo “b”*) a partir do trabalho de Raffestin (1993) que nos permitiu identificar com Santos (1999; 2009) o uso dos territórios e com Fernandes (2005; 2008), a conflitualidade e a multiescalaridade nos, e dos, territórios contrariando as concepções apresentadas na Parte I desta tese.
- No capítulo 3 demonstramos em que problemáticas geográficas estão envolvidas as concepções de produção do espaço e os processos que concebem materialidade ao território. No item 3.1 priorizamos o que se refere à produção desigual e dialética do

¹⁴ Pela forma de estruturação definida, nesta parte da tese, os aspectos materiais do objeto de estudo não estão presentes. Tratamos neste ponto de criarmos, justamente, o arcabouço teórico que nos permitiu, na parte III, a verificação de nossa hipótese.

espaço e a influência que o modo de produção capitalista possui neste processo. No item 3.2 a atenção se volta à concepção de *território relacional* e as relações de poder que influem sobre os processos de *territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território* demonstrando, com base em autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2012), Saquet (2007), Oliveira (2004) e outros, que priorizam as relações de poder a partir de centros de comando de reprodução do modo de produção capitalista na formação de territórios.

- No capítulo 4 evidenciamos que *as crises do modo de produção capitalista são etapas de um processo no qual as distinções geográficas combinadas à produção espacial e territorial desigual contribuem para a criação de novos espaços de reprodução capitalista enquanto necessidade histórica*. No item 4.1 a dinâmica espacial e territorial deste modo de produção ganha relevância, pois nos permite explicar os meios pelos quais a desigualdade da reprodução do modo de produção capitalista se estende a incorporação do desenvolvimento territorial rural sustentável. No item 4.2 expomos como o capitalismo vem se reproduzindo com base no desenvolvimento sustentável, seja por financiamento de projetos, programas ou políticas públicas para o desenvolvimento do campo.
- A parte III, intitulada “*Da década do alarde ao imperialismo ecológico: o desenvolvimento sustentável como alternativa de reprodução do modo de produção capitalista*” é nossa síntese, onde voltamos à materialidade da política pública delimitada para análise verificando seus resultados, com isso objetivamos: demonstrar o poder simbólico de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável pela descaracterização do conceito de território e; o falseamento da realidade que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo (*objetivos “c” e “d” – verificação da hipótese*).
- No capítulo 5 descrevemos como foi estruturada a complexa relação de poder que se materializa na prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável. No item 5.1 verificamos com maior acuidade o fato de que *o uso de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável representa, na verdade, a reprodução do modo de produção capitalista*. A partir da materialidade do PEMH, no item 5.2 demonstramos que o Grupo BM faz uso de seu poder de influência e do apelo humanitário por de trás do desenvolvimento sustentável para ampliar sua escala de

atuação fazendo uso de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável.

- No capítulo 6 analisamos a ideologia do desenvolvimento sustentável reconhecendo neste processo a normatização e delimitação territorial nos marcos da reprodução capitalista do espaço. No item 6.1, demonstramos que o desenvolvimento sustentável é parte dos mecanismos de reprodução do modo de produção capitalista que amplia a falha sócio-metabólica na relação entre a sociedade e a natureza. No item 6.2 significamos o desenvolvimento sustentável como um conceito convenientemente elaborado, considerando o fato que tem se tornado regra, sob a primazia ideológica do modo de produção capitalista, compreendê-lo desarticulado do processo histórico de formação das relações sociais de produção.

Parte I

1970: a década do alarde

Na década de 1950 a revolução verde, projeto altamente financiado pelo Grupo BM (PEREIRA, 2011), alterou as bases produtivas agrícolas por meio do uso intensivo de fertilizantes químicos, máquinas, equipamentos, agrotóxicos e monoculturas (MAZOYER, ROUDART, 2010). A ideia de desenvolvimento rural, neste período, se restringia ao incremento da produção e produtividade e não foram poupados insumos para alcançar esta proposta.

Nesta perspectiva o modelo de produção agropecuário praticado posteriormente às décadas de 1960 e 1970, período conhecido, no Brasil, pelo termo modernização conservadora¹⁵, foi fortemente influenciado pela intensificação do capital industrial internacional no campo adquirindo um caráter negativo, sobretudo pelas comunidades rurais mais pobres, em relação ao modo de apropriação, exploração e expropriação, tanto de recursos naturais, quanto da força de trabalho (EHLERS, 1999; GRAZIANO NETO, 1984). Este acordo, político e econômico, acabou por condicionar a formação de uma burguesia dependente de fatores externos, que não conseguiu apresentar um projeto autêntico e autônomo, conduzindo o país para uma economia dependente da dinâmica dos países centrais em termos estruturais e políticos.

Os sinais degradantes deste modelo agropecuário passam a ser relatados ainda na década de 1960, por meio da identificação de problemas relacionados aos recursos naturais e a sociedade, apesar deste reconhecimento a revolução verde continua sendo intensificada até a contemporaneidade, porém, com novos traços, como a biotecnologia e a transgenia. Com a publicação dos impactos negativos¹⁶ deste modelo de desenvolvimento para o campo, tem início o questionamento sobre o uso indiscriminado de produtos químicos e da mecanização respaldada pelo projeto desenvolvimentista implementado na agropecuária¹⁷. Ainda neste período, estes alardes soam em tom mais

¹⁵ Guimarães (1977), segundo Pires e Ramos (2009), foi quem introduziu o termo modernização conservadora no Brasil indicando que esta etapa da agropecuária recebeu esta denominação porque, “[...] tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

¹⁶ Com destaque para os trabalhos de Carson (1962) e Hardin (1968). No Brasil, destacamos os trabalhos de Graziano Neto (1984) e Lutzenberger (1980).

¹⁷ Reconhecemos que Marx, e outros autores em momentos distintos desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista, denuncia a prática exploratória de um modelo de produção agropecuário altamente baseado nos imperativos da mecanização e quimificação, porém, reconhecemos também, que muito de seu trabalho foi negligenciado durante décadas, daí nossa ressalva sobre o momento de identificação dos danos sociais e naturais deste modelo de produção agropecuário.

agudo após a publicação do relatório *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS, *et al*, 1972). De acordo com Oliveira (2012), este foi o mais impactante documento produzido sobre a questão que envolve a preservação de recursos naturais e seu alcance internacional causou certo pânico devido ao tom catastrófico.

Soado o alarde, a ONU promove a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (ONU, CHE, 1972), considerada um marco histórico internacional decisivo para o surgimento de recomendações, princípios e normas internacionais (LE PRESTRE, 2005) cujas consequências políticas e econômicas ainda estão provocando acontecimentos. Posteriormente e resultante da conferência anterior (ONU, CHE, 1972), na década de 1980, foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) presidida pela primeira ministra norueguesa, Gro-Harlem Brundtland, a quem foi delegada a incumbência de organizar um relatório para:

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (ONU, CMMAD, 1988, p. 11).

Surge então, meio à necessidade do resgate teórico em torno do desenvolvimento que, de acordo com Sachs (1986), Hirschmann (1996) e Krugman (1997) estava em estagnação no debate acadêmico, o desenvolvimento sustentável. A partir deste, outras instituições e agências internacionais, dentre elas o Grupo BM, passam a colocar em seus discursos, documentos e recomendações esse modelo de desenvolvimento¹⁸ – sustentável – como imprescindível para o futuro da humanidade. Os projetos de desenvolvimento rural também passam por resignificações e recebem

¹⁸ Por modelos de desenvolvimento, consideramos as diferentes estratégias articuladas em torno da expansão do modo de produção capitalista, desde sua fase monopolista, a partir de distintos focos, estratégias de intervenção e ênfase, como, por exemplo, os modelos setoriais, endógenos, regionais e sociais e modelos com base em ajustes estruturais.

esses novos impulsos, sobretudo para a liberação de financiamentos por parte do Grupo BM.

Outro fato de suma importância na década 1970, que possui relação com nosso tema, foram as sequenciais crises no setor petrolífero e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural¹⁹. Este foi o momento de estancamento do período expansivo da economia capitalista que tornou os postulados neoliberais hegemônicos a partir da posição tomada, sobretudo pelo Grupo BM, na imposição de medidas de cunho neoliberais a países periféricos. Já na década de 1980, visando ampliar geograficamente e estrategicamente seu poder²⁰ de atuação e a linha econômica e política adotada, a descentralização no planejamento, além de um apelo comunitário, se tornou recomendação do Grupo BM para financiamentos de políticas públicas (WORLD BANK, 1985).

Assim, consideramos que o atrelamento de distintos processos articulados em escala global possibilitou a proposição de modelos de desenvolvimento com distintas conotações, como: social, humano, regional, rural, local, territorial e sustentável. Dentre essas abordagens de desenvolvimento, *aquelas que nos importam nesta pesquisa são a territorial e a sustentável. A primeira, pela relevância do conceito para a Geografia, em particular no que nos possibilita compreender as dinâmicas envolvidas nas políticas públicas de desenvolvimento rural; a segunda, pela sua forte institucionalização sem maiores preocupações sobre seu significado*, fato este que acabou por fortalecer seu uso, inclusive na Geografia, alcançando status de conceito, aceitação e referência direta ou indireta por pesquisadores que se dedicam a políticas públicas e projetos de desenvolvimento voltados ao campo ou outros setores. Portanto, justifica-se a atenção, para que indevidos ajustes desenvolvimentistas não sejam realizados em prol de algo ainda, indefinido. Evidenciando a situação exposta, nos capítulos 1 e 2, expomos:

¹⁹ Sobre esta relação, Mazoyer e Roudart (2010), por exemplo, escreveram que neste período a elevação do preço do barril de petróleo fez com que insumos utilizados na agricultura e na pecuária, também sofressem aumentos significativos e este fato fez com que o valor final dos produtos também sofresse aumentos, o que acabou gerando uma crise interna devido à sobreprodução.

²⁰ Sobre poder, nesta parte de nossa pesquisa, utilizamos o sentido de poder efetivamente exercido, conforme escreveu Stoppino (1998). Ou seja, em relação ao Grupo BM, entendemos que o mesmo possui a capacidade de exercer determinado poder que, quando posto em prática, exercido, influência determinados comportamentos e é posto em prática, consiste em provocar intencionalmente determinado comportamento em um grupo, também, determinado. Neste sentido, o que provoca o reconhecimento do poder é o interesse de agir do Grupo BM sobre determinada área geograficamente delimitada sendo que, esta potencialidade de poder é efetivamente exercida, materializada, pelos agentes da CATI.

- a influência do Grupo BM no processo de descentralização de políticas públicas e sua perspectiva territorial e sustentável para o desenvolvimento do campo;
- a materialização das propostas do Grupo BM tendo como exemplos o PEMH, em escala local e a expansão do setor sucroenergético, em escala regional.

Com isso, na primeira parte de nossa pesquisa (capítulos 1 e 2), demonstraremos a tese²¹ defendida por autores e pesquisadores como Navarro (2001), Veiga (2002, 2003, 2004), Abramovay (2000a, 2002, 2005), Sachs (2004) e outros que consideram que *as relações sociais de produção capitalistas podem ser materializadas sem maiores implicações a produção do espaço por meio de processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território*, deste modo, tornam o desenvolvimento sustentável, nos moldes da ONU e do Grupo BM, a solução para o desenvolvimento do campo. *Neste aspecto, estes autores levam em consideração que o território, por meio de sua delimitação física, potencializa a acumulação e reprodução do modo de produção capitalista e desconsideram as implicações sociais e naturais deste processo fundando-se em aspectos paliativos adequados com adjetivações ao processo de desenvolvimento, seja ele endógeno, local, sustentável ou qualquer outro. O conflito e a conflitualidade não são considerados nessa perspectiva, sendo assim, os problemas relativos ao desenvolvimento do campo seriam resolvidos com o a integração produtiva ao mercado, tendo o Estado como idealizador do processo desenvolvimentista.*

Portanto, o território é visto apenas como área apta à implementação de determinado projeto a partir de recomendações do Grupo BM. Nesta perspectiva teríamos um “[...] território que se entende como instrumento base para a elaboração e implementação de políticas públicas” (GÓMEZ, 2006, p. 4) na qual os agentes atuantes na reprodução do modo de produção capitalista entendem que políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável podem e devem ser implementadas como forma de resolução de questões envolvidas na relação entre a sociedade e a natureza.

²¹ Utilizamos aqui o termo tese para identificar e demonstrar o posicionamento de autores e pesquisadores em relação ao desenvolvimento territorial rural sustentável como algo humanitário e, principalmente, a *concepção de território – área – que permite a materialização deste modelo de desenvolvimento, a partir da normatização do território*. Sobre a propositura da utilização do termo tese a apresentação do conjunto de ideias destes autores, seguimos, por exemplo, o trabalho de Oliveira (2004).

Capítulo 1. A influência do Grupo Banco Mundial no processo de descentralização e inserção da perspectiva territorial e sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento rural

Reconhecidamente, um dos principais agentes globais que atua em espaços sociais de poder é o Grupo BM, impondo um conjunto de políticas econômicas neoliberais a distintos países como condição para a obtenção de créditos e credibilidade frente ao capital internacional (PEREIRA, 2010). Esta agência internacional de fomento tem contribuído para criar uma posição política coerente e unificadora cada vez mais centrada no livre comércio, conformando uma instituição de recomendações políticas e econômicas mundializada que tem se aproveitado das facilidades proporcionadas pelo vasto alcance espacial de sua influência sobre países periféricos para difundir suas estratégias por meio do desenvolvimento institucional de seus projetos (PEET, 2011).

Assim, a aceleração do processo de mundialização da economia capitalista a partir da década de 1990 propiciou alterações fundamentais nas relações políticas e econômicas exercidas pelo Grupo BM. Nesse sentido, ações desta agência internacional produzidas na forma de recomendações para programas e políticas públicas de desenvolvimento rural podem produzir eventos e esses produzirem normas que irão conduzir padrões de desenvolvimento em distintas nações.

Nesse sentido toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa *assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica*. [...] os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens [...]. Aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação. Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos. Desse modo, sua classificação é, também, uma classificação das ações. Os eventos também são ideias e não apenas fatos. Podemos admitir que, ao lado de uma duração natural, o evento também pode ter uma duração organizacional. A duração natural deriva da natureza original do evento, de suas qualidades individuais, de sua estrutura íntima. Mas, podemos, também, prolongá-lo, fazendo-o durar além de seu ímpeto próprio, mediante um princípio de ordem. Em vez de ser deixado a si mesmo, altera-se o seu processo natural. Como também é possível limitar ou reduzir sua existência, amputando o seu período de ação, mediante um recurso organizacional. *Uma lei, uma decisão governamental, uma portaria de um Banco Central, uma regra de um banco privado ou uma empresa são formas organizacionais que interferem na duração dos eventos, quando não a determinam diretamente*. Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras "situações" – que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende

a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento (SANTOS, 2009, p. 147, *itálicos nossos*).

E são as normas, políticas, técnicas e organizacionais, que orientam e conduzem a forma como um conjunto de ações ocorre. Como escreveu Santos (2009):

[...] existem ações capazes de ter efeitos de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes (SANTOS, 2009, p. 143, itálicos nossos).

As recomendações, estratégias e políticas difundidas pelo Grupo BM não são, contudo, implementadas mecanicamente em distintos governos, existe uma complexa engenharia instrumental que, há tempos, permeia este processo de acordo com as relações de poder que se estabelecem no campo da formulação das políticas públicas.

Deste, ponderamos não mais ser possível se pensar na materialidade²² de políticas de desenvolvimento rural no país sem levar em consideração a influência do Grupo BM. Não há sinais de que ele deixará de elaborar estratégias e políticas neste sentido. Pelo contrário, cada vez mais, ele tem se dedicado a este aspecto na busca da construção de meios que possam favorecer o mercado com o objetivo de transformar o campo em adequado instrumento de crescimento econômico, como ressalta o relatório *Agriculture, Rural Development, and Pro-poor Growth* (WORLD BANK, 2005)²³ ao propor medidas e recomendações a países periféricos incluindo o financiamento de políticas públicas em seus programas, menos por uma questão de justiça ou equidade social e mais por uma estratégia política tendo em vista o receio de revoltas ou manifestações contrárias a sua legitimidade. Mais recentemente a Organização Das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atestou a contínua participação

²² Ao longo desta tese utilizamos o conceito de materialidade em distintas perspectivas, a primeira relacionada ao método em uma perspectiva marxista com base em Lenin (1982) e Engels (2015) e, a segunda, em relação à concretude dos fatos realizados e postos em práticas no contexto de nossa pesquisa enquanto proposta de modelos de desenvolvimento. Por hora, esclarecemos que esta perspectiva de método permite que nos afastemos de observações idealistas, deste modo, concordamos com os escritos de Lenin (1982) sobre o conhecimento produzido no qual o pesquisador que conhece enfrenta o objeto real em busca de sua essência pela abstração e que busca, a partir dessa suposição de um encontro direto do pensamento com a realidade, de uma visão não mediada do objeto pelo sujeito, garantias externas da verdade do conhecimento. Neste sentido, Lenin (1982) escreveu que: “O materialismo em geral reconhece o ser objetivamente (a matéria), independente da consciência, da sensação, da experiência, etc., da humanidade. O materialismo histórico reconhece que é independente da consciência social da humanidade. A consciência, tanto aqui como ali, é apenas um reflexo do ser, no melhor dos casos um seu reflexo aproximadamente fiel (adequado, idealmente preciso).” (Lenin, 1982, p. 247).

²³ Utilizamos a forma de referência World Bank quando os documentos originais estão em inglês, para aqueles que foram traduzidos para o português ou espanhol, utilizamos a forma Banco Mundial.

do Grupo BM em projetos de desenvolvimento rural (FAO, 2016) nas perspectivas territorial e sustentável.

Nesse contexto está inserido o processo de descentralização política administrativa no Brasil, que se relaciona a novos entendimentos sobre políticas públicas a partir da abordagem de desenvolvimento rural com viés territorial e sustentável a partir das recomendações do Grupo BM. As representações sociais predominantes fornecem valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tais, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade que vai orientar os processos de decisão, formulação e implementação destas políticas (JOBERT; MULLER, 1987) contornando o território e tornando-o fisicamente delimitado e operacionável de acordo com interesses determinados estrategicamente.

1.1. O Grupo Banco Mundial e o processo de descentralização de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil

Demonstraremos aqui a evidência de que, na conjuntura da mundialização neoliberal, o Grupo BM representa uma espécie de poder hegemônico²⁴, ainda que informal, que se articula em torno do controle de capitais, formado por agentes políticos de governança global²⁵ do qual se destaca o poder de interferência na formulação de políticas globais (HAESBAERT, PORTO-GONÇALVES, 2006), considerando que a política econômica internacional passou por transformações desde que as fronteiras bipolares materiais entre o capitalismo e o comunismo foram minimizadas na década de 1990. Assim, consideramos que cada vez mais o exercício da governança global, por meio de agentes como o Grupo BM, influência tomadas de decisões administrativas com a sobreposição de relações de poder em variadas escalas espaciais.

Consideramos de suma importância demonstrar que o processo de descentralização de políticas públicas no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990, pode ser compreendido através de um amplo prisma que contemple, em seu bojo,

²⁴ Ainda que Grupo BM não seja o único agente no processo de expansão das relações capitalistas, este ainda é um dos principais agentes que definem as regras para países tomadores de empréstimos e interfere no planejamento territorial autônomo e, este fato, nos permite escrever sobre relações de poder e concepções territoriais de desenvolvimento devido a cooptação dos países credores.

²⁵ Consideramos a possibilidade de uso do termo governança global, tendo o Grupo BM como articulador, em sentido que expressa sua relação com a Geografia por meio da atuação de poderes supranacionais sobre a gestão e regulação de investimentos a partir do gerenciamento de determinados recursos nos territórios em direção a determinado modelo de desenvolvimento.

elementos de natureza política, econômica e até de ingerência internacional sobre ações de poder do Estado brasileiro. Para Bobbio (1998):

[...] o valor fundamental da Descentralização é amplamente reconhecido, seja no seio de uma única organização administrativa, seja com referência ao relacionamento entre múltiplas estruturas, que fazem parte de uma organização mais abrangente vista em sua totalidade. Os estudiosos da ciência da administração, da ciência política e do direito costumam afirmar que o problema da transferência das funções do "centro" para a "periferia" é natural em qualquer administração que tenha ultrapassado certas dimensões, compreendendo não apenas a administração estatal, mas também a de entidades públicas menores e de grandes entidades empresariais privadas. Em particular, há tempos foi esclarecida a conexão entre administração pública e a mudança das estruturas sociais, com a conseqüente necessidade de que o desenvolvimento das estruturas administrativas seja adequado a esta mudança, ativando uma inteligente distribuição de funções e de tarefas, obedecendo a critérios que, à luz das transformações sociais do momento, permitam que as mudanças realizadas apresentem um substancial conteúdo e uma operacionalidade real (BOBBIO, 1998, p. 330).

Colaborando com este entendimento e a título de esclarecimento, conceitualmente, entendemos aqui descentralização como estratégia operacional que conduz o *modus operandi* para uma nova concepção de políticas públicas, associada a mecanismos também inovadores, como a abertura de canais de participação dos agentes sociais envolvidos. Como assinala Buarque (1999):

A descentralização é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais os municípios e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala (BUARQUE, 1999, p. 16).

Desta delimitação, chamamos atenção para o processo histórico que vai fortalecer o movimento a favor da descentralização de políticas públicas no Brasil com vistas a demonstrar que este processo, além das atribuições acima demonstradas nas citações de Bobbio (1998) e Buarque (1999) teve em vistas beneficiar a entrada do país no contexto neoliberal tendo em vista que, de acordo com Grant (1996):

[...] o neoliberalismo tem sido, de longe, o mais influente nos governos (mesmo em alguns governos socialistas e comunistas). Figuras eminentes incluem F.A. Hayek, Karl Popper e Milton Friedman. [...] Todos apreciam a "ordem espontânea" supostamente exemplificada nos mercados livres, no direito consuetudinário e (os mais conservadores acrescentariam) na tradição, e deploram qualquer política (mormente o socialismo) que alegue um conhecimento definitivo das necessidades humanas. Tal conhecimento absoluto não é acessível a nenhum observador central e, por conseguinte, a nenhum governo. Não obstante, ele existe, mas somente difundido na miríade

de transações imprevisíveis entre indivíduos que vivem em uma SOCIEDADE ABERTA ou livre. Portanto, o maior número possível de decisões deve ser transferido para o mercado, o qual, em uma opção maximizante, é a única democracia genuína (GRANT, 1996, p. 526, aspas e maiúsculas no original).

Normalmente, pesquisas indicam que a descentralização ocorreu após intenso processo de mobilização da sociedade civil em prol da democratização e este se deu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e este é um fato que deve ser levado em consideração, porém, não foi o único motivo. Neste sentido:

É afirmação constante e generalizada que existe uma estreita conexão entre os conceitos de Descentralização e de democracia, também em relação ao fato de que a luta pela Descentralização consistiu, principalmente, na luta pelas autonomias locais a fim de perseguir, além da Descentralização, objetivos de democratização (BOBBIO, 1998, p. 332).

Neste item, demonstraremos que a descentralização não foi somente o resultado da mobilização civil que ansiava o término do regime ditatorial, mas sim, que existiam interesses externos neste processo relacionados ao período de expansão do neoliberalismo revelando um processo histórico que expõe desdobramentos sobre o entendimento de políticas públicas, especificamente, relacionadas ao desenvolvimento para o campo em suas perspectivas territorial e sustentável. Assim, demonstraremos que a descentralização emerge na agenda do Grupo BM como peça fundamental com a premissa de desonerar o orçamento estatal e promover maior controle social por meio do domínio desta agência internacional que, por meio de seu poder, influência na elaboração e execução de políticas públicas (ROMANO, 2007).

Iniciamos com uma aproximação a obra seminal publicada em 1946 por Josué de Castro, intitulada: *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço* (CASTRO, 1984) como forma de exemplificar que os problemas relacionados ao desenvolvimento desigual do campo no Brasil não são exclusivamente brasileiros. Neste trabalho, Castro (1984) chama atenção para diversos fatores relacionados à fome, bem como aponta formas de dominação que prolongam e intensificam os processos de apropriação e concentração fundiária e de capital e, a centralização política do modelo de desenvolvimento aquela época, correlacionando estes temas à questão alimentar como estratégia de poder na geopolítica internacional (PORTO-GONÇALVES, 2004). Posteriormente, em 1951 publica *Geopolítica da fome* (CASTRO, 1987), neste observamos a ampla crítica sobre o desenvolvimento e esta perspectiva nos permite

entender parte dos motivos que levaram a desigualdade do campo no Brasil, dentre eles, a interferência externa na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento para o campo, revelada já na década de 1950. Como escreveu Andrade (2003) se referindo aos trabalhos de Josué de Castro:

[...] ele afirmava que o subdesenvolvimento não era consequência de uma diferença na rapidez do desenvolvimento entre o país desenvolvido e o subdesenvolvido, mas de uma distorção realizada no país, hoje subdesenvolvido, pelo sistema colonial. O país que submetia um outro ao seu domínio procurava dirigir-lhe a economia tendo em vista atender aos interesses do país dominante, impedindo que o dominado se voltasse para o atendimento das necessidades de sua população (ANDRADE, 2003, p. 80).

A partir deste exemplo sobre o processo desigual do desenvolvimento do campo brasileiro, discorreremos aqui sobre a influência do Grupo BM no Brasil, considerando que, desde sua fundação na década de 1940, esta agência internacional de fomento atua como forte agente político, intelectual e financeiro (PEREIRA, 2010) em escala global. Este fato é notável devido a sua condição singular de prestador, formulador de políticas e produtor e veiculador de práticas discursivas estabelecidas a partir de recomendações em suas publicações oficiais, sobretudo em seus relatórios anuais, muitas vezes ideológicas, sobre questões diversas a partir de definições do que e como, Estados credenciados devem atuar (PEREIRA, 2010).

Ao longo de sua história, esta instituição financeira sempre explorou a questão da sinergia entre produção e circulação de dinheiro, prescrições políticas e conhecimento econômico, para ampliar sua influência e institucionalizar sua pauta de políticas por distintas formas de uso de poder, como a coerção (constrangimento junto a outros financiadores e bloqueios de empréstimos) e a persuasão (diálogo com governos e assistência técnica) (PEREIRA, 2011). Sobre a questão dos empréstimos e financiamentos realizados pelo Grupo BM, é importante lembrar que duas são as agências responsáveis por essas operações.

O Grupo do Banco Mundial é uma organização internacional com mais de 180 países membros. Seu objetivo é a redução da pobreza. O Grupo usa os seus recursos e colabora com outras organizações para ajudar os países clientes alcançar o desenvolvimento sustentável e o crescimento equitativo. O Grupo do Banco oferece aos seus países membros em desenvolvimento e de economias em transição toda uma série de serviços – tais como empréstimos, assistência técnica e assessoria – dimensionados para as suas necessidades. Este folheto descreve os instrumentos de empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) que, juntos, formam o Banco Mundial. O BIRD

realiza operações de empréstimos e de assistência ao desenvolvimento a países de renda média e a países de baixa renda com boa reputação creditícia. A AID faz empréstimos a juros baixos aos países mais pobres. Os empréstimos do BIRD e da AID são feitos a países membros. O BIRD também empresta a mutuários de um país membro, com garantia dada por aquele país (GRUPO BM, 2001, p. 11).

Cabe ainda uma observação importante em relação às fontes de recursos do Grupo BM, sob este aspecto, Pereira (2009), esclarece:

Os recursos financeiros do BIRD têm origem em três fontes. A primeira é a subscrição de capital efetuada pelos Estados-membros, que corresponde a aproximadamente vinte por cento do total. Na prática, porém, somente uma pequena parcela desse montante é efetivamente desembolsada. O restante é considerado “capital reclamável”, i.e., uma garantia dada pelos Estados-membros para uma situação eventual de não pagamento pelos devedores, o que jamais ocorreu. A segunda fonte corresponde a cerca de oitenta por cento do total dos recursos. Trata-se da tomada de empréstimos e da intermediação financeira em mercados internacionais de capital mediante a emissão de bônus, com prazos de desconto e taxas de juros variados. Como o capital do Banco é, na prática, garantido politicamente pelos Estados-membros, os bônus que emitem gozam de solidez notável, expressa pela qualificação de risco AAA, a máxima outorgada por agências especializadas do mercado financeiro. Por essa razão o BIRD pode tomar emprestado de fontes privadas a custo moderado e emprestar aos seus clientes em condições mais favoráveis do que aquelas vigentes no mercado internacional de capital. A reprodução desse esquema depende da preservação da segurança máxima de seus títulos, a qual é assegurada pelos Estados-membros. É por isso que o BIRD goza do status de credor preferencial. A terceira fonte, bastante menos expressiva, advém dos ganhos que a instituição obtém com os pagamentos de empréstimos e créditos, a intermediação bancária e os investimentos que realiza com a sua receita. Em suma, as operações financeiras do BIRD são asseguradas pela combinação da garantia política que o sistema interestatal lhe confere, ao lado da inserção plena nos mercados internacionais privados, de onde capta a maioria esmagadora dos recursos que financiam suas operações (PEREIRA, 2009, p. 13).

Dedicando atenção ao desenvolvimento do campo no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, com base no discurso da necessidade de aumento da produtividade agrícola e da melhoria da qualidade dos alimentos para a redução do problema da fome, proferido pela FAO e publicado no documento *El estado mundial de la agricultura y la alimentación* (FAO, 1960), o Grupo BM passa a incentivar projetos de desenvolvimento para o campo além da dimensão de infraestrutura e dedicando atenção a questões produtivas por meio da utilização de técnicas experimentadas durante a 2ª Grande Guerra Mundial que ficou conhecida como revolução verde.

Até o início dos anos 1960, o programa do Banco para a agricultura havia sido modesto e fazia parte da sua ênfase em infraestrutura, resumindo-se a grandes projetos de irrigação e drenagem intensivos em capital. Em certos

casos, projetos de irrigação e energia eram a mesma coisa. Contudo, proporcionalmente, os empréstimos para agricultura foram os que mais cresceram durante a gestão Woods. O principal fator que empurrou o Banco nessa direção foi a “revolução verde” (PEREIRA, 2014, p. 519, aspas no original).

Pereira (2014) identifica que, sob a gestão McNamara (1968 – 1981), as formas de atuação desta agência, em relação à disseminação da revolução verde, foram intensas, principalmente, em países da América Latina, tendo como pano de fundo para tal ação o combate à pobreza:

[...] sob McNamara, o Banco estenderia a sua gravitação para toda a periferia capitalista, na condição de principal financiador público internacional da revolução verde e líder intelectual e político do “combate à pobreza” no mundo (PEREIRA, 2014, p. 526).

Neste período, o governo brasileiro, na década de 1960 sob a gerência de João Goulart, implementa o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963 – 1965), posteriormente, no governo ditatorial de Humberto de Alencar Castelo Branco, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966), já adentrando a década de 1970, sob as diretrizes, também ditatoriais, do governo de Artur da Costa e Silva que, juntamente com a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento, resulta no Plano Trienal (1968 – 1970). Esses modelos de desenvolvimento visavam e estimulavam o aumento da produtividade, a mecanização, o crédito agrícola e outras perspectivas que, quando observadas às recomendações da FAO (1960) e do Grupo BM, em relação ao descrito por Pereira (2014), já indicam a proximidade das ações nacionais com agências internacionais de fomento.

Na década de 1970, com os alardes provocados pelo relatório *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS, et al, 1972), que trouxe em seu bojo diversos temas como a incerteza sobre a capacidade de alimentar a crescente população, aliado a crise do petróleo e o estancamento do ciclo expansivo econômico baseado no Keynesianismo²⁶, todos esses temas relacionados à questão sobre os recursos naturais, foi sendo criado um arcabouço ideológico com o intuito de difundir novos modelos de desenvolvimento, inclusive para o campo e, além destes fatos, providenciar a instauração de regimes

²⁶ “A ideia fundamental do pensamento keynesiano é que as economias capitalistas sistematicamente fracassam no que se refere a gerar crescimento estável ou utilizar plenamente os recursos humanos e físicos; os mercados, que são os principais mecanismos econômicos de auto regulação e ajuste da sociedade civil, não conseguem eliminar as crises econômicas, o desemprego e nem, em versões posteriores, a inflação (HARRIS, 1996, P. 408)”.

políticos baseados no liberalismo econômico²⁷ e na democracia participativa (OLIVEIRA, 2012) tendo o EUA como liderança neste processo, considerando que:

[...] era preciso modernizar o Terceiro Mundo, estimulando o crescimento econômico, a realização de reformas sociais preventivas e a constituição de regimes liberal-democráticos, a fim de impedir a gravitação soviética e evitar a emergência de regimes políticos que, mesmo não alinhados à URSS, pudessem de algum modo descambar para uma posição hostil aos EUA (PEREIRA, 2014, p. 507).

Deste modo, consideramos que por meio de apoio internacional para a concessão de empréstimos, o Grupo BM foi ampliando suas funções técnicas, financeiras e, principalmente, cada vez mais, políticas, mediante recomendações para a formulação de políticas globais, setoriais e locais. Tais recomendações influenciaram a agenda dos países credenciados para financiamento, respaldadas por uma base conceitual que imprime uma diretriz redutora e espacialmente seletiva às políticas sociais de distintos países revelando uma incrível capacidade de articular suas práticas internas a processos de territorialização que impulsionam o modo de produção capitalista e, desta maneira, permitem alterações em configurações socioespaciais determinadas.

Ainda na década de 1970, o Estado nacional, influenciado pela política desenvolvimentista, desempenhava a função de promover a reprodução ampliada do capital²⁸ (FURTADO, 1974). Por conseguinte, o governo fomentou, subsidiou créditos e promoveu financiamentos com taxas de juros abaixo do mercado, atendendo a grupos de médios e grandes produtores rurais já capitalizados. Buscava com a modernização no campo, gerar o desenvolvimento no setor industrial brasileiro, não somente isso, mas articular as ações do setor agrícola com o setor industrial²⁹ e, ao mesmo tempo, desenvolver e tecnificar a agropecuária brasileira por meio de incentivos ao projeto que

²⁷ “A doutrina política conhecida como liberalismo afirma que o propósito do estado como associação de indivíduos independentes é facilitar os projetos (ou a “felicidade”) dos seus membros. Os estados não devem impor os seus próprios projetos.[...] dentro da efetiva política da Europa e da América, liberalismo refere-se a um conjunto *específico* de ideias, que, de tempos em tempos, destacam seus adeptos dos conservadores e dos socialistas. Exatamente o que constitui essa forma específica de liberalismo muda de uma geração para a seguinte” (MINOGUE, 1996, p. 421).

²⁸ Entendida aqui, de acordo com Sandroni (1996) com a necessidade do modo de produção capitalista expandir-se para regiões ou países subdesenvolvidos, não capitalistas, ou para setores não capitalistas de produção dentro dos próprios países capitalistas.

²⁹ Sobretudo com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, e dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Neste sentido, ver, Delgado (1985), Müller (1989) e Graziano da Silva (1999).

ficou conhecido como modernização conservadora³⁰. Para Bacelar (2003), tais ações realizadas no setor agropecuário pelo Estado eram direcionadas para alavancar o desenvolvimento no campo, ancoradas por uma ideia de crescimento econômico, acelerado pela difusão do processo de industrialização, porém, sem promover alterações na estrutura agrária. Neste caso, a descentralização funcionaria como forma de erradicar a centralização do poder e o autoritarismo da decisão do gasto público, traço marcante da forma de ação administrativa da ditadura militar (BACELAR, 2003).

A crise nas economias latino-americanas, na década de 1980, geradas pelo alto endividamento junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) levou ao esgotamento deste modelo centralizado e intervencionista que persistia até então e, este fato, fortaleceu a ação do Grupo BM no que tange a suas recomendações sobre ajustes estruturais aos países credores, principalmente via políticas restritivas impostas à importação e redução do poder do Estado (FURTADO, 1974). Neste sentido, as políticas de desenvolvimento para o campo, financiadas pelo Grupo BM, passam por alterações, visando seguimentos vinculados à área social, como a redução da pobreza (Grupo BM, 1992). No caso brasileiro, este modelo foi típico na elaboração e implementação de políticas públicas, até porque, naquele período, o governo, com preocupações desenvolvimentistas e intervencionistas, marcou sua intensa presença na vida do país e a longa ditadura militar que dominou o cenário político neste período reforçou sua tradição centralista.

Mas esses traços não eram só brasileiros. O *Welfare State*, de base Keynesiana, teve características centralistas em muitos países (ARAÚJO, 1988). Harvey (2010) identifica na rigidez dos aparatos centralizados e dos mecanismos e modelos organizacionais então dominantes, uma das dificuldades que os agentes atuantes no controle do modo de produção capitalista se deparavam para adaptar o mesmo e responder aos novos requisitos e características flexíveis da economia política internacional que começavam a se apresentar com o esgotamento do modelo intervencionista, daí a necessidade e intensificação nos ajustes estruturais (HARVEY, 2010). Deste modo, ainda na década de 1980, tem início à aproximação mais intensiva do Grupo BM com o processo de descentralização³¹ no Brasil, especificamente, com a publicação do relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 1983 (WORLD BANK,

³⁰ Para maiores detalhes dos resultados desta fase da agricultura nacional, ver, por exemplo: (GUIMARÃES, 1997), (PIRES; RAMOS, 2009) e (DELGADO, 2010).

³¹ Apesar de suas ações terem se iniciado, no Brasil, na década de 1940 (MARTINS, 2009).

1983) indicando que a forma mais comum de descentralização, nos países periféricos, seria a desconcentração, entendida, segundo o relatório (WORLD BANK, 1983) como: “[...] deconcentration: transferring resources and decision making from headquarters to other branches of central government [...]” (WORLD BANK, 1983, p. 120).

Deste modo, observamos que ao longo da experiência do Grupo BM, a temática da descentralização político-administrativa ganha destaque no início da década de 1980, com a publicação do referido relatório (WORLD BANK, 1983). De acordo com Guimarães (1993), o assunto usualmente permeou as políticas e projetos da instituição, visto que seria incompleta a discussão sobre propostas de intervenção na economia sem considerações a respeito. Até por isto, o Grupo BM estruturou áreas voltadas especificamente para o estudo dos arranjos institucionais alternativos, como, por exemplo, o *Public Sector Management Issues*. Há que se notar, porém, que a inserção das preocupações em torno da descentralização em sua agenda de prioridades era modesta até 1983, para afirmar-se o mínimo. A partir da divulgação do relatório citado (WORLD BANK, 1983), tornou-se relevante à análise dos processos de implementação das políticas públicas, para verificarem-se os reais impactos e óbices enfrentados pelos empréstimos concedidos.

Para Borges (2003), o balanço das políticas de ajuste estrutural a partir das recomendações do Grupo BM (WORLD BANK, 1983) indica uma reorientação na agenda e no conteúdo das políticas formuladas por esta agência para os países periféricos, em função das transformações conjunturais de escala global e do fracasso de políticas em termos de impulso ao crescimento econômico, estabilização política e redução da pobreza. Para o autor:

[...] a agenda de políticas do Banco Mundial deslocou-se das reformas macroeconômicas stricto sensu para as reformas do Estado e da administração pública, objetivando promover a ‘boa governança’ e fortalecer a sociedade civil (BORGES, 2003, p. 125).

Com tal iniciativa do Grupo BM a favor da descentralização, a mesma torna-se tão proeminente que até mesmo o relatório *Nosso Futuro Comum* (ONU, CMMAD, 1988), que projeta o desenvolvimento sustentável, traz manifestações a respeito indicando que:

Uma boa administração municipal requer a descentralização de recursos, de poder político e de pessoal- em favor das autoridades locais, que estão em

melhor situação para avaliar e prover as necessidades de sua área (ONU, CMMAD, 1988, p. 91).

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 conduziu o processo de descentralização aumentando a responsabilidade dos estados e municípios em relação à formulação e gestão de políticas públicas por meio daquilo que Ortega (2007) escreveu sobre arranjos sociais locais, ou seja, conselhos nos mais variados setores de administração pública com poderes consultivos, e, às vezes, também deliberativos (ORTEGA, 2007).

Paralelo à promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe os mecanismos descentralizadores para o Brasil, o discurso da participação comunitária ganha destaque no Grupo BM e, neste sentido, Grisa e Schneider (2015), em estudo sobre o desenvolvimento no campo brasileiro, identificam a primeira intervenção direta do Grupo BM no processo de descentralização no Brasil. Segundo os autores, foi em 1994 que o Grupo BM indica ao governo brasileiro que este deveria atuar, dentre outras esferas, no combate a pobreza rural, por meio de ações sociais e assistenciais, seguindo orientações técnicas internacionais onde o Estado deveria intervir nas possíveis falhas de mercado e “[...] promover a inserção econômica destes grupos sociais” (GRISA, SCHNEIDER, 2015, p. 29). Deste modo, consideramos que este receituário passa a ser internalizado amplamente no Brasil, tanto no que concerne às práticas discursivas de descentralização e maior participação popular, como na concretização do poder de influência na elaboração de políticas de desenvolvimento para o campo.

No documento do Grupo BM (WORLD BANK, 1994) citado por Grisa e Schneider (2015) encontramos as referências às quais os autores se expressam, resumidamente, na forma de recomendações para o desenvolvimento do campo no Brasil nas seguintes especificidades: reforma do comércio de importação e exportação; políticas para açúcar e etanol; finanças públicas; pesquisa e extensão agrícola; crédito rural; comércio de terras; agricultura familiar, desenvolvimento rural e serviços sociais para a pobreza rural; conservação, floresta e biodiversidade e agricultura sustentável (WORLD BANK, 1994), no resumo do documento, podemos ler:

This report is about the management of agriculture in Brazil, the natural resources of Brazil, and the people who live in rural Brazil. It surveys and analyses the policies that the government has adopted toward this interactive complex. And it suggests modifications in those policies that would better achieve the three goals that the government wishes to achieve with its policies. These goals are: vigorous growth in agriculture; reduction in rural

poverty; sustainable use of natural resources. Brazil has undertaken major institutional and economic reforms over the last few years. Many in agriculture and natural resource management. But the process is incomplete and the hard-won gains are in danger of reversal if reforms are not completed. Further, a number of policies put in place in the past have outlived their usefulness or are having unintended side effects that are costly to agricultural growth and rural development. In other cases the type of intervention seems inappropriate (WORLD BANK, 1994, s.p.)

Portanto, a partir da década de 1990, com o aprofundamento das ações dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, que impulsionaram o processo neoliberal e a mundialização do modo de produção capitalista a partir de fatos como o desmantelamento do bloco socialista europeu, a ideologia do Estado mínimo, o livre trânsito internacional de mercadorias e capitais especulativos e o tratamento rígido e austero, via FMI, os países periféricos endividados, imersos em crônicos déficits públicos e assolados por processos hiperinflacionários ficam a mercê das recomendações do Grupo BM e, consideramos que a adoção e a incorporação sistemática, pelos governos brasileiros que se sucedem do ideário neoliberal, não fugiram a regra.

Assim, com o país alinhado politicamente ao plano neoliberal e, no plano democrático, com uma Constituição Federal com direitos políticos, civis e sociais, o Estado brasileiro começou uma reforma em sua base administrativa. Bresser Pereira (1997) destaca que o Estado passa de uma estrutura burocrática, construída ainda na década de 1930, para uma base gerencial. Vieira (2001) define essas estruturas e destaca que a burocrática é baseada num serviço civil profissional, na dominação racional-legal; enquanto na gerencial considera o cidadão como um usuário de serviços públicos ou cidadão cliente.

O modelo administrativo burocrático, resultado da crise de 1929, já era executado por países europeus desde o final do século XIX. Para Vieira (2001), o modelo burocrático brasileiro não chegou a ser consolidado, já passando a um modelo administrativo gerencial que, dentre outros fatores, envolve o Estado na regulação da produção, circulação e consumo de produtos e mercadorias.

Diante deste cenário global, a direita conservadora no Brasil prega em sua cartilha a existência do estado mínimo, em que os problemas econômicos e sociais seriam resolvidos pelo mercado. Para tanto, seria necessário privatizar serviços e empresas públicas, desregular a economia, abrindo seu mercado interno para a concorrência externa e flexibilizar o mercado de trabalho, diminuindo direitos

trabalhistas. Essas medidas tinham sido levadas a cabo nos EUA, Inglaterra, Argentina e Chile, por exemplo, com amplo apoio, nestes dois últimos países, do grupo de economistas conhecido como *Chicago Boys*³². Já a esquerda liberal seguiu a cartilha do neoliberalismo, mas, alertando para o fato que o mercado não garante o equilíbrio financeiro e nem o desenvolvimento social, e que para corrigir essas distorções era necessário à intervenção do Estado (BRESSER PEREIRA, 1997). A corrente neoliberal foi firmada junto aos partidos de centro-direita que consolidaram um modelo de reforma do aparelho do Estado e de seus órgãos de intervenção internacional, como o Grupo BM, além do FMI, que passaram a financiar empréstimos a países que aderissem a essa nova forma de administração pública de caráter gerencial.

A descentralização em apreço toma contornos ideológicos a partir da incorporação cada vez mais enfática, na década de 1990, de pressupostos neoliberais de funcionamento da economia e atuação do Estado. A onda neoliberal se espalha por diversos países e, na América Latina, aparece com destaque o Brasil que, a partir de 1992, com o governo Fernando Collor de Melo, desencadeia um processo amplo de abertura financeira e mercantil da economia e marca efetivamente a inserção nacional no neoliberalismo. Nesta nova fase do capitalismo, o Brasil incorpora, principalmente a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso, um dos pilares daquela escola de economia: a concepção de Estado mínimo. Em 1994, com a reforma administrativa, tem início o ajuste fiscal que envolveu a privatização de bancos públicos, mineradoras e terceirizações de serviços, por exemplo, na tentativa de diminuir os gastos públicos.

Com o Consenso de Washington³³, as prescrições em torno da ideologia neoliberal passam a ser amplamente difundidas. Nesse sentido, Pereira (2009) destaca que o Grupo BM fez uso de três táticas para consolidar suas estratégias e poder de influência: o modelo de alívio compensatório da pobreza; a mudança do papel do Estado na economia; e, a redefinição da forma pela qual as reformas estruturais

³² Grupo de economistas oriundos da Escola de Economia de Chicago influenciados pela linha de pensamento monetarista veiculada por Milton Friedman. Responsáveis por tornar o Chile o primeiro país a seguir a doutrina neoliberal fazendo uso de políticas econômicas destinadas a estabilizar o nível de preços dando ao mercado um papel maior na regulação da vida econômica do país reduzindo o poder de interferência estatal na economia do país.

³³ Encontro realizado no final da década de 1980, na cidade de Washington, em que foram convidados vários economistas de perfil liberal, funcionários do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro foi *Latin American Adjustment: how much has happened?* Este encontro visava a avaliar as reformas econômicas adotadas nos países da América Latina. Foram discutidas e apresentadas práticas isoladas utilizadas por diversos países. Estas práticas foram sintetizadas, agrupadas e resultaram, no que o economista inglês John Williamson, um dos diretores do Institute for International Economic, organização responsável pela organização da reunião, chamou de "Consenso de Washington" (FRIEDEN, 2006).

deveriam ser governadas. Especialmente no que tange a terceira estratégia, Pereira (2009) chama atenção para a difusão da ideia de governança, intimamente associada ao protagonismo da sociedade civil na esfera da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, portanto, da descentralização. Neste contexto, consideramos que *a nova face do processo de descentralização de políticas sociais no Brasil é condicionada também pelas decisões impostas por organismos internacionais de financiamento, representantes do interesse do capitalismo central, acreditando que, descentralizar seria uma forma de desoneração do governo central, dando às funções de Estado uma espécie de caráter menor, de municipalidade.*

Revestido dessas recomendações e lembrando que neste período a ineficiência do Estado como provedor social não era uma realidade, são estimuladas condições para a intensificação da cooperação internacional (PEREIRA, 2009) e as recomendações do Grupo BM para o processo de descentralização passam, então, a serem intensificadas. Especificamente para o desenvolvimento do campo, tais recomendações podem ser identificadas no documento: *Decentralization: a new strategy for rural development* (WORLD BANK, 1995).

New initiatives are now being attempted in several countries as well as by WB and other lenders, based on decentralizing decision-making and financing, and improving beneficiary participation in rural programs. The initial results of such experiments have been encouraging in several countries, and have uncovered substantial organizational capacity in local bodies (Brazil, Colombia, India, Mexico). (WORLD BANK, 1995, p. 1)

Neste documento (WORLD BANK, 1995), as recomendações do Grupo BM surgem como estímulo para países em desenvolvimento da América Latina, dentre eles o Brasil, apontando resultados do processo de descentralização em outros países, com características muito distintas, como a Índia, Costa do Marfim e Ghana (WORLD BANK, 1995). Apesar da não verificação nessa desconexão de realidades entre distintos países, as recomendações do Grupo BM conseguem respaldo, demonstrando o poder de influencia desta organização. Neste sentido, Thomaz Júnior e Gómez (2005) asseveram que, sob os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva:

Na mesma linha que o Banco Mundial e o do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula insiste na redução do papel do Estado, consolidando o paradigma neoliberal que domina o discurso e a prática, tanto dos organismos internacionais de regulação e controle (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas, e outros), como dos governos locais. Em todo caso, adotando algumas correções e exibindo

preocupações que sob o pretexto de imporem limites à lógica do capital, na realidade, legitimam uma prática que se insiste em que é a única possível (THOMAZ JUNIOR, GOMÉZ, 2005, p. 35).

Já na década de 2000, o Grupo BM reconhece as distorções e desigualdades geradas pelas estratégias anteriores que, apesar dos apelos, não conseguiram deter o processo de desenvolvimento desigual que havia sido estimulado a partir da década de 1970 com a modernização conservadora da agricultura brasileira, que se apresentou de forma seletiva e diferenciada, pelo fato de não atingir a todos os agentes sociais nele envolvidos e, no qual, foram privilegiados produtos, produtores e regiões, conforme escreveram Delgado (1985), Müller (1989) e Graziano da Silva (1998), dentre outros. Essa mudança de estratégia realizada após intensa pressão social (PEREIRA, 2011) culmina com a aparente consolidação de estratégias destinadas a dar voz à população carente, para que ela mesma buscasse alternativas para contrapor suas necessidades.

Estes fatos conduziram a alterações no entendimento conceitual sobre políticas públicas que, de acordo com Souza (2006), foi introduzido como produto da Guerra Fria, devido às ações decorridas da participação de governos na tomada de decisões políticas. Essa medida contribuiu com a ampliação nos métodos científicos visando melhorar as ações governamentais nos territórios. As primeiras iniciativas públicas permitiram identificar problemas públicos e, deste reconhecimento foram formuladas ações distintas para diferentes setores administrativos relacionados ao planejamento e execução, inclusive para a área social (SOUZA, 2006) além da organização estatal, que perdurava em períodos anteriores a descentralização, ou seja, o distanciamento do Estado na elaboração e condução de políticas públicas fez com que surgissem transformações significativas em relação a sua significação.

De todo este processo, o conceito de políticas públicas foi se tornando mais evidente, dentre outros fatos, devido às transformações decorrentes de ações estatais, principalmente com a implantação do planejamento. Para tanto, os agentes estatais buscavam adequar às novas estruturas organizacionais aos problemas condicionados às mudanças de ordem econômica e social.

Conforme Secchi (2011), não há concordância quanto à explicação precisa do significado de política pública. O autor salienta que a essência da política pública está contida no problema público, e, por problema público, Secchi (2011), entende determinada situação considerada inadequada, por algum agente observador, para determinada coletividade que pode vir a ser melhorada através de ações práticas visando

à possibilidade de atingir uma melhoria significativa, em distintas concepções, para determinado grupo social.

O que define se uma política pública é ou não pública é a sua intenção em responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo de “pública” (SECCHI, 2012, p. 4).

Assim, para Secchi (2011):

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2011, p. 2).

Neste sentido, Di Giovanni (2009) considera:

[...] política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANNI, 2009, p. 05).

Muller e Surel (2004) consideram que política pública é, simultaneamente, um objeto social e de pesquisa. Deste modo, com base em Muller e Surel (2004), entendemos política pública em uma perspectiva de orientação operacional que passa a ser considerada como o Estado em ação:

[...] a ação do Estado pode ser considerada como o lugar privilegiado em que as sociedades modernas, enquanto sociedades complexas, vão colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou referenciais, sendo que este conjunto de matrizes cognitivas e normativas intelectuais determina, ao mesmo tempo, os instrumentos graças aos quais as sociedades agem sobre elas mesmas e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir (MULLER; SUREL, 2004, p. 11).

Deste, consideramos então que políticas públicas de desenvolvimento para o campo podem ser entendidas por meio da relação proposta entre saber e poder. Neste sentido, Romano (2007) chama atenção ao fato destas serem relativamente autônomas, ou seja, sua elaboração (saber) e implementação (poder) estão fortemente influenciadas

por agentes externos ao Estado, portanto, entendemos que na concepção de Romano (2007), tais políticas públicas estão relacionadas à exploração de grupos internacionais sobre agentes que atuam na formulação destas (ROMANO, 2007) e este fato acaba por dificultar seu entendimento, pois excluí-se das análises os fatos políticos (relações de poder) intrínsecos a sua elaboração.

Em termos de produção de conhecimentos, a análise de políticas públicas na agricultura, como área específica dos estudos setoriais, apresenta mais fragilidades ainda que o próprio campo geral das políticas públicas. A maior fragilidade dá-se em termos do volume de pesquisas específicas, do desenvolvimento e reflexão de metodologias, da formulação de uma agenda de pesquisa e da própria acumulação de conhecimentos. O requerimento de saberes específicos sobre o setor tem marcado tensões entre disciplinaridade e interdisciplinaridade na produção de conhecimento sobre políticas públicas, com predomínio de trabalhos levados a cabo por economistas e agrônomos sobre cientistas políticos, sociólogos e antropólogos. Esse predomínio tem limitado a análise das políticas como processos políticos, desconsiderando-se o foco em aspectos políticos da política pública que se manifestam nas distintas fases tradicionais da política (a identificação do problema, a definição da agenda, a formulação da própria política, a gestão e implementação, a avaliação). Os estudos, pelo geral, tem prestado mais atenção à avaliação do impacto das políticas nos âmbitos econômicos e sociais (e até ambientais) (ROMANO, 2007, p. 142).

O exercício do poder, em relação a políticas públicas, pode significar uma influência à forma como as decisões são tomadas (ROMANO, 2007). Assim, consideramos que, apesar de autonomia em determinados casos (vide programas e políticas públicas formuladas e implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores), a formulação destas consiste numa sequência de decisões inter-relacionadas tomadas sob a influência de grupos externos, como o Grupo BM.

Portanto, a descentralização das políticas públicas, ocorrida nos últimos vinte anos do século XX no Brasil, deve ser compreendida através de uma perspectiva ampla, aonde agentes e condicionantes de várias matrizes vão forjando, por uma gama de razões diferentes, um processo de transferência de atribuições e desoneração do governo da União, em detrimento dos entes subnacionais, que nos parece mais afeto e determinado pelas condições conjunturais de cada agente e fenômeno descentralizador do que uma política planejada e bem executada no sentido de dar maior participação democrática nas decisões sobre os gastos públicos sociais, combater as significativas desigualdades regionais e dar melhor e mais adequada alocação às dotações de recursos públicos.

Destes escritos, podemos considerar a descentralização como produto de novas práticas adotadas, muitas delas apoiadas ou fomentadas por agências internacionais de desenvolvimento, como o Grupo BM. Os resultados do processo de descentralização se materializam, dentre outras formas, como políticas públicas e já podem ser objeto de análise e torna-se evidente que, por meio da transferência de competências e por meio da fragmentação do processo político, estima-se que a descentralização cumpra a função de adaptar a regulamentação estatal às novas condições de acumulação do capital mundial dentro de um marco de crise econômica e fiscal.

Nessa perspectiva, a descentralização contribui não tanto com o aumento da legitimidade do ordenamento político, mas com a diminuição da presença legitimadora do Estado, em um sentido instrumental de governabilidade tendo no território, normatizado, sua condição de existência.

1.2. Recomendações e articulações do Grupo Banco Mundial para a institucionalização do desenvolvimento territorial rural sustentável

Sem a pretensão de nos determos excessivamente em considerações sobre o conceito de desenvolvimento, tanto etimologicamente como epistemologicamente, estruturamos este item para compreender a forma como o Grupo BM influenciou na formulação de modelos de desenvolvimento nas perspectivas territorial e sustentável.

Esta opção se deve ao fato de consideramos que muitas das aproximações a este conceito acabam em redundâncias quando não relacionados a estudos que visam mensurar o desenvolvimento, como os relatórios publicados pelo Grupo BM, por exemplo. Na própria literatura histórica e econômica, não encontramos consenso devido à dualidade de significados do que pode ser considerado desenvolvimento. No plano nacional e internacional, autores como Abramovay (1998, 2000a), Veiga (2002a, 2005), Sen (2001) e Sachs (2004), por exemplo, não abandonam a ambiguidade em torno deste conceito preocupando-se em descrever um processo histórico, articulado a adjetivações em torno de possíveis entendimentos, deste modo, o próprio desenvolvimento gera novas questões.

Assim, consideramos que a amplitude deste conceito tem impedido uma definição além do ponto apresentado, portanto, seguimos o raciocínio de Peet (2009) que escreveu:

Many people might agree that a better life for all is a desirable goal and that development as its theory is time and thought well spent. But not everyone thinks development is universally realizable at the present time (“we are not quite there yet”). And among those who think that the goal of a better life for all is practicable, there are broad disagreements on how to get there. Development understood as a better life is a powerful emotive ideal because it appeals to the best in people. What might be called the “discourse of development” (the system of statements made about development) has the power to move people, to affect and change us forever. Hence, development can be used for many different political purposes, including some, and perhaps most, that conflict with its essentially egalitarian ethic (“a better life for *all*”). Indeed, the idea of development can be used to legitimate what in fact amounts to more money and power for a few. So, putting all this together, development is a contentious issue around which swirl bitter arguments and fierce debates (PEET, 2009, p. 1).

Desta ressalva em relação à definição conceitual de desenvolvimento, consideramos válidas para nossa análise as estratégias políticas de desenvolvimento implantadas, ou em fase de implementação, em escala de abrangência global e, em grande medida, norteadas pelo modo de produção capitalista com base em recomendações do Grupo BM, dentre outros agentes. A esta perspectiva, das estratégias políticas de desenvolvimento, dedicaremos atenção por reconhecermos nessa a possibilidade de aproximação a Geografia do desenvolvimento na perspectiva apresentada por Peet (2009) de considerar que a existência humana está relacionada a determinado modo de produção e, a produção se dá espacialmente localizada (PEET, 2009). Deste modo, consideramos nesta pesquisa e neste ponto, ainda que de forma simplificada, com base em Smith (1998) e Harvey (2013), o desenvolvimento como um processo histórico e geográfico, desigual e contraditório, atrelado a etapas evolutivas do capitalismo e a transformações espaciais e territoriais.

Portanto, consideramos que os debates em torno do desenvolvimento tiveram seu auge e crise num período relativamente curto de tempo, mais precisamente entre as décadas de 1950 e 1980. Neste momento, o arcabouço teórico sobre o desenvolvimento avançou rapidamente no campo da Economia, numa associação muito estreita com o conceito de crescimento econômico. Contudo, a escassez e a crise de modelos e projetos nacionais e internacionais – como o fim da URSS e ostracismo do comunismo – no último quarto do século passado lançaram o desenvolvimento num certo isolamento, como bem ressaltam autores como Hirschmann (1996), Krugman (1997) e Furtado (2000).

Paralelo a esses fatos, ganha corpo no cenário internacional o debate sobre a relação entre a sociedade e a natureza, em particular seus efeitos negativos sobre os

recursos naturais publicados pelo Clube de Roma (MEADOWS et al., 1972) que causou alarde global na década de 1970 com seu tom catastrófico (OLIVEIRA, 2012). O atrelamento destes processos (debate conceitual em torno do desenvolvimento e reconhecimento dos problemas relacionados à preservação de recursos naturais) é aqui considerado, em parte, responsável pela retomada do estudo teórico na década de 1990 adjetivado de diversas formas que passam a expressar, tanto como qualidade quanto explicação para a necessidade do desenvolvimento.

Consideramos que o desenvolvimento sustentável vem sendo, há tempos, impulsionado como modelo de desenvolvimento de distintas formas, como o PEMH e a expansão do setor sucroenergético, por exemplo. Neste processo, que convencionalmente foi denominado de *desenvolvimento territorial rural sustentável*, foi estruturada uma tese que vem se amparando em estudos que entendem e planejam o desenvolvimento territorial a partir de sua delimitação física e pela implementação de normas, deste modo, o próprio desenvolvimento sustentável se tornou norma, sendo imposta de distintas formas, desde publicações oriundas de conferências da ONU sobre o tema até as recomendações do Grupo BM para a liberação de financiamentos.

Destes escritos, dedicamos atenção às concepções de desenvolvimento que nos importam, territorial e sustentável. Primeiro, *esclarecemos que o que apresentamos neste ponto da tese como território está relacionado ao posicionamento de autores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, dentre outros, que, por seus escritos apresentam uma interpretação, em nosso entendimento, limitada em relação ao conceito de território interpretando este enquanto área fisicamente delimitada e apta à normatização*. Esta delimitação, devido à influência destes autores, interfere na elaboração de políticas públicas em diferentes escalas, desde a federal a municipal. Portanto, *ao apresentarmos considerações sobre o desenvolvimento territorial rural sustentável, interessa-nos demonstrar os modos de elaboração e institucionalização de políticas públicas subsidiadas pelo Grupo BM e a dinâmica territorial que garanta a operacionalização destas*.

Para demonstrarmos a complexidade deste processo (elaboração e institucionalização), consideramos fundamental analisarmos as influências externas que orientam a ação de grupos locais que, uma vez organizados, agem para superar uma dada situação presente, uma realidade que, a partir de um diagnóstico elaborado, pretende-se alterar. Deste modo, ao definir determinada área como território de atuação e implementação de uma política pública o Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), por exemplo. Deste modo, consideramos que o Estado atua estimulando ações que podem levar, ao mesmo tempo, a normatização do território (definindo regras, normas e institucionalidades desejadas) e instituição de territorialidades, que se sobrepõem e interagem com outras já constituídas.

Ou seja, entendemos que esta perspectiva de desenvolvimento territorial atua no sentido exposto por Steinberger (2013) de normatização do território³⁴, entendendo este – o território – como recurso estratégico aos agentes envolvidos em determinada política pública que delimita fronteiras e, por sua vez, afeta o acesso da população local a recursos e supostos benefícios da ação pública territorial, ou seja, a normatização é aqui entendida como resultado da influência do Grupo BM que faz com que o produtor rural passe a produzir de acordo com determinadas recomendações técnicas tendo em vista sua inserção no mercado capitalista.

Assim, estabelece-se um conjunto de regras, por meio das agências que operacionalizam a política pública e pela pluralidade de agentes que vivem e atuam no território, ao qual o próprio Estado delega poder relativo a agentes locais para realizar a governança dos recursos disponíveis e alocados. Deste modo, pretendemos demonstrar que a concepção de território apresentada por aqueles autores anteriormente citados se relaciona àquilo que Haesbaert (2012) escreveu sobre o fato de este conceito estar imerso em relações de dominação e/ou de apropriação, que assumem caráter jurídico e político e tornam o território funcional, governável e apto à intervenção burocrática.

Reconhecemos que estudos geográficos acerca do território como *locus* para a articulação de agentes no intuito de promover estratégias de desenvolvimento articuladas a políticas públicas não são recentes. Saquet (2007) esclarece, com base em diversos autores como Giuseppe Dematteis, Maximo Quaini, Yves Lacoste, Claude Raffestin, e outros, que, a partir da década de 1970, abre-se um debate acerca de experiências europeias e norte-americanas, dentre outras, que aprofundam a ideia de que o desenvolvimento depende, parcialmente, do nível de organização de determinada sociedade, territorialmente limitada, em relação aos objetivos que lhes são comuns. Estas experiências fundamentaram, inicialmente, a abordagem territorial do desenvolvimento, esta, definida por Saquet e Sposito (2009) como sendo:

³⁴ Voltaremos à análise desta perspectiva na parte III deste trabalho.

[...] uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial, destacando-se as redes de articulação e comunicação, as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente construídas (SAQUET, SPOSITO, 2009, p. 16).

Um dos principais³⁵ pontos de partida dessa abordagem consiste nas pesquisas sobre a análise da dinâmica regional italiana. De fato, tais estudos levam em conta a experiência de uma nova realidade territorial a que denominaram Terceira Itália, que apresentava elevadas taxas do emprego industrial e bom desempenho em exportações, sendo que estes resultados não eram oriundos de políticas regionais efetuadas no estilo *top down*, mas sim de articulações entre as empresas internas à própria região.

O avanço desses estudos e dessas experiências começou a ser levantado por organismos nacionais e supranacionais, o que ajudou a difundir esta literatura e a incentivar experiências para outras localidades. Os estudos italianos são continuamente tomados como referência, na medida em que, desde logo, destacaram a importância do desenvolvimento competitivo que determinadas localidades haviam alcançado a partir de aglomerações de pequenas e médias empresas, contrastando com o modelo fordista da grande indústria de massa, em Turim e Milão. Deste modo a abordagem territorial foi construindo um respaldo, principalmente político e econômico.

No meio acadêmico a proposta territorial encontra suporte em estudos e pesquisas, como, por exemplo, os realizados por Bagnasco (1977). Na contramão do Norte desenvolvido, que estava passando por uma grave crise econômica, e o Sul atrasado, o Nordeste do país (Terceira Itália), caracterizado por um conjunto de pequenas e médias empresas, estava apresentando elevadas taxas de crescimento econômico e motivando a investigação das causas desse processo (ORTEGA, 2007) e, conforme destaca Bagnasco (1977), tal fato ocorreu sem a indução de políticas públicas, mas sim, residiram na questão cultural, na confiança e reciprocidade, na flexibilização da relação capital-trabalho, no crescimento da demanda mundial por bens de consumo, no progresso tecnológico, na interação rural urbano e outras (SAQUET, 2007).

Observe-se, portanto, que as discussões acerca da especificidade da dinâmica diferenciada observada em diferentes espaços perduraram ao longo da década de 1970 até meados da década de 1980, mas, ao final desse período, esse debate passou a ter uma menor exposição. A partir daí, no cenário econômico passa a dominar a vertente

³⁵ Esses dizem respeito a descrições de casos bem-sucedidos de desenvolvimento de regiões, sendo que o último analisa experiências de aglomerações de empresas em distritos industriais na Itália, Alemanha, Japão e Estados Unidos (SAQUET, 2007).

dos modelos ortodoxos e o debate das especificidades regionais perde espaço, sendo que a ideia da não intervenção do Estado é um dos motes centrais.

Surge um novo paradigma de desenvolvimento, associado ao processo de mundialização do modo de produção capitalista, fundamentado numa forma de organização da sociedade que privilegia o livre mercado, a descentralização e a não intervenção, o neoliberalismo.

Na década de 1990 é notável o debate em torno do papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional. Veiga (2002) considera como marco o fato de que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1991 analisou estudos que levantaram as relações entre as políticas nacionais, regionais e locais, concluindo que havia um perigo na abordagem do desenvolvimento local tal como estava sendo enfocada; a conclusão foi que a estratégia de desenvolvimento local deveria ser considerada um complemento ao desenvolvimento regional.

Considerava-se, neste contexto, importante a adoção de uma estratégia maior, baseada no conceito de desenvolvimento territorial. A ideia era que se deveria efetuar uma combinação de políticas governamentais descendentes (*up down*) com iniciativas de desenvolvimento endógeno (*down up*), sendo que o conceito de endogenia passaria a ter um caráter mais limitado.

Nesta condição, a abordagem territorial de desenvolvimento para o campo ganha destaque e pressupõe a análise dos problemas concretos do espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela OCDE quando assumiu o desafio de elaborar uma abordagem que permitisse entender e comparar o campo entre os 24 países membros da organização (VEIGA, 2002b).

Além destes aspectos, a abordagem territorial é, também, resultado da interferência de instituições multilaterais que passam a analisar novas dinâmicas espaciais e à própria necessidade de reavaliação dos instrumentos governamentais até então utilizados na promoção do desenvolvimento (BONNAL; MALUF, 2007). Portanto, tal proposta de modelo de desenvolvimento, como outras, não é neutra de intencionalidade.

No final da década de 1990, organizações internacionais reformularam a ideia de desenvolvimento e incorporam a ideia de capital social³⁶ que, para Abramovay (2000) “[...] representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (ABRAMOVAY, 2000b, p. 6).

A proximidade social, neste sentido, permite uma forma de coordenação entre os agentes, na forma de redes, que podem valorizar o conjunto do ambiente em que atuam (ABRAMOVAY, 2000b). Ainda de acordo com Abramovay (2002), as vantagens do modelo de desenvolvimento territorial para o campo, respaldadas no capital social, permitem que se abandone um horizonte estritamente setorial; impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento; estimula a pesquisa sobre governança e processos de cooperação; e, coloca ênfase na maneira como determinada sociedade utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva (ABRAMOVAY, 2002).

A partir disso, o desenvolvimento territorial rural surge como perspectiva de melhorias do nível de vida e de transformação social e econômica, pois o campo³⁷ insurge como espaço multifuncional a partir da introdução de novas possibilidades de geração de renda. Inserindo, então, a dimensão natural na concepção de desenvolvimento territorial, o território vem sendo tratado como estratégia de ação para a materialização de políticas públicas visando o desenvolvimento pautado no protagonismo dos agentes locais. Nesta fórmula, quase mágica, bastaria que eles se mobiliassem para que as vantagens do território fossem aproveitadas (mercantilizadas). No entanto, nestas análises, não se faz nenhuma menção à estrutura de classes sociais, aos interesses divergentes e ao poder das elites locais que, por vezes, pode neutralizar ações para preservar seus privilégios.

As políticas territoriais neste enfoque, aceitando a conceituação da SDT, tentam definir, dessa forma, uma posição de apoio ao planejamento enquanto uma tecnicidade, como escreveu Escobar (2000), uma idealização que destaca a condição de encaixar o cidadão em determinadas normas e, assim padronizar a realidade. Deste modo, as políticas territoriais acabam inserindo as pessoas em uma falsa realidade que, nesta perspectiva, pode ser controlada pelo Estado. Este movimento é resultado da

³⁶ Para Putnam (1996), que dedica especial atenção a questão do capital social, foi este o fator que contribuiu para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, fatos estes determinantes para o desenvolvimento da Terceira Itália.

³⁷ Esta revisão conceitual está relacionada ao debate sobre o novo rural, desenvolvido no Brasil especialmente a partir do Projeto Rurbano, liderado por Graziano da Silva (1999), mas também defendido por Veiga (2002b), no que se refere à delimitação dos espaços rurais.

utilização de instrumentos de planejamento econômico, como é o caso das políticas de *desenvolvimento territorial rural sustentável* que, ao tentar alocar os meios de produção no território, o faz de forma tecnicista e racionalista, porém, diferente do que faz parecer, nunca de forma apolítica (ESCOBAR, 2000).

Essa tendência faz uso essencialmente funcional, no âmbito econômico e político, do conceito de território com vistas ao planejamento e execução de políticas públicas. Faz-se, nesta perspectiva, opção por uma ação de gestão operacional da realidade (SCHNEIDER, 2004). Este posicionamento demonstra certa fragilidade teórica e conceitual, em relação ao conceito de território, que se observa na abordagem do desenvolvimento territorial rural que, como demonstraremos posteriormente, repercute na Geografia.

A adoção da abordagem territorial para o desenvolvimento do campo resulta, portanto, da congruência de uma série de fatores que se tornaram expressivos a partir das duas últimas décadas do século XX: as crescentes preocupações da sociedade com as questões relativas a recursos naturais, principalmente a partir da década de 1970 que, no caso da agricultura, foi ressaltada pelos resultados deletérios da revolução verde; o êxito das políticas territoriais em escala europeia, como o Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural³⁸ (LEADER), o vigoroso desenvolvimento da Terceira Itália e, a emergência da nova ruralidade, com o crescimento e o aumento da importância das atividades não agrícolas no campo.

Esta perspectiva chegou à América Latina e, no âmbito do Brasil, os estudos avançaram ao longo da década de 1990, a ponto de as políticas públicas começarem a ser geradas considerando-se esse arcabouço teórico. Deste modo, o foco da discussão de desenvolvimento territorial passou a destacar a importância dos agentes locais, construindo um projeto capaz de gerar sinergias positivas de forma articulada às políticas públicas implantadas pelo Estado nacional. Cada vez mais passavam a ser incentivadas experiências de desenvolvimento territorial, buscando replicar experiências europeias, perspectiva esta, trabalhada e defendida por Abramovay (1999) que propõe a dinamização econômica e a geração de postos de trabalho no campo como resultado direto de uma “[...] dinâmica territorial específica que valoriza a identidade regional, o clima favorável ao espírito empreendedor, à existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural” (ABRAMOVAY, 1999, p. 2).

³⁸ Liaisons Entre Actions de Développement de l’Economie Rurale, no original.

Da mesma forma, Favareto (2007) argumenta que os novos discursos sobre ruralidade acabaram tomando forma de consensos e orientação, a que foram incorporados, por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, como a FAO, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a OCDE, por exemplo, e, como apresentado por Favareto (2007), é forte a influência de tais organismos sobre a definição das políticas públicas de desenvolvimento para o campo.

Com base nessas propostas, a abordagem territorial do desenvolvimento, incorporando o enfoque do novo rural, toma força e forma. A tese defendida, por pesquisadores, autores e pelas agências internacionais, é que a lógica de atuações coletivas deveria também ser adotada nas políticas públicas que envolvem transmissão de recursos, sendo que o direcionamento e a utilização dos mesmos deveriam envolver a lógica local, a partir de uma perspectiva de descentralização de decisões. Então, caso se tenha uma concepção de desenvolvimento centrada na melhoria das condições de vida das comunidades e na maior inserção dos grupos excluídos, indica-se a importância de que as políticas adotadas partam de um pacto territorial, mediado e impulsionado a partir da articulação de cooperativas, organizações de produtores, associações empresariais, sindicatos, poder público, igrejas, bancos e outros (ABRAMOVAY, 1999; ECHEVERRI, 2002; VEIGA, 2000, 2001).

Nesta concepção, as reflexões sobre o desenvolvimento rural passam a ser idealizadas fora da lógica das atividades produtivas setoriais, espaço de variadas atividades e de relações sociais entre distintos agentes. Por consequência, passou-se a valorizar a conjuntura social, natural, política e econômica no processo de desenvolvimento dos territórios rurais. Isso porque “[...] as vantagens das palavras espaço e território são evidentes: não se restringem ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas estas dimensões” (VEIGA, 2002, p. 286).

Buscando fortalecer esta concepção territorial pesquisadores indicam avanços em pelo menos três grandes pontos: superação da visão setorial do desenvolvimento (NAVARRO, 2001); importância da governança social e seus mecanismos locais de funcionamento (VEIGA, 2005); entendimento do território como o “[...] resultado da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução” (ABRAMOVAY, 2000b, p. 2), o que pressupõe uma maior

aproximação na relação entre a sociedade e a natureza, porém, levando em consideração, principalmente a rentabilidade capaz de ser obtida desta relação.

Sobre a perspectiva da abordagem territorial e o uso do conceito de território em políticas públicas de desenvolvimento para o campo, no contexto brasileiro, Schneider e Tartaruga (2004) destacam:

A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004, p. 107).

Schneider e Tartaruga (2004) levam em conta duas razões para se compreender porque o recurso às abordagens territoriais se tornou uma referência recorrente para a interpretação de processos e, ao mesmo tempo, uma ferramenta para a intervenção: *a primeira razão que estimula fortemente o interesse crescente pelos enfoques e abordagens territoriais está relacionada à profusão da literatura que interpretou as transformações societárias como sendo o resultado da crise do fordismo e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo; a segunda razão está associada aos aspectos políticos e institucionais que derivam, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação.* A crise do Estado, dentre distintas perspectivas, refere-se à sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada, especialmente a partir da ampliação de capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala global, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias, deste modo, Schneider e Tartaruga (2004) escreveram e entendem que o território pode ser definido, para fins de operacionalização de políticas públicas:

[...] como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos político e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial. *Desse modo, assiste-se a uma verdadeira instrumentalização do território, quer seja através da abordagem das transformações produtivas que partem das mudanças na economia industrial para mostrar que estes processos possuem uma territorialidade, ou através do enfoque político e institucional que busca*

mostrar que o território torna-se a nova unidade de mediação entre o espaço e os atores locais e as demais esferas regionais e nacionais. Tanto num caso como noutro, o território deixa de ter um sentido heurístico e conceitual, conforme apontado anteriormente, e assume a condição de uma abordagem ou um enfoque (SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004, p. 109, itálico nosso).

Para Veiga (2006) condicionar o território a este processo se torna de suma importância:

Ordenar territórios. Esse novo requisito exige a superação de ultrapassadas concepções do desenvolvimento: a sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. Trata-se de um imperativo global que chegou para ficar, em virtude da percepção de que a biosfera, em nível global, regional, nacional e local, está sendo submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o próprio desenvolvimento e as condições de vida. (VEIGA, 2006, p. 1, itálico nosso).

E, destes escritos, pontuamos: *qual foi a interferência direta do Grupo BM neste processo?* No Brasil, experiências em políticas públicas no âmbito do desenvolvimento territorial rural passam a ser estimuladas e defendidas, sobretudo por parte de agências estatais, a partir da década de 1990, com a aceitação do viés neoliberal imposto pelo Grupo BM, como escrevemos no item anterior. Não obstante, os objetivos traçados pelas políticas orientadas a partir do Consenso de Washington e recomendadas pelo Grupo BM, a gravidade da situação de desigualdade e pobreza exigiu respostas sobre as recomendações sugeridas. Entendemos, portanto, que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural enquadravam-se na lógica daquelas recomendadas pelo referencial neoliberal e visavam, em última instância, delegar aos mercados a resolução dos problemas. É nesse contexto que o desenvolvimento territorial é institucionalizado no Brasil na década de 1990 como conceito operacional e normativo (FAVARETO, 2007; HESPANHOL R. 2010).

Ortega (2007) enumera quatro motivos que fortaleceram a inserção da perspectiva territorial ao desenvolvimento do campo no Brasil: o fortalecimento das forças locais na luta pela redemocratização do país; a promulgação da Constituição Federal de 1988; a desregulamentação da economia; e as orientações das agências multilaterais, principalmente por recomendarem “[...] a indução de arranjos socioprodutivos locais, que, de maneira autônoma e endógena, deveriam buscar o desenvolvimento, desobrigando o Estado de ações intervencionistas” (ORTEGA, 2007, p. 281).

Assim, foram criadas as condições para atuação do Grupo BM, que, intensificando suas estratégias para o desenvolvimento do campo e reforçando sua atuação em relação a políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil, o Grupo BM, focando a escala local, passou a intensificar as políticas de desenvolvimento tendo como foco, a partir de então, o combate à pobreza, o que não significa que esta perspectiva não estava presente em recomendações anteriores, como atesta o documento: *Brazil: The Management of Agriculture, Rural Development and Natural Resources* (WORLD BANK, 1994)

Brazil has a long history of intervention in agriculture. Out puts were taxed (explicitly and implicitly) and inputs were protected by import substitution. Large credit subsidies were used to offset these disincentives. Rapid agricultural growth, however, has neither reduced rural poverty nor stimulated employment. Rather, agricultural policy interventions, other policy distortions, and poor allocation of public expenditures have aggravated both (WORLD BANK, 1994, p. 23).

Com isso, a pobreza passa a ser vista como a privação de capacidades que impossibilita o seu desenvolvimento.

La pobreza absoluta es una condición de vida tan degradada por la enfermedad, el analfabetismo, la malnutrición y la insalubridad, que niega a sus víctimas necesidades humanas básicas [...] es una condición de vida tan limitada que impide la realización del potencial de los genes con los cuales uno nace [...] el problema es más severo en el campo (GRUPO BM, 2002, p. 1).

Consideramos que a opção pela questão de enfrentamento a pobreza tenha sido fortemente influenciada pelas ideias do economista indiano Amartya Sen. De acordo com Sen (2001):

[...] o desenvolvimento pode ser visto como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de renda pessoal, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade (SEN, 2001, p. 16).

Ao analisar o desenvolvimento na perspectiva centrada na dimensão social, Sen (2001) considera que as liberdades dependem, também, de outros determinantes, como disposições sociais, econômicos e direitos civis e destaca a questão da pobreza.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico (SEN, 2001, p. 17).

Ao aprofundar sua análise sobre renda e pobreza, Sen (2001) argumenta que uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente a uma vida pobre. Nessa perspectiva, enfatiza que a pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades. Favareto (2007), examinando a ideia de Sen (2001), assevera:

A ideia central é que a expansão das liberdades humanas é a um só tempo, o fim e o meio dos processos de desenvolvimento. Essa é a grande definição cunhada por Sen e que permite sair do unidimensionamento e da armadilha representada pela oposição entre meios e fins (FAVARETO, 2007, p. 70).

De sorte a buscar um desenvolvimento para além de uma visão alicerçada na conduta ou no emprego de normas impostas por agentes externos (Grupo BM) e transformá-las em recursos e instrumentos que beneficiem os agentes territoriais, é preciso transformar uma visão de desenvolvimento definido na atuação do poder heterônomo para uma perspectiva alternativa que considere o desenvolvimento como processo de libertação, em amplo sentido (SEN, 2001). Conforme Sen (2001) essa perspectiva:

[...] [é] principalmente uma tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento (SEN, 2001, p. 55).

Nesse contexto, o Grupo BM fortalece seu discurso e suas práticas para o desenvolvimento rural considerando principalmente o potencial de superação da pobreza. No documento *Llegando a los pobres de las zonas rurales: estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe* (Grupo BM, 2002), a instituição consolida um discurso que há tempos estava sendo propalado de forma um pouco dispersa. *Nesse documento, termos como pobreza, descentralização, democratização, produtividade, competitividade, território e desenvolvimento sustentável, são adotados*

amplamente e de forma bastante naturalizada. Deste modo, o Grupo BM difunde seu discurso como mecanismo de distribuição de poder, obtendo aceitação por parte da sociedade beneficiada de forma indireta.

En la región [América Latina y Caribe] se observa una creciente tendencia hacia la democratización y la descentralización. El ritmo y la forma del proceso de descentralización es probable que sea uno de los factores más importantes para determinar oportunidades y limitaciones al desarrollo regional. Esta tendencia significa que la sociedad civil intensificará la presión sobre el organismo público a fin de que éste sea más responsable y formule políticas más igualitarias e inclusivas. [...]. Esto también impone la imperiosa necesidad de procurar una coordinación más eficaz entre los programas gubernamentales y una mayor transparencia mediante la adopción de enfoques participativos y una divulgación de la información más eficiente (GRUPO BM, 2002, p.15).

Portanto, consideramos que com a descentralização, as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural foram se constituindo um aparente consenso no que diz respeito à abordagem territorial. Pois do ponto de vista político, este enfoque, em especial o seu componente de descentralização, foi fomentado pelas recomendações das agências multilaterais, sobretudo pelo Grupo BM.

A abordagem do desenvolvimento territorial rural, portanto, passa a valorizar a espacialização do desenvolvimento, pois o território passa a ser um componente dessa perspectiva de análise e, acreditando no desenvolvimento territorial rural, o Governo Federal, na década de 2000, passa a conduzir as políticas agrícolas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e MDA, onde foi criada a SDT. Sobre a criação desta secretaria, é importante lembrarmos, levando em consideração a questão dos vínculos criados pelo Grupo BM para a disseminação da outra perspectiva que nos importa, a dimensão sustentável do desenvolvimento, que o IICA “[...] vem trabalhando em estreita aliança com o Banco Mundial.” (IICA, 2003, p. 26), e foi um dos responsáveis pela criação da SDT:

[...] a partir del trabajo de cooperación técnica del IICA en apoyo a los Gobiernos de los Estados del Nordeste y con el financiamiento del Banco Mundial. Uno de los resultados más importantes de este trabajo es la reciente creación (febrero de 2003) de la Secretaría de Desarrollo Territorial, dentro del Ministerio de Desarrollo Agrario (IICA, 2003, p. 61).

Estes fatos demonstram *a articulação do Grupo BM em torno da proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável*, pois, consideramos que a SDT teve como objetivo reorientar (ou adequar suas estratégias as recomendações do Grupo BM)

estratégias das políticas de desenvolvimento rural no âmbito territorial e sustentável, isto é, integrar e articular as políticas públicas do governo federal, estadual e municipal, além de associações civis, em prol do desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Neste aspecto, o conceito de território é normativamente definido para sua operacionalização pela SDT da seguinte forma:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL – MDA / SDT, 2003, s/p).

O que estamos argumentando, até esse ponto, é que essa concepção territorial voltada à operacionalização é marcada pela existência de um regime de tecnicidade e cientificidade na reprodução social (SANTOS; SILVEIRA, 2003) que facilita o estabelecimento de uma determinada garantia de estabilidade das trocas e da produção, entre elas e o dinheiro (SANTOS, 2007). Para que isto aconteça, o Estado necessita territorializar o mercado capitalista, ou seja, regular as relações mercantis que ocorrem dentro do território nacional garantindo sua reprodução adequada (ANDRADE, 1987).

Com a passagem do desenvolvimento territorial rural para o desenvolvimento territorial rural sustentável, este modelo de desenvolvimento ganha adeptos por seu apelo humanitário, porém, sem maiores preocupações em relação a sua definição e materialidade e, este aspecto, colaborou no fortalecimento de políticas públicas e programas voltados a multifuncionalidade, ao turismo rural e outras atividades não agrícolas, indo assim, ao encontro das propostas sobre o novo rural e a prática territorial do desenvolvimento, onde encontra suporte (NAVARRO, 2001; VEIGA, 2005; ABRAMOVAY, 2005).

Cabe ressaltar, sobre a relação entre o Grupo BM e o desenvolvimento sustentável, que consta no relatório Brundtland (ONU, CMMAD, 1988) um considerável número de recomendações e orientações a esta agência internacional para aplicar metodologias, programas e financiamentos em vários países. O Grupo BM é utilizado ainda como fonte de informações – por meio de seus relatórios de desenvolvimento – para a comissão Brundtland. No relatório, podemos ler:

[...] cabe ao Banco Mundial e à Associação Internacional de Desenvolvimento a maior parcela de responsabilidade, já que constituem o principal canal de financiamento multilateral para países em desenvolvimento. No que respeita a fluxos financeiros constantemente ampliados, o Banco Mundial pode custear projetos e políticas que sejam benéficos ao meio ambiente. No tocante ao financiamento para ajustes estruturais, o Fundo Monetário Internacional deveria apoiar objetivos de desenvolvimento mais amplos e de mais longo prazo que os atuais: crescimento, metas sociais e efeitos sobre o meio ambiente (ONU, CMMAD, 1988, p. 20).

As agências internacionais de desenvolvimento - o Banco Mundial e outros grandes bancos de crédito, as agências da ONU e as agências bilaterais - deveriam atentar, de modo detido e sistemático, para os problemas e as oportunidades de conservação das espécies. Embora já exista um grande comércio internacional de espécies e produtos da vida selvagem, até hoje não se deu a devida importância ao valor econômico inerente à variabilidade genética e aos processos ecológicos. Entre as possíveis medidas a serem tomadas estão a análise dos efeitos de projetos de desenvolvimento sobre o meio ambiente, dando-se especial atenção a habitats de espécies e sistemas de manutenção da vida; a identificação dos locais onde existem concentrações excepcionais de espécie, com níveis muito elevados de endemismo e de perigo de extinção; e as oportunidades de vincular a conservação das espécies à assistência ao desenvolvimento (ONU, CMMAD 1988, p. 121).

[...] há necessidade urgente de fluxos muito maiores de financiamento concessional e não-concessional por meio das agências multilaterais. Sob esse aspecto, o papel do Banco Mundial é de especial importância, tanto por ele ser a maior fonte de empréstimos para o desenvolvimento quanto por sua liderança no tocante a políticas, tendo grande influência junto aos países em desenvolvimento e aos doadores. O Banco Mundial lidera de modo significativo a reorientação dos programas de empréstimos, demonstrando grande sensibilidade para com problemas ligados ao meio ambiente e ao apoio ao desenvolvimento sustentável. Isso já é um bom começo. Mas não é o bastante, a menos que seja acompanhado pelo empenho básico, por parte do Banco Mundial, no sentido do desenvolvimento sustentável e por uma transformação de sua estrutura e processos internos, de modo a garantir a concretização desse empenho. O mesmo vale para outros bancos e agências multilaterais de desenvolvimento (ONU, CMMAD, 1988, P. 377).

Uma pessoa de suma importância no processo que fortaleceu a perspectiva sustentável do desenvolvimento foi Ignacy Sachs. Maurice Strong, secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (ONU, 1972), introduziu a proposta de ecodesenvolvimento pela primeira vez na história a partir das contribuições de Ignacy Sachs, sendo este o grande responsável pela sua difusão e aprofundamento teórico até que passasse a ser chamado de desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER FILHO, 1993).

Como descrito, e com base nos autores citados (ABRAMOVAY, 1999, VEIGA, 2002, 2005), a concepção de desenvolvimento rural por eles defendida não implica, necessariamente, em atividades predominantemente agropecuárias. A partir

desta definição, o governo nacional amplia a dimensão territorial e incorpora o desenvolvimento sustentável em políticas públicas.

O apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, à reforma agrária e ao reordenamento agrário harmoniza-se perfeitamente com o desenvolvimento territorial, assim como este se ajusta perfeitamente às prioridades de combate à pobreza e à fome, e ao desenvolvimento e integração regional, na medida em que estabelecem condições do florescimento de uma dinâmica de desenvolvimento descentralizado, interiorizado, participativo e sustentável (BRASIL – MDA / SDT, 2005b, p.11).

A partir dessa nova visão, o uso do termo desenvolvimento territorial rural sustentável se faz presente. Crescimento fora definido como um objetivo intermediário, ou como meio de alcançar o objetivo final de aliviar a pobreza em projetos centrados no alívio à pobreza rural e na preservação de recursos naturais, como, por exemplo, o PEMH, como demonstraremos. Isto representou uma significativa mudança se comparado com as políticas agrícolas adotadas nos períodos anteriores, especialmente aquelas da modernização agrícola, cujo foco estava na mudança da base técnica, no aumento da produção e da produtividade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, ONU, 1992) foi o evento que colocou no âmago das discussões o combate à pobreza e sua relação com a preservação de recursos naturais. A partir daí, e, sobretudo no decorrer dos anos 2000, o Estado brasileiro introduziu, pelo menos no nível de concepção e de operacionalização, novos aportes à parte das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro, destacando-se as implementadas sob a coordenação do MDA. Dentre essas inovações foi incorporada a dimensão espacial do desenvolvimento rural em substituição à dinâmica setorial até então adotada (HESPANHOL, R. 2010). A incorporação da dimensão espacial, estruturada por meio da abordagem territorial, consolidou-se institucionalmente pela criação da SDT, ligada ao MDA (SCHNEIDER, 2004).

A proposta de uma política nacional, focada no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de reivindicações de setores públicos e de organizações da sociedade civil, mas, sobretudo, das recomendações do Grupo BM, pois caso estas não fossem atendidas não haveria financiamento. Estes agentes, em conjunto, levaram os formuladores de políticas públicas a perceberem a necessidade de articulação de políticas nacionais com iniciativas que aconteciam no âmbito local (BRASIL, MDA, 2005a) e, paralelo a estes fatos, à emergência da concepção de

desenvolvimento territorial rural sustentável, aparece um elemento central no processo: a participação social.

Sob essa trajetória, instituiu-se, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e com ele proliferam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR), considerados um marco em termos de descentralização das políticas públicas para o meio rural e participação social. Para Abramovay (2004), a missão principal desses conselhos seria descobrir os potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de revelar, sobretudo em regiões menos favorecidas. Esta perspectiva da participação da sociedade civil na gestão dos recursos públicos é fundamental à política de desenvolvimento territorial do MDA, caracterizando-se como política descentralizada.

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais além de resultar do processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora, foi fortemente influenciada pelo Grupo BM (ROMANO, 2007). Portanto, como mencionamos, a decisão não foi espontânea.

É importante salientar que, com a criação da SDT, a influência dessas organizações ainda continua grande, seja em termos de parcerias, seja em termos de financiamentos de projetos. E, como consta no decreto 5.033 de 5 de abril de 2004, artigo 3º, parágrafo VI, cabe ao MDA participar na negociação, com organismos internacionais e multilaterais, de programas e projetos a serem desenvolvidos por instituições governamentais e privadas, relacionados com a política nacional fundiária e do desenvolvimento agrário.

Destarte, o MDA abriu caminhos legais de relacionamento com estas agências internacionais. A influência não recai apenas na delimitação da escala territorial, mas também no público alvo destas políticas. A visão de agricultor familiar esteve sempre embutida nas orientações e referências. O problema está exatamente em considerar ou não a diferença e a heterogeneidade desse público, ou de considerar as diferentes demandas que eles apresentam. Esta decisão teve como resultado a proposta de criação da SDT e a formulação do programa apresentado, e acolhido, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil de 2004 a 2007, Rede de Organismos Colegiados para o Desenvolvimento Rural Sustentável, reunindo órgãos da administração pública federal

com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais, e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais constituem a base política, institucional e humana desta proposta.

Análises fundamentadas apontam para um fato: as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes, ou não foram efetivamente focadas no objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os efeitos conseguidos ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos. (BRASIL – MDA / SDT, 2005C, p. 10).

Fica notável que, de acordo com a SDT, a pobreza seria o empecilho para se alcançar o desenvolvimento territorial rural sustentável, deste modo, retoma-se o receituário do Grupo BM.

Para enfrentar esses problemas, mudanças substanciais deverão ocorrer no escopo e na forma de encarar o desafio de resgatar da pobreza e do abandono a vasta população que atualmente enfrenta os velhos problemas que sempre assolaram o meio rural brasileiro. Mudanças essenciais deverão ser assumidas pelos formuladores e operadores das políticas públicas, o que significa, fundamentalmente reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra com dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações inter-setoriais que ocorrem no meio rural, garantindo produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão. (BRASIL – MDA, SDT, 2005b, p. 10, 11).

Esta perspectiva, defendida e estimulada no Brasil a partir das recomendações do Grupo BM, da interferência técnica do IICA e do apoio institucional da SDT aponta para alguns elementos fundamentais no desenvolvimento territorial rural sustentável, como:

[...] a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios (sobretudo através do estímulo aos setores de serviços e à pluriatividade), o estímulo ao empreendedorismo local e o empurrão que viria do Estado para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. (NAVARRO, 2008, p. 98).

Assim, o desenvolvimento rural afirma as bases econômicas, sociais e naturais de forma integrada. Baseado nas limitações e capacidades locais em direcionar pressões externas no sentido de fortalecimento da autonomia dos agentes, “[...] para promover a inclusão social e o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente.” (SCHNEIDER, 2004, p. 98). O desenvolvimento territorial rural sustentável, de acordo com este posicionamento, implica, portanto, na construção de justiça social em sintonia com a segurança econômica e com a adequada exploração de recursos naturais. Para isso seria necessário uma nova forma de enxergar a complexidade dos processos envolvidos.

Essa nova racionalidade reorientaria os processos produtivos e econômicos, sobretudo no que tange à comercialização e distribuição da produção, de forma a que a viabilidade econômica caminhe *pari passu* com o desenvolvimento social dos indivíduos e coletividades. A afirmação da identidade e diversidade cultural dos que praticam a agricultura são pilares essenciais desta construção. Enxerga-se que iniciativas de organização social são importantes no sentido de reunir forças e reconhecer os agentes como atuantes na esfera política e social de suas comunidades.

Com a incorporação de novos agentes no cenário das políticas de desenvolvimento rural, a criação da SDT e as novas diretrizes elaboradas, o MDA sofre algumas mudanças organizacionais, como por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Esse conselho priorizou como temática a questão das economias locais e também o debate da estratégia da abordagem territorial como foco das políticas de desenvolvimento rural no país.

As propostas do CONDRAF giravam em torno de um desenvolvimento para além de crescimento econômico, baseado na expansão das liberdades humanas. Esses direcionamentos abrangiam uma tentativa de delimitar as responsabilidades do governo federal (e também o estadual) no que tange às estratégias políticas para o desenvolvimento das regiões rurais. Por iniciativa do CONDRAF foi elaborado um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Contudo as experiências acadêmicas que deram suporte ao desenvolvimento territorial não deram suporte em relação aos potenciais da abordagem que propuseram e, tão pouco, sobre quais os significados do conceito de território que tornam possível sua operacionalização.

De acordo com Favareto (2007) o que os resultados de projetos de desenvolvimento territorial demonstram é que, quanto mais diversificada e desconcentrada a distribuição de recursos sociais e naturais, maiores as possibilidades de interação social na direção de uma dinamização econômica e coesão social num processo, entendido como, de desenvolvimento. Na opinião de Albagli (2004), se manejado de uma perspectiva meramente instrumental:

[...] o território constitui peça-chave para a reprodução do capital que, se hoje em dia exige ser globalizado, necessita também de ancoragens físicas para os empreendimentos produtivos, ao mesmo tempo em que requer uma fronteira em constante movimento que atenda às contínuas transformações nas condições de sua reprodução. Diferenciação e especificidades territoriais são vistas aqui, fundamentalmente, como formas de atrair investimentos e gerar novas lucratividades, e a territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo (ALBAGLI, 2004, p. 63).

Podemos considerar com base nos autores citados, dentre eles destacando os trabalhos de Abramovay (2004; 2005), Veiga (2005; 2006), Navarro (2008) e Favareto (2007) que o desenvolvimento territorial rural sustentável prevê mudanças institucionais e no processo produtivo no campo. As mudanças produtivas têm o propósito de articular competitivamente à economia dos territórios com mercados dinâmicos, promovendo assim a diminuição da pobreza rural, e, esta é considerada o grande dilema para que se alcance o desenvolvimento territorial rural sustentável, a partir da perspectiva do Grupo BM.

Capítulo 2. As recomendações do Grupo Banco Mundial sobre o desenvolvimento territorial rural sustentável e a articulação entre o local e o global a partir de políticas públicas no Estado de São Paulo

Neste capítulo vamos expor o processo que resulta na materialização de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável *demonstrando, em um primeiro momento, o apoio governamental a expansão do setor sucroenergético que, fazendo uso do desenvolvimento sustentável e com apoio do Grupo BM³⁹, expande sua territorialização no Estado de São Paulo, posteriormente, demonstramos a forma como*

³⁹ Neste aspecto, alertamos o leitor que os fatos demonstrados aqui sobre o apoio do Grupo BM a expansão do setor sucroenergético remetem ao período de institucionalização do IAA e do programa Proálcool, porém, entendemos que o Grupo BM, ao aderir e intensificar propostas de desenvolvimento sustentável, influi, ainda que indiretamente, sobre o setor.

foi estruturado o PEMH tendo em vistas entender à lógica que permitiu que o Grupo BM articulasse sua atuação global em escala local fazendo uso, também, do desenvolvimento sustentável, por fim, demonstraremos os resultados dessa política pública na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II, no município de Presidente Prudente-SP.

Neste sentido, ponderamos que ações de financiamento realizadas pelo Grupo BM são demonstrações sobre o controle do território em distintas áreas com características comuns como a concentração de pobreza, expansão do agrobusiness, implementação de mineradoras, construção de obras de infra-estrutura, e outras atividades que são facilitadas tendo em vista a quantidade de mão-de-obra barata disponível e, sobretudo, o interesse de poderes locais e regionais na arrecadação proveniente de tais atividades, destacando a produção agroindustrial destinada à exportação (BONANNO, CAVALCANTI, 2011). Constata-se ainda, de acordo com Porto-Gonçalves (2015) o interesse na disponibilidade de recursos naturais, o que acarreta na potencialidade de conflitualidade (FERNANDES, 2005).

O controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos *novos materiais*. [...] Assinalemos que a natureza com suas qualidades – a vida e os quatro elementos, terra, ar, água e fogo – é o que se oferece a *apropriação* da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da política. Tornar *própria* a natureza é, rigorosamente, se *apropriar* da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem temporariamente, como a história da *geografização* do mundo revela (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 287, itálico no original).

Portanto, o controle do território ao qual nos referimos está intimamente relacionado à apropriação, uso e controle de recursos naturais como estratégia de expansão territorial do modo de produção capitalista (WHITACKER, 2015).

2.1. A expansão do setor sucroenergético e o desenvolvimento sustentável

Consideramos que a questão energética perpassa fronteiras nacionais, compreendendo desde processos integracionistas até conflitos que emanam de negociações mal sucedidas e apropriações iméritas de recursos energéticos. Na década de 1970, o temor de uma possível retração espaço temporal na acumulação e reprodução

capitalista pela elevação do preço do barril do petróleo colocou este recurso na pauta de discussões políticas e econômicas mundiais.

Portanto, quando, ainda em 1972, o *Think Tank* Clube de Roma publica o relatório *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS et al., 1972) tem início uma nova perspectiva de mercado que passa a incorporar a variável capital natural, demonstrando uma aparente mudança de articulações estruturadas sob tendências de mercado frente a novas exigências de uma economia capitalista propícia a criação de novos espaços para expansão, isto, considerando o desenvolvimento sustentável como estratégia mercantil para expandir a territorialização do modo de produção capitalista, na atualidade e dentre outros, por meio do setor sucroenergético.

De acordo com a *International Energy Agency* (IEA) a substituição dos derivados do petróleo por uma única fonte energética é pouco provável, visto que o consumo de combustíveis fósseis e seus derivados vêm crescendo nos últimos anos, se tomarmos por comparação os volumes absolutos da demanda (IEA, 2013). A extração do petróleo convencional torna-se cada vez mais difícil e, este fato, aliado ao esgotamento de campos petrolíferos gigantes e super gigantes, levou a IEA a declarar que o pico da produção do petróleo convencional ocorreu em 2006 (IEA, 2010). Todos estes fatos, aliados aos crescentes alardes em torno do aquecimento global, tem estimulado setores energéticos na busca de fontes, ditas renováveis, objetivando colaborar com o desenvolvimento sustentável.

Tendo em mente que o elemento central capaz de direcionar o crescimento de um setor é a sua capacidade de produzir lucro por meio de suas atividades e seguindo a lógica mercantil, diversos setores da economia mantêm a sua rentabilidade a partir de intervenções estatais na tentativa de criar condições produtivas propícias ao avanço e à consolidação de determinado setor.

O Estado, dessa forma, atende a recomendações de agências que atuam diretamente ou indiretamente na reprodução do modo de produção capitalista como, por exemplo, o Grupo BM, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), realizando ações no intento de permitir ganhos cada vez mais significativos com o capital aplicado.

Na atualidade, de acordo com Houtart (2010), vivemos um período de déficit energético. Para Houtart (2010), o desenvolvimento capitalista continuará em expansão a partir de fontes energéticas suficientes para garantir a ampliação da produção e do consumo. A elevação dos padrões de consumo, impulsionada pela volatilidade de

capitais, somente pode ser satisfeita se estiver a disposição recursos naturais, em quantidade e qualidade suficientes, para que a produção, a circulação e o consumo de bens industrializados se realizem nos mais variados contextos, o que coloca determinados recursos naturais, cada vez mais, como alvo de cobiça e disputa entre povos e nações (HOUTART, 2010).

O déficit energético, o alarde sobre a escassez e degradação de determinados recursos naturais e a crise econômica que se estende desde a década de 1970, são fatos que justificam a realização de investimentos em setores que se apresentam com capacidade de garantir alternativas a estes impasses e o setor sucroenergético, de acordo com Goldemberg (2007), Sachs (2007; 2005) e Veiga (2005), possui características capazes de atender essas demandas tendo em vistas a competitividade internacional e o, também, o aceite nacional.

Diante da inexistência de uma fonte com potencial para a substituição dos combustíveis fósseis, Castro (2007) aponta para a diversificação da matriz energética mundial, através da entrada e do crescimento da participação de fontes energéticas renováveis, como tendência para as próximas décadas. De acordo com Veiga e Ehlers (2009):

Em 2006, apenas 1% do transporte terrestre mundial era movido por etanol ou biodiesel, porém as preocupações ambientais e o elevado custo do petróleo devem aumentar a ebulição desse mercado nas próximas décadas. Além disso, nos EUA, principal consumidor mundial, a substituição de George Bush por Barak Obama pode marcar, também, a transição da matriz fóssil para a renovável. O primeiro passo foi a nomeação de um especialista em fontes alternativas, Nobel em física, como secretário de energia, e de um entusiasta dos biocombustíveis como secretário de agricultura (VEIGA; EHLERS, 2009, p. 14).

Dentre as diversas opções de produção de energia a partir de fontes renováveis, o etanol se apresenta como fonte potencialmente capaz de ser incorporada à matriz energética mundial, por sua característica de combustível renovável e pela possibilidade de sua produção a partir de diferentes matérias-primas. O setor sucroenergético brasileiro, neste contexto, foi impulsionado à expansão.

O Brasil é um dos países que se encontra em estágio mais avançado na busca por fontes energéticas limpas. A competitividade do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar no Brasil é significativamente maior do que a dos demais produtores, destacando-se em relação ao etanol de milho dos EUA, tanto na questão dos custos de produção, como do balanço energético. O sucesso do setor e a tendência de crescimento da área destinada à atividade canavieira,

bem como o aumento de sua demanda por trabalho, têm suscitado preocupações e mitos. O principal deles refere-se à preocupação quanto à disponibilidade de terra agricultável no país que possa abrigar a expansão da cultura da cana-de-açúcar e, aliada a esta preocupação, o mito de que a expansão se fará em terras hoje empregadas na produção de alimentos, o que pressionará o preço destes com impactos negativos sobre a distribuição de renda (CHAGAS; TONETO-JÚNIOR; AZZONI, 2008, p. 57).

Historicamente, a produção da cana-de-açúcar figura entre as atividades agrícolas da economia nacional já no Brasil Colônia (PRADO JUNIOR, 2012). Por ser uma atividade que vem sendo desenvolvida desde o século XVI, e por ter passado por mudanças em sua estrutura, é possível identificar o setor por diferentes denominações, dependendo da época e do contexto em que a atividade é abordada. Principalmente por força da ação estatal, aliada ao setor agroindustrial, o setor evoluiu de açucareiro para sucroalcooleiro e, posteriormente, para agroenergético ou sucroenergético.

A dimensão espacial do setor também foi alterada e intensificada expandindo-se da zona da mata nordestina e norte fluminense para o interior paulista. Szmrecsányi (1979), Szmrecsányi e Moreira (1991) e Ramos (1999 e 2007), apontam para a existência de uma regionalização do território brasileiro, quanto à produção de cana-de-açúcar. A região Nordeste e a região Centro-Sul eram tratadas de maneiras distintas quanto ao estabelecimento de políticas públicas, de metas e cotas de produção, por parte das unidades de produção de matéria-prima e por processadoras da cana-de-açúcar.

As grandes mudanças da economia brasileira agroindustrial, num primeiro período compreendido entre 1930 e 1945, foram, em boa parte, induzidas por políticas federais, que inicialmente estavam voltadas para a sustentação das atividades agroexportadoras, e, num segundo momento, para o fomento (SUZIGAN; SZMRECSÁNYI, 2002).

O setor sucroenergético conta com apoio estatal desde o início de suas atividades e passou a ser contemplado formalmente por políticas públicas após a década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Desde então, o Estado vem participando ativamente do setor por meio de seus órgãos de gestão. Como forma de incentivar o setor sucroenergético, o IAA, junto ao governo federal, criou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar – (PLANALSUCAR) para renovar as variedades de cana produzidas no país. Nesse sentido, a importância da

relação indústria e agricultura⁴⁰ permitiu o sucesso da produção do etanol graças aos subsídios creditícios e incentivos fiscais.

O processo de integração indústria e agricultura não se deu à margem das relações entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado. Este último atuou, sobretudo, através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda uma bateria de políticas incentivadoras das exportações (MÜLLER, 1989, p. 18).

A atuação do IAA na criação e execução de políticas públicas setoriais pode ser identificada através da elaboração de planos e programas, além do já mencionado PLANALSUCAR, são exemplos, o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira (1973) e Programa Nacional do Álcool (1975).

Ainda na década de 1970, a partir dos desdobramentos economicamente positivos da união entre indústria e agricultura, o Estado brasileiro, por meio do IAA, criou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) (1975-1985), como forma de aumentar a produção de etanol e incentivar o seu uso.

Preocupado com o cenário internacional, o governo brasileiro recorreu à experiência tecnológica com o uso do álcool carburante para fomentar a indústria automotiva e atender às metas do plano nacional de desenvolvimento⁴¹. O documento intitulado “Fotossíntese como fonte de energia”⁴² foi a origem do programa PROÁLCOOL. Este documento resulta de um estudo entre setores empresariais relacionados à produção de cana-de-açúcar, acadêmicos e especialistas em tecnologia de produção de álcool (DORETTO, 2015).

O marco regulatório instituído pelo Decreto Lei n. 25.174-A, de 3 de julho de 1948, pelo qual foram estabelecidos inicialmente os incentivos pelo governo Federal à fabricação de álcool para uso em motores de combustão, pode ser considerado como sendo o início oficial da operacionalização do PROÁLCOOL (MENEZES, 1980),

⁴⁰ Para Müller (1989), esta relação é expressada pela formação dos complexos agroindustriais: “[...] uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas as atividades agrárias. Vale dizer que o complexo agroindustrial é considerado como uma unidade analítica da acumulação de capital no país” (MÜLLER, 1989, p. 23).

⁴¹ II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que tinha por objetivos: “Manter o crescimento acelerado dos últimos anos; reafirmar a política gradualista de contenção de inflação; manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos; realizar política de melhoria da distribuição de renda; preservar a ordem social e política; realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e devastação dos recursos naturais”.

⁴² Sobre este documento, não encontramos fontes que revelam exatamente sua origem e publicação, para informações mais detalhadas consultar, por exemplo, Doretto (2015).

porém a fabricação em grande escala de veículos automotores com uso de álcool só foi desencadeada na década de 1970, pelo então presidente Ernesto Geisel.

Com o Proálcool, o governo lançou uma grande operação de financiamento, contando, mesmo, com recursos do Banco Mundial, o que possibilitou o aumento das áreas plantadas com cana-de-açúcar. As usinas de açúcar existentes receberam financiamentos para instalar aparelhos de destilarias maiores, ao mesmo tempo em que foram criadas as destilarias autônomas – unidades de produção voltadas exclusivamente para a produção de álcool. Cerca de 180 unidades autônomas foram criadas em vários estados brasileiros, para descentralizar a produção e utilizar novas áreas mais próximas dos centros de consumo (VIEIRA, 2014, p. 212).

Sobre a participação financeira do Grupo BM, é importante notar que, em relação ao desenvolvimento rural seu apoio já é, há tempos, significativo, como escrevemos nos itens 1.1 e 1.2, mas, e em específico em relação à consolidação do setor sucroenergético brasileiro, esta agência de fomento também contribuiu para sua formação e inserção no mercado internacional.

The time period studied overlapped with the Brazil Alcohol and Biomass Energy Development Project funded by the World Bank from 1981 to 1987. The main objective of the loan, amounting to more than US\$200 million, was to support Proálcool to develop an economic, renewable liquid fuel energy source to substitute for imported gasoline (WORLD BANK, 2005, p. 117).

De acordo com Goldemberg (2007) a estratégia de inserção no mercado internacional relaciona-se, também, ao papel desempenhado pelo aprimoramento das chamadas tecnologias de geração de energia limpa, com a implantação de ciclos a vapor mais avançados dentro das unidades sucroalcooleiras, a fim de aprimorar seu parque gerador, aumentando a energia excedente e evitando consumo externo.

Técnicas estas, dentre outras, que alçaram o setor sucroenergético no debate em torno do desenvolvimento sustentável devido ao seu possível potencial de gerar energia renovável a partir da cana-de-açúcar (GOLDEMBERG, 2007) que além de seu potencial energético, colabora na redução de gases poluentes, como aqueles responsáveis pelo efeito estufa (GEE).

Para se destacar no debate sobre o desenvolvimento sustentável e ser reconhecido internacionalmente, é enfatizado por autores, como, por exemplo, Sachs (2005; 2007) e Veiga (2005), dentre outros, que o setor sucroenergético é capaz de

ampliar suas ações em torno de distintas dimensões do desenvolvimento sustentável⁴³ sendo estas beneficiadas simultaneamente, evitando que os ganhos em determinada dimensão represente perdas em outros.

De certa forma, amparado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, pela competitividade internacional e pelo potencial de gerar desenvolvimento rural, o setor se mantém estável durante as décadas de 1980 e 1990, porém, na década de 2000, no momento em que a produção nacional de etanol se encontrava em ascendência devido às leis americanas⁴⁴ e diretivas europeias⁴⁵ sobre uso de biocombustíveis em sua matriz energética, um elemento não previsto para o setor surgiu como ameaça significativa à suposta capacidade de colaboração ao desenvolvimento sustentável, trata-se da controvérsia entre a produção de combustível e a de alimentos, alimentada pelo aumento global do preço dos alimentos em 2008.

Governos, empresários, acadêmicos, movimentos sociais e o público em geral viram-se confrontados com questionamentos sobre a expansão do setor. A argumentação a favor ou contra os biocombustíveis ficou cada vez mais acalorada e as consequências fizeram-se sentir.

Sobre este aspecto, o World Bank (2008) se posiciona questionando a relação entre a expansão do setor sucroenergético e o aumento dos preços de alimentos argumentando, dentre outros fatos, que a elevação dos preços se deu por conta do aumento do custo da produção energética.

⁴³ Para Sachs (2007) o desenvolvimento sustentável deve incorporar, resumidamente, as seguintes dimensões: *social*: na qual a meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; *econômica*: a eficiência deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico; *ecológica*: que ser melhorada a partir da ampliação da capacidade de carga, substituição de combustíveis fósseis por produtos renováveis e/ou abundantes usados de forma não agressiva ao meio ambiente, redução do volume de resíduos, poluição e do consumo, e a partir da definição de normas para proteção ambiental; *espacial*: na qual deve haver uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase na promoção de práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura, envolvendo os pequenos agricultores e empregando adequadamente pacotes tecnológicos, crédito e acesso a mercados; e na criação de oportunidades de emprego não agrícola nas áreas rurais, com referência especial às indústrias de biomassa; na proteção de áreas para proteção da biodiversidade, entre outros e, por fim, *cultural*: que deve incluir a procura de raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos de mudanças que resguardem a continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de codesenvolvimento numa pluralidade de soluções, ajustadas à especificidade de cada contexto socioecológico (SACHS, 2007).

⁴⁴ Em 2005 foi criada a *Energy Policy Act* (EPAct 2005), regulamentação que estabeleceu o Renewable Fuel Standard (RFS1), mandato de mistura de biocombustíveis à gasolina por refinarias produtoras, distribuidores e importadores. No entanto, em 2007, foi lançado o *Energy Independence and Security Act* (EISA) que substituiu a EPAct e também criou a RFS2 (OECD, 2011).

⁴⁵ COMISSÃO EUROPEIA. *Diretiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009*: relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis que altera e subsequentemente revoga as Diretivas 2001/77/CE e 2003/30/CE, 2009.

Rising production of biofuels has important implications for food security in many developing countries. Sugar's importance in food consumption is limited because it does not contain vital nutrients and is not used as animal feed. In contrast, diversion of maize and oilseeds to the biofuel sector has had a significant effect on global food prices in recent years. The link between the rising demand for biofuels and surging food prices has prompted a debate about the potential conflict between food and fuel. Among the statistics cited is that it takes the same amount of grain to fill a sport utility vehicle's tank with ethanol as it does to feed one person for a year. Rising energy prices, among several factors, have contributed to food price increases, but biofuel production has also pushed up feedstock prices. [...] The increased demand for feedstock crops by biofuel industries, by some estimates, has accounted for about 20 percent of the overall increase in real rice and wheat prices and around 40 percent for maize from 2000 to 2007. Rising food prices have hit many food importing countries hard, causing significant welfare losses for the poor, many of whom are net buyers of staple crops. In the near term, cereal supply is likely to remain constrained. Prices are subject to upward pressure from further supply shocks. However, unless there is another major surge in energy prices, the pace of increases in feed stock prices should ease over the long term. Farmers will respond to higher prices by increasing the planted areas and supply of these feed stocks (WORLD BANK, 2008, p. 75).

No Brasil, o setor sucroenergético rapidamente sentiu os impactos desta nova conjuntura e fez tentativas para derrubar os argumentos contra o setor. A União das Indústrias Canavieiras (UNICA) obteve uma significativa vitória quando a *United States Environmental Protection Agency* (EPA), em 2010, classificou o etanol brasileiro como combustível avançado, considerando o potencial de redução na emissão de CO² e, deste modo, fortaleceu a inserção nacional no mercado norte-americano, já que a EPA estabeleceu que o etanol brasileiro seja capaz de reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 62% com relação à gasolina.

Apesar dessa vitória, os questionamentos continuaram sobretudo na União Europeia onde o entendimento, para muitos, era que, embora os canaviais não se expandissem causando novos desmatamentos, por exemplo, eles estariam empurrando outras atividades (como a pecuária e a sojicultura), para o bioma amazônico e para o Pantanal, causando mudanças no uso da terra e danos aos recursos naturais (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010).

A UNICA, a época, ameaçou levar à União Europeia ante a OMC, caso o bloco continuasse a aplicar restrições ao comércio de etanol (consideradas como uma barreira não tarifária) sobre bases facilmente contestáveis (UNICA, 2010) em relação ao debate sobre a expansão do setor sucroenergético e a produção de alimentos. Visando amenizar este debate e, ponderamos, potencializar o setor sucroenergético, em 2008 surge a

proposta sobre o *Indirect Land Use Change* (ILUC), tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

Com referência ao ILUC, a teoria reza que o aumento de produção de biocombustíveis, em um determinado país, pode levar à redução da sua área de produção de alimentos. Em consequência, como a demanda pelo produto original se mantém, outra área com uso não agrícola é convertida para a agricultura. No limite, em uma sequência de eventos encadeados para equilibrar oferta e demanda de produtos agrícolas, outro país, que pode estar situado a 20.000 km de distância, desmataria a floresta para substituir a área de alimentos que desapareceu no país que passou a produzir biocombustíveis (EMBRAPA, 2014, p. 11).

Em 2014, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudança Climática (IPCC), embasado por estudos encomendados para este fim, divulgou o relatório *Renewable Fuel Standard Program* (IPCC, 2014) no qual afirma que o debate ao redor das mudanças indiretas no uso do solo, com relação aos biocombustíveis, carece de fundamentação adequada e não pode ser verificado empiricamente que exista uma conexão entre a produção de biocombustíveis e a substituição de lavouras alimentares e/ou desmatamento de regiões florestais.

The nature and extent of the impacts of implementing bioenergy depend on the specific system, the development context, and on the size of the intervention (Section 11.4.5). The effects on livelihoods have not yet been systematically evaluated in integrated models (Davis et al., 2013; Creutzig et al., 2012b; Creutzig et al., 2013; Muys et al., 2014), even if human geography studies have shown that bioenergy deployment can have strong distributional impacts (Davis et al., 2013; Muys et al., 2014). The total effects on livelihoods will be mediated by global market dynamics, including policy regulations and incentives, the production model and deployment scale, and place-specific factors such as governance, land tenure security, labour and financial capabilities, among others (Creutzig et al., 2013) (IPCC, 2014, p. 883).

Esta publicação do IPCC pode ser considerada como significativo apoio à tese brasileira, amparada pelos grupos corporativos e o governo, sobre o potencial de desenvolvimento sustentável do setor sucroenergético levando em consideração a necessidade de este setor manter seu potencial de produção e exportação.

Neste cenário de controvérsias, o governo brasileiro impulsionou uma iniciativa tendente a contestar os questionamentos levantados contra os impactos da expansão do setor sucroenergético, cuja promoção internacional ocupou um lugar central na agenda de comércio e relações exteriores do segundo governo Luis Inácio Lula da Silva.

Em 2009 é lançado o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar no Brasil (ZAE), com a finalidade de “[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando o ordenamento da expansão e a produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (MANZATTO, 2009, p. 8).

O ZAE levou em consideração a vulnerabilidade das terras, o risco climático, o potencial de produção agrícola e a legislação vigente para discriminar quais áreas seriam aptas para a expansão da lavoura canavieira, deixando por fora aquelas com declividade superior a 12% (não aptas para colheita mecanizada), as áreas com cobertura vegetal nativa, os biomas Amazônia e Pantanal, terras indígenas e a Bacia do Alto Paraguai. As áreas indicadas para a expansão estariam compreendidas em áreas de produção agrícola intensiva e semi-intensiva, lavouras especiais (perenes, anuais) e pastagens. Para Manzatto (2009) dentre as principais conclusões das pesquisas, conduzidas pelo MAPA e pelo MMA, destaca-se a seguinte:

As estimativas obtidas demonstram que o país dispõe de cerca de 64,7 milhões de ha de áreas aptas à expansão do cultivo com cana-de-açúcar [...] As áreas aptas à expansão cultivadas com pastagens, em 2002, representam cerca de 37,2 milhões de ha. Estas estimativas demonstram que o país não necessita incorporar áreas novas e com cobertura nativa ao processo produtivo, podendo expandir ainda a área de cultivo com cana-de-açúcar sem afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos. (MANZATTO, 2009, p. 7).

Desta forma, o governo colocava-se à frente dos questionamentos, elaborando e divulgando estudos técnicos que embasem a defesa do setor em relação à questão da produção de alimentos e também reconhecia o apoio do setor sucroenergético ao desenvolvimento sustentável. Por meio deste mecanismo, político, foram elaboradas as bases para que o governo brasileiro continuasse com a defesa e promoção do setor sucroenergético e a produção de etanol no cenário internacional, estabelecendo critérios territoriais e estruturando as atividades setoriais a partir de práticas tendentes a eliminar o efeito ILUC, neutralizando em parte os argumentos da União Europeia e dos Estados Unidos.

Embora para algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) o ZAE ainda tivesse vulnerabilidades de fundo que limitariam sua efetiva aplicação (REPÓRTER BRASIL, 2009), com sua aprovação, o governo conseguiu apresentar a nova política como prova inequívoca de apoio ao desenvolvimento sustentável e da

preocupação do país com uma agenda de redução dos GEEs em nível global. Graças ao ZAE, o governo e os produtores puderam sinalizar a potenciais compradores e investidores externos que o etanol brasileiro:

[...] contribui para a mitigação das mudanças climáticas globais e que os passivos ambientais não serão ampliados. Em outras palavras: que a expansão dos canaviais não destruirá vegetação primária, especialmente a floresta amazônica, liberando gases de efeito estufa para a atmosfera (REPÓRTER BRASIL, 2009, p. 1).

Houve neste momento uma clara compreensão entre os produtores e suas organizações representativas da necessidade de fortalecer este discurso e potencializar suas práticas para o desenvolvimento sustentável como estratégia competitiva para o mercado internacional, na medida em que este se torna o cerne do discurso empresarial.

Não restrito a este setor, na defesa da produção de etanol, é possível considerarmos que grande parte dos investimentos registrados a partir de 2008, quando se acelerou o processo de fusões e aquisições no setor, foi possível graças ao ZAE, pois foi este o instrumento político que garantiu aos investidores que não haveria problemas na comercialização internacional de um produto anteriormente rejeitado por questionamentos relativos à preservação de recursos naturais.

A “saída”, portanto, seria estimular um tipo de empreendedorismo capaz de gerar empregos e, simultaneamente, conservar a biodiversidade. Os empreendedores são os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam, e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles expandem as fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços (VEIGA; EHLERS, 2009, p. 17, *aspas no original*).

Goes e Marra (2002) escreveram que o cultivo e expansão do setor sucroenergético era caluniado por movimentos de proteção aos recursos naturais e que o desenvolvimento sustentável do setor é um fator real. Segundo os autores:

Entre as várias evidências que podem ser apresentadas para derrubar essa falácia criada por fortes lobbies internacionais sobre os pseudos malefícios atribuídos à produção dos biocombustíveis (tendo como foco o etanol brasileiro) e da expansão da cultura da cana-de-açúcar destacamos as seguintes: dados do IBGE sobre a disponibilidade e ocupação de terras agricultáveis com as várias culturas e inclusive com cana-de-açúcar, mostram que existe área disponível para aumentar 30 vezes a área atual plantada com cana-de-açúcar sem prejuízos ambientais ou substituição de áreas destinadas à produção de alimentos; de acordo com a estimativa mais recente do IBGE o

Brasil vai colher em 2008 144,3 milhões de toneladas de grãos (a maior safra até hoje colhida); a elevação do preço das commodities no mercado internacional, é uma consequência direta da elevação exagerada do preço do petróleo, que em pouco tempo saltou de 30 para 130 dólares o barril continuando a sua escalada de preço, já chegando praticamente a 140 dólares; a baixa verificada nos estoques mundiais de alimentos deve-se ao aumento da renda e portanto do consumo em alguns países, com China e Índia e perdas de safra em virtude de problemas climáticos ocorridos na Austrália e na Europa Central. Mas, o ponto fundamental a ser considerado é a sustentabilidade interna da cana-de-açúcar. O melhoramento genético é a grande ferramenta para garantir a sustentabilidade da cultura da cana. Ele reduz custos, traz eficiência e aumenta a produtividade. O equilíbrio entre a sustentabilidade e produtividade da cana acontece por meio de novas variedades de plantas adaptáveis às condições de cada região. (GOES; MARRA, 2002, p.2)

Neste mesmo sentido e buscando incentivar o setor, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) publica, em 2014, estudo onde indica que:

[...] é largamente conhecida à contribuição positiva, ao meio ambiente, da produção de biocombustíveis produzidos com base na cana-de-açúcar, atestados internacionalmente. Práticas reconhecidamente nocivas, como o despejo de vinhoto nos rios, são coisas do passado (EMBRAPA, 2014, p. 18).

Sobre esta polêmica, Sachs (2010) escreveu que:

Seja como for, está no auge à controvérsia sobre os limites e as perspectivas da agroenergia, contestada e até mesmo combatida por certos ecologistas. Eles imaginam que a agroenergia privará o agroalimentar de superfícies indispensáveis à segurança alimentar, e de quebra provocará o corte rente ou, pior, o incêndio das florestas nativas. Aliás, elas já sofrem por causa da retirada predatória de lenha e da produção selvagem de carvão vegetal. Esse perigo existe, mas em vários países a agroenergia pode aspirar a um belo futuro contribuindo, além disso, para o desenvolvimento rural virtuoso, isto é, criador de inúmeras oportunidades de trabalho decente (SACHS, 2010, p. 31).

Neste cenário, a UNICA fortalece seu discurso sobre o potencial deste segmento para o desenvolvimento sustentável:

Hoje podemos dizer que esta planta extraordinária não pode mais ser descrita apenas pelo nome de cana-de-açúcar, mas também poderia ser chamada de cana-de-etanol e cana-de-bioeletricidade. Amanhã ela será também descrita como a cana-de-bioplásticos, a cana-de-biorefinarias e, quem sabe, a cana-do-meio-ambiente (JANK, 2007, s.p.).

A UNICA, por meio de seus dirigentes, detalha as áreas de atuação indicando controle dos aspectos naturais e como se dá o aproveitamento de insumos, o uso de defensivos agrícola, a perda do solo, o uso da água e autossuficiência em energia:

Consumo de Fertilizantes: a utilização de fertilizantes na cultura de cana-de-açúcar no Brasil é baixa (aproximadamente 0,425 tonelada por hectare). Isto se deve principalmente à utilização de resíduos industriais da produção do etanol e açúcar, como a vinhaça e a torta de filtro, como fertilizantes orgânicos. Além disso, o uso da palha da cana deixada sobre o solo após a colheita, principalmente nas áreas mecanizadas, vem a otimizar todo este processo em termos de reciclagem de nutrientes e proteção do solo. Consumo de Defensivos: o uso de inseticidas na cana-de-açúcar no Brasil é baixo e o de fungicidas é praticamente nulo. As principais pragas da cana são combatidas através do controle biológico de pragas e com a seleção de variedades resistentes, em grandes programas de melhoramento genético. Perdas de Solo: a cultura da cana no Brasil é reconhecida hoje por apresentar relativamente pequena perda de solo (cerca de 12,4 toneladas por hectare). Esta situação continua melhorando com o aumento da colheita sem queima da palha de cana e com técnicas de preparo reduzido, levando a perdas e valores muito baixos, comparáveis ao plantio direto em culturas anuais. Uso de Água: a cana-de-açúcar no Brasil praticamente não é irrigada. As necessidades hídricas, na fase agrícola, são sanadas naturalmente pelo regime de chuvas das regiões produtoras, principalmente no centro-sul do país, e complementadas pela aplicação da vinhaça (sub-produto da produção do etanol que é rica em água e nutrientes orgânicos) em processo chamado de fertirrigação. Os níveis de captação e lançamento de água para uso industrial têm sido reduzidos substancialmente nos últimos anos, de cerca de 5 metros cúbicos por tonelada para cerca de 1 metro cúbico por tonelada processada. Auto-suficiência Energética: toda energia utilizada no processo industrial da produção de etanol e açúcar no Brasil é gerada dentro das próprias usinas a partir da queima do bagaço da cana. Este processo, chamado de cogeração, consiste na produção simultânea de energia térmica e energia elétrica a partir do uso de biomassa, capaz de suprir as necessidades da usina e prover energia excedente para a rede pública de energia elétrica (UNICA, 2008, s.p.).

Neste mesmo raciocínio o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), importante órgão financiador de projetos do setor sucroenergético coordenou um estudo, em parceria com a FAO, Grupo BM, CEPAL, e CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), para difundir o setor sucroenergético como produtor de energia para o desenvolvimento sustentável (BNDES, 2008), no qual indica que:

Diversos países têm mostrado interesse no desenvolvimento da produção e no uso de bioetanol. Além de procurar cobrir suas próprias necessidades energéticas, em muitos casos busca-se constituir um mercado mundial para esse biocombustível, que aproxime países em condições de produzi-lo sustentavelmente do mercado de países potencialmente importadores, com vantagens para ambos. Na atualidade, tal mercado ainda é incipiente, mas as demandas crescentes por um combustível renovável e ambientalmente adequado, associadas ao potencial que o bioetanol de cana-de-açúcar apresenta para atender a critérios objetivos de sustentabilidade, sinalizam a existência de perspectivas interessantes (BNDES, 2008, p. 221).

No estado de São Paulo, que concentra 72,7% da produção de cana-de-açúcar do Brasil, 47,5% da produção de álcool combustível e 193 das 414 usinas e destilarias

do país, destaca-se que 85% dos investimentos públicos realizados pelo BNDES, no período de 2001 a 2008, equivalentes a cerca de US\$ 14,3 milhões, foram para o setor sucroenergético, sendo que, aproximadamente, US\$ 4,3 milhões para o estado de São Paulo, concentrados apenas no ano de 2008 (BORGES; COSTA, 2009). Neste sentido, ponderamos que, frente a outros motivos, a expansão do setor sucroenergético a nível nacional, e de interesse neste momento, no estado de São Paulo, ocorre fortemente atrelada ao discurso em torno do apelo ao desenvolvimento sustentável.

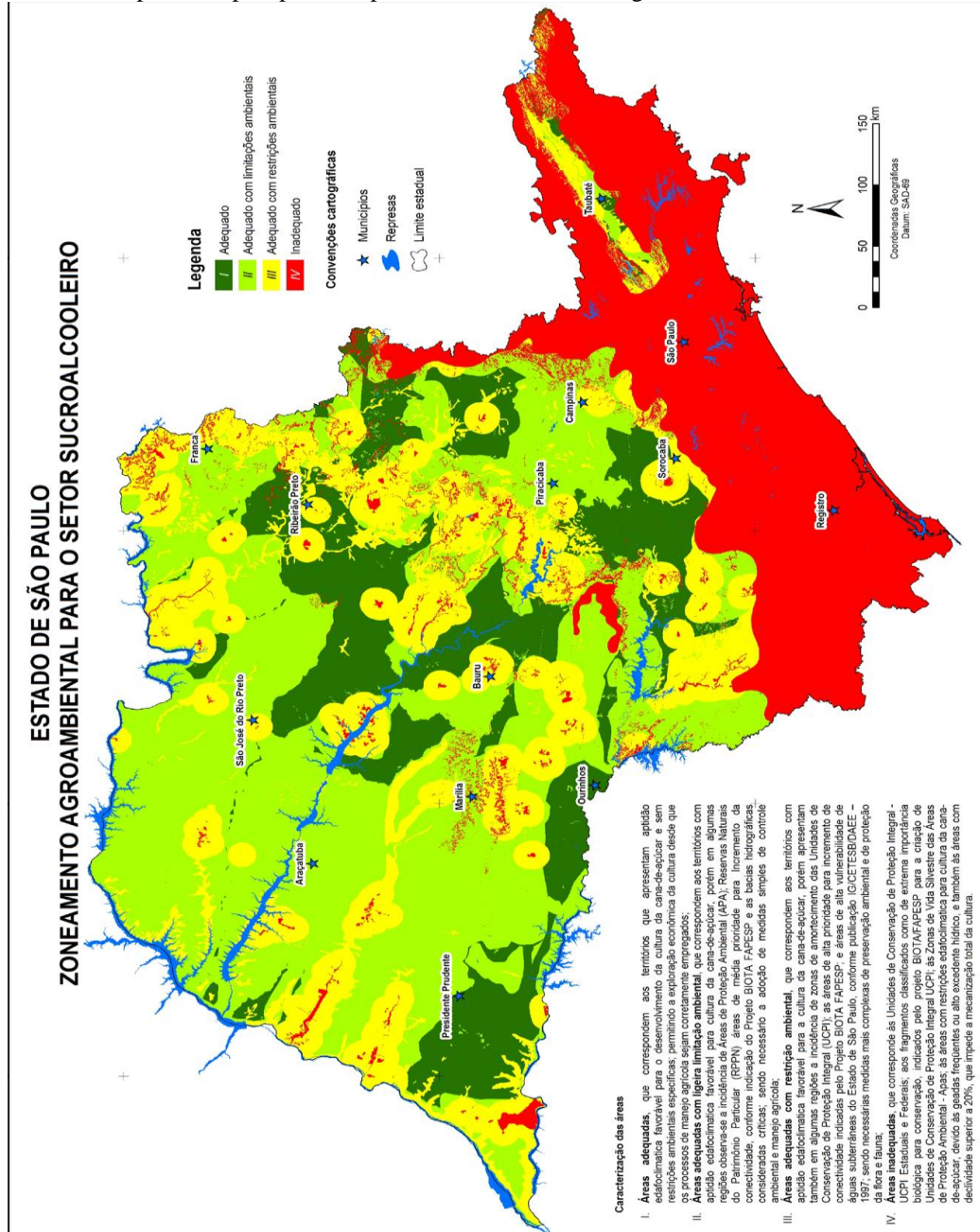
Visando atenuar os debates a cerca dos impactos da expansão deste setor no estado de São Paulo, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) criou em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, com o objetivo de incentivar a adoção de práticas de desenvolvimento sustentável no setor sucroenergético.

O Protocolo Agro-Ambiental foi firmado em 2007 entre os usineiros e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Secretaria da Agricultura e Abastecimento, antecipando o limite de eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar de 2031, que foi determinado por lei estadual, para o ano de 2017, com a produção sustentável de etanol respeitando: os recursos naturais como a proteção de nascentes e dos remanescentes florestais, o controle das erosões e o adequado gerenciamento das embalagens de agrotóxicos; controlando a poluição, com responsabilidade social, antecipando os prazos de eliminação da queima da palha da cana; e certificando as empresas sucroalcooleiras, que aderirem a protocolo de conduta agroambiental (OLIVETTE, NACHILUK, FRANCISCO, 2010, p. 56).

O Protocolo Agroambiental tem, portanto, por objetivo incentivar a adoção de boas práticas no setor sucroenergético paulista, a fim de atender diretrizes a serem cumpridas progressivamente. O documento inclui, ainda, compromissos de apoio governamental e foi criado na SMA, como parte do projeto Etanol Verde (SMA, 2011). Além disso, são ações previstas no protocolo, articular e subsidiar o órgão licenciador nos procedimentos de licenciamento e na padronização de dados enviados nos estudos relacionados aos recursos naturais, e colaborar para o Sistema Estadual de Informações Ambientais, com informações sobre cobertura florestal e áreas de recuperação florestal do Estado.

Na figura 1, temos a visualização das áreas consideradas aptas e inaptas, de acordo com o protocolo lançado pelo governo do Estado de São Paulo para a expansão do setor.

Figura 1: Áreas aptas e inaptas para a expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo.



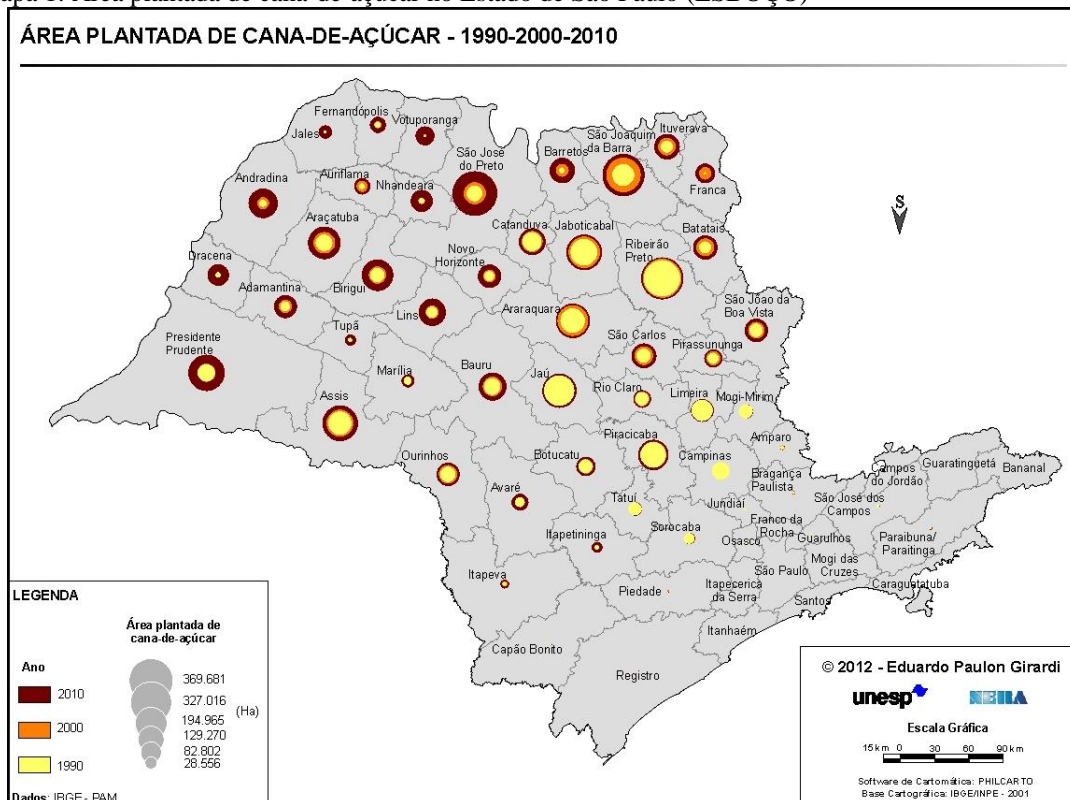
Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA, 2011).

Além de diretrizes a serem cumpridas pelos signatários, o documento inclui também compromissos de apoio governamental (SMA, 2011). Para tanto, foram elaborados protocolos de cooperação, primeiro com a indústria, firmados junto à UNICA, e posteriormente junto aos fornecedores de cana-de-açúcar, representados pela Organização dos Plantadores de Cana-de-açúcar da Região Centro-Sul (ORPLANA). Mesmo tendo a UNICA como representante da categoria, há participação também de usinas não filiadas a essa entidade.

No estado de São Paulo, com apoio governamental, o setor sucroalcooleiro se territorializa e se consolida em áreas onde já marcava presença em meados da década de 1980. Os Governos estadual e municipal (sobretudo os do Oeste paulista) apostaram no setor sucroenergético como gerador de riqueza e emprego, não medindo esforços para a atração das plantas industriais para suas áreas. Este processo criou municípios economicamente e socialmente dependentes em vários aspectos, principalmente em relação à saúde, segurança e educação, tendo em vista que estes foram sistematicamente, estruturados para a produção da cana-de-açúcar (GIRARDI, 2013).

No mapa 1, podemos ter uma visualização da expansão da cana-de-açúcar nesta região corroborando assim com as informações inicialmente expressadas no item anterior sobre a contrariedade nas ações do governo do estado de São Paulo em relação ao desenvolvimento sustentável que, por um lado contribui com o PEMH, que possui o desenvolvimento sustentável como objetivo, e expande uma atividade agrícola de tendência homogeneadora, e todos os seus impactos decorrentes.

Mapa 1: Área plantada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ESBOÇO)



Fonte: Girardi, 2013

Como demonstraremos, na mesma área elencada pela SAA como prioritária para execução do PEMH, devido principalmente aos níveis de erosibilidade e indigência, o governo estadual, desde a década de 1980, sobretudo pelo programa PRÓ-OESTE, intensificou as condições de territorialização da cana-de-açúcar nesta área, que se fortaleceu e mantém suas características até os dias atuais (GIRARDI, 2013) favorecendo a concentração de terras, o desmatamento, o uso intensivo de agrotóxicos e outras ações igualmente impactantes sobre os recursos naturais e sobre a população em geral, agindo, deste modo, de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo que promove políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável, promove, também, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, predatório e desigual.

Disto, com base no discurso impulsivo de alterações climáticas e na inconstância mundial na oferta de petróleo, muitos países, em maior ou menor grau, dependentes de abastecimento externo deste combustível, têm buscado formas alternativas de energia. Este discurso da eficácia e eficiência dos agrocombustíveis está nas declarações do presidente da UNICA: “Enquanto o petróleo é cada vez mais escasso e o maior responsável pela emissão de gases de efeito estufa, o etanol é renovável (e, portanto, infinito) reduzindo fortemente as emissões em relação à gasolina” (JANK, 2010, s.p.).

No Brasil, há um crescente envolvimento de empresas transnacionais com o setor do agronegócio dos agrocombustíveis, tanto que em 2007 a participação do capital estrangeiro no agronegócio dos agrocombustíveis representava apenas 7% e, em 2010 este percentual chegou a 22%. A previsão é de que chegue a 40% nos próximos anos. (JANK, 2010, s.p.).

Deste modo, o setor sucroenergético se enaltece por produzir um combustível com potencial de reduzir a emissão de CO², o etanol. Portanto, devido a pressões, econômicas e políticas, este setor, ao perceber que maquiagem a realidade e negar as críticas seria algo que colocaria em risco suas atividades, busca maneiras de promover o desenvolvimento sustentável por meio da expansão territorial do setor sucroenergético que ganha ares de espetáculo em relação à criação e difusão de fontes energéticas alternativas e a consequente implantação de políticas públicas de desenvolvimento do campo relacionadas com os agrocombustíveis, considerando a possibilidade de transição para o desenvolvimento sustentável por meio da expansão de uma nova matriz energética que visa o solo, e não o subsolo como base de combustíveis renováveis.

2.2. O desenvolvimento territorial rural sustentável como objetivo para a estruturação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo

A leitura dos documentos do Grupo BM apresentadas no capítulo 1 revelou, em termos gerais, que o Grupo BM postula a necessidade de um olhar ampliado sobre o rural, não restrito à agricultura, estimulando o envolvimento do público beneficiário na promoção do desenvolvimento sustentável e da perspectiva territorial como delimitação para execução de projetos legando a prática agropecuária a grandes produtores, como, por exemplo, no caso do setor sucroenergético.

Disto, consideramos que a partir da década de 1990, impulsionado pelas recomendações do Grupo BM, o movimento de discussão sobre quais seriam os modelos mais adequados para o desenvolvimento do campo surge em distintas perspectivas. Graziano da Silva (1998), Navarro (2001) e Veiga (2002), dentre outros, tomam posicionamento defendendo que o novo rural, no Brasil, poderia ser trabalhado a partir de experiências como a Política Agrícola Comum (PAC) implementada na União Europeia que trouxe em seu bojo o Programa LEADER⁴⁶ e atende as especificações do Grupo BM, sobretudo, no que diz respeito à multifuncionalidade, ao desenvolvimento sustentável e a perspectiva territorial (SARACENO, 1996; SEGRELLES-SERRANO, 2010).

O governo do Estado de São Paulo, indo ao encontro das tendências territorial e sustentável executou, entre 2000 e 2008, o PEMH. Esta política pública teve como *objetivo efetuar ações que possibilitassem o desenvolvimento territorial rural sustentável por meio da recuperação de recursos naturais, sobretudo solo e água, do reflorestamento de áreas de voçoroca e de recuperação de áreas de preservação permanente* (SÃO PAULO, CATI, 2000a) e, aparentemente, ignorando a conflitualidade dos distintos interesses entre os produtores rurais.

Nesta perspectiva a SAA inseriu o desenvolvimento sustentável nos trabalhos da CATI e, especificamente, no PEMH (FONTES, 2008). Consideramos que este fato

⁴⁶ Apesar de termos realizado estágio de doutorado na Espanha, especificamente com o fim de conhecermos esta política pública e as influências externas sobre a elaboração e implementação da mesma, e sua proposta de multifuncionalidade, também defendida pela ONU (ONU, CMMAD, 1992) e que se articula com o desenvolvimento sustentável, por não estarmos realizando uma análise comparativa acreditamos ser mais prudente evitarmos maiores comentários para não perdermos a coerência necessária em relação aos nossos objetivos. Sobre os resultados do estágio, que incluíram a análise dos resultados do Programa LEADER, consultar Whitacker (2016). Sobre as relações entre a PAC, desenvolvimento sustentável e a influência de organizações externas, consultar Segrelles Serrano (2007 2010).

indica uma tentativa de ressignificação de atividades tradicionalmente rurais a partir da introdução de elementos de ordem natural e social, não setorializados, que sugerem dinâmicas complexas e conflitivas para o estabelecimento de novas categorias de interpretação e intervenção rural, estimulado por pesquisadores em consonância com os ditames internacionais, como Abramovay (2000; 2001; 2004), Veiga (2002; 2005) e Navarro (2001; 2008), sobre as novas ruralidades, na qual problemas relativos ao campo brasileiro seriam suprimidos com a inserção dos pequenos produtores rurais na esfera da produção e circulação de mercadorias, suprimindo a questão da reforma agrária e demais conflitos territoriais.

O histórico do PEMH no estado de São Paulo revela que o pedido de empréstimo foi submetido à avaliação do Grupo BM em 1992, porém, o acordo esbarrou na existência de dívidas por parte do estado de São Paulo junto à União, impedindo sua assinatura. Com a rolagem das dívidas, o estado passou a ter capacidade para endividamento e abriu-se novamente a possibilidade de negociação junto ao Grupo BM (SÃO PAULO, CATI, 2000a; 2000b).

Oficialmente, o PEMH possui como marco inicial no Estado de São Paulo o Decreto N° 27.329 de 3 de setembro de 1987 que o instituiu e delimitou a microbacia como unidade de planejamento e intervenção do estado de São Paulo. Deste modo, mudanças estruturais foram implementadas na SAA como a responsabilização do estado pela conservação do solo (SÃO PAULO, CATI, 2009). Inicialmente o programa foi executado com recursos do governo, entre os anos de 1987 e 1999, e as suas ações se restringiram à conservação dos solos por meio da construção de terraços e a adequação de estradas rurais. Tais ações foram realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP).

Durante este período, a CATI, solicitou recursos junto ao Grupo BM e, após cinco anos de tramitação foi aprovado o crédito para implementação do programa entre 2000 e 2006 (HESPANHOL, 2008). A busca de recursos externos para financiamento conta com a Lei N° 8.331, de 1° de julho de 1993, que autoriza o estado a contrair financiamento junto ao Grupo BM e determina que o produto da operação de crédito seja obrigatoriamente aplicado na execução do PEMH.

A CATI estabeleceu como metas abranger 4,5 milhões de hectares, executar 1.500 projetos de microbacias e atender 90.000 produtores rurais (30 por cento do total do estado) entre os anos de 2000 e 2006, período de vigência do financiamento concedido pelo BIRD. O orçamento do programa para o referido período foi de US\$ 124.740.200,00, dos quais US\$ 69.392.000,00

foram financiados pelo BIRD e US\$ 55.392.000,00 se constituíram contrapartida do governo estadual (HESPANHOL, 2008, p. 05).

A época do pedido de financiamento, a estratégia de financiamento do Grupo BM para o Brasil rural tinha como principais componentes:

- *reformas estruturais para consolidar a estabilidade e impulsionar o crescimento dirigido pelo setor privado;*
- *alívio da pobreza, inclusive rural;*
- *expansão da infraestrutura;*
- *promoção do desenvolvimento sustentável* (WORLD BANK, 2009).

Com estas linhas definidas para o Brasil, e com as diretrizes já desenhadas para a atuação desta agência financiadora internacional no setor rural, a abertura para negociação do PEMH entre a CATI e o Grupo BM era relativamente limitada, se restringindo à adaptação de um modelo para as condições locais.

Ainda em relação ao histórico do PEMH no estado de São Paulo, além da influência indireta exercida pelo Programa LEADER em sua estruturação, não no sentido de transferência de política pública, mas no que se refere à questão de ações em relação a recursos naturais e abordagem territorial, com caráter multifuncional (HESPANHOL, 2005), identificamos, também, políticas das décadas de 1930, 1960, 1970 e 1980⁴⁷ (NEVES NETO, 2009).

O programa, antes de ser implementado no Estado de São Paulo, foi elaborado com base nos resultados de políticas públicas implementadas no Estado do Paraná e, posteriormente, em Santa Catarina (HESPANHOL, 2008). No Paraná, a experiência neste tipo de política pública recebeu o nome de Paraná Rural sendo executado a partir de 1986. Este programa possuía caráter conservacionista e também produtivista, levando em consideração a difusão de tecnologias apropriadas às necessidades locais (FLEISCHFRESSER, 1999).

No Paraná, data de 1986 uma das primeiras tentativas de implementar programas de desenvolvimento regional, com base em bacia hidrográfica. A Proposta de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio Ivaí foi elaborada

⁴⁷ Como o Código das Águas; a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; o estabelecimento da Coordenadoria dos Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas e a delimitação das microbacias hidrográficas como unidade de planejamento em políticas públicas voltadas ao campo (NEVES NETO, 2009).

pelo governo do Estado do Paraná, em julho de 1986, durante o Seminário Técnico sobre Elementos de Estratégias e de Programação do Desenvolvimento Regional, promovido pela Sudesul. Esse projeto, todavia, não foi realizado "[...] em função de restrições técnicas e financeiras". Apenas foi implementado, na parte do Baixo Ivaí, um projeto de irrigação. Em 1991, o governo do Paraná negociou com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (Prosan), que tem por objetivo a resolução dos problemas ambientais dos municípios que circundam a capital do Estado, "[...] com ênfase naqueles que se articulam a partir da interseção entre o processo de urbanização e a dinâmica dos recursos hídricos da Bacia do Rio Iguaçu" (FLEISCHER, 1999, P. 8).

Em Santa Catarina, visto que o estado já possuía uma forte característica de trabalhar com políticas públicas descentralizadoras, como, por exemplo, o Programa Estadual de Conservação de Solos (1965 – 1970) e o Programa de Conservação e Uso da Água e do Solo (1979 – 1983) a implementação de um projeto com as características do que aqui estamos apresentando foi mais fácil e o programa recebeu o nome de Microbacias (SABANÉS, 2002).

No Estado existe uma antiga e consolidada tradição de ações dirigidas à conservação dos solos; Em 1957, começaram as primeiras ações de conservação dos recursos naturais através da constituição dos primeiros escritórios locais do recém formado serviço estadual de extensão rural (então chamado de Acaresc), que desenvolveu a implantação de práticas mecânicas de manejo de solos, especialmente terraceamentos. Entre 1965 e 1970, implementou-se o Programa Estadual de Conservação de Solos que, pela primeira vez, um conjunto mais amplo de práticas conservacionistas para os estabelecimentos rurais. Tais práticas posteriormente foram ampliadas, entre 1979 e 1983, com o Programa de Conservação e Uso da Água e do Solo, iniciado em 1986 e que, pela primeira vez, implementou a ação operacional do programa através das microbacias hidrográficas como o lócus privilegiado de ação (SABANÉS, 2002, p. 103).

Cabe a observação que ambos os projetos, no Paraná e Santa Catarina, contaram com apoio do Grupo BM que somam, em conjunto, o total de US\$ 93.000.000,00 (WORLD BANK, 2009) e, por conta do considerável êxito, por parte do Grupo BM, destes programas a nível estadual, durante a presidência de José Sarney (1985 – 1990), houve o lançamento do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH – BRASIL, 1987) com a implementação de projetos pilotos em todos os estados da federação. Este programa sucedeu o Programa Nacional de Conservação de Solos, instituído em 1975 que apresentou resultados pouco expressivos e com curta duração, de 1987 a 2000.

A meta do PNMH era atuar em 4.000 microbacias hidrográficas em todo o país (uma por município), equipar 26 bacias piloto (uma por estado), treinar 1000 técnicos anualmente e equipar 1000 oficinas locais de serviços de extensão e planificação de microbacias (BRASIL, 1987). A falta de recursos humanos e financeiros, sobretudo dos estados e municípios, comprometeu a sua continuidade e suas ações foram interrompidas durante o governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, por conta da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e da conseqüente desativação da extensão rural em âmbito nacional (HESPANHOL, 2005).

No estado de São Paulo, o programa teve como premissa e objetivos proporcionar aos proprietários rurais condições para que se estabeleça o desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, CATI, 2009). Isto porque a própria SAA reconheceu que:

O processo de modernização da agricultura brasileira tomou grande impulso a partir da década de 60. Ao lado dos inegáveis aumentos na produção e produtividade gerados por esse processo, surgiram graves problemas sociais e ambientais. Esse desenvolvimento, caracterizado pela elevada utilização de insumos químicos e tração motomecanizada, causou um intenso processo de erosão e contaminação química das terras, dos produtos e das pessoas, diminuindo a cobertura florestal e degradando os recursos hídricos. [...] No Estado de São Paulo, além dos aspectos acima citados, a agricultura apresentou profundas transformações no seu desenvolvimento após 1970, fruto do processo de urbanização, associado à abertura da economia nacional para o mercado exterior, à implementação de um complexo agroindustrial de transformação e insumos e a uma indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que viabilizaram ampla diversificação agropecuária, visando atender à crescente demanda interna e externa. Essas demandas foram fortemente induzidas por políticas agrícolas que subsidiaram substancialmente a utilização de insumos químicos e maquinaria agrícola, através da ampla oferta de créditos subsidiado na década de 70 (CATI, 2005, p. 1).

Esta citação demonstra uma falta de observação em relação à questão da recuperação de recursos naturais que, considerando a realidade da devastação ocorrida no estado de São Paulo, principalmente em relação ao interior do Oeste paulista, foi muito grave, sobretudo no que diz respeito à supressão de cobertura vegetal e conseqüente impacto sobre os recursos hídricos ocasionados por processos de lixiviação, conforme descreveram muito bem Abreu (1972), Monbeig (1984,) e Leite (1985; 1999). Em relação ao Oeste do Estado de São Paulo, o documento acrescenta:

Predominantemente, as regiões do Oeste de São Paulo são aquelas mais prejudicadas na comparação de rendimento, uma vez que enfrentam restrições maiores, especialmente decorrentes dos problemas causados por erosão e perda de fertilidade, advindos das características dos solos, na sua maioria podzolizados e do uso agrícola no sentido de manejo inadequado dos recursos naturais, este último generalizado no Estado com efeitos indesejados, sendo maiores nessas regiões (SÃO PAULO, CATI, 2005, p. 2).

Deste modo, o PEMH baseia-se nas premissas do desenvolvimento sustentável elaboradas no relatório *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS, *et al.*, 1972), e difundidos a partir das considerações do documento *Nosso Futuro Comum* (ONU, CMMAD, 1988) considerando:

[...] a necessidade de viabilização de um modelo de produção agrícola que apresente produtividade compatível com a segurança alimentar, que seja economicamente viável, que não agrida o meio ambiente e que aperfeiçoe as formas de organização social no campo para que os agricultores participem ativamente da vida social e política das comunidades. Esse modelo constitui o que chamamos “agricultura sustentável” (SÃO PAULO, 1997, p. 2, *aspas no original*).

Por esses motivos o Estado de São Paulo, por meio da SAA, justificou a implementação do PEMH, visto que este possuía como objetivo reverter o quadro de degradação através de ações voltadas ao manejo adequado de recursos naturais, “[...] especialmente solo e água [...]” (SÃO PAULO, CATI, 2009, p. 11) o que, convencionou-se chamar de práticas de agricultura sustentável, porém, sem maiores preocupações em relação à definição e abrangência deste termo e seu uso em políticas públicas passa a ser relacionado com as recomendações do Grupo BM, tais como a descentralização das ações, atribuindo aos beneficiários das mesmas às responsabilidades e atribuições em sua elaboração, operacionalização e implementação (NAVARRO, 2001). Para atingir os objetivos propostos, o PEMH foi implementado para que os produtores rurais adotassem práticas conservacionistas com a liberação de subvenções econômicas, amparado pela Lei 11.970/05 (Lei de uso do solo), para a aquisição de implementos agrícolas e de recursos para construção e difusão de conhecimento dos sistemas de produção que privilegiam o desenvolvimento rural sustentável, acreditando que:

Quando se dedicam esforços em busca da sustentabilidade através de ações locais, no caso uma microbacia hidrográfica, os resultados são mais rápidos e evidentes, pois há maior visualização dos problemas e participação da comunidade e do município na solução e equacionamento das questões ambientais (BRAGAGNOLO e PAN, 2001, p. 184).

O PEMH, inicialmente, estava planejado para ser implementado no período de 2000 a 2006, porém, foi prorrogado por mais 2 anos e finalizado em novembro de 2008, sendo que, em novembro de 2007, encerrou-se o financiamento do Grupo BM.

A CATI, nos primeiros anos de vigência do financiamento concedido pelo BIRD, ainda não havia adaptado a sua cultura institucional para gerir um programa desta envergadura e com tais características, o que retardou a execução das ações do programa. A excessiva burocracia exigida pela própria natureza do programa também comprometeu a sua implantação. (HESPANHOL, 2008, p. 9).

A implementação desta política no Estado de São Paulo acarretou em debate entre órgãos do governo e representantes da sociedade civil a respeito da questão da recuperação dos recursos naturais no campo pelo reconhecimento dos danos causados por conta de políticas que estimularam o setor à adoção de pacotes tecnológicos e planos desenvolvimentistas sem maiores preocupações em relação aos seus impactos e, ainda, em relação ao desenvolvimento desigual que, economicamente, desfavoreceu parcelas consideráveis da população rural.

Concordando com esta capacidade da política pública, Abramovay (2004) assevera a importância do mesmo para os segmentos mais pobres. “Este debate estimulou uma significativa discussão a respeito do modelo tecnológico utilizado, emprestando maior força política ao discurso da sustentabilidade” (SABANÉS, 2002, p. 70). Segundo o órgão executor do programa (SÃO PAULO, CATI, 2000a, s.p.):

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, implantado no Estado de São Paulo em 2000, com financiamento parcial do Banco Mundial, tem por objetivo programar ações efetivas que resultem em melhor qualidade de vida no meio rural, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto) e da sociedade (SÃO PAULO, CATI, 2000a, s.p.).

Dessa forma, para Abramovay (2004), o PEMH se destaca como política pública inovadora pela “[...] virtude de se apoiar numa forma de governança descentralizada que barateia seus custos e aumenta suas chances de sucesso” (ABRAMOVAY, 2004, p. 2), ainda de acordo com o autor citado, as vantagens do

PEMH seria a inovação nos métodos de trabalho agrônomo incorporando o cuidado em relação aos recursos naturais e a participação dos beneficiários visando a integração das condições para o desenvolvimento sustentável, na perspectiva de Sachs (2005).

Portanto, consideramos que o PEMH foi baseado numa estratégia de desenvolvimento territorial rural sustentável, buscando parceria e mobilizando os agentes locais na promoção do mesmo, com o anseio de valorizar os aspectos culturais, econômicos e naturais dos territórios e procurando diversificar as atividades econômicas locais, via propostas de desenvolvimento endógeno. Este fato revela a confiança da CATI na perícia técnica que envolve o Grupo BM no que tange ao desenvolvimento sustentável, pois esta perspectiva se apresentava coerente para a CATI em vários aspectos, inclusive porque correspondia ao momento político que o Brasil vivenciava na época⁴⁸. Sobre este aspecto, Fontes (2008) escreveu que a questão da participação dos produtores rurais era fundamental, pois viria garantir princípios democráticos como participação e transparência (FONTES, 2008), aspectos tão difundidos e defendidos no período relativo à descentralização de políticas públicas não somente pela sociedade, mas também pelo Grupo BM, como escrevemos no item 1.2.

Assim o desenvolvimento sustentável, proposto pelo PEMH, se alinhava aos modelos de desenvolvimento territorial rural sustentável que vinham sendo discutidos no âmbito acadêmico e nas agências internacionais de cooperação e fomento e era inserido aos objetivos de atuação do Grupo BM no estado de São Paulo, sendo considerado operacional por meio de intervenções técnicas (SÃO PAULO, CATI, 2005) onde *o território aparece em programas oficiais como delimitação física, no qual se torna possível reunir os interesses da comunidade em torno da microbacia hidrográfica*, possibilitando o monitoramento e aproveitamento racional do uso dos recursos naturais mitigando os impactos negativos em relação aos mesmos.

Dessa forma, “[...] os temas de natureza passam a ser encarados não como restrição, mas como oportunidade para a melhoria das condições de vida dos agricultores” (ABRAMOVAY, 2004, p.3) e, nesta perspectiva, consideramos que o território e os recursos naturais passam a ser importantes economicamente, sob o ponto de vista de reunir as vantagens locais (identidades, cultura, aprendizagens, cooperação, recursos naturais e patrimoniais), que podem ser aproveitadas para

⁴⁸ No Brasil, o declínio das ditaduras militares acende a discussão acerca da redemocratização do país. Participação e descentralização surgem como estratégias – ao menos discursivas – para a construção democrática e conferem legitimidade a um complexo processo de reorganização política.

dinamizar economicamente determinada região, que nos permite considerar que tal proposta de desenvolvimento possa ser estendida, simultaneamente, para distintos territórios, desde que eles se organizem social e institucionalmente para isso.

Em relação à execução do PEMH, este programa foi fisicamente executado em um território delimitado a partir das normas da SAA (SÃO PAULO, CATI, 2001). Cada microbacia teve seu próprio projeto, baseado em suas características socioeconômicas e naturais, sendo sempre norteado pelos objetivos e definições próprias. Esta política pública foi composta por instrumentos voltados a implementação de ações a começar pelo Plano Global da Microbacia, constituído de seu Projeto Técnico e de seu Plano Anual de Trabalho para o primeiro ano (NEVES NETO, 2011). Esse Plano Global teve que ser elaborado de forma participativa, com base no diagnóstico socioeconômico e nas condições dos recursos naturais da microbacia e, conter as ações propostas para a solução dos problemas que dificultam o desenvolvimento da comunidade e que provocam a degradação dos recursos naturais (RASCHIATORI e MOREIRA, 2006).

Apesar de apresentar alguma limitação em relação ao caráter pontual de suas ações esta política pública, após a municipalização da agricultura pelo governo Estadual em 1990 foi a única direcionada à assistência aos pequenos produtores rurais a receber verbas destinadas a ações voltadas à preservação dos recursos naturais, daí, a referida importância de sua efetivação e atenção de pesquisadores anteriores (HESPANHOL, 2005, 2008).

Destas informações sobre o PEMH no estado de São Paulo, passamos ao exemplo de estudo de caso específico visando demonstrar a materialidade das ações em prol do desenvolvimento territorial rural sustentável, na perspectiva trabalhada a partir das recomendações do Grupo BM. Neste sentido, a organização das informações aqui apresentadas visa estabelecer a estratificação dos ambientes naturais, procurando correlacioná-los com as atividades produtivas neles desenvolvidas.

O PEMH foi iniciado oficialmente em Presidente Prudente em 2005 (MACIEL, 2005) e ofereceu benefícios individuais e coletivos⁴⁹ aos produtores rurais que possuíam propriedades com até 50 hectares e, no mínimo 70% de sua renda proveniente das atividades agropecuárias (SÃO PAULO, CATI, 2001).

⁴⁹ Individuais – aquisição de sementes para adubação verde; compra de materiais para a edificação de cercas para a proteção de APP e controle de voçorocas; fornecimento de calcário e de sistemas de divisão de pastagens; pagamento de mão-de-obra para o cercamento de mananciais; fossas sépticas biodigestoras – coletivos – abastecedouros comunitários, máquina de plantio direto, escarificador, distribuidor de calcário, triturador de palha, roçadeira e subsolador (NEVES NETO, 2009).

Para amenizar a situação de degradação natural e fortalecer práticas como o associativismo rural e o desenvolvimento territorial rural sustentável em Presidente Prudente, o programa ofereceu mudas para o plantio de mata ciliar; cercas para o isolamento das Áreas de Proteção Permanente; máquina de plantio direto; estimulou a prática do terraceamento e buscou fortalecer e estimular a organização dos produtores em associações, doando kit de informática, semeadora de plantio direto, roçadeira e triturador de palha para estas associações de produtores rurais (SÃO PAULO, CATI, 2005). Sua operacionalização foi decidida a partir da priorização de regiões no Estado de São Paulo pela CATI. Na figura 2 são indicadas as regiões que representam maior suscetibilidade à erosão de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT, 1986).

Figura 2: Níveis de suscetibilidade à erosão por área de abrangência dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo

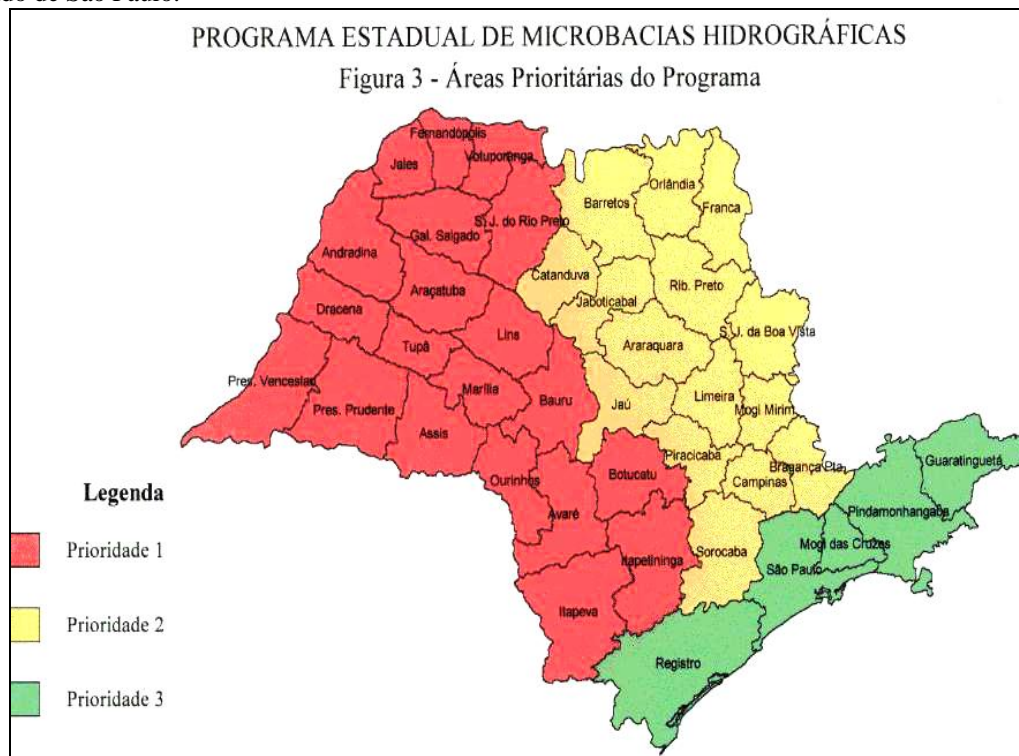


Fonte: extraído de FONTES, 2008.

Segundo o órgão executor do programa, CATI, entende-se por suscetibilidade à erosão “[...] a predisposição do solo, devido a suas características próprias, em sofrer, em maior ou menor intensidade, processo erosivo” (SÃO PAULO, CATI, 2005, p. 7). Neste sentido, podemos localizar na figura 2 o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente e sua abrangência, que, segundo os critérios de priorização, localiza-se em área de alta suscetibilidade a erosão. Outro critério estabelecido para a implementação do programa é o nível de indigência que “[...]”

PEMH tendo em vista a execução de melhorias para reverter os quadros identificados de degradação natural e pobreza por meio do desenvolvimento territorial rural sustentável.

Figura 4: Regiões prioritárias para a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo.



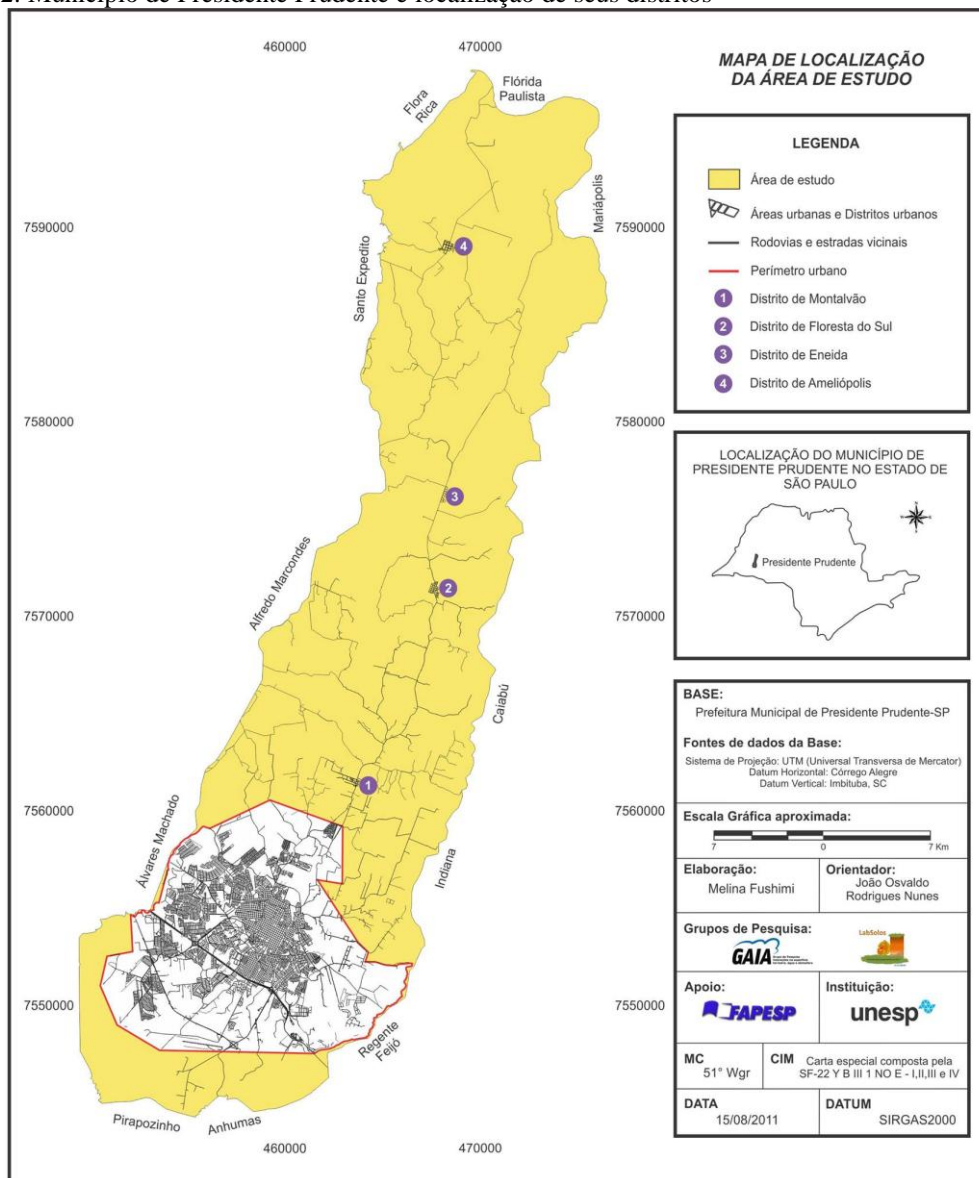
Fonte: extraído de FONTES, 2008.

Definidos e esclarecidos os critérios que remeteram a implementação do PEMH no estado de São Paulo, identificamos, na região prioritária em relação aos índices de indigência e suscetibilidade a erosão, o Pontal do Paranapanema, no sudoeste do Estado de São Paulo tendo como delimitadores bem definidos ao sul o Rio Paranapanema e a oeste o Rio Paraná, na qual está localizado o município de Presidente Prudente⁵⁰ que está situado no planalto sedimentar paulista, apresentando uma paisagem monótona, marcada por relevo de colinas amplas (LEITE, 1972). Os seus limites político-administrativos são: ao norte, os Municípios de Flora Rica e Flórida Paulista; ao sul, Pirapozinho e Regente Feijó; a leste, Caiabú e Mariápolis; e, a oeste, Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito. Além da sede municipal, abrange quatro distritos na porção norte: Ameliópolis, Floresta do Sul, Montalvão e Eneida. No

⁵⁰ Sobre o processo de formação do município e os impactos recorrentes, consultar, principalmente, Abreu (1972), Monbeig (1982) e Leite (1985; 1999).

mapa 2 apresentamos a localização de Presidente Prudente, seu limite municipal e os distritos.

Mapa 2: Município de Presidente Prudente e localização de seus distritos



Fonte: FUSHIMI; NUNES. 2014.

Para um melhor detalhamento⁵¹ da área de execução desta política pública, as informações apresentadas estão organizadas de acordo com os principais problemas relacionados pelos técnicos e produtores rurais envolvidos no planejamento e execução do PEMH e nas informações produzidas em nosso trabalho de campo realizado na área de estudo localizada ao norte do município de Presidente Prudente entre os distritos de

⁵¹ Este detalhamento foi realizado confrontando as informações do Plano de Manejo da microbacia (MACIEL, 2005), com a pesquisa realizada *in loco*.

Montalvão e Floresta do Sul. Integra a bacia hidrográfica do Rio Aguapeí – Peixe e possui área de 1.936,8 ha (MACIEL, 2005). Destas informações, no item seguinte, apresentaremos as condições anteriores e posteriores a implementação do PEMH nesta área tendo em vistas demonstrar as alterações e resultados obtidos com a execução desta política pública.

2.3. A microbacia do Córrego da Onça II: características anteriores e posteriores a execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Sem a pretensão de realizar uma análise crítica neste momento sobre os resultados do PEMH neste momento, demonstrarmos neste subitem as características anteriores e posteriores⁵² à execução do PEMH. Esta será realizada com base, principalmente, nas informações produzidas durante o trabalho de campo e reconhecimento em documentos da CATI sobre os principais problemas, causas e atividades previstas para o planejamento e execução do PEMH, sendo expostas as atividades previstas e executadas na microbacia com a finalidade de realizar uma interpretação descritiva⁵³ que nos permita, posteriormente, a interpretação analítica e crítica⁵⁴. De início, esclarecemos que tendo em vista estabelecer critérios para a concessão dos benefícios, a CATI realizou o levantamento fundiário da microbacia do córrego da Onça II que se apresenta de acordo com o quadro 1.

Quadro 1: Estrutura fundiária da microbacia hidrográfica do córrego da Onça II

Estratificação	Propriedades		Área	
	N.º	%	ha	%
ATÉ 10 ha	28	35,5	161,3	8,3
10 → 50	41	51,9	882,8	45,6
50 → 100	08	10,1	595,1	30,7
100 → 200	02	2,5	297,6	15,4
TOTAL	79	100	1.936,8	100

Fonte: MACIEL (2005)

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

⁵² No momento de apresentar as características posteriores a implementação do PEMH, algumas opiniões expressam a volta as condições anteriores, porém, entendemos que este fato não altera os resultados esperados, tendo em vista que complementam as informações expostas com base na documentação da CATI sobre as condições anteriores.

⁵³ Para uma completa análise descritiva do PEMH, indicamos, por exemplo, a leitura dos manuais operacionais da CATI (2000, 2001 e 2005) e os trabalhos de Neves Neto (2009, 2011), dentre outros.

⁵⁴ Apresentada no capítulo 5, item 5.3 da parte III desta pesquisa.

Deste modo, os técnicos do escritório regional da CATI de Presidente Prudente, responsáveis pela execução desta política pública, seguindo as orientações da SAA, estipularam que poderiam participar do PEMH, proprietários rurais que possuíssem propriedades com área inferior a 200 ha. Esta classificação considerou que grandes proprietários, com área superior a 200 ha segundo a classificação da CATI (2005), teriam condições próprias para realizar as melhorias, não dependendo, exclusivamente, de ações do Estado (MACIEL, 2005).

Portanto, das 79 propriedades rurais que constavam no cadastro do plano de manejo integrado da microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II⁵⁵ (MACIEL, 2005), 67 foram beneficiadas com as ações do PEMH e 12 não, por que seus proprietários não apresentaram o Projeto Individual da Propriedade⁵⁶ (PIP), deste modo, não tiveram condições de acompanhamento das reuniões de elaboração para a execução do PEMH (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, abril de 2015).

Segundo Maciel (2005) as condições da microbacia do Córrego da Onça II, em relação aos recursos naturais, sociais e econômicos, apresentavam uma série de problemas quando da elaboração de seu plano de manejo, esta situação fez com que o governo do estado de São Paulo, por meio da SAA, justificasse a implementação desta política pública, visto que a mesma possuía como objetivo reverter às situações identificadas como inadequadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável (SÃO PAULO, CATI, 2009).

A época da execução do PEMH em Presidente Prudente-SP (2005 – 2008), a análise da microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II trouxe à tona aspectos que foram considerados como fatores limitantes para a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento territorial rural sustentável – PEMH – daquela área em sua totalidade (SÃO PAULO, CATI, 2005), conforme exposto no quadro 2 elaborado a partir do plano de manejo da microbacia do Córrego da Onça II.

⁵⁵ De acordo com técnico extensionista da CATI, a microbacia do Córrego da Onça possui área maior do que a aqui apresentada, por critérios da CATI, esta microbacia foi desmembrada, ficando uma área a direita da rodovia Raimundo Maiolini, e, a que estudamos, a margem esquerda. Daí a denominação de Córrego da Onça II.

⁵⁶ Para o acesso a benefícios individuais do PEMH, para cada propriedade rural localizada na microbacia selecionada, foi elaborado um Projeto Individual da Propriedade – PIP, com a indicação da necessidade da adoção da prática solicitada. Este projeto, elaborado juntamente com o técnico executor, deveria conter informações sobre o sistema produtivo da propriedade, as condições socioeconômicas do produtor e propostas técnicas de preservação de recursos naturais (SÃO PAULO, CATI, 2005).

Quadro 2 – Identificação dos problemas, causas e atividades previstas na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II

PROBLEMAS	CAUSAS	ATIVIDADES/AÇÕES
1 – Degradação Ambiental		
1.1. Solo erodido e degradado	Prática de conservação inadequada por desconhecimento do produtor rural.	Capacitação dos produtores rurais; correção de terraceamento dentro da técnica; controle correto de voçorocas; capacitação do produtor em plantio direto; cessão de uma máquina de plantio direto.
1.2. Poluição do córrego	Esgoto da Penitenciária, Parque dos Pinheiros, Novo Mundo e Bairro Montalvão.	Conscientização da população dos Bairros; conscientização dos responsáveis da área da Prefeitura e da SABESP; gestão junto aos órgãos competentes para tratamento de esgoto.
1.3. Ausência de mata ciliar, infringindo a Legislação.	Desconhecimento da Legislação. Despesa extra sem retorno financeiro direto ao produtor rural.	Conscientização dos produtores; plantio de mudas pelo programa; construção de 40 Km de cercas de proteção; capacitação do monitor ambiental; ações de educação ambiental do monitor ambiental.
1.4. Estradas com dificuldade de trânsito.	Desconhecimento e inexistência de sistema de drenagem superficial de técnicas alternativas. Práticas conservacionistas erradas.	Conscientização dos produtores e responsáveis pelas estradas das Prefeituras Municipais; capacitação dos responsáveis pela estrada da Prefeitura Municipal e produtores rurais das áreas adjacentes à estrada; elaboração de projeto técnico de adequação de estradas; adequação do trecho de estradas selecionadas.
2 – Atividade econômica - Pecuária		
2.1. Pastagem degradada	Desconhecimento de calagem, adubação e manejo de pastagem.	Conscientização dos produtores; aquisição de distribuidor de calcário; calagem, adubação e manejo realizado tecnicamente.
2.2. Plantel de baixo padrão genético	Desconhecimento da prática de melhoramento do plantel. Custo alto para aquisição de reprodutores.	Capacitação sobre melhoramento genético; introdução de reprodutores de qualidade; capacitação sobre Inseminação Artificial.
3 – Infra-estrutura		
3.1. Comunicação deficiente do produtor	Falta de telefone	Gestão junto á Cia Telefônica para instalação de 8 Km de linha.
3.2. Dificuldade de travessia nos córregos	Falta ponte	Gestão junto aos órgãos competentes para construção de 2 pontes na estrada dos Bairros 1º de Maio (vão de 15m) e Timburi (vão de 20m).
3.3. Problemas trabalhistas (Bóia fria)	Falta de conhecimento sobre Legislação Trabalhista.	Capacitação dos produtores sobre Legislação Trabalhista; gestão junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal para instalação da Casa do Produtor Rural no Bairro.

Fonte: Maciel (2005)

Organização: Guilherme Magon Whitacker (2016)

Destas definições, e após reuniões com os proprietários e técnicos da CATI responsáveis pela execução da política pública, teve início à execução do PEMH em março de 2005. Apresentaremos a seguir as condições anteriores à realização do PEMH

na microbacia do Córrego da Onça II⁵⁷ seguindo a ordem estabelecida no quadro 2 para melhor interpretação. Com base nos dados e informações expostos no quadro 2, foram sistematizadas as informações e os técnicos executores e produtores rurais chegaram a conclusões sobre as atividades a serem realizadas, os critérios para execução das ações previstas foram definidos após a avaliação dos PIP (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, abril de 2015).

Em relação à degradação de recursos naturais (item 1), a questão da erosão (subitem 1.1) foi considerada como resultante da descapitalização e desinformação dos produtores rurais a respeito de práticas de manejo (MACIEL, 2005).

Verificou-se durante a reunião com os produtores da MBH a preocupação com as baixas produtividades nas culturas anuais como a batata-doce, o milho e a melancia, justificando o fato principalmente pela sua descapitalização, o que impede investimentos na melhoria da tecnologia de produção, conservação do solo e adubação. O desgaste do solo ao longo dos anos teve como consequência o aumento dos processos erosivos e a redução de matéria orgânica (MACIEL, 2005, p. 20).

A respeito deste item, na microbacia, a característica física natural do solo, que, segundo a CATI (2005), conforme o quadro 3, apresenta textura arenosa, solo raso, com baixa fertilidade e suscetível à erosão dificultava a produtividade. Estes fatos, aliados ao processo histórico de ocupação desta área que não poupou a cobertura vegetal, falta de políticas públicas anteriores que incentivassem o manejo e práticas adequadas não propiciou uma formação agrícola rentável que pudesse ser mantida, tendo em vista a instabilidade econômica em que estão envoltas as atividades agrícolas e pecuárias.

Quadro 3: Características do solo na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II

Erosão	Área (Ha)	% sobre a área total da MBH	Tipos de solo (grandes grupos)
Laminar	968,7	50	Podzólico variação Lins
Sulcos	387,3	20	Podzólico variação Lins – Marília
Ravinas / Voçorocas	193,6	10	Podzólico variação Lins – Marília

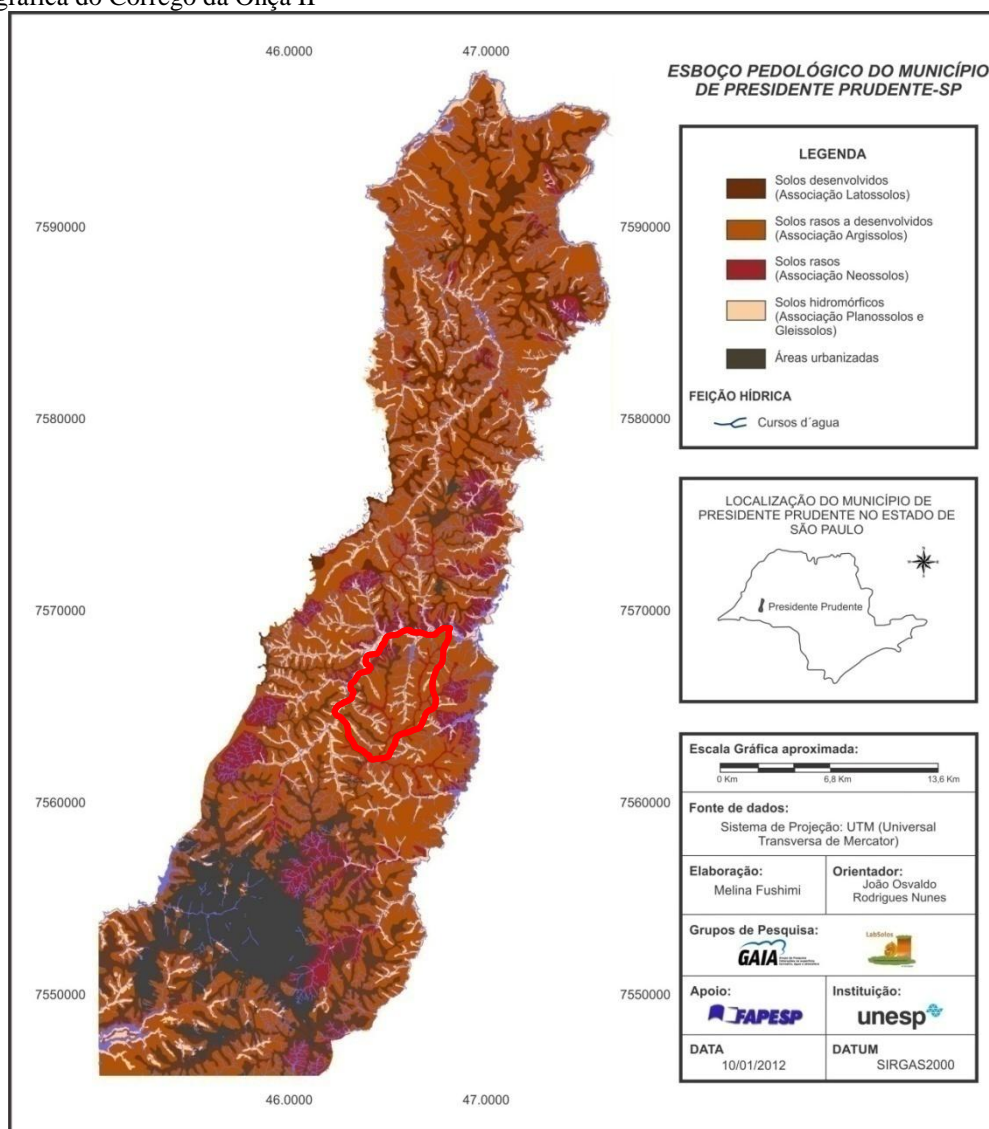
Fonte: CATI (2005)

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

No mapa 3 podemos visualizar a distribuição espacial do solo na microbacia, destaque em vermelho, no qual predominam os solos rasos (FUSHIMI, NUNES, 2014).

⁵⁷ No anexo 2 disponibilizamos o mapa original da CATI onde estão identificadas as propriedades beneficiadas pela execução de benfeitorias.

Mapa 3: Esboço pedológico do município de Presidente Prudente. Destaque para a microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II



Fonte: Fushimi, Nunes (2014).

Destaque: Guilherme Magon Whitacker (2015).

Segundo a CATI (UPA – intranet⁵⁸) a ocupação do solo na microbacia, apresentava certa heterogeneidade no que diz respeito às culturas predominantes, com variação entre atividades relacionadas às práticas pecuária e agrícola. Ainda no que diz respeito ao solo, foi constatado que a cobertura vegetal e o uso da terra, em 2005, apresentava variedade entre as culturas temporárias e as perenes, conforme se verifica no quadro 4, porém, a conversão das áreas que anteriormente eram utilizadas para lavouras em pastagens para dar suporte a uma atividade pecuária extensiva, que apresentava ao lado do cultivo de batata doce, as principais atividades econômicas na

⁵⁸ UPA – Unidade de Produção Agrícola. Documento interno da CATI que tivemos acesso durante a realização das entrevistas neste departamento.

microbacia, resultou no prosseguimento do processo de exaurimento de recursos naturais, especificamente do solo, ainda que em ritmo menos intenso e de maneira localizada (MACIEL, 2005).

Quadro 4: Explorações vegetais na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II – 2005

Exploração Agrícola	Área (ha)	N.º Produtores	Produção	Produtividade
Manga	20	4	100.000 kg	5.000 kg/ha
Milho	100	12	4.200 kg	2.500 kg/ha
Abóbora	2,4	1	1.000 cx/20kg	400 cx/ha
Amendoim	50	1	2.000 sc/ha	40 sc/ha
Feijão	20	2	200 sc/60kg	10 sc/ha
Batata-doce	60	30	24.000 cx/25 kg	400 cx/ha
Olerícolas	2	1	-	-
Melancia	15	2	375.000 kg	25.000 kg/ha
Pastagem	1412,4	70	-	-

Fonte: Maciel (2005).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Os Itens 1.2 e 1.3 indicam problemas relacionados à poluição e a ausência de mata ciliar nos córregos da onça e norte. Sobre a utilização de água dos córregos do Norte⁵⁹ e da Onça pelos produtores rurais residentes na área de pesquisa, estes, quando questionados pelos técnicos da CATI, antes da execução do PEMH, informaram que utilizavam da água para algumas atividades, conforme o exposto na tabela 1.

Tabela 1: Uso de água microbacia hidrográfica do Córrego Da Onça II.

Uso do curso de água na microbacia		
Questão	Número	%
Utiliza o curso de água para abastecimento de instalações animais?	9	1,4
Utiliza água para irrigação de culturas?	8	1,4
Utiliza água para animais diretamente?	62	79,7

Fonte: CATI – (intranet).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker (2016)

Sobre a cobertura vegetal nativa em torno dos córregos, esta era composta originalmente por espécies como santa bárbara, angico, figueira, jatobá, ingá, goiabeira, coqueiro, farinha seca, amendoim e embaúba, basicamente, estava reduzida, em 2005, a

⁵⁹ O córrego do Norte, ou “nortinho”, como chamam os produtores, é o principal córrego que cruza a microbacia e serve as necessidades dos produtores. O córrego da Onça II é o delimitador físico da área de implementação do PEMH.

alguns trechos de mata ciliar no Córrego do Norte (afluente do Córrego da Onça), “[...] sendo estimada a necessidade de recuperação de 80% das áreas de margens deste córrego para recomposição das matas ciliares” (MACIEL, 2005, p. 11). Esta escassa presença de mata ciliar, a época do início da execução do PEMH, vinha comprometendo os recursos hídricos, onde os cursos de água apresentavam-se em progressivo processo de degradação.

Os córregos da microbacia estão bastante assoreados sendo que ao longo dos anos vem reduzindo suas vazões. Isso acontece pela má conservação do solo e falta de mata ciliar, ocorrendo mudança no curso dos rios. Os córregos se encontram poluídos, sendo que um deles é pelo dejetos do Abastecedor de Bovinos e o outro pelo esgoto urbano, tornando sua água imprópria para uso na irrigação de culturas e consumo de animais (MACIEL, 2005, p. 11).

Ainda sobre os recursos hídricos, Maciel (2005) escreveu que:

A poluição do Córrego da Onça pelo lançamento do esgoto urbano é uma das principais preocupações dos moradores da microbacia. Os problemas ocasionados pela poluição causam a redução da quantidade e qualidade da água. Esses mesmos problemas ocorrem no Córrego do Norte com os dejetos que transbordam dos tanques de decantação do abatedouro de bovinos que fica próximo a nascente deste córrego. Os produtores demonstram grande preocupação na recomposição da mata ciliar onde vários trechos se apresentam com intenso processo erosivo, contribuindo com o assoreamento dos córregos. A cobertura nativa foi praticamente eliminada ao longo dos anos, proporcionando uma flora e fauna pouco diversificada e maiores riscos de desequilíbrios ambientais (MACIEL, 2005, p. 22).

Visando atenuar a situação de assoreamento, os produtores, após extensas reuniões com os técnicos da CATI que informavam que, além da necessidade de proteger as condições naturais dos córregos, estes corriam o risco de serem autuados pela Polícia Militar Ambiental por crime ambiental, concordaram sobre a recuperação das matas ciliares e passaram a demonstrar preocupação na recomposição nos trechos do Córrego do Norte que apresentavam processo erosivo (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, abril de 2015).

Antes da fase de execução do PEMH e a implementação das técnicas de terraceamento e curvas de nível, a recomposição era realizada de forma inadequada, muitas vezes não suportando os volumes de água em épocas de chuva e a manutenção era irregular devido à falta de maquinário disponível para tal ação, ficando os produtores dependentes da utilização de máquinas de produtores vizinhos e da prefeitura municipal (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, janeiro de

2014). Á época, eram desconhecidas técnicas de controle vegetativo (plantio de gramíneas ou recomposição de mata) devido ao nível de instrução dos produtores, falta de assistência técnica e também aos métodos tradicionais utilizados (MACIEL, 2015).

O subitem 1.4 diz respeito às condições das estradas indicando dificuldades com o trânsito além da questão da preservação do solo, uma vez que, em época de chuvas, as estradas não pavimentadas do interior da microbacia, sofrem com o processo de erosão e o solo levado pela força da água acaba contribuindo com o processo de assoreamento.

Uma das principais reivindicações dos produtores é o problema da conservação das estradas. Com uma malha viária de 23,56 km, com vários trechos críticos com saída de água da propriedade para a estrada causando erosão nas laterais, e também a saída da água da estrada para a propriedade causando grandes estragos em propriedades, principalmente nas adjacências da estrada pavimentada. Isto acontece pelo desconhecimento e inexistência de sistema de drenagem superficial e técnicas alternativas por parte dos produtores e da Prefeitura (MACIEL, 2005, p. 21).

No item 2 passam a ser destacados os problemas, causa e ações possíveis referentes a condição socioeconômica, destacando a pecuária, dos produtores rurais na microbacia do córrego da Onça II. Os subitens 2.1 e 2.2 indicam como principal problema em relação a esta atividade econômica a degradação das pastagens e, como causa da baixa produtividade. Maciel (2005) indica que a justificativa se dá pelos seguintes fatos: “[...] produtor descapitalizado, poucos investimentos em melhoramento genético, alimentação do rebanho, recuperação de pastagens, além do problema da desorganização rural, produtores isolados e com pouca informação” (MACIEL, 2005, p. 20). Diante desta situação, os produtores, na época da implementação do PEMH, sentiam a necessidade de treinamento e capacitação a fim de enfrentar a nova realidade do campo, alta competitividade e aperfeiçoamento tecnológico, e, principalmente, como condição para permanência na atividade agrícola (MACIEL, 2005).

Verificou-se durante a reunião com os produtores da MBH a preocupação com as baixas produtividades nas culturas anuais como a batata-doce, o milho e a melancia, justificando o fato principalmente pela sua descapitalização, o que impede investimentos na melhoria da tecnologia de produção, conservação do solo e adubação. O desgaste do solo ao longo dos anos teve como consequência o aumento dos processos erosivos e a redução de matéria orgânica. Grande número de produtores são alheios às mudanças no setor agrícola, principalmente no processo de modernização, tornando muitas vezes inadequado os sistemas de produção empregados por eles nas propriedades. [...] Encontra-se também muitas propriedades com pequenas áreas de reflorestamento como eucalipto, cuja produção é destinada

basicamente ao consumo interno das propriedades. Atividades não agrícolas como artesanato e turismo rural não existem na microbacia (MACIEL, 2005, p. 20).

O item 3 do plano de manejo aponta a questão da infraestrutura como outro problema para o desenvolvimento rural, no subitem 3.1, fica indicada a dificuldade de comunicação do agricultor de base camponesa por falta de linha telefônica que atenda a todos os produtores, sendo assim: “[...] uma das reivindicações é a extensão de 8 km da linha que irá abranger um maior número de produtores.” (MACIEL, 2005, p. 22); o subitem 3.2 indica a dificuldade de travessia dos córregos que compõem a microbacia. Deste subitem, foi reivindicada a: “[...] construção de duas pontes que ligam a microbacia a outros bairros, uma na qual, pela sua falta os usuários da estrada passam pelo curso da água com seu veículo o que acabou em um trágico acidente com um produtor que ali passava [...]” (MACIEL, 2005, p. 21); o subitem 3.3 indica problemas com a legislação trabalhista por falta de reconhecimento das mesmas pelos proprietários rurais o que acarretava problemas em relação à contratação de funcionários temporários, neste aspecto, foi planejada a realização de cursos de capacitação e gestão junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais e a parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente-SP para instalação da casa do produtor rural (local onde seria possível fazer o cadastro e cuidar da documentação dos mesmos) na microbacia do córrego da Onça II (MACIEL, 2005).

O quadro 5 mostra que a mão de obra familiar era predominante nos estabelecimentos agropecuários da microbacia hidrográfica analisada quando consideramos o trabalho em dias/homem. Corroborando para a definição de uma área de maioria camponesa o quadro 1, que mostra o pequeno estabelecimento agropecuário também como predominante. Desta forma, como já afirmamos, os beneficiários do programa são majoritariamente camponeses.

Quadro 5: Força de trabalho na microbacia hidrográfica da Onça II

Descrição	Quantidade	Unidade	Nº UPAs
Familiares trabalhando no imóvel	131	Pessoas	79
	32.750*	Dias/homem	79
Mão de obra temporária	1.147	Dias homem	16
Trabalhadores permanentes contratados	28	Pessoas	21

*Resultado da multiplicação dos trabalhadores da família (131) das UPAs (79) por 250 dias úteis no ano.

Fonte: CATI (2005) – (intranet)

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

No que concerne à adoção do conceito de campesinato, tomamos como subsídio para este posicionamento a discussão paradigmática desenvolvida por Fernandes (2005), Girardi (2008), Campos (2011) e Felício (2011). De acordo com estes autores existe duas grandes correntes para a análise do campo no Brasil, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). O primeiro paradigma vê os problemas no campo como resultado de um desenvolvimento parcial do próprio sistema capitalista, de forma que seriam conjunturais e com solução possível com o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, o PQA concebe os problemas no campo como estruturais; característicos do próprio modo de produção capitalista e somente solúveis com a substituição do próprio modo de produção. Para o PQA a conflitualidade é um processo constante e inerente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, podendo ser minimizado, mas não totalmente superado.

O PCA separa os agricultores de base familiar (aqueles cuja mão de obra predominante no estabelecimento é a familiar) em agricultores familiares e camponeses. Os agricultores familiares seriam aqueles que conseguem sucesso econômico, integração completa ao mercado; por outro lado, para o PCA o camponês estaria vinculado à pobreza e não integração/integração parcial ao mercado, sendo caracterizado como atrasado. O camponês deve metamorfosear-se em agricultor familiar, segundo Abramovay (1998). Já para o Paradigma da Questão Agrária não há diferença conceitual entre camponês e agricultor familiar, sendo a sua essência a base familiar do trabalho, mesmo assim, há uma preferência dos autores vinculados a esse paradigma em utilizar o termo camponês, por sua filiação marxista e por conter o termo a referência ao conteúdo histórico dessa classe. Para o PQA o conceito principal é o de diferenciação do campesinato, proposto por Lênin (1986), que reconhece que ele pode ser rico, médio ou pobre e também o princípio da recriação do campesinato, reconhecido por Kautsky (1985). Para este autor, o camponês:

[...] vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida. (KAUTSKY, 1986, p.151).

Feita esta breve demarcação necessária, voltamos a análise das informações. Deste levantamento geral da microbacia do córrego da Onça II, após reuniões e balanços orçamentários, as atividades efetivamente realizadas em relação à preservação de recursos naturais, condições socioeconômicas e infraestrutura podem ser assim apresentadas: recomposição florestal de 90 ha de área de preservação permanente, adequação de 3,4 Km de estradas rurais, construção de uma unidade de tratamento de esgoto, aumento da renda de 40 produtores, construção de um armazém comunitário de 10 x 20m no Bairro Km 18, instalação de 8 Km de linha telefônica, construção de 1 ponte no Bairro 1º de Maio (vão de 15m) e uma ponte no Bairro Timburi (vão de 20m), capacitação de 40 produtores sobre legislação trabalhista (MACIEL, 2005). Destas metas estabelecidas, a realização de todas as benfeitorias previstas e ações executadas são as demonstradas no quadro 6.

Quadro 6: Intervenções na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II

Município: Presidente Prudente					
Microbacia: MBH Córrego da Onça II					
Práticas executadas	Produtores Beneficiados	Quantidade	Unidade	Valor Total	Valor Apoiado
Abastecedouro comunitários	5	1	Un	31.509,00	24.362,20
Cercas para proteção de mananciais	7	4,4	Km	15.986,70	11.153,36
Controle de voçoroca	8	159,3	hs	9.098,14	9.098,14
Distribuidor de calcário	5	1	Un	1.980,00	1.386,00
Mudas de espécies florestais nativas	10	17.128	Un	17.128,00	17.128,00
Roçadeira costal	5	1	Un	1.865,00	1.492,00
Roçadeira tratorizada	5	1	Un	3.050,00	2.135,00
Trecho crítico de estrada adequada	79	4,6	Km	228.550,00	228.550,00
Total	-	-	-	309.111,84	295.304,70

Fonte: CATI, 2005

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Apresentadas as condições anteriores à implementação do PEMH e as atividades previstas e realizadas, passamos a demonstrar as características posteriores à implementação desta política pública dando continuidade a ordem anteriormente estabelecida, ou seja, a partir dos itens e subitens exposto no quadro 2 (p. 114).

Em relação às condições de degradação de recursos naturais (item 1), as informações produzidas durante o trabalho de campo sobre a questão da degradação do solo (subitem 1.1) constatam que no preparo para o cultivo, principalmente da batata, prevalece o sistema tradicional através de atividades de aragem e gradagem, ações

mecânicas que implicam na movimentação do solo, mesmo em áreas de declividade, o que facilita o processo de lixiviação, conforme a foto 1.

Foto 1: Aragem para plantação de batatas. Microbacia do Córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015
Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Esta prática, atualmente, não é considerada adequada, pois ao movimentar o solo expõem-se à radiação solar intensa os microorganismos responsáveis pela decomposição do material orgânico que vai garantir sua fertilidade. Deste modo, devido à radiação intensa pode ocorrer a diminuição da capacidade de fertilidade do solo, forçando o agricultor de base camponesa a investir em insumos químicos para recuperação, porém esta ainda é uma prática muito utilizada.

Dentre os 23 produtores rurais entrevistados, 8 (34%) não possui planejamento para rotação de culturas e desconheciam a prática do plantio direto, lembrando que esta técnica era uma das atividades previstas na execução do PEMH (CATI, 2005), técnicas estas que podem ser utilizadas e que contribuem com o melhoramento, a longo prazo, das condições produtivas (ELHERS, 1999).

Eu não conheço ninguém daqui que uso plantio direto. É mais fácil passar o arado mesmo, isso foi até falado lá atrás, mas não sei se teve o curso, acho que não né? Por que se tivesse, a gente até podia fazer desse jeito. É por isso que eu falo, o pessoal até veio com vontade, mas depois a turma deixa as coisa de lado... e vai seguindo mesmo, só mexe alguma coisa se vem muita, ai todo mundo fica de olho, que nem as mata que tem que deixar em volta dos córrego, ali o povo cuida (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

O que verificamos na atualidade é a continuidade, apesar de pontual, do processo de erosão laminar que ainda ocorre em algumas propriedades, conforme demonstramos na foto 2.

Foto 2: Processos de formação de voçorocas. Microbacia do Córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

De acordo com o relato de um produtor entrevistado:

Depois que eles fizeram os terraços diminuiu bem as voçoroca por aqui, eles fizeram as curvas de nível. Tem lugar que ainda tem um pouco, mas se comparado com o que era antes melhorou sim... o que tem hoje, eu acho que é um pouco por causa do dono, tem um pessoal que depois dos terraço feito foi e arou a terra pra plantar as batata ou pra formar pasto de qualquer jeito,

ai estragou (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Sobre as condições dos córregos (item 1.2) e ausência de mata ciliar (item 1.3) no interior da microbacia, apesar do cercamento das áreas de preservação permanente, com o passar do tempo, o descomprometimento dos executores e de parte dos proprietários, não foram suficientes para impedir o assoreamento dos córregos. Apesar do diagnóstico e identificação dos problemas relacionados, de acordo com uma entrevista, as ações realizadas pelos executores do PEMH, não foram suficientes:

Não, os esgotos foram tratados sim, mas não acho que foi por causa do programa não, é que a polícia começou a ir lá e multar o pessoal do matadouro, e lá no presídio também teve multa, acho que do ministério público, agora, falar que as cercas acabaram com o pisoteio nos córrego não dá. Do que adianta eu cercar aqui se lá na cabeceira do rio ninguém faz nada? Não tem outro jeito de criar o gado se não for abrindo pra eles passa de um pasto pra outro e toma água, como é que eu vou fazer? Eu tenho terra que arrendei de outros sítio que ficam do outro lado, então abro. Na época eles vinham aqui e andaram bastante mesmo, fizemos as reuniões, corremos atrás do pessoal e tudo, mas não era todo mundo que queria participar, é isso que eu falo, se tivesse uma participação de todo mundo da microbacia, ai podia até dar certo, mas se não, só dois ou três não faz diferença (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Esta informação constituiu item importante para a execução desta política pública, pois uma das ações previstas (quadro 2, p. 114) seria o cercamento de áreas de preservação permanente e a “[...] conscientização dos responsáveis da área da prefeitura e da SABESP, gestão junto aos órgãos competentes para tratamento do esgoto.” (MACIEL, 2015, p. 25) além de conscientizar os produtores rurais sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.

De acordo com Maciel (2005), o desmatamento na microbacia é antigo e está relacionado à preservação dos córregos⁶⁰.

Os produtores demonstram grande preocupação na recomposição da mata ciliar onde vários trechos se apresentam com intenso processo erosivo, contribuindo com o assoreamento dos córregos. A cobertura nativa foi praticamente eliminada ao longo dos anos, proporcionando uma flora e fauna pouco diversificada e maiores riscos de desequilíbrios ambientais (MACIEL, 2005, p. 22).

⁶⁰ Apesar de não constar no quadro 2, a questão do assoreamento está presente no plano de manejo da microbacia hidrográfica do córrego da Onça II (MACIEL, 2005, p. 21). De acordo com informações fornecidas durante o trabalho de campo, entende-se que o assoreamento contribui com a degradação dos córregos, daí a inclusão deste tema para demonstrar as condições após a implementação do PEMH.

Esta preocupação expressa no Plano de Manejo (MACIEL, 2005), na atualidade, conforme observamos em nosso trabalho de campo, têm aumentado por força de lei e a recomposição tem sido realizada, pois, dentre os produtores rurais entrevistados, cinco deles relataram ter recebido multas aplicadas pela Polícia Militar Ambiental do estado de São Paulo, principalmente sobre a supressão e permissibilidade de avanço de gado em áreas de preservação permanente – foto 3.

Foto 3: Trecho do córrego do Norte marcado por passagem de gado. Microbacia do Córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Porém, constatamos também que, apesar do cercamento e recomposição de áreas de preservação permanente, as condições de assoreamento continuam comprometendo os recursos hídricos, onde os córregos da Onça e Norte apresentam-se, ainda, em processo de assoreamento devido à ocorrência de voçorocas nas propriedades a direita de sua margem e, principalmente, pela condução de gado próximo a reserva de área de preservação permanente de uma propriedade para outra.

Quando o pessoal ia pras reuniões, tinha toda aquela conversa sobre a preservação dos córregos, eu até desconfiava da boa vontade de alguns porque já conhecia eles, sei como é que fazem, eu moro aqui a muito tempo sabe... aí, depois do microbacia, eu falei pro A.C.P. que as coisas não iam ser bem daquele jeito, ele era novo aqui e ainda não entendia direito... dito e feito, passou um tempo, depois que a CATI parou de trabalhar lá, voltou tudo do mesmo jeito (Agricultor camponês entrevistados, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Deste modo, a soltura do gado e o conseqüente pisoteamento nas margens do córrego do Norte e da Onça II (foto 3) acabou por piorar a situação de assoreamento, pois o pisoteio remove a cobertura vegetal gramínea e a passagem do gado, por áreas que deveriam ser de preservação permanente, pode acentuar o processo de lixiviação em épocas de chuva além de causar a morte de espécies arbóreas que poderiam colaborar para a formação natural da área de preservação permanente.

Sobre esta situação, um representante da Associação dos Cidadãos do Campo de Presidente Prudente (ASICAMP⁶¹), relatou que:

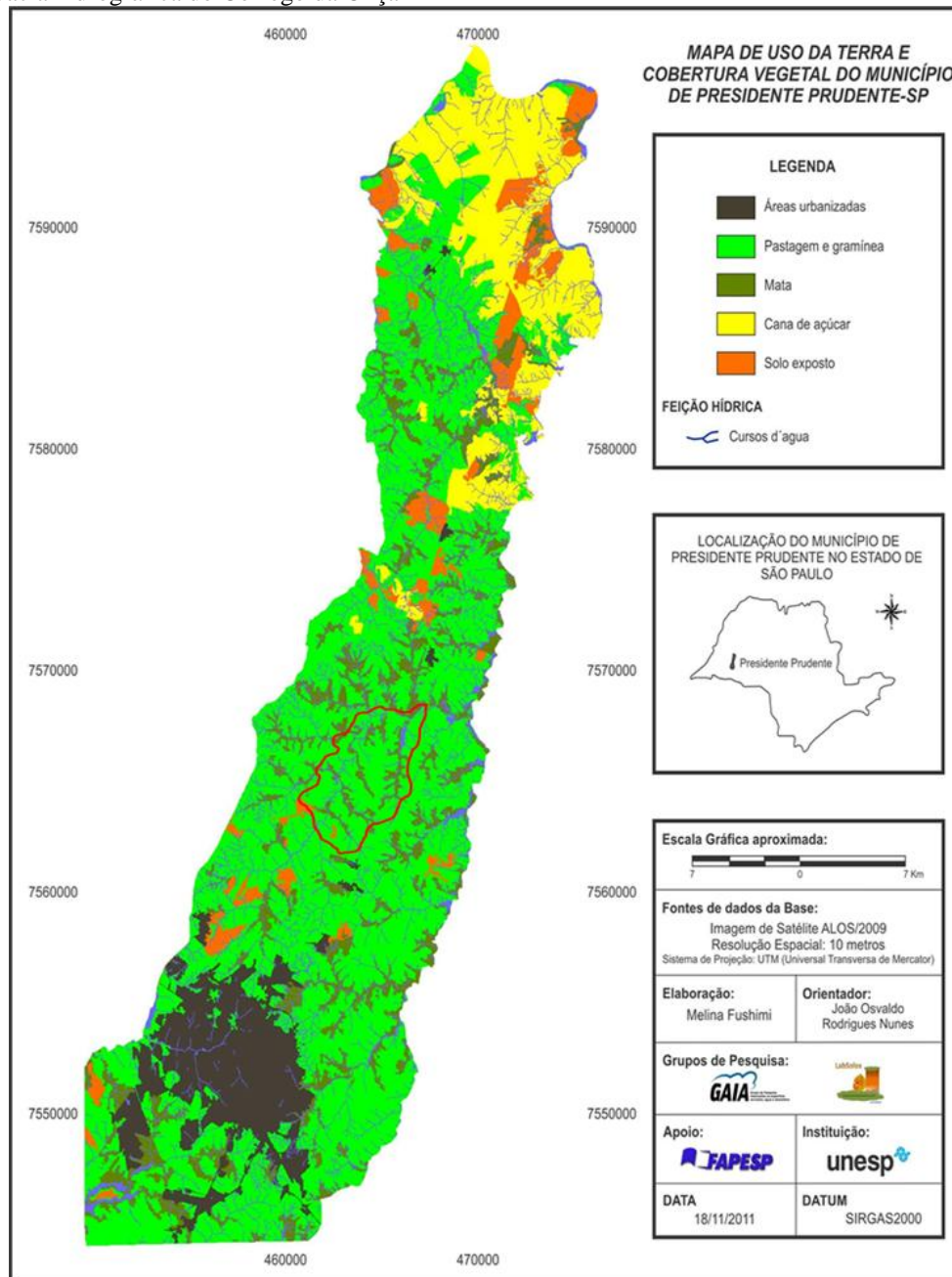
A gente sempre conversa sobre isso, mas a associação ta fraca. Como não tem muita gente lá na Onça, os que tão lá continuam fazendo as coisas como sempre fizeram. Desde que eu te conheci, lembra, a gente conversava sobre isso e minha briga sempre foi por causa disso... mas o pessoal é teimoso. O que interessa pra eles, ainda mais pros que não tem mais interesse em continuar trabalhando, não sei se pela idade ou porque não tem mais ninguém da família por lá, é só tocar o gado pra vender, de qualquer jeito mesmo (Representante da ASICAMP, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Ainda durante o trabalho de campo realizado na área delimitada para estudo, pudemos verificar a situação da cobertura vegetal na microbacia do córrego da Onça II, que possui relação direta com as questões de preservação do solo e assoreamento dos córregos, no mapa 4 podemos identificar que a cobertura vegetal predominante é a

⁶¹ A Associação dos Cidadãos do Campo de Presidente Prudente representa, atualmente, os produtores rurais do município de Presidente Prudente-SP. (representante da ASICAMP, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

pastagem. Não se distinguindo da cobertura vegetal restante do município, percebe-se ainda, ao Norte do município de Presidente Prudente, o avanço da área de plantação de Cana-de-açúcar promovido pela empresa Alto Alegre S.A. que atinge os limites do distrito de Ameliópolis.

Mapa 4: Uso da terra e cobertura vegetal no município de Presidente Prudente-SP, destaque para a microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II



Fonte: Extraído de: Fushimi; Nunes (2014)
Destaque: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Durante o trabalho de campo exploratório, realizado entre setembro e novembro de 2013, período de pouca chuva, constatamos que as estradas principais e secundárias, não pavimentadas, (subitem 1.4.), bem como a ponte principal de ligação entre o bairro Timburi e 1º de Maio, apresentavam condições de tráfego permitindo o escoamento da produção, transporte de pessoas e produtos e demais necessidades dos produtores residentes na microbacia – foto 4.

Foto 4: Ponte de ligação com os Bairros 1º de Maio e Timburi. Microbacia do Córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

O interior da microbacia é formado por uma malha viária de 23,56 km, com trechos críticos com saída de água da propriedade para a estrada causando erosão nas laterais, e também a saída da água da estrada para as propriedades que ficam na parte mais baixa, causando problemas de conservação de solo.

Isto acontecia pelo desconhecimento e inexistência de sistema de drenagem superficial e técnicas alternativas por parte dos produtores e da prefeitura municipal de Presidente Prudente. Os pontos críticos das estradas estavam localizados em quatro trechos somando 3,4 km. Sendo 1,9 km o total da extensão da estrada do Talialenha, 0,5 km de trecho da estrada para o bairro Timburi, 0,3 km da estrada para o bairro 1º de Maio e a extensão total da estrada da Máquina de Batata com 0,7 km (MACIEL, 2005). Porém, cabe lembrar que, durante o período de implementação do PEMH a situação era distinta:

[...] era triste de vê, a gente tinha que se virá pra poder levar as coisas pra qualquer lugar. Quando chovia então [...] ai na rodovia teve gente que já morreu, ali perto da fundição mesmo, naquela curva, teve um aqui de Floresta que morreu esses tempos, quero ver agora com essas casinha⁶² ai se eles vão fazer alguma coisa (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Em relação ao item 2, que se refere à situação socioeconômica dos produtores rurais, salientamos que, com a expansão da pecuária, a agricultura aparece com variedade economicamente insignificante nesta área. Portanto, consideramos que o pequeno produtor, predominante nesta microbacia, devido as limitações naturais relativas ao desgaste do solo, dificuldades econômicas e conseqüentemente falta de mão de obra, não consegue se manter na atividade agrícola e acaba por abandonar e/ou arrendar sua propriedade.

Constatamos que 83 % das propriedades em que realizamos entrevistas são utilizadas para pecuária, seja pelo próprio produtor ou arrendando as terras (foram 27 visitadas, destas, realizamos entrevistas com 23 proprietários e, destes, 19 se dedicam a pecuária) tendo, no interior daquelas na qual o proprietário cuida do gado e reside na propriedade, pequenas lavouras ou hortas para consumo próprio e, o restante, 17 %, dedicam-se ao cultivo de batatas em suas propriedades.

⁶² Referindo-se ao conjunto habitacional João Domingos Netto, do programa do Governo Federal Minha casa, minha vida, que totalizou 2,3 mil casas as margens da rodovia Raimundo Maiolini, cerca de 10 Km de distância do acesso principal a microbacia do Córrego da Onça II.

Em relação ao subitem 2.2 e 2.3, a falta de recursos financeiros dos produtores muitas vezes reflete os baixos índices de produtividade, uma vez que os mesmos não encontram condições para investimento em formas alternativas de melhoramento genético e na recuperação e adubação das pastagens.

Portanto, a maioria dos produtores caracteriza-se pela exploração pecuária de forma extensiva, acreditando nas formas tradicionais capitalistas de produção, o que acaba refletindo no baixo nível de especialização, suprimindo seu consumo e comercializando seu excedente.

De acordo com um representante da ASCICAMPP, as atividades agrícolas nesta microbacia tem sido gradativamente abandonada devido à descapitalização, o que impede investimentos na melhoria da tecnologia de produção, conservação do solo e adubação e, conseqüentemente, abandono da cultura (Representante da ASSCICAMP, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Constatamos durante a pesquisa que esta questão foi prevista e identificada como um dos motivos da baixa rentabilidade na microbacia, porém, segundo informações fornecidas não foram realizados cursos sobre melhoramento genético ou recuperação e adubação de pastagens (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014). Dos produtores rurais entrevistados – oito (35 %) – informaram que desistiram da atividade agrícola e dedicam-se somente à pecuária.

Os motivos variam entre a falta de recursos econômicos para a contratação de mão de obra o empobrecimento do solo na microbacia e o abandono da atividade rural pelos mais jovens. “É muito caro para manter uma horta boa, a terra não dá mais, a gente não da conta do serviço e não tem dinheiro pra contratar alguém de fora, então compensa mais arrendar pra boi” (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Posteriormente, durante nosso trabalho de campo realizado entre julho e setembro de 2015, pudemos verificar a continuidade e até mesmo uma intensificação destes problemas, como é o caso da queda de produtividade na pastagem (subitem 2.1.), que reflete na expansão das voçorocas e queda na qualidade do capim.

Apesar das dificuldades que os camponeses encontram para manter esta atividade na área de estudo, a pecuária extensiva continua a ser a atividade econômica predominante na microbacia do córrego da Onça II, com apenas 21% dos produtores entrevistados dedicando-se a produção agrícola, sendo que, o principal cultivo é o de espécies de batatas.

Em relação ao tipo de gado (corte/leite), constatamos que os produtores entrevistados na microbacia abandonaram a atividade leiteira, pelo motivo de baixa produtividade e má condição genética do gado, já verificado em 2005 (CATI, 2005) e trabalham, na atualidade, exclusivamente com gado de corte.

Sobre outras atividades econômicas, pudemos identificar ainda uma área de cultivo da cultura do eucalipto – foto 5 – que, segundo informações produzidas durante o trabalho de campo, são vendidas, principalmente, para seguimentos da construção em Presidente Prudente e região (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, outubro de 2013). O que demonstra, em uma perspectiva futura, que o eucalipto, como forma alternativa de renda, possa representar alternativa e passe a se contrapor a produção pecuária naquela área.

Foto 5: Cultura de eucalipto na microbacia do córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

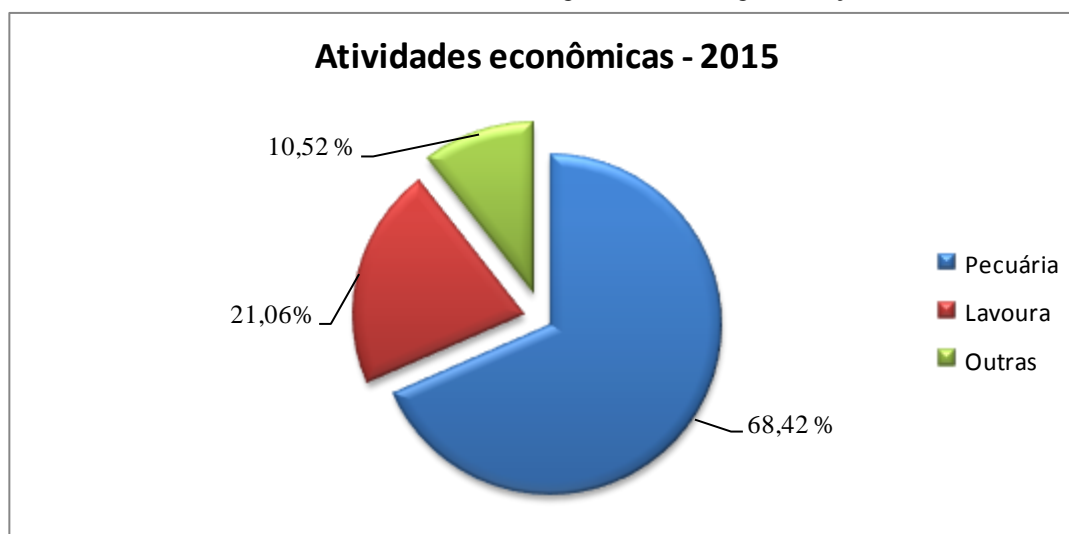
Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Das informações expostas sobre as culturas predominantes e economicamente rentáveis, descartando aquelas direcionadas ao auto consumo, organizamos o gráfico 1 para demonstrar o perfil atual do uso do solo. Levamos em consideração para a

organização deste perfil dados referentes às propriedades visitadas em que realizamos entrevistas⁶³ (24,05 % do total das propriedades).

Estas informações foram obtidas após analisarmos os dados extraídos dos formulários que aplicamos junto aos proprietários na microbacia durante a realização do trabalho de campo. Em relação ao item “outras atividades”, incluímos aí o cultivo de eucalipto que, apesar de representar grande extensão (foto 5), é realizada em apenas duas propriedades da microbacia do Córrego da Onça II, localizadas as margens da rodovia Raimundo Milani.

Gráfico 1: Atividades econômicas na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II em 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Do total dos produtores rurais da área estudada 29,11 % residem no distrito de Montalvão ou na sede do município. Assim, os produtores que residem na microbacia são idosos e com relativo apego ao trabalho agrícola e pecuário, durante o trabalho de campo constatamos a presença de poucos jovens nas atividades rurais, segundo os entrevistados, alguns ainda moram ali, mas não ajudam nas tarefas diárias e ocupam o tempo com outras atividades.

[...] os menino tão ai, mas não querem saber de nada do sítio não [...] vão pra escola e depois é celular e internet, essas coisas, vão pra cidade, pra Montalvão, é isso, às vezes ajuda alguma coisa, mas é pouco e me chateia que não parte deles entende, a gente tem que ficar pedindo, coisa que meus pais e depois nós cuidamos tanto, agora os menino não quer saber [...] mas,

⁶³ Lembrando que foram 27 propriedades visitadas, das quais, foram realizadas 23 entrevistas.

fazer o que né, quem sabe um dia. (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Em relação ao arrendamento das terras, atividade presente e executada principalmente pelos camponeses ricos que se aproveitando da situação de proletarianção dos camponeses pobres da microbacia analisada expandem suas áreas de produtividades, cabe observação: foram realizadas entrevistas na sede do distrito de Montalvão (5), pois entre os proprietários entrevistados, 13 praticamente abandonaram as sedes das propriedades conforme verificamos pela foto 6.

Foto 6: Propriedade rural abandonada. Microbacia hidrográfica do córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Outros, que já atingiram um patamar econômico diferenciado e possuem vida mais estabilizada devido a possibilidade de realizar outras atividades econômicas fora⁶⁴ da microbacia ou possuem aposentadoria rural complementada por alguma outra fonte de renda, preferem utilizar os sítios apenas nos fins de semana para lazer da própria

⁶⁴ Durante o trabalho de campo constatamos que 3 proprietários deixaram a atividade agropecuária para dedicarem-se a atividades comerciais no distrito de Montalvão.

família ou alugando a sede para grupos de pessoas – foto 7. Deste modo ampliam a renda, pois os pastos ou áreas de lavoura passaram a ser arrendadas para outros proprietários como constatamos em uma das propriedades visitadas durante o trabalho de campo que arrenda áreas de sítios vizinhos para engorda de gado.

Um proprietário, além de alugar a sede (reformada) e arrendar o pasto, conseguiu se estabelecer como comerciante de carnes no distrito de Montalvão e relatou que mesmo sendo dono de pastagem e de casa de carnes “[...] ainda prefiro arrendar as terras, sai mais barato comprar a carne pra revender do que cuidar do gado” (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Foto 7: Propriedade reformada para aluguel. Microbacia hidrográfica do córrego da Onça II



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto: Guilherme Magon Whitacker, 2015

Durante a realização das entrevistas notamos ainda que antigos produtores, hoje aposentados e ex-produtores, preferem utilizar a propriedade com outros fins. Um desses entrevistados que arrendou as terras nos afirmou:

[...] nem sei mais como é que tá aquilo lá, a casa ta lá mas faz tempo que eu não vou, só recebo notícias do moço do sítio quando ele vem aqui me pagar

pelo arrendamento, prefiro assim, to sozinho, os menino tão na cidade e a velha já se foi, não aguento mais a lida não, prefiro ficar aqui, com minha aposentadoria e a pensão, se ainda posso arrenda as terras, melhor. (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Outro proprietário, que vive de aposentadoria no distrito de Montalvão, preferiu deixar a terra parada, como forma de especulação imobiliária, conforme informação concedida durante a realização do trabalho de campo:

[...] já me ofereceram dinheiro pela propriedade, mas não vou vender ainda não, prefiro a terra lá parada do que entregar por qualquer preço, meus filhos já tão criados e não moram mais por aqui e eu não preciso mais dela pra viver, tenho minha aposentadoria e minha mulher montou essa lojinha aqui, ai vivo disso e da aposentadoria, daqui um tempo, se não vende, eu passo pro nome dos meus filhos e eles fazem o que quiserem, por enquanto deixa lá (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Em relação ao item 3, infraestrutura, verificamos que a extensão da linha telefônica (subitem 3.1) foi realizada, este fato:

[...] ajuda bastante, porque antes a gente tinha dificuldade de falar com os vizinhos [...] tinha que sair daqui e ir até a casa de alguém quando queria saber de alguma coisa, ligar pra parente, essas coisas [...] e também ajuda na segurança né, porque com o presídio ai perto começou a vir muita gente de fora pra cá, ai a gente fica assustado quando fica passando gente estranha por aqui [...] agora, qualquer coisa um liga pro outro e sai avisando. E também é bom pra muita coisa, se precisa de ambulância, bombeiro e polícia [...] Quando precisa chamar um veterinário, alguém pra ver alguma coisa aqui no sítio, é bom sim (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Em relação ao subitem 3.2, verificamos que as pontes estão em boas condições de tráfego e facilitam tanto o transporte de produtos e mercadorias quanto o tráfego de pessoas. Uma das principais reivindicações dos produtores a época da elaboração dos PIP foi a resolução deste problema.

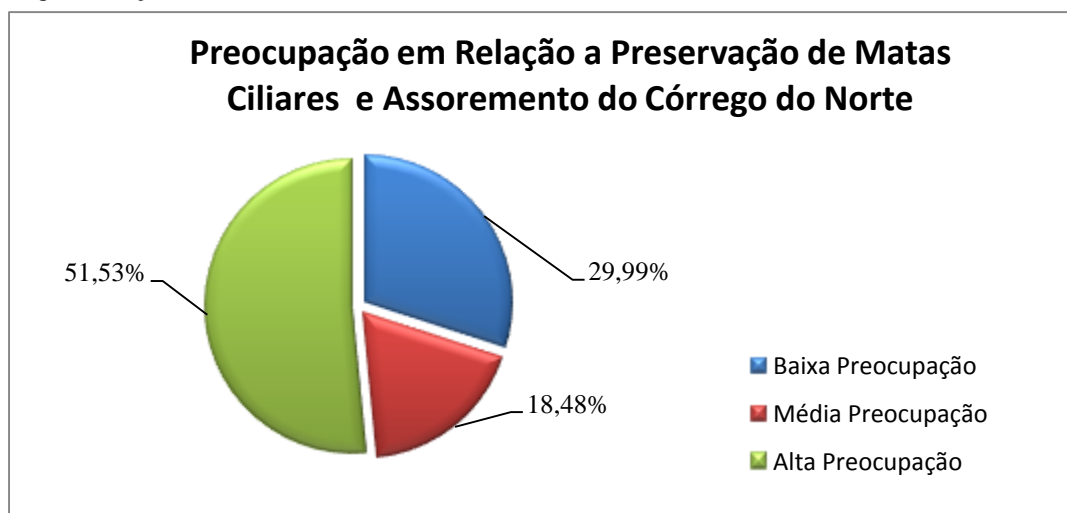
Atualmente constatamos que as estradas da microbacia apresentam condições regulares de trânsito, isto porque, segundo depoimento do representante da ASCICAMPP, em 2008, através de emenda parlamentar foi viabilizada a quantia de R\$780.000,00 usados na aquisição de cinco tratores e outros implementos agrícolas, que, entre outras atividades, são utilizados na recuperação das estradas internas, e também a Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com a CATI, realizou obras de melhoria nas estradas e conservação das pontes na microbacia (Representante da ASCICAMP, trabalho de

campo, janeiro de 2014). Deste modo, a recuperação das estradas que cruzam esta microbacia não foram ações exclusivas do PEMH e, as condições das estradas, contudo, não se mantêm em épocas de chuvas, quando trechos se tornam de difícil trânsito prejudicando o escoamento da produção, transporte e insumos (Agricultor camponês entrevistado, trabalho de campo, fevereiro de 2014).

Em relação ao item 3.3 constatamos que 82% dos proprietários entrevistados dedicam-se atualmente a pecuária, o que reflete no perfil das propriedades da microbacia, portanto, aquele contingente de trabalhadores que eram contratados para trabalhar nas lavouras, foram dispensados, minimizando assim os problemas relacionados a legislação trabalhista.

Destas informações, pudemos identificar que a preocupação dos produtores rurais entrevistados, em relação à preservação de matas ciliares e assoreamento do Córrego do Norte, lembrando que este era um dos objetivos do PEMH, agrupando-os em três categorias representadas no gráfico 2. Esta é uma informação relevante para a pesquisa, pois demonstra a capacidade de impacto que esta política pública exerceu em relação à tomada de consciência sobre o desenvolvimento sustentável, o objetivo principal do PEMH (CATI, 2005).

Gráfico 2: Nível de preocupação com os recursos naturais dos produtores da microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II



Fonte: CATI (2005) – (intranet)
Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Destes dados podemos perceber que a preservação de recursos naturais naquela área não é uma prática comum entre os produtores. Quando questionados sobre a questão da preservação dos recursos naturais em suas propriedades, fomos informados

por 66% dos entrevistados que estes possuem, hoje, consciência desta necessidade, porém, 78% dos produtores entrevistados possuem fossa comum (fossa negra) e 100% dos entrevistados afirmaram já terem realizado queima em suas propriedades para “limparem” o terreno, 100% dos entrevistados afirmaram que já queimaram resíduos em valas abertas e depois cobriram com terra novamente. Portanto, em relação à conscientização sobre a necessidade de preservação de recursos naturais, notamos que esta é restrita a preservação das Áreas de Preservação Permanente e se desenvolveu não a partir de atividades realizadas pela CATI na execução do programa, mas sim, por imposição legal.

Resumo da parte I

Iniciamos demonstrando que:

- o Grupo BM articula suas ações para influenciar países tomadores de recursos a adotarem as perspectivas territorial e sustentável para políticas públicas de desenvolvimento rural.
- autores e pesquisadores como Navarro (2001), Veiga (2002, 2003, 2004), Abramovay (2000, 2002, 2005), Sachs (2004) e outros, defendem a tese de que a concepção de território área é justificada pela possibilidade de normatização, o que permite a materialização do desenvolvimento territorial rural sustentável.

Estes fatos foram demonstrados a partir da:

- influencia do Grupo BM no processo de descentralização de políticas públicas e sua perspectiva territorial e sustentável para o desenvolvimento do campo;
- materialização das propostas do Grupo BM tendo como exemplos o PEMH, em escala local e a expansão do setor sucroenergético, em escala regional.

Isto nos permitiu identificar:

- a concepção territorial adotada – delimitação física – e o uso do território a partir do desenvolvimento sustentável como premissa para implementação de políticas públicas;
- historicamente, a evolução do Grupo BM e as mudanças na concepção de políticas públicas no Brasil;
- geograficamente, a evolução da inserção da perspectiva territorial em modelos de desenvolvimento rural;
- a expansão territorial do setor sucroenergético e a relação deste processo com o desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo;
- a forma como foi estruturado o PEMH no Estado de São Paulo tendo em vistas entender a lógica que permitiu que o Grupo BM articulasse sua atuação global em escala local fazendo uso, também, do desenvolvimento sustentável;
- os resultados do PEMH.

Parte II

A vocação geograficamente expansiva do modo de produção capitalista

A complexidade encerrada no tema de estudo delimitado, o desenvolvimento sustentável, requer uma postura investigativa que permita reconhecer que a execução de políticas públicas atua sobre a produção do espaço e vai representar sua materialidade no território, sobretudo quando as mesmas são influenciadas por agentes atuantes na reprodução do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, pretendemos demonstrar a superação da segmentação dos conteúdos que não favorecem a compreensão integral da realidade e dificulta seu entendimento enquanto processo dinâmico e dialético, pois analisamos que isto permita uma ampliação acerca dos mecanismos que interferem na organização espacial e consideramos as materializações espaciais produto das inter-relações dialéticas entre sociedade e natureza; com efeito, as políticas públicas empreendidas sobre determinado território (re)constróem práticas socioespaciais, que tomam corpo nas formas e conteúdos do mesmo. Nos estudos sobre políticas públicas, a Geografia pode contribuir com o estudo das espacialidades das ações humanas e, é nessa perspectiva, de compreender a produção do espaço, o território e a territorialização do modo de produção capitalista que organizamos este capítulo.

Deste raciocínio, demonstraremos como o modo de produção capitalista, em seu desenvolvimentismo, foi estudado pela Geografia no que diz respeito à compreensão sobre a produção do espaço e o território. Tratamos, neste capítulo, da análise da categoria espaço e do conceito de território para compreender como os processos e agentes envolvidos na expansão capitalista impactaram o campo a partir da incorporação normativa do modelo de desenvolvimento territorial rural sustentável em políticas públicas, onde se ressalta o aspecto econômico e político, sobretudo, a reprodução do modo de produção destacado. Portanto, sob este ponto de vista, está implícita a necessidade de se considerar a historicidade, pois:

No início do período capitalista, os modelos de utilização de recursos ainda eram múltiplos, sobretudo em escala mundial. À medida que o capitalismo se desenvolveu, o número de modelos reduziu, a margem de escolha se mostrou cada vez mais estreita. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a instauração do capital tecnológico, nem sequer se pode falar da continuação de uma escolha: impõe-se um só modelo de tecnologia, de organização, de utilização do capital, etc. É indubitável que este modelo se impõe de forma

diferente segundo o nível das forças produtivas de cada país, mas ele é dominante em toda parte (SANTOS, 2003, p. 138).

Estes fatos, considerados na perspectiva histórica e geográfica, remetem à ideia de processos⁶⁵ (SANTOS, 2009) e práticas espaciais (CORREA, 2006) que, quando exercidas do ponto de vista da lógica capitalista, resultam em desigualdades geográficas, referem-se tipicamente à exploração das condições sob as quais ocorre o processo de acumulação e, o que nos importa entender, o processo de reprodução⁶⁶, aproveitam-se da dialética constituída pelo capitalismo, sua contrariedade intrínseca, por meio de práticas multifacetadas monopolistas, espacialmente articuladas, vinculadas com fluxos de capitais restritos. Sobre a reprodução do modo de produção capitalista Luxemburgo (1988) escreveu que:

Reprodução, tomada literalmente, é simplesmente reiteração, repetição, renovação do processo de produção. À primeira vista, não se percebe em que se diferencia o conceito de reprodução do conceito de produção universalmente entendido como tal, e por que motivo seria necessária aqui uma expressão nova e estranha. Mas é exatamente na repetição, na constante retomada do processo de produção, que se coloca um aspecto importante. Em primeiro lugar, a repetição regular do processo de produção é o pressuposto geral e fundamento de um consumo regular; com isso, constitui a condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas. Nesse sentido, o conceito de reprodução inclui um aspecto histórico-cultural. A produção não pode ser retomada e a reprodução não pode ocorrer, se não existirem condições prévias resultantes de período produtivo anterior: ferramentas, matérias-primas e mão-de-obra (LUXEMBURGO, 1988, p. 7).

Estas condições geográficas desiguais são também, o que é relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que riqueza e poder tornam-se altamente concentrados em certas áreas como decorrência de relações assimétricas de troca, contradições e tensões e é, ainda, respectivamente instável, influenciando e atuando na produção do espaço e no território para o domínio de recursos naturais. Portanto, analisamos que para a garantia de continuidade deste modo de produção, é necessário que se criem arranjos espaciais e territoriais para que seja possível sua acumulação, pois, caso haja uma estagnação nesse processo, o sistema, como um todo, entra em

⁶⁵ O termo processo é utilizado neste trabalho com o significado de sucessão de fatos históricos, em movimento e ininterruptos, que pressupõem determinado fim a ser alcançado.

⁶⁶ Importa-nos o processo de reprodução do modo de produção capitalista, pois consideramos que o desenvolvimento sustentável venha sendo utilizado no sentido de produzir novos espaços para sua acumulação que vai ser revelada na materialidade deste enquanto modelo de desenvolvimento capaz, ou não, de exercer impactos significativos enquanto tal. Ou seja, a materialidade do desenvolvimento sustentável vai ser analisada no território, daí a importância de entender a influência do modo de produção capitalista sobre a produção do espaço e passar do espaço ao território.

colapso. Neste sentido, o conceito de reprodução: “[...] significa algo mais do que a simples repetição: ele já pressupõe determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade ou, em termos econômicos, determinado grau de produtividade do trabalho” (LUXEMBURGO, 1988, p. 8). É justamente esse empenho na reflexão sobre a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo que permite entender a noção de desenvolvimento territorial rural sustentável enquanto estratégia de ação planejada (BERSTEEIN, 1996) por, e para, continuidade da reprodução capitalista no campo (DELGADO, 2012).

Neste sentido, consideramos que exista uma relação entre a expansão do capitalismo e o desenvolvimento territorial rural sustentável que é revelada nos processos de territorialização do modo de produção capitalista e na normatização do território sob o domínio do capital em sua acepção do discurso do desenvolvimento para superação de modelos que se tornaram obsoletos com a implantação de tecnologias que configuram o campo na atualidade, e, todos esses processos resultaram em alterações sociais e naturais (MAZOYER, ROUDART, 2011; DELGADO, 2012). O reconhecimento desses processos por nossa parte permite que iniciemos a análise a partir do reconhecimento da influência exercida pelo modo de produção capitalista sobre a produção do espaço e nos territórios. Esta é a razão pela qual consideramos pertinente iniciarmos com a análise sobre a vocação geograficamente expansionista do capitalismo, pois isto nos permite entender:

- como a Geografia, em uma perspectiva influenciada pelo pensamento marxista, entende a produção do espaço, o território e o processo de territorialização;
- a dinâmica territorial do modo de produção capitalista que se reproduz em momentos de crise intensificando a falha sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza.

Deste modo, a segunda parte de nossa pesquisa está *estruturada como base teórica fundamental para que possamos demonstrar à antítese em relação ao tratamento dado ao desenvolvimento territorial rural sustentável no modo de produção capitalista onde o território é normatizado para fins operacionais (parte I desta pesquisa) sem considerar a questão das conflitualidades*. Assim, com base em autores e pesquisadores que se alinham ao pensamento geográfico crítico, como Harvey (2005, 2010, 2011), Smith (1988), Peet (2006), dentre outros não geógrafos, demonstraremos

que a reprodução do modo de produção capitalista influi na produção do espaço a partir de suas dinâmicas territoriais caracterizadas intrinsecamente pela necessidade de produzir, destruir e reconstruir novos espaços para sua própria reprodução. Deste modo, afastamo-nos da compreensão anterior que defende o desenvolvimento territorial rural sustentável como processo harmonioso entre a sociedade e entre esta e a natureza desconsiderando a conflitualidade, fato este, a conflitualidade, inerente ao capitalismo que se expressa concomitantemente no desenvolvimento territorial rural (FERNANDES, 2013) por meio de um ardiloso processo internacionalmente articulado para sustentar a territorialização do modo de produção capitalista.

Capítulo 3. Subsídios teóricos sobre a produção do espaço, território, territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território sob a perspectiva da Geografia crítica

Buscando analisar em que problemáticas geográficas estão envolvidas as concepções de produção do espaço e os processos que concebem materialidade ao território, objetivamos nos itens seguintes interpretar a perspectiva teórica no qual estes estão inseridos levando em consideração e concordando com Moreira (1982), que a sociedade é o tema central da Geografia, entretanto, esta ciência possui um modo particular de estudá-la (CORREA, 2006), visto que a reprodução da sociedade é analisada por meio de categorias de análise e conceitos específicos, tais como: espaço, paisagem, lugar, região e território.

Destas categorias e conceitos, priorizamos no item 3.1 o que se refere à produção do espaço, isto porque, entender este processo nos permitirá, no item 3.2, entender a concepção de território por meio das relações de poder que intensificam o processo de territorialização do modo de produção capitalista e a normatização do território.

Consideramos ainda que sob os influxos da financeirização econômica mundial, o capitalismo busca constantemente suporte à sua realização por meio de relações sociais de produção e, diante disso, poder-se-ia então escrever sobre uma Geografia, ou mesmo uma geograficidade no sentido proposto por Moreira (2004) de existência do capitalismo, no qual o capital financeiro em vertiginosa expansão sob a

influência da própria crise, que se repetem em momentos cíclicos⁶⁷, encontra no espaço e, sobretudo, nos territórios seu *locus* privilegiado e preferencial de existir, de realização, acumulação e reprodução.

Desta feita, levamos em consideração que “[...] as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 142), portanto a produção do espaço e dos territórios não se faz de maneira aleatória, consideramos que devem ser enfatizados nesse processo, com base na interpretação dialética da realidade, as crises e ciclos do modo de produção capitalista como elementos intrínsecos e potencializadores da produção do espaço e da territorialização e reprodução do capitalismo enquanto totalidades dinâmicas e contraditórias, produzidas histórica e geograficamente na relação entre a espacialização da sociedade mediada por relações sociais distintas.

Portanto, se o desenvolvimento sustentável, vem sendo apresentado e implementado, dentre outras formas, por meio de políticas públicas articuladas e financiadas no bojo de organizações internacionais notadamente reconhecidas como articuladoras da expansão do modo de produção capitalista e este é um fator determinante, não no sentido do determinismo geográfico, mas sim como algo capaz de induzir ações, na produção do espaço e no entendimento deste processo, temos a relação pretendida entre a compreensão da análise sobre a produção do espaço relacionada ao tema de nossa tese. Pois, conforme exposto na parte I desta pesquisa, o desenvolvimento territorial rural sustentável, conforme as recomendações do Grupo BM seria a solução para os problemas de ordem econômica, social e natural, facilitando a inserção de produtores rurais no mercado capitalista.

3.1. A produção desigual e dialética do espaço geográfico

A produção do espaço é, para Moreira (1982) e Moraes (2005), fato produzido pela própria necessidade de reprodução da sociedade e, visto que o espaço geográfico é constituído por objetos sociais e naturais e são estes que permitem a reprodução da sociedade, em constante conflitualidade, constituindo territórios, portanto, o que nos é relevante, é a produção social do espaço e do território, ou seja, a representação de sua materialidade e, nesta perspectiva, a Geografia crítica é a que nos serve de instrumentos

⁶⁷ As crises e os ciclos do modo de produção capitalista serão analisados com maior acuidade no capítulo 4 como subsídio a interpretação da reprodução capitalista com ênfase no desenvolvimento sustentável.

e ferramentas, no sentido proposto por Souza (2013), para a árdua tarefa de operacionalização da categoria espaço.

Para Harvey (2005), “Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada” (HARVEY, 2005, p. 145) e entendemos que Harvey (2005) faz alusão ao espaço não somente como extensão física⁶⁸, mas sim considerando a macroescala na qual a mobilidade inconstante do capital no espaço ocorre, o que leva a uma leitura que relacione a mobilidade espacial como uma forma de reprodução do modo de produção capitalista por meio do deslocamento das suas contradições pelo espaço geográfico, o que, em contrapartida, engendra a sua tendência universalizante de deslocamento (PERPÉTTUA, 2013) e, com a superação desse obstáculo por intermédio do que Santos (2009) denominou de meio técnico-científico-informacional, criam-se oportunidades de novos investimentos ao capital ocioso. Daí a importância da superação, constante, do espaço. Como observou Harvey (2005), trata-se do movimento contraditório do capitalismo em sua inflexível produção espacial que vai apresentar sua materialidade.

Deste raciocínio, consideramos a relevância dada às crises desde a década de 1970 por pesquisadores de várias áreas. Na literatura geográfica podemos relacionar as crises como eventos potencializadores da formação de novos espaços para acumulação e reprodução do modo de produção capitalista a partir, principalmente, da introdução do pensamento marxista na Geografia que trouxe contribuições a ambos os campos como muito bem demonstrou Moreira (2004), Harvey (2005) e Mitidiero Junior (2016) ao escrever sobre a necessidade de retroalimentação do modo de produção capitalista para o seu próprio desenvolvimento.

As evoluções no campo epistemológico geográfico crítico deram aporte à compreensão da produção do espaço e ao território no capitalismo, sobretudo, pela introdução do método e categorias de análise marxistas que permitem a interpretação da teoria das crises e dos ciclos econômicos na análise geográfica da realidade socioespacial.

Ao considerarmos o espaço, como constructo social, estamos nos referindo à estrutura que define as determinações do modo de produção considerando, também, o

⁶⁸ Sob este aspecto, Oliveira (1996) realizou profunda análise onde considera “*O espaço como ordem, princípio e lei da coexistência dos fenômenos*” e reconhece, com base principalmente em Leibniz que, apesar da extensão física estar contida no entendimento sobre o espaço, em relação a suas três dimensões (comprimento, altura e largura), que a coexistência de determinados fenômenos no espaço ocorre pela movimentação dialética da matéria, e este movimento não se restringe a superação da extensão física, mas sim, a própria produção de novos espaços que permitam essa coexistência.

que se refere à ação de agentes em associação com grupos de atuação, muitas vezes de âmbito global. Neste sentido, o espaço produzido pode contribuir mais para ocultar sua estrutura do que revelar. Isso porque, em geral, não percebemos, ou não é desvelado no olhar o processo de produção espacial tal qual a mercadoria, o que nos remete ao esforço reflexivo. Contudo, a afirmação de que o espaço é socialmente construído não significa a negação de que ele esteja centrado na materialidade do mundo. O que realmente nos importa é perceber que o pensamento dialético enfatiza a compreensão dos processos e das relações, para, a partir de então entender os elementos, a estrutura e os sistemas organizados. Deste modo, concordamos com o argumento de Harvey (2005) sobre a dialética, que nos força sempre a questionar, em relação a um evento, qual processo constitui o objeto a analisar e como ele é amparado. Assim, o espaço como produto social é resultado de um processo histórico e geográfico que o dota de uma existência objetiva.

[...] uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade objetiva (SANTOS, 2008a, p. 161).

Com isto, consideramos que o conhecimento da realidade espacial não deve ter por base sensações ou percepções sujeitas à experiência ou a aparência, mas sim a essência. A produção do espaço é considerada produto da organização social que tem transformado o entorno natural ao longo da história, e este, o espaço, sobrevêm da capacidade (técnica e intelectual) do ser humano de organizar-se e evoluir; em consequência, “[...] o espaço testemunha a realização da história, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro” (SANTOS, 2008a, p. 156). Neste sentido, a materialidade do espaço geográfico é entendida como resultado ativo de um processo produtivo das relações sociais de produção no tempo, o que reafirma seu caráter de produto social. Fator fundamental da evolução social, em que todas as instâncias (políticas, econômicas e sociais) se inter-relacionam, fato que implica uma imbricação entre as mesmas. Por conseguinte, o espaço se apresenta como categoria geográfica explicativa central da realidade social.

Uma contribuição para a Geografia compreender o espaço por este raciocínio, ou seja, produto social, apoiada no materialismo histórico e dialético, foi o estudo

realizado por Lefebvre (2013) que vai influenciar o pensamento geográfico sobre a produção do espaço e alterar matrizes epistemológicas da Geografia. Para Lefebvre (2013), referindo-se ao espaço enquanto produto social, a estruturação organizacional do espaço não é uma estrutura independente com leis de funcionamento e transformação próprias, tampouco, mera expressão da estrutura de classes emergindo das relações de produção. A organização espacial é elemento das relações totais de produção, que são concomitantemente sociais e espaciais, dialeticamente intrínsecas, compondo o materialismo histórico-geográfico⁶⁹. Deste modo, a proposição de uma dialética socioespacial pode ser localizada na ideia de Lefebvre (2013) onde o espaço tanto expressa as relações sociais de determinado modo de produção quanto reage diretamente a elas.

El concepto de espacio social se desarrolla mediante su ampliación. Se introduce en el seno del concepto de producción, lo invade incluso, llegando a hacerse parte (quizá una parte esencial) de su contenido. De ahí engendra un movimiento dialéctico muy específico que no abole ciertamente la relación “producción-consumo” aplicada a las cosas (bienes, mercancías, objetos de cambio), pero que se modifica mediante su ampliación. (LEFEBVRE, 2013, p. 141).

Consideramos que o pensamento de Lefebvre (2013) resulta, portanto, na concepção de uma intrincada e abrangente teoria do espaço social, analisando este não como fato acabado, nem tampouco como um meio vazio e passivo, mas sim como produto que intervém na própria produção e como aspecto basilar da segunda natureza (produzida pela ação humana), decorrência da ação produtiva e transformadora das sociedades sobre a primeira natureza.

Ampliando e aportando seu raciocínio em formas de percepção da tradição marxista, na qual o espaço social pode ser avaliado como uma superestrutura⁷⁰ (MARX,

⁶⁹ O materialismo histórico e geográfico foi objeto de discussão de Soja (1993) e vem sendo desenvolvido por Harvey (2005, 2010, 2011). Daí, dentre outros aspectos, a influência de Lefebvre (2013) sobre geógrafos e sobre a Geografia.

⁷⁰ A partir da formulação de Marx e Engels (2009) “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário é, o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX; ENGELS, 2009, p. 47). De acordo com Larrain (2013), a superestrutura, no sentido proposto por Marx e Engels, “[...] apresenta a ideia de que a estrutura econômica (a base ou infra estrutura) da sociedade condiciona a existência e as formas do estado e da consciência social (a superestrutura)” (LARRAIN, 2013, p. 27).

2013), Lefebvre (2013) argumenta que, assim como o tempo, o espaço não se situa a determinados níveis ou planos distinguidos e hierarquizados.

[...] en la estricta tradición marxista, el espacio social podía considerarse como una superestructura, resultado de las fuerzas de producción y de las estructuras, de las relaciones de propiedad entre otras. Ahora el espacio entra en las fuerzas productivas, en la división del trabajo. Sus relaciones con la propiedad están claras; también con los intercambios, con las instituciones, con la cultura, con el saber. Se vende y compra (LEFEBVRE, 2013, p. 56).

Portanto, entendemos que Lefebvre (2013) argumenta que a produção do espaço, ainda que não dominante no modo de produção capitalista, religa os aspectos da prática, coordenando-os, reunindo-os. Deste modo, determinado modo de produção motiva, ao mesmo tempo, relações sociais e o espaço onde essas acontecem, e é assim que ele se realiza, sem que haja correspondência exata entre as relações sociais e espaciais, portanto, uma dinâmica constante e conflitante entre o que determina a base, ou infraestrutura, e a superestrutura. Se o espaço social intervém no modo de produção, ele também sofre alterações de acordo com a dinâmica evolutiva dos modos de produção. Deste modo, consideramos que o espaço não se estabelece no modo de produção capitalista como meio passivo das relações sociais, mas sim ativo (operatório e instrumental) e ao exercício da hegemonia.

Lefebvre (2013) proporciona uma adequada teoria social de base marxista do espaço capaz de conceber uma unidade teórica entre campos distintos: o espaço físico, mental e social. Para tanto, traz à tona conceitos da economia política marxiana, como produção e produzir e, a partir destes, apregoa a produção do espaço como conceito teórico e realidade prática onde este é, portanto, produto social: meio de produção e de domínio que escapa parcialmente aos que dele se servem quando este não mais se confunde com o espaço mental (dos filósofos e matemáticos) e com o espaço físico (definido pelo prático-sensível e pela percepção da natureza). O que importa, ponderamos, para Lefebvre (2013), é o espaço como totalidade⁷¹, não reduzido aos objetos localizados no, ou sobre, o espaço.

De acordo com Lefebvre (2013), produzir um espaço social adequado, no qual a sociedade causadora toma forma apresentando-se e representando causalidades de determinado modo de produção, é um processo onde estão imbricadas relações sociais de produção e de reprodução.

⁷¹ Neste ponto, no sentido proposto por Santos (2009) que ao indicar, fazendo uso de Sartre, a distinção entre totalidade e totalização, entende a primeira enquanto resultado de determinado processo.

Assim, é estabelecida uma respeitável triplicidade do espaço: a prática espacial – produção e reprodução que assevera a continuidade numa relativa coerência produzindo e dominando o espaço, o que corresponde ao espaço percebido; as representações do espaço – vinculadas as relações de produção, aos conhecimentos, signos e códigos específicos, que correspondem ao espaço concebido dos especialistas no qual as concepções espaciais tendem para um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente com tendência dominante e; os espaços de representação – que apresentam simbolismos complexos relacionados à vida social e correspondem ao espaço vivido, trata-se do espaço dominado que tende, também, para sistemas mais ou menos coerentes de signos não verbais (LEFEBVRE, 2013).

Esta triplicidade percebido-concebido-vivido (LEFEBVRE, 2013), supera o binarismo das relações a dois termos, do espaço mental e físico, e não corresponde a um modelo abstrato. Para Lefebvre (2013), é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o sujeito, membro de determinado grupo social, possa passar de um a outro polo desta triplicidade espacial sem se perder. Os agentes que atuam na produção do espaço seguem uma representação, enquanto os usuários suportam o que lhes é imposto, inserido ou justificado em seu espaço de representação (espaço vivido).

Pode-se supor, portanto, que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação, interferem de modo distinto na produção do espaço, conforme suas qualidades e propriedades, conforme as sociedades e as épocas, porém, o fazem de maneira aleatória (LEFEBVRE, 2013). Desta forma, as inclusões entre esses três momentos nunca são simples ou estáveis, e mais do que essa instabilidade, apresentam uma contrariedade imanente, a invariável sobreposição desta triplicidade espacial mediada pela relação de interesses entre aqueles que atuam nas esferas de poder e os que a estes se submete, neste caso, considerando o espaço enquanto produto social submetido ao modo de produção capitalista.

Para Lefebvre (2013), não há um espaço social, mas vários espaços sociais, uma multiplicidade. “No hay un espacio social, sino vários espacios sociales e incluso podríamos decir que una multiplicidad ilimitada; el término espacio social denota un conjunto innumerable” (LEFEBVRE, 2013, p. 142). Tomados isoladamente tornam-se abstração, mas eles existem realmente para redes de relações sociais. Esses espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem, já que não são fatos ou objetos limitados uns pelos outros, ou chocando-se por seu contorno e por sua inércia. Assim, as

fronteiras visíveis disfarçam um isolamento entre espaços, delimitando apenas o espaço físico.

O espaço social de Lefebvre (2013) pode ser compreendido segundo uma dupla determinação: conduzido pelos grandes movimentos, e atravessado pelos pequenos movimentos, ou seja, unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetrando, outros se afrontando. A forma do espaço social é o encontro, a simultaneidade, a reunião de tudo que há no espaço, de tudo que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade (LEFEBVRE, 2013).

Com estas interpretações, a influência do pensamento de Lefebvre (2013) na Geografia torna-se mais frequente. Para Quaini⁷² (1979), que discute a utilização das teorias e metodologias marxistas no estudo da Geografia, a preocupação das consequências do capitalismo na sociedade, portanto na produção do espaço, devem estar nos objetivos desta ciência, o discurso acerca da suposta missão civilizadora do capital contribuiu para a naturalização da lógica de reprodução do modo de produção capitalista pautada na produção e no consumo, como escreveu Marx (2011).

A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as consome, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. Assim como o consumo da matéria-prima, que não permanece com sua forma [Gestalt] e constituição naturais, sendo, ao contrário, consumida. Por isso, o próprio ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo (MARX, 2011, p. 63).

Para Quaini (1979) esta visão, apesar de parecer inicialmente um desvio historicista, é justificada pela necessidade de reconhecer a produção social do espaço, tendo a visão de história marxiana do ser humano realizando-se socialmente (QUAINI, 1979). Entre as questões ressaltadas por este autor, uma das principais diz respeito à dominação do espaço geográfico como algo superior à relação, também de dominação, entre a sociedade e a natureza (primeira).

De acordo com Quaini (1979) a relação de transformação da natureza em história, uma natureza social (segunda), é um processo de dominação espacial e

⁷² Apesar de não encontrarmos em Quaini (1979) referências a obra de Lefebvre, consideramos que este autor, ao perceber a relevância do pensamento marxiano para o aprimoramento da Geografia, permite que façamos a aproximação entre os autores, sem a pretensão de indicar que Quaini seja adepto de Lefebvre, mas sim da teoria marxiana e do reconhecimento de sua importância para a crítica geográfica sobre a produção do espaço.

consideramos que este processo pode ser relacionado ao espaço social de Lefebvre (2013) a partir da inserção da tecnologia e da ciência no território, o que gerou possibilidades de uma produção e utilização desigual do espaço.

Esta paradoxal reviravolta da natureza em história e da história em natureza se realiza na sociedade capitalista, que enquanto amplia a esfera do domínio científico e tecnológico sobre as forças naturais cria uma natureza social ou uma sociedade natural que se opõe e domina os homens muito mais que a natureza natural dominava as próprias sociedades pré-capitalistas (QUAINI, 1979, p. 48).

Ampliando este debate, Smith (1988) escreve sobre a relação dialética entre diferenciação e equalização geográficas contribuindo, deste modo, na compreensão sobre a dialética da produção do espaço no modo de produção capitalista trazendo à tona a questão da desigualdade do desenvolvimento e sua tendência a igualização. Smith (1988) focaliza o caráter político e econômico do desenvolvimento desigual⁷³ do capitalismo voltando-se a autores clássicos do pensamento marxista, como Lênin⁷⁴ (1982) e Trotsky⁷⁵ (1985), que, de acordo com Löwy (1985) fornecem as bases teóricas sobre desenvolvimento desigual.

Nestas perspectivas, está presente o entendimento de que o capitalismo hierarquiza a diferença em desigualdade e assim desenvolve-se (LÊNIN, 1985) combinando formas contemporâneas, capitalistas, com outras obsoletas, não capitalistas, evoluindo desigualmente (TROTSKY, 1985). Smith (1988) demonstra que

⁷³ Foi o geógrafo anarquista Élisée Reclus quem tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. “A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise” (RECLUS, 1985 apud, ANDRADE, 1985, p. 39).

⁷⁴ Lênin (2010) nos fornece o exemplo das estradas de ferro mostrando o desenvolvimento desigual do capitalismo: “As estradas de ferro nos dão o balanço dos ramos-chaves da indústria capitalista, da indústria hulfífera e siderúrgica, o balanço e os índices mais significativos do desenvolvimento do comércio mundial e da civilização democrática burguesa. [...] A desigual repartição da rede ferroviária, a desigualdade do seu desenvolvimento constitui, à escala mundial, o balanço do moderno capitalismo monopolista. E este balanço mostra que, com tal base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis durante e enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção” (LÊNIN, 2010, p. 10).

⁷⁵ Segundo Löwy (1995): “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky [...] é uma tentativa de [...] dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”. “Contrariamente a Lênin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social” (LÖWY, 1985, p. 73).

o desenvolvimento desigual é marcadamente espacial na exata medida em que tende para a diferença, concordando com Trotsky (1985), e para a igualização⁷⁶.

Isso significa que a tendência geograficamente expansiva do modo de produção capitalista reúne para si as diferenças geográficas e as toma como premissas dialéticas para seu desenvolvimento, lembrando a mobilidade espacial deste modo de produção. Se o desenvolvimento desigual transpõe a história, ele constitui uma Geografia própria sob o capitalismo. Essa Geografia do capitalismo assenta-se em uma base natural que comina, juntamente com a divisão internacional (territorial) do trabalho, na tendência para a diferenciação.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. [...] Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar, embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é a base natural para produção excedente (SMITH, 1988, p.152).

Smith (1988) observa, ainda em Marx (2011, 2013), o conceito de modo de produção para identificar uma sociedade dominante/dominada e entender a produção do espaço como desigual, onde este não é imutável, suas estruturas (infraestrutura e superestrutura) materiais, imateriais e organizacionais mudam de feição articulando o sistema produtivo a elementos de produção, consumo e circulação. Elementos estes que estão processualmente relacionados entre si e moldam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas fixas locais, mas também pelas relações de fluidez que mantêm entre si associadas às dinâmicas econômicas.

Por sua vez, Soja (1993) reconhece que as procedências da aproximação entre o marxismo e a Geografia encontram-se na Geografia francesa e anglosaxônica devido, principalmente, a forma como o marxismo desenvolveu-se naqueles países, atribuindo a Lefebvre (2013) grande importância neste processo ao afirmar que:

⁷⁶ A tendência para igualização é o nivelamento ao plano do capital. Um exemplo fornecido pelo geógrafo escocês é a relação cidade-campo. De acordo com o raciocínio do autor, o capitalismo aproximou as relações entre cidade-campo via industrialização da agricultura. Ele exemplifica dizendo que a acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital (SMITH, 1988).

[...] nos últimos trinta anos, Lefebvre recorreu seletivamente a esses movimentos, numa tentativa de recontextualizar o marxismo na teoria e na práxis; e é nesta recontextualização que podemos descobrir muitas das fontes imediatas de uma interpretação materialista da realidade e, por conseguinte, do desenvolvimento da Geografia marxista e do materialismo histórico-geográfico. (SOJA, 1993, p. 63).

Neste sentido, para Soja (1993) a relação entre o marxismo e a Geografia teve muitas vezes pensamento unilateral, posteriormente houve um movimento de renovação que confere a ambos uma fecundidade de análise ao, por um lado, relativizar a característica fortemente historicista presente no marxismo e, por outro, conferir autonomia epistemológica a Geografia. Este é um elemento relevante porque o pensamento geográfico, no século XIX e no século XX, pode ser considerado de maneira inscípiente em relação ao pensamento marxista. Isto porque havia no marxismo, notadamente o ocidental⁷⁷, o predomínio do pensamento historiográfico como elemento explicativo, em detrimento da Geografia e do espaço, constituindo-se no que seria uma espécie de historicismo (SOJA, 1993).

Uma contextualização histórica hiperdesenvolvida da vida social e da teoria social, que obscurece e periferaliza ativamente a imaginação geográfica ou espacial. Essa definição não nega o poder e a importância da historiografia como modalidade de discernimento emancipatório, mas identifica o historicismo com a criação de um silêncio crítico, com uma subordinação implícita do espaço ao tempo (SOJA, 1993, p. 23).

Soja (1993), no entanto, evita uma dicotomização improdutiva entre tempo e espaço e afirma que a leitura estritamente historicista nas obras marxianas só pode ser superada por uma reconfiguração realizada dentro dos próprios limites do marxismo e que ela não poderá ser operada por quem optar por anular o tempo pondo em relevância apenas o espaço.

[...] em resposta, os intrusos decididos tendem, muitas vezes, a enfatizar demais suas colocações, criando uma alma contraproducente de anti-história

⁷⁷ Hobsbawn (1985) e Bottomore (2013) Identificam distintos eixos do marxismo, o ocidental, soviético, na Europa oriental, o austromarxismo e outras definições. Em Anderson (1989) o marxismo ocidental aparece como o deslocamento das questões centrais do marxismo clássico, da I e II Internacional, de cunho mais político e econômico altamente relacionado à teoria e a prática revolucionária, para a filosofia, epistemologia e teoria do conhecimento. Esta distinção ocorreu a partir da década de 1920 com os intensos debates que se sucederam ao aparecimento das obras *História e consciência de classe*, de György Lukács, e *Marxismo e filosofia*, de Karl Korsch. A tradição clássica será concluída, segundo Anderson (1989) com uma série de reveses históricos: a derrota da revolução proletária no Ocidente, a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa Ocidental e a consolidação do stalinismo na URSS, que, segundo o historiador inglês e livre de qualquer julgamento nosso, levará a uma regressão do marxismo na URSS. Será justamente esse conjunto de derrotas que dará lugar a uma nova tradição marxista.

e exagerando inflexivelmente o privilégio crítico da espacialidade contemporânea, isolada de uma abrangência temporal que é cada vez mais silenciada (SOJA, 1993, p. 19).

Superar este historicismo foi a argumentação no período moderno para o pensamento crítico. Para Soja (1993), este fato consiste na superação da separação infrutífera do ser, do tempo e do espaço, e no rompimento com o isolamento protagonizado por geógrafos, no século XIX e início do século XX, em relação a outros campos do saber científico (SOJA, 1993).

Esta ligação entre o ser, o tempo e o espaço é a matriz ontológica do ser no mundo, sendo assim, para Soja (1993), a instituição do pensamento crítico marxista, por meio do método dialético, categorias e conceitos, é a reconfiguração pretendida do pensamento geográfico a partir do reconhecimento da espacialização do ser junto a sua temporalização no processo de devir social, reconstruindo a capacidade explicativa da teoria crítica.

[...] o modo como esse nexos ontológico de espaço-tempo-ser é conceitualmente especificado e recebe um sentido particular na explicação dos eventos e ocorrências concretas é a fonte geradora de todas as teorias sociais, sejam elas críticas ou outras (SOJA, 1993, p. 35).

Contrariando teses de supressão da relevância do espaço ante o avanço da mundialização capitalista, Soja (1993) observa nas últimas décadas do XX uma reinserção da problemática espacial na teoria social crítica. De espaço receptáculo e palco dos acontecimentos, passa-se cada vez mais ao entendimento do espaço como elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade, conforme escreveu Lefebvre (2013).

Santos (2008a) contribui a estruturação da Geografia crítica brasileira trazendo a consideração do espaço em perspectiva semelhante à de Lefebvre (2013), como produto social, resultado das práticas espaciais da sociedade, e não reflexo social, ou seja, o espaço enquanto produto socialmente constituído é subordinado e, ao mesmo tempo subordinante, constantemente submetido à totalidade, mas dotado de certa autonomia em relação a determinado modo de produção, que por sua vez também torna subordinada e subordinante determinada sociedade.

Portanto, o espaço do homem, espaço social, geográfico, condiciona então a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social, pois, “[...] não há e jamais houve formação social independente do espaço (SANTOS,

2008a, p. 243). Ainda para Santos (2008a), o espaço pode ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, considerados como termos disjuntivos associados em suas relações dialéticas.

Outro autor que colabora, na atualidade, com o adensamento do marxismo na Geografia, sobretudo para a compreensão da produção do espaço sob o modo de produção capitalista é David Harvey, que teoriza sobre a apropriação histórica da dimensão espacial pelo capital e como as suas dinâmicas, entre crises e ciclos, causam certa racionalidade que assevere, mesmo reconhecendo suas contradições, a reprodução e ampliação das condições basilares para a acumulação capitalista.

[...] a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções [...] todo o processo de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura e transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (HARVEY, 2010, p.201).

Para Harvey (2005), mesmo que o processo de acumulação capitalista em nível global caracterize um desenvolvimento geográfico desigual, a palavra chave para compreender este fato não é desenvolvimento, mas espaço. Deste modo, este autor dá ênfase à dimensão geográfica incorporando as análises espaciais ao materialismo histórico preconizado por Marx. De acordo com Harvey (2011) a categoria espaço, enquanto fato social (LEFEBVRE, 2013), sempre esteve presente na teoria social marxista no que se refere ao seu papel para o desempenho da acumulação e reprodução do capitalismo, ou mesmo nos processos de crises e de superação destas.

Harvey (2005), em seus estudos sobre a Geografia histórica do capitalismo, se posiciona sobre a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista a partir da teoria social marxista como forma de contribuir, também, para a explicação posterior (HARVEY, 2010) das transformações das funções do Estado enquanto agente atuante na reprodução do modo de produção capitalista por meio de distintas atuações que fortaleceram o neoliberalismo (HARVEY, 2010).

Deste modo, consideramos que o que Harvey (2005) afirma, anteriormente, autores como Luxemburg (1985) e Lênin (1982) organizaram em suas obras teorias sobre as dinâmicas capitalistas, na perspectiva de abranger o processo pelo qual o capitalismo se desenvolvia historicamente enquanto relação social e modo de produção e, ainda, suas consequências na organização espacial da sociedade. Não obstante,

Harvey (2005) demonstra inquietação em desvelar como o espaço tem papel categórico sem desconsiderar o tempo na obra marxiana, e na criação das condições necessárias à reprodução do capital. Para Harvey (2005):

Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo sobre o espaço. Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o tempo do trabalho excedente e transformá-lo em lucro, dentro do tempo de rotação socialmente necessário. (HARVEY, 2005, p.145).

Neste sentido, conceber o espaço como totalidade é entender o espaço geográfico como um elemento híbrido formado por “[...] sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 2009). Ou seja, objetos naturais e objetos sociais em relação dinâmica com a sociedade. Corroborando nesse sentido, Straforini (2004) afirma que a ciência geográfica:

[...] deve buscar a compreensão do espaço geográfico, esse entendido como um sistema indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Para que os objetos e ações permaneçam indissociáveis o espaço não pode perder o sentido de totalidade-mundo (STRAFORINI, 2004, p. 175).

Deste modo, os movimentos da sociedade, ao atribuírem às formas geográficas novas funções, transformam a organização do espaço. Essas formas, tornadas formas-conteúdo, participam então de uma dialética com a sociedade. Somente a sociedade anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo. Apenas a forma utilizada, tornada forma-conteúdo, constitui o espaço. Na medida em que não existe dialética possível entre formas, a dialética que se dá é sempre entre sociedade e espaço, já que a sociedade está agindo sobre ela mesma, e não sobre a sua materialidade exclusivamente.

Destes, levamos em consideração, portanto, que na perspectiva geográfica crítica, teorizar sobre a produção do espaço geográfico relaciona-se com considerar as implicações do capitalismo como modo de produção categórico, mais especificamente, como processo determinado pela circulação e acumulação de capital. Caso não ocorra esta relação, consideramos que o intento desta teorização estaria incompleta, já que o capitalismo se converteu em fator de valorização do espaço e no espaço (MORAES; MESSIAS, 1996). O capitalismo, portanto, se converteu em decisivo protagonista do espaço, como escreveu Harvey (2007), relacionando a teoria marxiana com a estrutura espacial.

La teoría marxiana sobre el crecimiento en el capitalismo sitúa la acumulación de capital en el centro de las cosas. La acumulación es el motor que mueve el crecimiento bajo el modo de producción capitalista. El sistema capitalista es, por consiguiente, fuertemente dinámico y expansivo, forma una fuerza permanentemente revolucionaria que remodela de manera continua constante el mundo en que vivimos (HARVEY, 2007, p. 256).

No mesmo sentido consideramos a racionalidade de Santos (2009), em que o capitalismo impõe sua hegemonia aos sistemas de objetos e ações que se instalam no espaço. Desta forma, em uma perspectiva marxista, *o capitalismo pode ser entendido como processo produtivo do espaço, o que corrobora com a afirmação de que o espaço é produto histórico e geográfico materializado baixo relações sociais e técnicas concretas geograficamente expansivas*. Esta lógica impõe uma organização específica dos processos produtivos e de trabalho, com o objetivo principal de gerar mais valor e se apropriar da mesma, uma lógica baseada na acumulação contínua de capital como mecanismo vital para sua reprodução.

A partir daí se projeta o espaço geográfico como espaço do capital (HARVEY, 2007), um espaço cada vez mais de tendência global e propício a criação de novos espaços de reprodução em seu interior, como a proposta de desenvolvimento sustentável que permite que organizações internacionais articulem redes globais de sistemas peritos⁷⁸ e influenciem tomadas de decisões, seja no âmbito privado, por meio de selos internacionais de garantia de contribuição para o desenvolvimento sustentável, seja no setor público, por meio da coação financeira que vai permitir a territorialização do desenvolvimento sustentável.

E, é neste contexto, que localizamos a atenção sobre ações que projetam um modelo de desenvolvimento que se propõe sustentável, sobre a dinâmica derivada da racionalidade espacial do capitalismo, posicionando normativamente o território no espaço geográfico baixo a configuração do modo de produção capitalista, ou seja, a territorialização deste modo de produção e a normatização do território.

3.2. Territórios, processos de territorialização e normatização do território no modo de produção capitalista

Na interpretação da teoria sobre a produção do espaço, consideramos que Lefebvre (2013) estabeleceu uma rica problematização crítica para a abordagem

⁷⁸ Sobre os sistemas peritos apresentaremos maiores considerações na parte III desta pesquisa.

dialética espacial que permite adentrar o estudo sobre os territórios e reconhecemos que este é um conceito chave para a Geografia e nossa pesquisa. A triplicidade espaço percebido-concebido-vivido (LEFEBVRE, 2013) procura dar conta de abarcar a multiplicidade característica do espaço social, mas consideramos que não há como reduzir esta triplicidade a categorias de análise do real quando passamos da análise da produção do espaço ao território.

Deste modo, por avaliarmos que exista certa dificuldade epistemológica de nossa parte para transformar sua teorização em categorias formais de análise que serviriam para segmentar o espaço e visando nossos objetivos, consideramos que o modo de análise geográfica mais coerente à compreensão do território é aquela a partir de relações de poder⁷⁹, na perspectiva de Raffestin⁸⁰ (1993). Assim, *quando escrevemos sobre a concepção de território neste item, estamos nos referindo a um espaço – sem confundi-lo com o mesmo – definido e delimitado por e a partir de relações de poder, portanto, relacional*. Esta opção se dá pela possibilidade de, por meio da mesma, compreender os processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território influenciado pelo Grupo BM, que traz em seu bojo relações de poder que podem ser analisadas, por exemplo, por meio de políticas públicas de caráter neoliberal, como o PEMH que *podem induzir novas práticas produtivas voltadas à reprodução de capitais*. Esta concepção representa, portanto, parte do próprio processo evolutivo do pensamento geográfico e leva em consideração a existência de múltiplas concepções de territórios.

A Geografia, tanto a Alemã quanto a Francesa, abordou durante certo período, o território numa perspectiva clássica de território-nação, ou seja, área fisicamente delimitada e politicamente controlada por determinado governo (LACOSTE, 2012). A ideia de território homogêneo era legitimada por essa definição, em que tudo e todos

⁷⁹ A partir deste ponto, passamos a conceber poder na perspectiva trabalhada por Raffestin (1993) relacionando este a conflitualidade (FERNANDES, 2009). Neste sentido nos referimos às práticas e as relações cotidianas da sociedade exercidas sobre uma determinada porção do espaço geográfico que, para Raffestin (1993), pode ser traduzidas pelo poder, sugerindo suprimir expressões como influência e autoridade. Assim, o poder é multidimensional, manifestando-se numa relação de força, troca ou comunicação, entre sujeitos diferentes, gerando *campos de poder* e, são nestes campos de poder que a conflitualidade, no sentido proposto por Fernandes (2009) vai se manifestar por meio de conflitos que, em nosso caso, dizem respeito à concepção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável que impõem o uno sobre o diverso, o consenso sobre a crítica e padronização sobre a variedade.

⁸⁰ Reconhecemos, assim como Girardi (2016), que a obra de Raffestin (1993) apresenta limitações em relação a produção do espaço, concebendo este enquanto algo pronto, dado a sociedade. No entanto, não utilizar esta proposição de Raffestin (1993) não significa a impossibilidade de dialogar com o mesmo a respeito da abordagem relacional do conceito de território.

eram igualmente pertencidos e pertencentes, o que possibilitou a formação de modelos de desenvolvimento regional com foco em determinada área que, por sua vez, reunia um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que se buscava mudar (SAQUET, 2007), ou mesmo, manter.

O território era assim apreendido pela sua definição clássica de área delimitada politicamente, conhecida como abordagem areal (LACOSTE, 2012). Na Geografia Ratzeliana, de acordo com Moraes (1990) a referência ao uso do conceito de território é político. Para este autor, Ratzel, o poder de organização de uma área era inteiramente do Estado (MORAES, 1990), sob este aspecto, Raffestin (1993) assevera que:

Só existe o poder do Estado. Isso é tão evidente que Ratzel só faz alusão, em matéria de conflito, de choques entre dois ou vários poderes, à guerra entre Estados [...] A ideologia subjacente é exatamente a do estado triunfante, do poder estatal. (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

O Dictionary of Human Geography (DEREKY et al, 2009), descreve o território como uma porção do espaço social ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais, ou, o campo de forças exercitado pelas instituições dominantes sobre o espaço.

A unit of contiguous space that is used, organized and managed by a social group, individual person or institution to restrict and control access to people and places. Though sometimes the word is used as synonymous with place or space, territory has never been a term as primordial or as generic as they are in the canons of geographical terminology (AGNEW, 2009, p. 746).

Tradicionalmente, portanto, o território refere-se à base geográfica de um Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania. Esse conceito de território, que tem origem na Geografia política e no conceito de espaço vital de Ratzel (MORAES, 1990), refere-se geralmente a uma circunscrição do espaço através do poder.

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, surge à necessidade de se refletir sobre distintos paradigmas científicos, dentre eles os geográficos, que norteavam as ciências desde o final do século XIX em relação a concepções de territórios, como escrevemos anteriormente com base em Quaini (1979), a partir da aceitação de conceitos e categorias do pensamento marxista pela Geografia, vale lembrar que em uma perspectiva que leve em consideração os aspectos da mundialização do modo de produção capitalista:

Provavelmente, o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção pré-existentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador “livre” em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que “tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado”, seriam as referências mais marcantes do movimento de des-territorialização capitalista (HAESBAERT, 2012, p. 174, 175).

Buscando contrapor o entendimento clássico, e consideramos que reconhecendo a importância social do geógrafo e da Geografia, Yves Lacoste publica ainda em 1976, a primeira obra geográfica que busca superar este entendimento, Lacoste (2012), escreveu:

Em nossos dias, a abundância de discursos que se referem ao *aménagement* do território em termos de harmonia, de melhores equilíbrios a serem encontrados, serve sobretudo para mascarar as medidas que permitem às empresas capitalistas, principalmente às mais poderosas aumentar seus benefícios. É preciso perceber que o *aménagement* do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares. Se isto é bem pouco nítido nos países há muito industrializados, os planos de organização do espaço são manifestamente bastante influenciados pelas preocupações policiais e militares nos Estados em que a industrialização é um fenômeno recente e rápido (LACOSTE, 2012, p. 30, *itálicos no original*).

A partir de então houve a possibilidade de entendimento para a definição de território diferente da ideia de Estado-Nação, abrindo caminho para uma compreensão relacional, pois, se o território é mediado pelas relações de poder de determinada classe, é coerente que haja a contestação desse poder, portanto, relações sociais conflituosas e heterogêneas que vão além da delimitação física de determinada área e/ou estado (SAQUET, 2007) e até mesmo da normatização do território como exposto na parte I desta tese.

Os territórios podem, então, ser entendidos como resultado das relações sociais, produto social, não mais como elemento natural ou artificial e, tão pouco, como palco de acontecimentos fisicamente delimitado por normas, distinguindo-se da abordagem areal, contribuindo para as transformações de antigas definições e recuperando maior protagonismo, na Geografia, a partir de trabalhos sobre a

territorialidade (RAFFESTIN, 1993), processos de territorialização e desterritorialização (OLIVEIRA, 2004; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2012) e normatização do território (STEINBERGER, 2013) com análises eminentemente geográficas, vinculadas a dinâmica territorial, integrada a realidade espacial total, onde se encontram inseridas as complexas dinâmicas de territorialidades⁸¹, entendidas como processos diferenciadores de múltiplos territórios que coexistem (FERNANDES, 2009) em um mesmo movimento unitário do processo de produção do espaço.

O espaço e o território são vistos como ligados e indissociáveis. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades (SAQUET, 2007, p. 127).

Haesbaert (2012) problematiza a que ponto espaço e território, erroneamente empregados como sinônimos quando da referência à dimensão geográfica de fatos sociais, devem ser tratados como concepções distintas, argumentos esses que se fundamentam, principalmente, a partir da obra de Raffestin (1993), onde espaço é considerado como categoria analítica, enquanto território, conceito que permitiria maior precisão na formalização e/ou na quantificação (RAFFESTIN, 1993). Assim, espaço e território não seriam equivalentes, o primeiro antecedendo o segundo. O território resulta da produção do espaço, consideração esta que se fundamenta nos escritos anteriores com base em Lefebvre (2013), e demais autores citados no item 3.1, no qual espaço é entendido como produzido socialmente, não se tratando de um dado a priori, uma primeira natureza sobre o qual se desdobra o trabalho humano.

Para Haesbaert (2012), com quem concordamos, ainda que espaço e território sejam considerados distintos, como propôs Raffestin (1993), eles não podem jamais ser separados, na medida em que sem espaço não há território: o espaço não como outro tipo de recorte ou objeto empírico (como expresso na noção de matéria prima preexistente ainda não apropriada), mas, num olhar epistemológico, com distinto nível

⁸¹ Saquet (2007) expressa a territorialidade em termos de relações diárias, um acontecer de todas as atividades cotidianas e formas de vida, como as relações com a casa, trabalho, família, escola, dentre outras relações. Trata-se, não obstante, de um processo construtivo de grande complexidade social e de relações de dominação entre indivíduos e grupos sociais que se desenvolvem em uma parcela do espaço geográfico. Não se trata aqui de compreender de forma isolada os processos territoriais e os territórios, mas sim de explicar suas relações causais de existência, seu dinamismo e sua forma de materialização na realidade (social, política e econômica) da dinâmica espacial, como escreveu Saquet (2007).

de reflexão, amplo e abstrato cuja problemática se confunde com a dimensão espacial da sociedade (HAESBAERT, 2012).

Deste modo, o território não é estranho à dialética espacial, porém, apresenta dinâmicas assimétricas e diferenciadas que respondem a mesma lógica da produção do espaço e, portanto, na perspectiva que estamos desenvolvendo, do modo de produção capitalista e, no território, se materializam determinadas relações entre a sociedade e a natureza por meio, por exemplo, da efetivação de políticas públicas, que fortalecem a representação específica e singular do espaço geográfico em distintas escalas que permitem ao capitalismo territorializar-se.

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2012, p. 97).

A formação dos territórios pode ser então concebida a partir da sobreposição de múltiplas relações de poder das relações econômicas e políticas (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2012). Mas também no desdobrar do território em espaço percebido, concebido e vivido. Nessa leitura, avaliamos positivamente que o que aproximaria os conceitos de território em Haesbaert (2012) e de espaço em Lefebvre (2013) seria a dimensão política e econômica que os perpassa, ainda que Haesbaert (2012) parta da dimensão relacional do poder de Foucault⁸² (1979), no qual este emana de uma autoridade superior, como o Estado, consideramos manifesto o reconhecimento de que os territórios são constituídos a partir de relações sociais de poder (RAFFESTIN, 1993).

E é nesta perspectiva que consideramos que o território se constitui elemento indissociável da produção do espaço e, mesmo que estes representem uma dinâmica própria em relação à totalidade espacial, estão sujeitos as interações dialéticas que predominam na produção do espaço sob o modo de produção capitalista e, assim, espaço e território interagem dialeticamente onde as partes identificam-se com o todo. Portanto, a formação dos territórios representa a materialização das práticas conduzidas por determinado ator sintagmático, portanto, o território se apresenta, também, como

⁸² A distinção entre estas concepções de poder pode ser explicitada a partir do entendimento de que, para Foucault a concepção marxista geral do poder se restringe a esfera econômica, pois considera apenas a funcionalidade econômica do poder onde seu papel é “[...] manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível” (FOUCAULT, 1979, p. 124).

produto social de determinadas relações de poder (RAFESTIN, 1993). De acordo com Oliveira (2004):

A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Deste, resulta o território como decorrência da espacialização dialética do desenvolvimento do modo de produção capitalista e todos seus impactos.

Estes foram como que pré-requisitos para o gradativo processo de globalização que vai se definir, antes de tudo, pela ruptura de fronteiras, de limites e condicionantes locais, pela expansão de uma dinâmica de concentração e acumulação de capital a nível mundial, numa integração e num cosmopolitismo generalizados (HAESBAERT, 2012, p. 176).

Impactos esses que podem ser compreendidos pelo condicionamento da produção do espaço ao modo de produção vigente sendo o território igualmente influenciado pela vinculação entre o poder político e econômico. É sobre a base territorial que o modo de produção também se torna concreto aos agentes que permitem realizar a produção e a circulação de capitais.

Se o território é espaço de relações políticas e econômicas, instância de poder, o próprio processo de estruturação da sociedade – para produzir e consumir – encerra, também, uma natureza política e econômica. Por conseguinte, os territórios têm por característica essencial ser dinâmico e contraditório. Sendo assim, podemos considerar que o território configura-se como produto e condição da reprodução da sociedade, que, sob o modo de produção capitalista, pode significar reprodução ampliada⁸³ de capital.

Pensando o território nessa concepção, a partir das relações de poder, não devemos negligenciar a importância dos agentes que o produzem, ou seja, “[...] homens concretos (os homens em suas conformações de classe social) travando relações concretas (contradições de classes)” (MOREIRA, 1985, p. 70). Dessa forma, *os territórios compreendem relações de poder que se expressam em nosso período por uma sociedade que age determinada pelos agentes que controlam a reprodução do modo de produção capitalista, seja em forma de resistência ou articulação com este,*

⁸³ Reprodução ampliada, de acordo com Giussani (2013) significa acumulação de capital.

seja pelo processo de territorialização do modo de produção capitalista ou pela normatização do território. Deste, consideramos que, sociedade “[...] não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais”. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Dessa maneira, o território não existe em si, mas resulta historicamente das relações sociais de produção no interior da lógica, dinâmica e contraditória, do modo de produção vigente.

[...] são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da socialização da natureza (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Segundo Raffestin (1993), conforme escrevemos no item anterior, o espaço antecede ao território. É importante reforçar esta ideia para dar maior significação ao poder dos agentes que atuam diretamente no controle dos processos de reprodução do modo de produção capitalista, por exemplo, aqueles que atuam diretamente no que Harvey (2011) denomina de sete esferas do capital⁸⁴. Este processo é o que pode ser denominado de territorialização do espaço (RAFFESTIN, 1993). Neste caso, para Raffestin (1993) a humanização da natureza não cria um espaço geográfico ou uma organização espacial e, sim, um território⁸⁵.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Lefebvre (2013), em posicionamento oposto a Raffestin (1993), a territorialização do espaço ocorre na medida em que esse espaço é humanizado, ou seja, é modificado e contém, por isso, relações de poder que denotam conflitualidades que

⁸⁴ Para Harvey (2011) as evoluções necessárias para a acumulação e reprodução do modo de produção capitalista ocorrem por inter-relações entre [...] tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais de mundo. Nenhuma das esferas é dominante, e nenhuma é independente das outras. Cada esfera evolui por conta própria, mas sempre em interação dinâmica com as outras (HARVEY, 2011, p. 104)

⁸⁵ Daí a diferença do conceito utilizado por Raffestin de território e o conceito de espaço geográfico utilizado por Lefebvre (2013), Santos (2009), Moreira (1984) e Corrêa (1986), dentre outros, para denominarem o mesmo objeto de estudo, pois para esses o processo de humanização da natureza cria a sociedade e sua espacialização é o espaço geográfico, ou organização espacial, que seria a forma geográfica de estudar a sociedade.

geram “[...] territorialidades de dominação” (FERNANDES, 2009, p. 87). Isto significa que as instalações dos fixos e fluxos no espaço, bem como todas as alterações no processo de organização espacial incitados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, como a agroindústria do setor sucroenergético, por exemplo, representam a territorialização do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2004) que desterritorializa camponeses e pequenos produtores rurais.

Sem a pretensão de nos aprofundarmos sobre estes aspectos neste momento, consideramos importante apenas assinalar, também com base em Harvey (2007, 2013), que os agentes decisórios que atuam de forma direta no modo de produção capitalista, como o Grupo BM, possuem aptidão em selecionar territórios para acumulação e reprodução de capitais, seja por meio do incentivo dos processos de territorialização ou normatização, como estamos propondo, segundo preferências determinadas articulando-se em torno de práticas espaciais, hierarquizando deste modo o espaço geográfico, por meio da seletividade socioespacial (CORREA, 2006).

Deste, emerge a essência da diversidade de territórios “[...] produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” (FERNANDES, 2009, p. 197), em uma mesma dinâmica espacial geográfica multiescalar, onde global e local se tornam evidência e ramificação de relações de poder. Escrevemos, portanto, sobre uma das principais contradições espaciais do modo de produção capitalista, ou seja, “[...] tanto la expansión geográfica como la concentración geográfica se consideran producto de la misma lucha por crear nuevas oportunidades de acumular capital” (HARVEY, 2007, p. 264).

Desta característica seletiva capitalista deriva a existência de territórios centro e territórios periferia, obviamente não desde uma referência geográfica, mas sim, da lógica da acumulação de capital, o que supõe uma acentuação na hierarquização do espaço mediante a geração de novas centralidades territoriais capitalistas, daí a diversidade de territórios que podem ser entendidos na distinção entre territórios empobrecidos e enriquecidos, integrados na organização capitalista do espaço.

De todo, o relevante é que esta relação dialética, entre a universalidade e particularidade dos fatos, a relação entre as partes e o todo, corresponde à interrelação atual multiescalar entre o local e o global, que implica o momento recente de expansão do modo de produção capitalista, no qual este “[...] se estabelece com a consolidação do território capitalista” (FERNANDES, 2009, p. 201).

Neste sentido, o centro de acumulação e reprodução de capitais atua na dispersão do poder global de comando e a periferia como escala de materialização de poder a nível local, nos referindo a políticas públicas, portanto, a escala se apresenta como relação de controle social a serviço de políticas hegemônicas de *desenvolvimento territorial rural sustentável* “[...] que possuem desdobramentos territoriais evidentes [...]” (GÓMEZ, 2006, p. 41).

Portanto, é pelo espaço que determinado modo de produção é escrito e interpretado pelos agentes nos territórios. Buscando interpretar este processo e incluindo o território como infraestrutura – ou base – para a acumulação e reprodução do modo de produção capitalista, Oliveira (2004) interpretou em Marx (2011) a questão da renda da terra⁸⁶ e apresentou dois conceitos que julgamos essenciais para o entendimento destas relações de dominação territorial sobre o campo: a territorialização do modo de produção capitalista e o monopólio do território pelo capital.

Ocorrendo a territorialização do modo de produção capitalista, o território é produzido pela ação dos agentes em um processo de reprodução material e simbólica, historicamente, condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista que tende essencialmente a territorialização constante de suas próprias contradições que, sistematicamente, impõe a concentração, seja dos meios de produção, da força de trabalho ou dos recursos naturais.

Considerando que esse processo, indeterminado no espaço e no tempo, avança respaldado por vetores de coesão de poderes (como o Grupo BM) e de fragmentação (políticas públicas locais, como o PEMH), ele não só estimula a ideia simplista e reducionista de uma suposta homogeneização do espaço e do território, como autoriza generalizações apressadas acerca de suas implicações no processo social, portanto, territorial. Haveria assim, uma relação de complementaridade, dado que a mundialização avança com a fragmentação, objetivando-se nos territórios seletiva e contraditoriamente, entabulando disparidades cada vez mais pronunciadas.

O cenário que ora parece afirmar-se sob esta condição de territorialização capitalista de tendência mundializante é de um descompasso entre as transformações políticas, econômicas e sociais, realizadas ao mesmo tempo em distintos territórios, o

⁸⁶ Este conceito se dá partir de Ricardo (1996) que define renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado. A renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra.

que representa a tentativa constante de implementação de uma lógica capitalista em distintas escalas espaciais e períodos históricos, e as instituições que deveriam ordená-las, o que, inequivocamente, impõe perturbações entre estas duas instâncias, pressionadas por demandas de regulação e, entendemos que é preciso esclarecer o que se territorializa e o outro que se desterritorializa.

Torna-se evidente que as variações histórico-geográficas e a dinâmica territorial da acumulação capitalista atribuem materialidade ao espaço, conformando territórios, por isso entendemos a territorialização como relação indissociável da condição humana (HAESBAERT, 2004). Deste modo, segundo Haesbaert (2004), podemos conceber a territorialização:

[...] como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço vital” darwinistartzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2004, p. 17, aspas no original).

Atendendo a esta concepção da construção social do território, no espaço produzido sobre influência do modo de produção capitalista o que se territorializa é a própria lógica deste modo de produção com o objetivo de facilitar a circulação de capitais e a criação de oportunidades de acumulação e reprodução.

Ainda que, da mesma forma, se territorializem crises como partes de um mesmo processo dialético. A territorialização de determinadas dinâmicas nas quais estão inseridas pessoas, coletivos ou classes sociais que possuem a propriedade de capitais e se beneficiam de sua vocação de acumulação, implica, potencialmente, a desterritorialização de outras.

Como é o caso dos processos nos quais estão inseridas as indústrias do setor sucroenergético, neste sentido, conforme escreveu Oliveira (2004), quando o modo de produção capitalista se territorializa:

Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da indústria têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa, Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos bóias-frias que moram/vivem nas cidades. [...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, que para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa

simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42, aspas no original).

Assim, territorialização e desterritorialização se encontram entrelaçadas a partir de numerosas referências que permitem a configuração do espaço por e para a lógica de expansão territorial do modo de produção capitalista e derivam da dinamização de fluxos financeiros, comerciais e de circulação de capitais sem necessidade de materialização física, seja dos agentes envolvidos neste processo, seja do próprio capital (CAMACHO, 2012).

A territorialização do modo de produção capitalista pode ser representada pela liberalização econômica e privatização de serviços sociais públicos; a despolitização e minimização das responsabilidades estatais; deslocação e flexibilização do trabalho produtivo; tomada de decisões políticas e econômicas globais com efeitos socioespaciais em diferentes escalas; guerras imperialistas; migrações forçadas; contenção territorial; expulsão de comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas; a configuração de redes de cidades com novos nós e pontos (RAFESSTIN, 1993) estratégicos para a acumulação de capital (bolsas de Tóquio, Londres, Paris, São Paulo ou Nova York), lugares que mudam sua feição em relação à conjuntura de uma economia mundializante onde a tomada de decisões políticas e econômicas são geradas em locais distantes donde seus resultados incidem (ARRIGHI, 2014) e outras tantas realidades desse admirável mundo novo⁸⁷ de mundialização do modo de produção capitalista.

Neste sentido o termo desterritorialização, em relação à abordagem relacional de território, faz alusão à volatilidade do modo de produção capitalista e toda a influência decorrente desse processo, no qual a noção de poder está intimamente relacionada. O modo de produção capitalista territorializa suas próprias contradições de acumulação de capital, adquirindo uma dinâmica que, potencialmente, desterritorializa até mesmo o ser de sua própria natureza, alienando-o, convertendo o ser humano ao patamar de *homo economicus*, uma concepção que não é compartilhada por todos agentes sociais que compõem a realidade.

⁸⁷ Parafraseando Aldous Huxley.

[...] todo o esforço que o homem vinha desenvolvendo até o capitalismo para dominar a natureza, para plasmar o mundo natural a sua feição, para dar uma feição humana aos objetos naturais, é invertido e negado pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção. Dentro do todo constituído por estas relações de produção, o homem é assimilado a um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem detentoras do movimento da história e da atividade humanas, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano – especificamente humano – se vê triturar e inapelavelmente diluir (KONDER, 2009, p. 146).

Por tanto, consideramos que quando Haesbaert (2012) estuda o processo de desterritorialização na época contemporânea, entende que este obedece ao processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2012) dentro de um contexto histórico e geográfico mundializado, onde existem elementos básicos de territorialização e desterritorialização.

Especificamente em relação ao processo de normatização dos territórios rurais, Steinberger (2013) explicou que:

O Estado, junto com os agentes e os atores sociais que os representam, detém o poder de intervir não sobre o território em si, e sim sobre como o território é usado. Esse poder de intervenção está ligado ao fato de as políticas públicas mais do que implementadas no território, indicam, direcionam e redirecionam os usos do território, evidenciando o potencial político da categoria “território usado” (STEINBERGER, 2013, p. 63, aspas no original).

Na materialidade, podemos compreender o processo de normatização do território pelos agentes capitalistas nas formas impostas pelo Grupo BM em relação à implementação e formas de execução de determinadas políticas públicas, como a aqui estudada – o PEMH –, pois, o Estado, ao aceitar as recomendações técnicas do Grupo BM submete trabalhadores rurais a relações de subordinação, ainda que de forma indireta devido ao apelo humanitário e genérico que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo, como veremos na parte III desta pesquisa.

Deste modo, Estado e Grupo BM se tornaram parceiros na expansão do modo de produção capitalista, pois: “O Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador” (Grupo BM, 1997, p. 1).

Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, neste caso o território em evidência é um território capitalista, ou seja, permanecem as relações de

dominação, subordinação e espoliação. Neste sentido o território se constitui como uma fração apropriada e controlada por agentes externos, deste modo, o modo de produção capitalista não se territorializa, mas sim, adéqua aos seus interesses a renda da terra gerada, e posteriormente a renda do trabalho não pago da unidade familiar, que é sorvido e subordinado às necessidades e aos interesses do capital.

Assim, a concepção de território área e normatizado aqui apresentado se aproxima, mas não se confunde a monopolização do território que é efetuada por empresas e conglomerados agroindustriais na compreensão teórica de Oliveira (2000), que significa que “[...] o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478).

Para fundamentar esta teoria, o autor citado baseia-se na acumulação primitiva continuada⁸⁸ de Rosa Luxemburgo (1988), entendendo que no processo produtivo, os capitais estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês (LUXEMBURGO, 1988). “O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição” (LUXEMBURGO, 1988, p. 87).

Ao tratarmos da monopolização do território pelo modo de produção capitalista consideramos importante evidenciar que, na atualidade, este processo se desenvolve atrelado a mundialização do capitalismo que, ao se desenvolver, permite sua reprodução de forma ampliada, desigual e contraditória no espaço produzindo territórios que, embora específicos nos lugares, estão articulados com o seu movimento mais geral.

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial,

⁸⁸ Luxemburgo (1988) expande conceitos marxianos como valor e mais-valor oferecendo uma interpretação diferente da costumeira sobre a produção de valor em sociedades capitalistas e alertando para que o sistema de produção capitalista – que não se constitui apenas de capitalistas e trabalhadores – é um sistema aberto que se vê sempre às voltas com o problema da reprodução da sociedade como um todo. Assim, o conceito de acumulação se desprende ainda mais das ideias de dinheiro, riqueza e concentração para se definir enquanto mecanismo abstrato de exploração de classes, o que significa que a exploração capitalista pode dispor de diferentes meios para acumular, tanto de maneira especificamente capitalista – como na exploração do trabalho assalariado, dos mecanismos de remuneração do capital etc – quanto sob formas essencialmente espoliativas que em O Capital (MARX, 2013) aparecem ligados à ideia da Acumulação Primitiva.

criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como praticamente, única potência militar e econômica no mundo (OLIVEIRA, 2012, p. 3, aspas no original).

Sendo assim uma manifestação concreta do processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o território não se apresenta então, como algo isolado, e pode ser entendido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É, pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência [...]. Desta forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 2004, p. 72).

Neste contexto, entendemos então que o território, produto concreto da luta de classes, manifesta-se em suas várias configurações territoriais. Desta forma, as relações impostas pelo Grupo BM constitui expressão deste processo. Para compreender o processo de normatização do território pelo modo de produção capitalista, é preciso entender este processo à luz das transformações políticas, econômicas e territoriais ocorridas, onde o Estado, ainda desempenha importante papel, no que se refere à determinação de políticas públicas de *desenvolvimento territorial rural sustentável*⁸⁹.

Consideramos ainda que, em relação à normatização do território, o Grupo BM vem atuando nesta perspectiva de várias formas. Como escrevemos no capítulo 1, sua influência perpassa as esferas políticas e econômicas e, por meio de financiamentos, facilitam esse processo com anuência do Estado que, apesar da aparente neutralidade atende a interesses internacionais ao mesmo tempo em que procura prestigiar os interesses conflitantes através de políticas que atendem aos interesses hegemônicos que, conforme escreveu Paulino (2010):

⁸⁹ Nesse sentido, na parte III desta pesquisa, buscaremos compreender as transformações territoriais a partir do processo de normatização do território pelo capital financeiro na agricultura, tendo por base a ação territorial do Grupo BM que financiou o PEMH e que, na teoria, funcionaria como estratégia de desenvolvimento territorial rural sustentável.

[...] é uma ficção ao gosto das classes dominantes, porque a apropriação desigual da riqueza requer o mínimo de consenso e esse se constrói no plano ideológico, transformando conveniências de classe em verdade para toda a sociedade. É por isso que associar o Estado à busca do bem comum é ignorar sua profunda vinculação com os interesses hegemônicos de um dado momento histórico, em torno dos quais emergem projetos de gestão pública que não são meramente econômicos, mas sim territoriais, porque impõem determinadas correlações de forças que darão o tom das assimetrias. (PAULINO, 2010, p. 119).

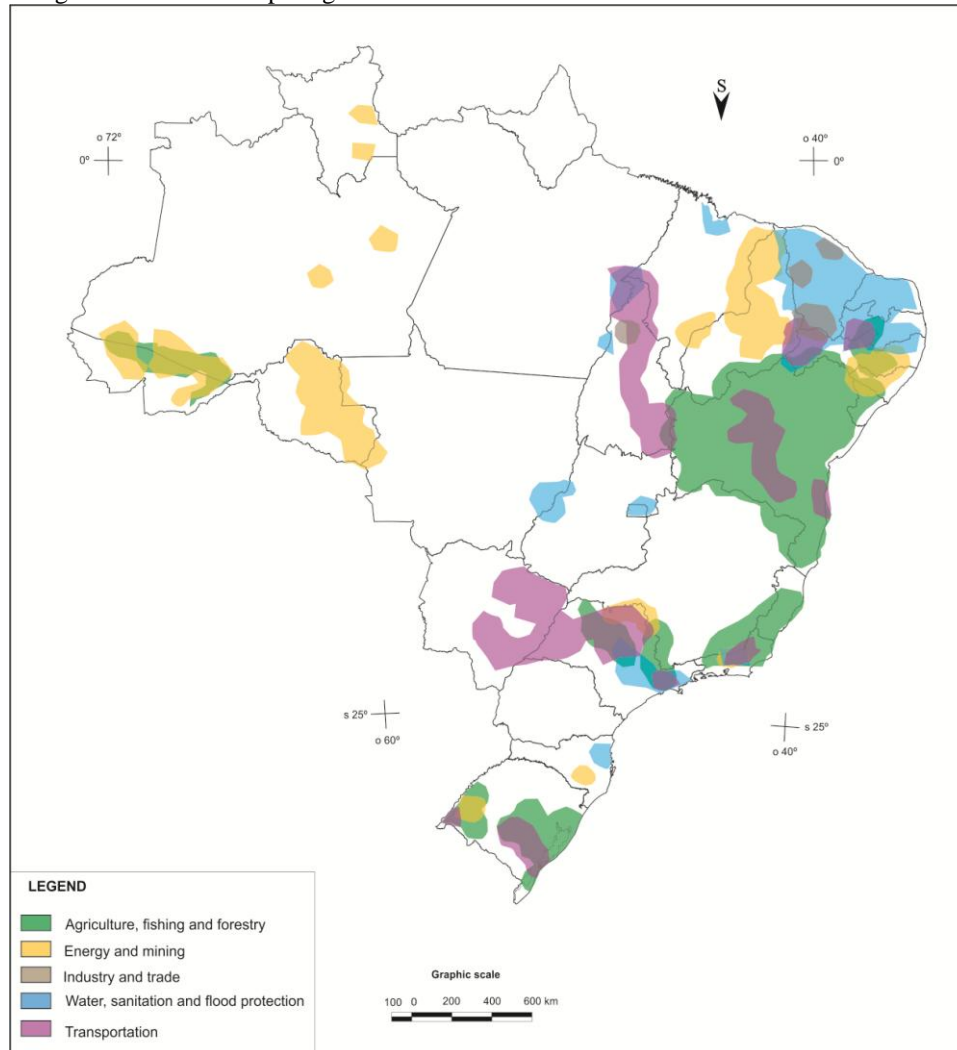
Ponderamos ser importante destacar que a maior parte das ações de financiamento realizadas pelo Grupo BM são ações que visam o controle fazendo uso concomitantemente da territorialização do modo de produção capitalista e da normatização do território. *Constata-se ainda, de acordo com Porto-Gonçalves (2015), o interesse na disponibilidade de recursos naturais e é neste sentido que consideramos a relevância do processo de normatização do território, como no caso de nosso objeto de estudo, pois não ocorre a desterritorialização das famílias de produtores rurais.*

O controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos *novos materiais*. [...] Assinalemos que a natureza com suas qualidades – a vida e os quatro elementos, terra, ar, água e fogo – é o que se oferece a *apropriação* da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da política. Tornar *própria* a natureza é, rigorosamente, se *apropriar* da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem temporariamente, como a história da *geografização* do mundo revela (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 287, grifos originais).

Portanto, a normatização do território está intimamente relacionada à apropriação, uso e controle de recursos naturais como estratégia de expansão territorial do modo de produção capitalista.

Cabe esclarecer que ambos os processos aqui tratados, a territorialização do modo de produção capitalista e a normatização do território podem acontecer de forma concomitante, porém, com resultados diversos devido a suas características próprias. Como exemplo identificamos no mapa 5 programas financiados pelo BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e IDA (Agência Internacional de Desenvolvimento) – ambas as agências internacionais de fomento que fazem parte do Grupo BM –, como instrumento para demonstrarmos aonde esta agência vem atuando e garantindo a potencialidade da acumulação e reprodução do modo de produção capitalista no espaço rural brasileiro pela subordinação da terra.

Mapa 5: Programas financiados por agências multilaterais no Brasil em 2014



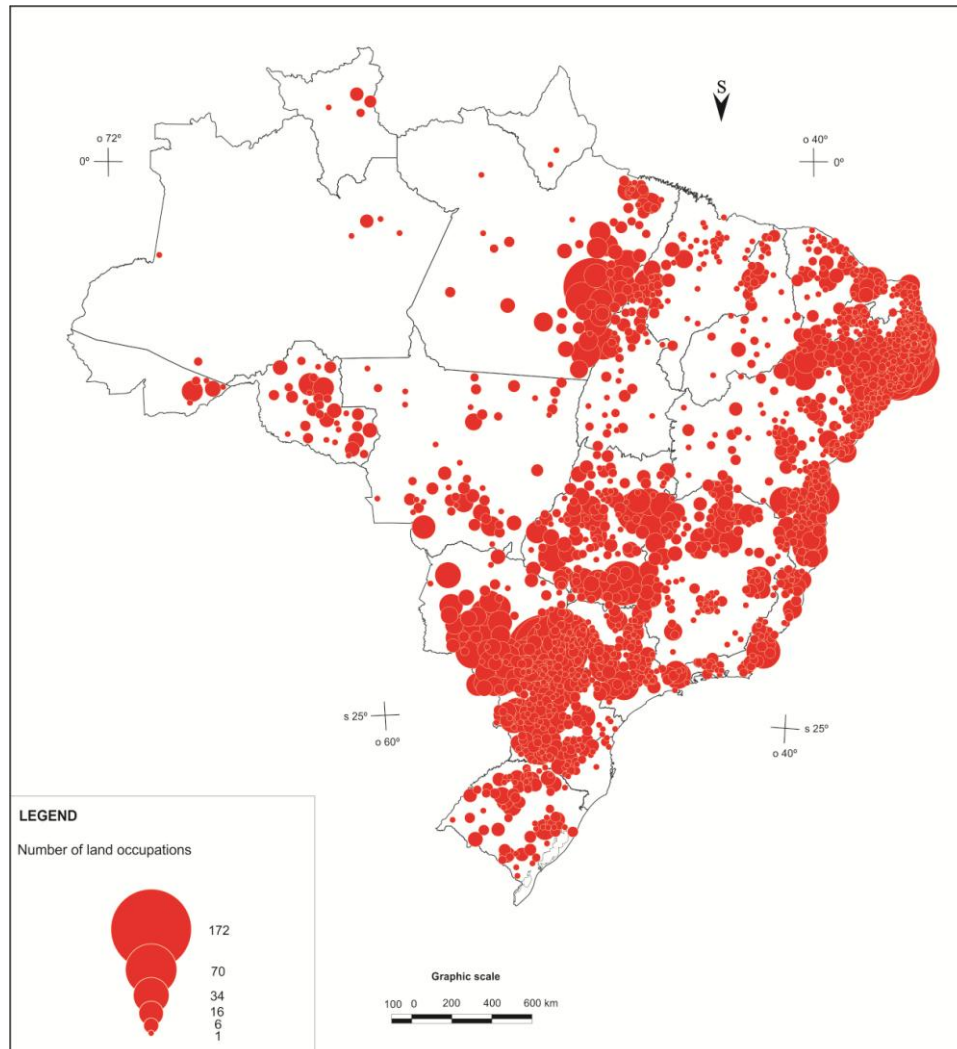
Fonte: SOBREIRO FILHO, José; WHIRACKER, Guilherme Magon (2014)
Organizador: José Sobreiro Filho (2014)

É fundamental destacar que a maior parte das ações são realizadas em áreas de concentração de pobreza; expansão do agronegócio; quantidade de mão-de-obra barata; produção para exportação (BONANNO; CAVALCANTI, 2011) e recursos naturais pouco utilizados e em abundância, como, por exemplo, o Aquífero Guarani; associados ainda a mega- projetos como, por exemplo, a transposição do Rio São Francisco no nordeste brasileiro (SOBREIRO FILHO; WHITACKER, 2014).

Outro elemento importante relacionado a relações de poder, portanto a territorialização do modo de produção capitalista, é demonstrado no mapa 6. Neste identificamos os territórios onde o conflito contra a subordinação da terra ao modo de produção capitalista tem se tornando mais acentuados. Notamos que, aonde existem projetos financiados pelo Grupo BM (BIRD; IDA) existe uma maior concentração de

ocupações de terras pelos movimentos sociais de luta pela terra (SOBREIRO FILHO; WHITACKER, 2014).

Mapa 6: Brasil. Ocupação de terras – 1988-2012



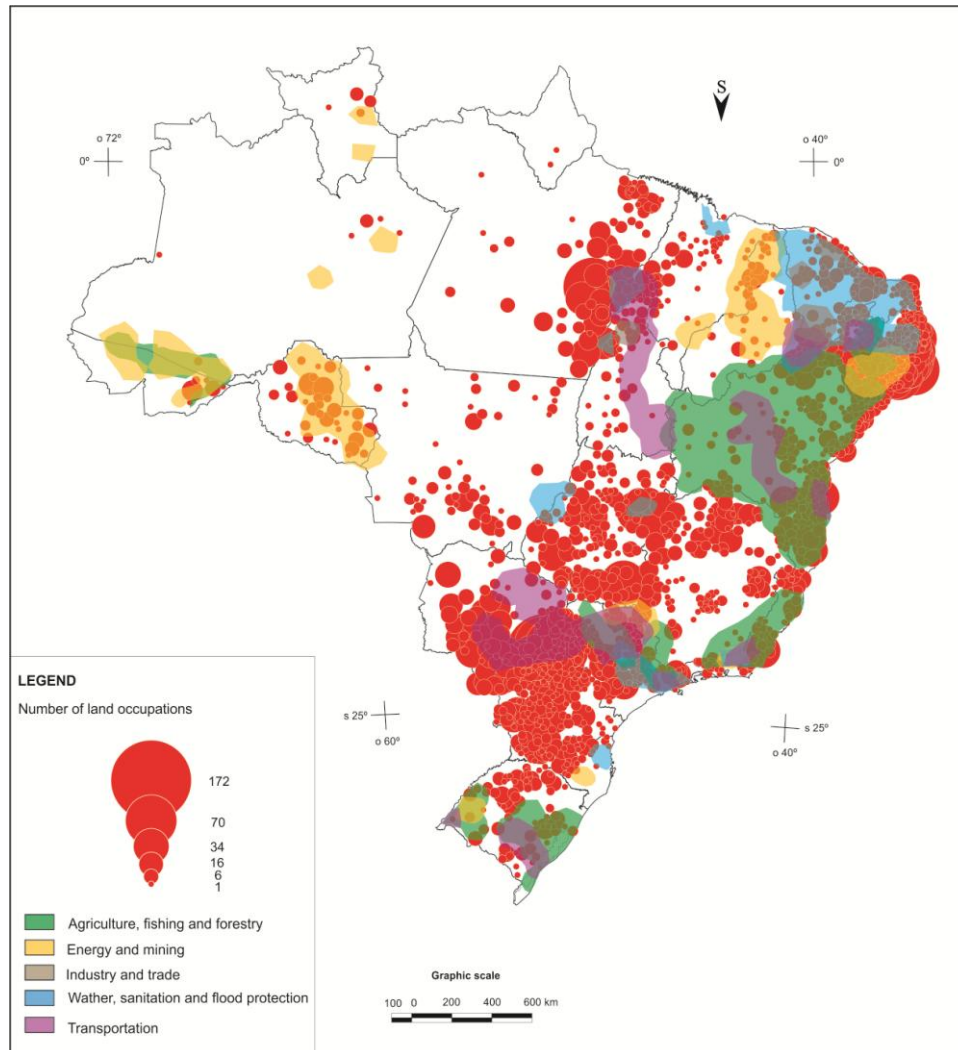
Fonte: SOBREIRO FILHO, José; WHIRACKER, Guilherme Magon (2014)
Organizador: José Sobreiro Filho, 2014

Podemos, portanto, a partir das considerações apresentadas, relacionar a disputa territorial existente entre dois modelos de desenvolvimento que possuem como discurso central a preocupação com a preservação de recursos naturais, porém, abordando o mesmo tema por enfoques diferenciados. O primeiro, financiado e articulado pelo Grupo BM baseia-se na subordinação, acumulação e expansão do modo de produção capitalista sem considerar seus impactos sociais e naturais; por sua vez o segundo, tendo como protagonistas os movimentos sociais de luta pela terra, incorpora

aquela dimensão – a consideração sobre os impactos sociais e naturais da expansão do modo de produção capitalista – em suas táticas e ações.

Buscando demonstrar a realização conflitante e concomitante dos processos de territorialização do modo de produção capitalista, normatização do território e disputas territoriais elaboramos o mapa 7.

Mapa 7: Ocupações de terras e programas financiados pelo Grupo BM (BIRD, IDA)



Fonte: SOBREIRO FILHO, José; WHIRACKER, Guilherme Magon (2014)
Organizador: José Sobreiro Filho, 2014

Através de sua interpretação, podemos verificar que em alguns locais aonde o Grupo BM atua ocorrem os maiores conflitos pela forma de uso, legitimidade jurídica, controle e monopólio de terras e recursos naturais. Considerando os recursos naturais como fonte vital para a permanência de atividades agrícolas e pecuárias e estratégica para a expansão da produção, ponderamos que a maior territorialização do modo

capitalista e normatização do território reforça as ações contra hegemônicas que se apresentam como resistência a estas práticas, tendo em vista que os movimentos socioterritoriais de luta pela terra expressam seus anseios por meio de manifestações e ocupações estrategicamente localizadas.

Assim, os agentes atuantes no controle do modo de produção capitalista incorporam terras por distintas formas, seja fazendo uso de arrendamentos ou controlando os processos de produção e circulação de mercadorias subordinando pequenos produtores capitalistas as relações de dominação territorial, expressas pelas relações de poder, onde o Estado, no caso de políticas públicas, atua com consentimento.

Salientamos que isto remete ao processo anteriormente citado de descentralização de políticas públicas que resultou em um conjunto de ações na rearticulação de forças conservadoras que realinham seus interesses na debilidade dos governos trabalhistas e na capitulação de suas lideranças políticas via discurso desenvolvimentista que avançou vertiginosamente com as transformações no ordenamento jurídico brasileiro, desde os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e as diversas emendas constitucionais⁹⁰, que atingiram elementos fundamentais da democracia brasileira e que têm viabilizado os processos de normatização do território (STEINBERGER, 2013).

Desta forma, a leitura territorial não deve deflagrar visões da realidade em purismos que pouco auxiliam na compreensão da complexa trama territorial envolta nas esferas políticas e econômicas, pois determinadas políticas públicas, por exemplo, vislumbram autonomias que são sempre relativas, em virtude de o sociometabolismo do modo de produção capitalista⁹¹ instalar-se em múltiplas dimensões da vida em sociedade, desta forma, consideramos que exista uma territorialização do modo de produção capitalista no caso da expansão do setor sucroenergético, conforme tratamos no item 2.1 e uma normatização do território, no caso do PEMH que, devido a sua característica de política pública compensatória pode propiciar à expansão das relações capitalistas de produção no campo, ambas perspectivas que, por meio das recomendações do Grupo BM a partir da proposta de incorporação da perspectiva

⁹⁰ Ver, por exemplo, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal Brasileiro) e, Oliveira (2010).

⁹¹ Nos dedicaremos com atenção ao sociometabolismo do modo de produção capitalista no item 4.2 desta pesquisa.

territorial e sustentável permitem a reprodução do modo de produção capitalista, como verificaremos na parte III desta pesquisa.

Assim, o território sempre carecerá de constante revisão histórica e geográfica, bem como política e econômica, sua compreensão deve se pautar em seu uso, isso propõe uma abordagem multidimensional e também multiescalar. Deste modo, consideramos que o principal elemento que move sua base de explicação são as relações sociais mediadas pelo poder, pois, “[...] o exercício do poder e processos de territorialização são coisas indissociáveis [...]” (SOUZA, 2013, p. 291), seja o território enquanto área, rede, material, simbólico, integrado e seu movimento indissociável de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, também multidimensional e multiescalar.

Entendemos então, os territórios, a territorialização do modo de produção capitalista e a normatização do território como produtos, ou seja, constituídos na totalidade das relações sociais que envolvem múltiplas formas de poder subjacentes ao modo de produção capitalista atuando no espaço geográfico. Porém, de forma geral, há um predomínio do poder econômico e político como condicionante principal dessas relações.

Dessa maneira, apesar de considerarmos que o poder está impregnado no tecido social, perpassando todas as relações humanas, a conexão entre o poder econômico e o político é a essência dos territórios. Os processos de territorialização, desterritorialização e normatização do território representam continuidade de expansão do modo de produção capitalista. Daí, consideramos pertinente uma análise sobre a dinâmica deste modo de produção que, historicamente, se desenvolve entre períodos de estabilidade e oscilação.

Capítulo 4. Entre crises e ciclos: a dinâmica do modo de produção capitalista e a falha sociometabólica

O estudo da dinâmica do modo de produção capitalista é o das fases históricas desde o período da acumulação primitiva (SWEEZY, 1982; MARX, 2013). Neste processo de desenvolvimento a dinâmica espacial ganha relevância na medida em que se coloca como necessária a reprodução do modo de produção capitalista indicando a necessidade de mobilidade espacial e materialidade territorial nos momentos de estruturação do capitalismo, deste modo esta análise nos permite explicar os meios

pelos quais a desigualdade da reprodução do modo de produção capitalista se estende a incorporação do desenvolvimento sustentável e, entender esse processo nos permite analisar e verificar como o capitalismo vem se reproduzindo com base no desenvolvimento sustentável, seja por financiamento de projetos, programas ou políticas públicas para o desenvolvimento do campo.

Neste capítulo, escrevemos sobre as crises do modo de produção capitalista como parte integrante de sua espacialização e territorialização. Um processo histórico e geográfico (HARVEY, 2011) que permite a criação de novos espaços de reprodução capitalista subordinados às necessidades gerais das relações sociais de produção que o constituem e que possuem uma lógica interna de transformação que permita superar momentos de crise, portanto, dinâmica é a forma de reorganização das relações internas deste modo de produção enquanto sistema (BOMTEMPO, 2012).

Destas, ponderamos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista não corresponde a comportamentos lineares e contínuos nos quais setores modernos vão paulatinamente tomando o lugar de atividades tradicionais levando ao crescimento econômico, tal como é estabelecido nas teorias de base dualista⁹² que há muito foram questionadas pelo pensamento crítico latino-americano (OLIVEIRA, 1981, TAVARES, 1971).

O modo de produção capitalista, movido pela acumulação e reprodução, além de incorporar espaços e territórios de forma desigual e combinada (TROTSKY, 1985) no qual as atividades com níveis elevados de produtividade e conteúdo tecnológico crescem ao lado das atividades econômicas periféricas, cria e recria suas próprias condições de desenvolvimento de acordo com a reprodução de suas próprias contradições (MARX, 2013).

⁹² “Concepção segundo a qual as economias encontram-se divididas em dois setores que de certa forma se opõem, como, por exemplo, a indústria e a agricultura, ou um setor moderno e um arcaico, um avançado e outro atrasado, um rural e outro urbano. Esta concepção origina-se em Malthus (Thomas Robert, 1766-1834), o qual considerava a economia constituída de dois setores: a agricultura e a indústria. Essa metodologia era utilizada para facilitar a compreensão do todo. No Brasil, o dualismo desenvolveu-se a partir dos anos 50 com as concepções estruturalistas (os Dois Brasis ou o Dualismo Estrutural), sendo que as estruturas atrasadas do meio rural seriam um impedimento ao desenvolvimento dos setores dinâmicos como a indústria, na medida em que não eram capazes de proporcionar alimentos e matérias-primas baratas para a indústria, provocando de um lado a inflação (oferta inelástica de alimentos) e de outro uma pressão sobre as importações desses produtos, contribuindo para os déficits comerciais. A solução seria a reforma agrária, para quebrar essa estrutura arcaica, modernizando-a” (SANDRONI, 1999, p. 189).

Portanto, a lógica que motiva este processo não é a da dualidade que se explica pela lógica formal, mas sim a lógica dialética⁹³ que permite elucidar as contradições das relações sociais capitalistas.

Ponderamos válida esta análise da dinâmica do modo de produção capitalista, pois esta pode ser caracterizada, dentre outras formas, pelo esforço permanente de superação do espaço pelo tempo, como escreveu Harvey (2005), “[...] o imperativo da acumulação leva ao imperativo da supressão da barreira espacial pela redução do tempo de circulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 50), isto pressupõe o arranjo institucional de agências de fomento internacional que controlam esse processo em uma escala global e materializam suas ações, de diversas formas, em escala local.

4.1. A dinâmica espacial e territorial do modo de produção capitalista

Como escreveram Marx e Engels (2007) o “[...] capital necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 2007, p. 97). Consideramos que a reprodução do capitalismo adquire formas diversas em diferentes momentos históricos superando crises e se expandindo em ciclos, devendo se readaptar a mudanças globais se reorganizando para garantir a produção sobre novos eixos de acumulação e, ou, novos valores de uso. Por este motivo, reiteramos que movido pela lógica da valorização, o capitalismo destrói, cria e recria espaços numa dinâmica marcada por avanços e retrocessos contraditórios e cíclicos, próprios da natureza deste modo de produção.

Portanto, por dinâmica espacial e territorial do modo de produção capitalista consideramos a potencialidade de mobilidade, marcada por contradições, que são superadas ainda dentro da lógica de valorização do capital pela reprodução capitalista através da incorporação de novos espaços, bem como do aprofundamento da exploração, tanto de recursos naturais quanto humanos.

Deste, evidencia-se que a materialidade espacial e territorial do modo de produção capitalista utilizada para a análise da realidade social nos permite identificar o movimento das relações sociais, por este motivo, a reprodução ganha respaldo quando

⁹³ No sentido proposto por Konder (2011) que, com base em Lefebvre (2005), considera a lógica dialética não somente como a realidade social em sua dimensão histórica, mas também a teoria do conhecimento como história da prática social, o resultado vivo da experiência humana vinculada a concepção racional da história. (KONDER, 2011).

vinculada a maneira como o ser humano, vivendo em sociedade, produz e reproduz espaços e territórios, sendo esse um processo contínuo (BOMTEMPO, 2012).

O reproduzir permite a continuidade deste processo, tornando-o diretamente relacionado à dinâmica da vida social, remete-nos, portanto, à dinâmica da acumulação capitalista, fonte de contradições e conflitos reproduzidos no espaço e no território e a partir destes.

La dinámica, sin embargo, es etimológicamente el estudio de las fuerzas. Ha de construirse una “temporalidad” que sea la característica de un movimiento. El estudio de un movimiento es el de los cambios de estado. Para poder hablar de un sistema dinámico es menester que las relaciones que constituyen el sistema tengan una lógica interna de transformación. Considerar la regulación de un sistema que se transforma es suponer que las transformaciones que se producen en las relaciones identificadas (y que constituyen, por lo tanto, procesos o relaciones en movimiento) son tales que siempre es posible concebir una organización de las relaciones en cuanto sistema (AGLIETTA, 1979, p. 3, aspas no original).

Para Mészáros (2012a), o que caracteriza a dinâmica do modo de produção capitalista hoje é sua incontrollabilidade e irreformabilidade, ou seja, a forma como o capital se reproduz como sistema organizador da sociedade sem que se possa, de forma consciente e autônoma, por parte dos indivíduos ou de coletivos organizados em escala local, frear o processo degradante vinculado a mundialização da reprodução de capitais.

Por esse motivo, Horkheimer (2000) já ha tempos, escreveu que o capitalismo é um sistema totalitário, pois estrutura dimensões pragmáticas da vida dos indivíduos (sobretudo a produção da própria existência) e por criar racionalidades baseadas na lógica instrumental.

Karl Marx e Friedrich Engels, ao longo de seus trabalhos, registraram a mutabilidade incessante dos fatos e da sociedade como um todo orgânico e, principalmente Marx (2013), transmite esta relação ao permanente movimento contraditório do capitalismo demonstrando que este sistema situa a produção de riqueza no centro das relações sociais, alterando sua dinâmica e afirmando a mutabilidade do existente.

Marx (2013) critica radicalmente a suposta estabilidade da sociedade com base no estudo sobre o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista

reconhecendo a existência de crises sistêmicas, caracterizadas, naquele período, como crises de superprodução⁹⁴ (MARX, 2011, 2013).

Marx (2013), ao escrever sobre o processo de produção do capital, desenvolve sua teoria sobre as crises sinalizando a ocorrência destas devido principalmente a um momento de superprodução, no momento em que a oferta de trabalho se encontrava no ponto máximo e os salários no patamar mais alto possível, portanto, no momento em que, supostamente, ocorre grande circulação de dinheiro, a recessão e a depressão se apresentavam, portanto, as crises eram devidas a uma superprodução de capital fixo (equipamentos, máquinas, instalações, por exemplo) e, conseqüentemente, uma superprodutividade relativa de capital circulante (aquele destinado a aquisição do anterior).

De acordo com Marx (2013), as crises não se seguiam a uma queda de consumo, o subconsumo na economia capitalista existe, de acordo com Marx (2013) em estado crônico, uma vez que a exploração da mais-valia impossibilita ao operário a aquisição do produto de seu trabalho no mercado, mas sim, de acordo com um processo cíclico⁹⁵.

Portanto, entendemos que a aproximação à teoria dos ciclos é possível com a reunião de menções de Marx sobre as crises e levando em consideração ainda a oposição, do autor citado, à Lei de Say⁹⁶, pois, para Marx (2013), a demanda não

⁹⁴ Principalmente a partir do *Grundrisse* (MARX, 2011) Marx desenvolve sua teoria sobre as crises do modo de produção capitalista dedicando atenção, naquele momento, as crises de superprodução, que, para o mesmo, parte da relação entre a circulação de produtos, e não da produção em geral, tendo como efetivação da circulação o dinheiro. “Portanto, se o produto ofertado é invendável, isso é prova de que se produziu muito da mercadoria ofertada e pouco da mercadoria que o ofertante demanda. Logo, não haveria superprodução geral, mas superprodução de um ou alguns artigos e subprodução de outros. Com isso, mais uma vez se esquece que aquilo que exige o capital produtivo não é um valor de uso determinado, mas *valor* por si, portanto, dinheiro – dinheiro não na determinação de meio de circulação, mas como forma universal da riqueza, ou forma de realização do capital, de um lado, e retorno ao seu estado dormente original, de outro. No entanto, a afirmação de que foi produzido *pouco dinheiro* nada mais significa, de fato, que se afirmar que a produção não coincide com a valorização, logo, que é *superprodução*, ou, o que dá na mesma, que ela não é convertível em dinheiro, produção não convertível em *valor*; que não se confirma na circulação.” (MARX, 2011, p. 336)

⁹⁵ Essas informações estão distribuídas ao longo dos vários capítulos que compõem sua obra principal, encadeados como um desenvolvimento lógico a partir dos aspectos fundamentais da política econômica capitalista, identificados desde o *Manifesto do Partido Comunista*, onde Marx observa características das grandes empresas para driblar momentos de crises e evidencia o caráter cíclico do modo de produção capitalista; nos *Grundrisse*, apresenta elementos primários sobre a teorização das crises que permitem uma aproximação sobre a teoria dos ciclos do capitalismo, argumentação que irá se tornar mais sólida, em sua obra seminal, *O Capital*; no Livro I, onde se dedica ao processo de produção e no Livro II, sobre o processo de circulação.

⁹⁶ Sob a perspectiva da economia política clássica, na “Lei de Say” haveria um equilíbrio natural entre produção e demanda, ou seja, a produção criaria sua própria demanda, sendo que qualquer desequilíbrio só poderia vir de fora do sistema, da mesma forma que, de acordo com a mecânica clássica, os corpos se encontrariam em equilíbrio até que uma força exterior lhes demovesse deste estado (COGGIOLA, 1982).

necessariamente se iguala à produção, mais ainda, a produção tende naturalmente a ser maior que a demanda, fato que, ocasionaria as crises de superprodução e acumulação e, posteriormente, revelaria o aspecto cíclico do modo de produção capitalista.

É fato, portanto, que durante o seu processo de desenvolvimento, o modo de produção capitalista passou por diversas fases e superou três grandes crises econômicas; a primeira em 1873 – a crise de sobreprodução; a segunda em 1929 – período que ficou marcado como fase da Grande Depressão; já a terceira tem início na década de 1970 e, para autores como Harvey (2011, 2013), Mészáros (2009, 2012) e Coggiola (2009), entre outros, se estende até a contemporaneidade.

Sobre as crises, Marx, ao estruturar *O Capital* (MARX, 2013), inicia o estudo do modo de produção capitalista por sua manifestação mais elementar, a mercadoria. Partindo da contradição essencial presente neste primeiro item⁹⁷, o autor amplia sua teoria seguindo de uma perspectiva abstrata para o real.

Em movimentação análoga, a contradição básica se estende também da abstração para o concreto e, ao fim, transparece o caráter contraditório do sistema que explica a possibilidade de ocorrência de crises: a decorrência de uma relação social em que a produção é feita para troca, e não para aplacar as necessidades sociais.

Bottomore (2013) escreveu que crise é um processo que pode ser considerado como geral ou parcial; o primeiro corrompe as relações políticas e econômicas de reprodução levando a sociedade ao colapso, é, portanto, denominada crise da sociedade capitalista; o segundo demonstra os limites e a necessidade de readaptação do capitalismo frente ao processo de acumulação e reprodução, demonstrando características de crises que se repetiriam no desenvolvimento histórico da economia capitalista, este processo, é considerado como crise econômica.

Visando nossos objetivos concordamos com Bottomore (2013) e analisamos as crises sob o enfoque de crise econômica, pois, esta opção nos permite entendê-las como eventos potencializadores da formação de novos espaços para acumulação e reprodução do modo de produção capitalista, esta opção se desenvolve a partir do trabalho, principalmente, de David Harvey (2005, 2011, 2013).

Optamos por esta perspectiva por estarmos considerando a possibilidade de readaptação do modo de produção capitalista frente a suas próprias contradições (re)criando espaços de acumulação e reprodução.

⁹⁷ Sobre esta contradição, referimo-nos ao que Marx esclarece sobre o processo de troca de mercadorias, a qual inclui relações contraditórias sobre o valor de uso e o valor de troca (MARX, 2013).

Para considerarmos as crises nesta perspectiva, concordamos com Harvey (2005) que escreveu sobre a natureza e desdobramentos das crises no modo de produção capitalista com base nos estudos de Karl Marx, afirmando que este possui em seu âmago uma diacronia histórica e geográfica que permite sua constante espacialização por meio de ciclos, fato este que demonstra suas características de mutabilidade (MARX; ENGELS, 2007, MARX, 2013; ENGELS 2015) e irreformabilidade (MÉSZÁROS, 2007, 2012).

Estas características – mutabilidade e irreformabilidade – vão permitir a agências internacionais articuladas na reprodução e expansão deste modo de produção, como o Grupo BM, adequar à expansão capitalista a novas necessidades por meio do uso de estratégias formuladas por *Think Tanks* de tal forma que este modo de produção apresenta, na atualidade, uma volatilidade ampliada pela mundialização do capital financeiro⁹⁸ (CHESNAIS, 1996; 2005).

Compreendemos que este processo permite que *agências financeiras internacionais incorporem novas dimensões ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, como as perspectivas territorial e sustentável* e, estas agências, como escrevemos nos capítulos 1 e 2, influenciam a tomada de decisões em países periféricos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural garantindo, de forma ideológica, a potencialidade de novos espaços para sua própria reprodução (PEREIRA, 2014; HARVEY, 2010, 2011).

Para Harvey (2005, 2011), com base em Marx (2013, 2014) os agentes que atuam na esfera de controle do capitalismo, no intuito de superar barreiras espaciais, criam condições visando suprimir o espaço pelo tempo fazendo uso de seu poder de influência e, também, por meio do avanço tecnológico que permite novas estruturas materiais e imateriais.

Como escreveu Harvey (2005, 2011), trata-se do movimento contraditório do capital em sua constante busca por novos espaços. Aí encontramos o que consideramos como a essência da dinâmica do modo de produção capitalista – as crises – que se tornam motivadoras do desenvolvimento desigual, forçando o surgimento de novas propostas de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável que surge como

⁹⁸ Hilferding (1985), Bukhárin (1988) e principalmente Lênin (2010) definiram o capital financeiro como a fusão do capital bancário com o capital industrial, o que marcaria a passagem do capitalismo de livre-concorrência para o capitalismo dos monopólios. Nessa fase ocorreria a formação de grandes excedentes de capitais nos países industriais adiantados, capitais esses que precisariam ser exportados, tornando a exportação de capitais mais importante que a exportação de mercadorias.

promessa para cumprir a lacuna, por diversos meios e mecanismos, da falha metabólica criada pelo próprio avanço deste modo de produção.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para sua acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções) (HARVEY, 2005, p. 42).

Esta concepção de Harvey (2005, 2011) parte da análise de Marx (2013), que integra nas suas análises a técnica as relações sociais de produção. Há, de fato, uma concentração de preocupações sobre técnicas e relações sociais de produção nos capítulos XI, XII e XIII do Livro I (MARX, 2013), que envolve assuntos diretamente afeitos ao aperfeiçoamento tecnológico, ao menos no que tange a sua vinculação com a produção de mercadorias.

Essa base, meio técnico, causaria a periodicidade da inovação de capital fixo, por exigência da deterioração sofrida e da obsolescência, influenciando a periodicidade de novas crises de acordo com novas técnicas.

O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria que condiciona seu revolucionamento em outra. Isso vale, antes de mais nada, para os ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho – cada um deles produzindo, por isso, uma mercadoria autônoma –, porém entrelaçadas como fases de um processo global. Assim a fiação mecanizada tornou necessário mecanizar a tecelagem, e ambas tornaram necessária à revolução mecânica-química no branqueamento, na estampagem e no tingimento (MARX, 2013, p.457).

Para Marx (2013), as melhorias técnicas aliadas ao desenvolvimento capitalista têm uma contradição que se torna explícita ao constatar que este processo poupa mão de obra em um primeiro momento e, apenas secundariamente, insumos e capital fixo. Afinal, o operário é o oposto do capitalista.

De outro lado, os instrumentos técnicos e as instalações são a expressão de sua riqueza. A industrialização idealizada pelos possuidores dos meios de produção seria, assim, plenamente automatizada, rica em tecnologias que seriam operadas por um número diminuto de trabalhadores (MARX, 2013) aumentando a concentração da propriedade e da renda.

De acordo com Coggiola (2009):

[...] os efeitos mais notáveis das inovações técnicas foram o rebaixamento dos custos e o aumento do volume da produção, mas não necessariamente o aumento da taxa de lucros. Sendo o lucro considerado como a renda da classe dominante, os fatores que o propiciavam adquiriram relevância. Qualquer alteração nos lucros poderia exercer uma grande influência sobre os acontecimentos. Dentro desta perspectiva, o problema da taxa de lucro surgiu como o primeiro elemento teoricamente causador das crises modernas (COGGIOLA, 2009, p. 107).

Marx (2013), portanto, considerou que as inovações técnicas (que garantem vantagens competitivas e lucros áqueles que os introduzem primeiramente) e as crises frequentes levariam ao aprofundamento da concentração de capital até o ponto em que só existiriam grandes empresas no mercado e seriam estas as que conseguiriam sobreviver às crises mais profundas.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para o desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. [...] Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros (MARX; ENGELS, 2008, p. 43).

Harvey (2013) nota nesta estratégia uma das alternativas criadas pelos agentes de controle de capitais, como aqueles que atuam nos quadros do Grupo BM, FMI e OMC, por exemplo, para driblar momentos de crise e permitir que o caráter histórico, que se manifesta de forma cíclica, se expanda geograficamente e se torne preponderantemente hegemônico, demonstrando a insuficiência da crença na auto regulação do mercado.

Marx (2013) analisando a mecanização da indústria algodoeira realça a tendência do modo de produção capitalista em gerar crises de acumulação devido a

composição orgânica do capital promover a tendência à queda da taxa de lucro⁹⁹, esta disposição é considerada por Marx (2013) uma crise periódica de acumulação e entendida aqui como manifestação de movimentos cíclicos, próprias deste modo de produção em sua enérgica atividade de criação, destruição e recriação de novos espaços, isto significa dizer que dentro de cada momento de recessão há uma depressão econômica e política estrutural que se retroalimenta por crises sistêmicas que vão permitir sua constante dinâmica.

Para Marx (2013), a razão deste fato está na lógica deste modo de produção o conduzir constantemente a novas crises, provocadas por causas distintas, porém, conforme Altvater (2011), endógenas a este sistema, na busca constante de espacialização e territorialização via produção de mercadorias, circulação de capitais e acumulação de lucro. Como bem observou Harvey (2011), as crises são:

[...] de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável (HARVEY, 2011, p. 65).

Consideramos assim que os limites do modo de produção capitalista possam ser levados ao máximo possível da continuidade do crescimento e da acumulação. Esta dualidade revela o caráter de mutabilidade cíclica do modo de produção capitalista que, na atualidade, se apresenta com maior potencialidade do que Marx projetava, revelando que a periodicidade das crises seria determinada pelo próprio movimento cíclico do capitalismo.

Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, tornam-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma

⁹⁹ Conceito formulado por Marx (2013) ao analisar o processo de produção capitalista. Consiste na relação entre o valor do capital constante e do capital variável, cujas variações se fazem sentir na modificação da taxa de lucro. Neste sentido, ver, Bottomore (2013) sobre composição orgânica e composição técnica do capital. Aqui, composição orgânica é entendida como a maior utilização de maquinarias e utensílios e um consumo maior de matérias-primas (elementos que compõem o capital constante) que provoca, em contrapartida, uma queda relativa no volume de mão de obra utilizada (capital variável). Deste modo, a relação da composição orgânica do capital com a taxa de lucro pode ser considerada a partir da circulação de capital e a taxa de mais valor, portanto, quanto mais alta for a composição orgânica do capital, menor será a taxa de lucro, e quanto mais alta for o mais valor e mais intensa a circulação e o capital, maior será a taxa de lucro.

assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o novo ciclo de rotações (MARX, 2014, p. 194).

Deste modo, no livro II, Marx (2014) escreveu que as crises periódicas não eram exceção dentro do capitalismo, mas sim seu principal elemento. É a partir da definição mais geral da produção capitalista, como produção de valor, que Karl Marx determina o caráter de mutabilidade do capitalismo em momentos de superação de crises constatando o aumento irrestrito da produtividade e concentração de riqueza em detrimento da população em geral aos meios de subsistência, a subalternidade (MARX, 2014).

Destes escritos, podemos considerar Marx como um dos precursores da análise dos limites da produção capitalista, interpretando este fato como algo que lhe fosse imanente e, deste modo, lhe denunciasse sua historicidade, transitoriedade e mutabilidade, ou, sua constante necessidade de espacialização e territorialização.

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, isto significa que o capital e o aumento do seu valor surgem como o ponto de partida e o termo, a causa e a finalidade da produção. A produção não passa de uma produção para o capital e não o contrário; os meios de produção não são apenas meios para alargar constantemente o processo vital da sociedade dos produtores, os limites fora dos quais não se pode realizar a conservação e o aumento do capital – valor – assente na expropriação e no empobrecimento de vastas massas de produtores entra constantemente em conflito com os métodos de produção aos quais o capital recorreu para atingir os seus fins, métodos que continuam o alargamento ilimitado da produção que, de certo modo, reduzem esta última a ser a sua própria finalidade e que também tendem para o desenvolvimento absoluto da produtividade social do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas – entra em conflito permanente com a finalidade – crescimento do valor do capital existente (MARX, 2014, p. 231).

Porém, a característica de mutabilidade do modo de produção capitalista o permite superar suas próprias contradições e potencializar sua dinâmica. Portanto, consideramos que seja através das crises, geradas pelo próprio sistema onde está inclusa toda a política econômica internacional, que a capacidade de mutação do modo de produção capitalista que se materializa naquilo que Mészáros (2012) apresenta como irreformabilidade ocorre, na atualidade, dentre outras maneiras, via disputas de poder que envolvem acumulação por espoliação (HARVEY, 2012).

O modo *natural* de existência do capital são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo

que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem) a realização de exatamente isso (MÉSZÁROS, 2012, p. 795).

Portanto, as crises aparecem como fator de regulação (HARVEY, 2011; MÉSZÁROS, 2012) e os ciclos permitem identificar fases do processo de expansão e retração, neste sentido e considerando que nossa interpretação sobre o modo de produção capitalista partiu, em termos metodológicos, do dispositivo teórico que descreve o mecanismo reprodutivo deste sistema fazendo uso da crítica a economia política formulada por Marx (2008, 2011, 2013), ponderamos que um conjunto acurado de leis de movimento e reprodução norteia e conduz o funcionamento do modo de produção capitalista por meio de uma irregularidade particular compendiada na formulação dos ciclos econômicos, os quais, por sua vez, incorporam a crise como uma de suas formas básicas.

Dessa maneira, no modo de produção capitalista, produção, realização do excedente e acumulação de capital, ao tempo em que estão relacionados entre si, também se articulam de acordo com ritmos, volumes e proporções desiguais no tempo e no espaço, decorrendo dessa dimensão a manifestação da crise (MARX, 2013). Portanto, os ciclos, são identificados com a dinâmica do capitalismo e, em sua formulação clássica, representam a composição de um procedimento lógico, ainda que irregular, perpassado em determinado período de tempo.

A intermediação dessa cadeia de processos econômicos é representada, nos ciclos, pelas suas determinadas fases. O desenlace deste processo se dá com a abertura da crise em si mesma (KATZ, 2000), aspecto primordial do movimento cíclico do capitalismo abordado por Marx (2013) que revela que a natureza cíclica tem a sua razão fundamental no impulso irrefutável à valorização, levando-o a chocar-se periodicamente com as barreiras que a própria valorização cria para o aprimoramento das forças produtivas.

Raciocinar e interpretar as formulações de Marx sobre o modo de produção capitalista, as crises e seu comportamento cíclico, relacionando estes fatos a eventos históricos pautados sobre os recursos naturais, nos permite uma *primeira aproximação para entender o desenvolvimento sustentável como forma de reprodução do modo de produção capitalista em que novas necessidades são impostas frente ao período de crise multifacetada e multiescalar que vivenciamos, e, considerando a relevância dada à questão da preservação de recursos naturais por agências internacionais, como a ONU (1972, 1992, 2012) e o Grupo BM (2012, 2014), dentre outras, como a FAO e o*

próprio FMI, surge à necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, o sustentável, como alternativa perpetrada por agências de fomento internacional para driblar momentos de crise e permitir que novos espaços, para investimentos e acumulação, surjam no mercado internacional.

Com isto, consideramos que nenhuma crise é um evento estático no tempo e no espaço, mas sim remete a processos (COGGIOLA, 2009), para os nossos objetivos, podemos identificar o momento da realização de eventos relacionados à proteção de recursos naturais, *para nossa aproximação inicial* sobre a hipótese aqui levantada, como articulação que os agentes do sistema capitalista internacional fomentaram para a continuidade da sua expansão, pois o capitalismo foi, ao longo do seu processo, histórico e geográfico, moldando um sistema de produção que acarretaria naquilo que Foster (2005), com base em Marx (2012), escreveu sobre a não regeneração natural de nutrientes básicos aos ecossistemas, rompendo com o metabolismo sócioecológico (FOSTER, 2005).

Marx empregou o conceito de “falha” na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base de sua existência – o que ele chamou “a[s] perpétua[s] condição[ões] da existência humana imposta[s] pela natureza” (FOSTER, 2005, p. 229, aspas no original).

Ou seja, aqueles que personificaram o modo de produção capitalista criaram um modelo no qual a natureza é instrumentalizada para a comodidade daqueles que detêm os meios de produção. Assim, aqueles que possuem o controle destes mecanismos passam a ter, também, a possibilidade de controle sobre territórios (MOREIRA, 2014).

Portanto, não negligenciar esta instrumentalização e rompimento sóciometabólico entre a sociedade e a natureza em determinado momento entre as crises permite a compreensão da superação de momentos instáveis da lógica capitalista.

Em específico, em relação a nossa pesquisa, este fato pode ser notado detalhadamente, por exemplo, em atividades comerciais e financeiras relacionadas a créditos de carbono e ao princípio do poluidor pagador, ambos ajustes voltados a arranjos técnicos, como demonstra May (2003) . Isto porque, as evoluções técnicas permitiram à humanidade:

[...] uma notável capacidade de comando da natureza, através das técnicas que descobriam e aperfeiçoavam. Tal sucessão não implicava em herança, mas, frequentemente, em recriação. Tratava-se de sucessão sem continuidade, nem relação de dependência. Com o sistema capitalista, começa o processo de unificação das técnicas, ainda que a diversidade no seu uso continuasse gritante, segundo os lugares. O fato de que os interesses do capital iam pouco a pouco se tornando mais universais conduzia igualmente a que o aperfeiçoamento técnico pudesse ser mais rápido e o uso das técnicas emprestadas mais difuso (SANTOS, 2008a, p. 53).

Aprimorando a tecnologia e intensificando o uso de recursos naturais, agentes do sistema capitalista possibilitam a transformação dos mesmos para garantir a essência do capitalismo – o lucro. Deste modo, se tornou necessário fomentar todo um aparato ideológico cujo discurso é fazer crer que os recursos naturais, que são finitos, podem ser utilizados e forma que não sejam esgotados.

A partir da década de 1970, lembrando a parte I de nossa pesquisa, foram fomentadas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável pela ONU. Este desenvolvimento que seria capaz de garantir “[...] as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (ONU, CMMAD, 1988, p.9).

Este processo de articulação para a expansão do desenvolvimento sustentável teve reflexos sobre diversos setores, entre eles a agricultura e pecuária que, desde aproximadamente a década de 1960, acentuou as diferenças sociais por meio da concentração da propriedade da terra e o acirramento da pobreza por parte daqueles produtores com menor renda, como também gerou problemas relativos à contaminação e degradação de recursos naturais.

Este modelo de produção agropecuária, especialmente seletivo, altamente concentrador de renda e terra “[...] representou uma profunda modificação no espaço rural brasileiro” (GRAZIANO NETO, 1984, p. 12) direcionando-o para o mercado externo e compreendendo extensas áreas de monocultura que resultaram em passivos sociais e naturais.

Deste modo, demonstrar a periodização cíclica permite uma justa aproximação de eventos históricos e geográficos que demonstram o caráter dinâmico e adaptativo frente a períodos de recessão e depressão do capitalismo e à consequente espacialização e posterior territorialização do modo de produção capitalista, utilizando o desenvolvimento sustentável como alternativa ao enfrentamento das crises

econômicas¹⁰⁰, afinal: “O capitalismo criou uma poderosíssima força de articulação oriunda de suas tendências seculares, capaz de incorporar em grande parte a natureza e os processos sociais.” (MARTINS, 2011, p. 246).

Relacionando este aspecto a nossa hipótese disposta a interpretar a utilização do desenvolvimento sustentável para a reprodução do modo de produção capitalista trazemos a tona, com o exemplo dos ciclos de Kondratieff¹⁰¹, à questão da importância da periodização.

[...] as chamadas ondas longas ou ciclos de Kondratieff, que duram em média cinquenta anos na história do desenvolvimento capitalista e são fundadas em inovações tecnológicas que se agregam em um determinado lugar e momento para definir o estágio de desenvolvimento estável e de difusão até que um novo pacote de inovações venha substituí-lo. É possível olhar para trás e definir “eras” do desenvolvimento capitalista, que correspondem aproximadamente às ferrovias, navios a vapor, indústria do carvão e do aço e telégrafo; ao automóvel, petróleo, indústria da borracha e plásticos e rádio; ao motor a jato, geladeiras, condicionadores de ar, indústrias de metais leves (alumínio) e TV; e ao chip de computador e nova indústria eletrônica que sustentou a “nova economia” da década de 1990. [...] a percepção de que formas tecnológicas e organizacionais tornam-se, por assim dizer, paradigmáticas por um tempo, até se esgotarem suas possibilidades, apenas para serem substituídas por outra coisa, é importante. [...] Onde a quantidade crescente de capital encontraria oportunidades de investimento rentável se não fosse por essas ondas de inovação? (HARVEY, 2011, p. 84).

No gráfico 3 demonstramos fases de desenvolvimento do capitalismo e suas principais doutrinas a partir do capitalismo industrial ao neoliberalismo, neste, podemos identificar períodos que revelam à passagem do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional que sucede a momentos de inovação (I), progresso (P), recessão (R) e depressão (D). Para demonstrar esse processo durante os diferentes períodos de crises e as diversas fases do desenvolvimento do modo de produção capitalista, destacamos alguns eventos históricos¹⁰²: os círculos amarelos e vermelho representam as principais crises do modo de produção capitalista; em preto e vermelho

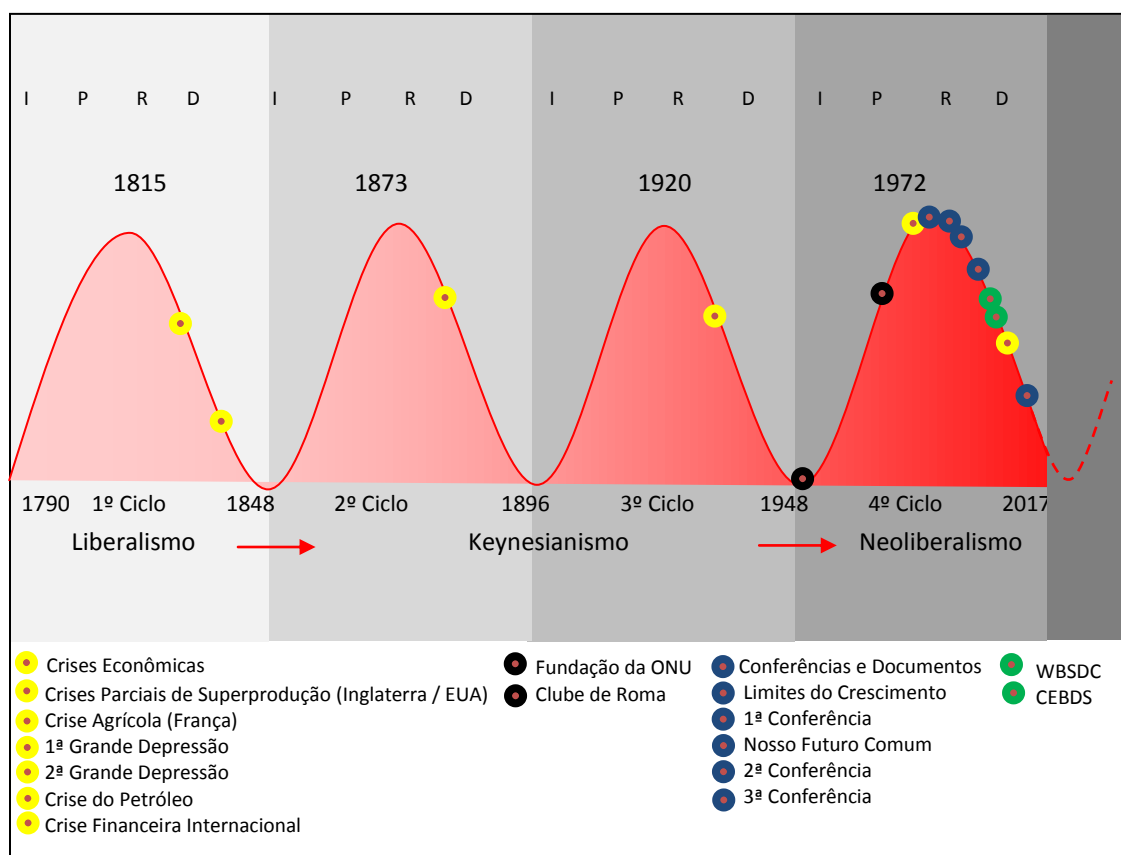
¹⁰⁰ Não no sentido de que o desenvolvimento sustentável seja a saída única para a crise atual, mas sim, que este seja um dos arranjos institucionais e comerciais para alavancar novas formas de reprodução do modo de produção capitalista.

¹⁰¹ Utilizamos aqui os ciclos de Kondratieff como forma didática de exemplificar as fases do modo de produção capitalista, os momentos em que ocorreram as principais crises e os mais importantes eventos na história da política internacional sobre a preservação de recursos naturais. Consideramos esta representação, ainda que com limitações gráficas, de importância para podermos demonstrar as relações que aqui estamos propondo. Com isso, não queremos induzir o leitor que esta seja a única forma de representação, porém, para os nossos objetivos e de acordo com nossos escritos, consideramos a adequada.

¹⁰² Optamos por não datar exatamente tais eventos pois entendemos que estes são resultados de acúmulos históricos de diferentes processos que culminam em momentos contínuos não pontuais historicamente.

destacamos a criação da ONU, do Grupo BM e da FAO; em azul e vermelho estão representados os principais eventos e documentos relacionados com o desenvolvimento sustentável e, em verde e vermelho a criação do Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável do Grupo BM (WBCSD) e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), isto nos permite demonstrar a relação entre o desenvolvimento sustentável enquanto uma das alternativas de enfrentamento a crises¹⁰³ pelo modo de produção de capitalista.

Gráfico 3: Eventos e documentos internacionais relacionados ao desenvolvimento sustentável



Fonte: Kondratieff (1935); ONU (1972, 1992, 2012)

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Utilizamos os ciclos de Kondratieff (1935) como *instrumento didático* que permite a identificação visual da temporalidade e espacialidade de processos, fatos e eventos que permitem a superação de crises e expansão do modo de produção

¹⁰³ Cabe a referência de que, de acordo com Rebelo Junior (2002) as duas grandes crises internacionais, 1873 e 1928, possuíram como estratégia de superação a intervenção estatal que não buscaram alternativas, apontaram soluções (o imperialismo e a guerra) de caráter transitório, que permitiram o surgimento de uma nova crise, porém, com um caráter diferenciado das anteriores devido ao nível de flexibilidade que o modo de produção capitalista adquiriu e os distintos impactos decorrentes da crise iniciada na década de 1970.

capitalista, ou seja, sua dinâmica espaço-temporal e entendendo a espacialização deste modo de produção como algo inerente a sua própria existência.

Com isto, podemos considerar, *em uma segunda aproximação de nossa hipótese*, que o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado, ideologicamente, como alternativa de reprodução deste modo de produção, *pois, foi somente a partir da década de 1970, momento em que instaura a crise, que os alardes sobre a proteção de recursos naturais passam a ser institucionalizados no interior da ONU e as agências de fomento do modo de produção capitalista, como o Grupo BM, passam a se dedicar a sua normatização e articulam ações, como a descentralização de políticas públicas, para que a concepção sustentável de desenvolvimento passe a ser aceita e utilizada, dentre outras ações, em políticas públicas de desenvolvimento para o campo.*

4.2. A falha sociometabólica entre a sociedade e a natureza e sua relação com a dinâmica do modo de produção capitalista

Na contemporaneidade se tem uma ordem de reprodução sociometabólica do modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2012) apoiada na exploração social e de recursos naturais. Autores como Barbieri (2007), Foladori (2001), Mendonça (1998), Porto-Gonçalves (2002) e Ribeiro (2005), relacionam a gênese da questão que envolve a preservação de recursos naturais com eventos que impactaram, em escala global, a percepção da dependência, social e econômica, destes recursos.

A certeza da capacidade de destruição macroescalar dos países mais poderosos do centro do sistema capitalista, demonstrado pelas explosões nucleares em Hiroshima e Nagasaki, e é sintomático que termos como limites e gerações estejam, a partir de então, constantemente presentes no léxico da problemática que envolve os recursos naturais (OLIVEIRA, 2012).

Smith (2009) escreveu que estamos vivendo um período no qual o núcleo da relação entre a sociedade e a natureza está sendo transformada. Consideramos que esta formulação expressa que os recursos naturais se transformaram em espaço de acumulação da capital, que a natureza tem sido constantemente (re)produzida e, deste modo, podemos considerar que assim como o trabalho, os recursos naturais passaram da

subsunção formal para a real subsunção ao modo de produção capitalista¹⁰⁴, seguindo o mesmo raciocínio de Marx (2013):

[...] o modo de produção capitalista se apresenta, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se apresenta, por outro lado, como um método empregado pelo capital para explorá-lo de maneira mais lucrativa (MARX, 2013, p. 410).

Ou seja, de acordo com Smith (2009) os recursos naturais foram transformados pelos capitalistas em espaço de acumulação financeira exposto, de maneira nítida, no momento histórico do imperialismo, no qual os bancos (sem diminuir o papel dos estados nacionais) funcionam como instituições reguladoras da atividade econômica, como é o caso do Grupo BM, ao propor regulações a países tomadores de empréstimos utilizando o argumento de cooperação para o desenvolvimento sustentável.

For these and other environmental capitalists nature has indeed become a new frontier, and not unlike earlier 'frontiers', that frontier became almost instantaneously financial. An 'environmental derivatives' market very quickly sprang up whereby ecological credits are bundled together and sold in bulk to speculative financiers banking on the increased price of already established credits. The World Bank opened its BioCarbon Fund in 2004, capitalized with an initial \$30 million and aiming for \$100 million, which allows investors (minimum investment US\$2.5 million) to contribute to carbon sequestration in return for an income generated by the sale of credits. Since 2005, in line with Kyoto targets, the European Union has begun trading in and regulating carbon credits (SMITH, 2009, p.5, aspas no original).

Deste modo, compreendemos que é justamente este poder econômico e político que, no exemplo citado, o Grupo BM, possui de fazer investimentos diretos ou emprestar dinheiro para a realização de determinadas atividades econômicas, ou seja, os agentes capitalistas criaram um mercado financeiro de produtos e mercadorias rotuladas de sustentáveis que asseguram seu desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo tem alterado profundamente a relação entre a sociedade e a natureza que

¹⁰⁴ O termo subsunção, etimologicamente, se refere à ação de subsumir, inserir algo em um contexto mais amplo. Marx (2013), em *O Capital*, utiliza o termo para descrever a forma como o capitalismo insere o trabalho em sua lógica, o autor faz uso das significações formal e real para diferenciar o momento em que ocorre a apoderação total do capital sobre o processo de trabalho. Deste, consideramos que, da mesma forma, o processo de mercantilização da natureza ocorre a partir do momento em que se estabelece um valor de uso sobre a mesma, assim, esta deixa de ser considerada como primeira natureza e se transfigura, ou, é resignificada, em segunda natureza a partir da possibilidade de produção de mais valor, ou seja, no momento em que a mesma é apropriada por setores ou agentes atuantes na personificação do modo de produção capitalista.

é expressa na forma de uma interação metabólica¹⁰⁵, seu núcleo, o que lhe garante, ou garantiria, estabilidade. Consciente disso, Smith (2009) elabora um paralelo com a subsunção do trabalho, conforme Marx (2013) formulou para distinguir a transição da subsunção formal para subsunção real dos recursos naturais.

With the formal subsumption of nature, capital accumulation is facilitated predominantly by a continual expansion in the conversion of extracted material into objects of production. More and more oil and wood, cotton and coal are extracted for production. Colonialism functioned as a primary strategy for, among other things, this formal subsumption of nature (SMITH, 2009, p.13).

A subsunção formal dos recursos naturais ocorreu no momento em que os agentes capitalistas passaram a ter o controle sobre a exploração dos mesmos nos mais distintos territórios. Já em relação à transição para subsunção real da natureza:

The transformation to real subsumption is marked not simply by an intensification of this dependence of capital accumulation on nature. Rather, a two-sided shift takes place. First, while capital has always circulated through nature, whether in agricultural production or in land ‘improvement’ of myriad kinds, the real subsumption of nature not only intensifies this circulation but transforms it from an incidental effect of capital accumulation to an intended strategy: what were once unintended consequences become strategic goals. The production of nature becomes capitalized ‘all the way down’. Second, the reverse process, namely the circulation of nature through capital, is similarly transformed from an incidental to a strategic process (Smith, 2009, p.13).

A diferença entre a subsunção formal e real é explicada: quando da subsunção formal da natureza os agentes capitalistas controlavam os recursos naturais e os territórios como uma necessidade de produção, já com a subsunção real, tais agentes passam a (re)produzir natureza(s), na forma de produtos dos mais variados, como uma

¹⁰⁵ Na teoria marxista, a natureza e o homem, em sua fase primitiva, possuiriam um metabolismo único, uma troca, ou interação entre os mesmos. A natureza seria o corpo inorgânico desse, todavia, com o processo de alienação do próprio ser no capitalismo, ocorre o distanciamento visceral entre ambos, estabelecendo a denominada fratura, ou falha metabólica. Marx e Engels, enquanto primeiros a aplicarem o conceito de metabolismo à sociedade a partir de Liebig, associaram o referido termo à relação cidade-campo, grande indústria-grande agricultura, homem-natureza. “O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais” (MARX, 2013, p. 572).

política pública, para sustentar a reprodução do modo de produção capitalista e, esta relação, vai ser intensificada de acordo com a evolução da dinâmica do modo de produção capitalista a partir do século XX que, de acordo com Hobsbawm (1995): “[...] não acabou bem” (HOBSBAWM, 1995, p. 26).

Consideramos que a crise que irrompe a contemporaneidade qualifica-se por um grau de multiplicidade e intensidade que a torna distinta das antecessoras. Destaca-se, nesse contexto, o fato problemático sobre a questão da preservação, recuperação e conservação, ou mesmo, uso e distribuição de recursos naturais. A problemática em tela atinge variados grupos e classes sociais de forma desigual, uma vez que reflete as contradições inerentes ao capitalismo e a própria distribuição geográfica de recursos naturais fundamentais como a água, que tem gerado conflitos pelo agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010, 2012) e os relacionados à produção de energia, como o petróleo e todas as questões geoeconômicas e geopolíticas daí decorrentes, conforme escreveu, por exemplo, Lins (2011). A mundialização do capital e os novos contornos adquiridos pela economia acentuam ainda mais tais contradições, fomentando e mundializando, também, o cenário de crise.

Consideramos que a crise atual represente resultados daqueles momentos extremos sobre os quais Hobsbawm (1995) escreveu como tentativas para manter a reprodução do modo de produção capitalista de forma ilimitada. O’Connor (2002) escreveu que este modo de produção pressupõe a reprodução ilimitada das condições de produção, incluindo a força de trabalho e recursos naturais com potencial, por exemplo, energético, como no caso da produção de Etanol, fato este que coloca em risco sua própria reprodução, gerando, o que ele chamou de segunda contradição do capitalismo.

Expresada de manera sencilla, la segunda contradicción plantea que los intentos de los capitales individuales por defender o restaurar sus ganancias recortando o externalizando sus costos producen, como un efecto no deseado, la reducción de la “productividad” de las condiciones de producción, lo cual a su vez eleva los costos promedio. Los costos pueden aumentar para los capitales individuales en cuestión, para otros capitales, o para el capital en su conjunto (O’CONNOR, 2002, p. 45).

As violações dirigidas à força de trabalho, concomitante à exploração de recursos naturais em larga escala, ocasionaram a redução, ou mantiveram os custos do processo produtivo, pois o capitalista necessariamente incorpora tais externalidades negativas, o que conduz a um aumento do lucro. A crise das condições de produção

seria por assim dizer, justamente, a contradição latente entre a busca excessiva pelo lucro e a degradação das bases naturais e sociais de sua própria reprodução.

Chesnais e Serfati (2003), por sua vez, escreveram que a exploração do homem e de recursos naturais não reflete outra contradição do capitalismo, pois as verdadeiras contradições do capital repousam nos mecanismos clássicos de criação e extração de mais valor, conforme apontado por Marx (2013). *No plano econômico, o próprio modo de produção capitalista se incumbem de transformar a degradação de recursos naturais em novos espaços de acumulação e reprodução, no político, os agentes capitalistas encontram novas formas de transferir para grupos sociais e/ou países periféricos o ônus do processo produtivo, sem que de fato este se torne uma ameaça real à própria reprodução do modo de produção capitalista.*

Concordando com Chesnais e Serfati (2003), consideramos que a crise atual reflete as contradições clássicas inerentes ao modo de produção capitalista. Deste fato, ponderamos válida a realização de uma breve interpretação sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, principalmente em relação ao imperialismo e a fase de expropriações, para termos maior embasamento e, posteriormente, entendermos a fase do imperialismo ecológico tendo o desenvolvimento sustentável como estratégia de reprodução do modo de produção capitalista¹⁰⁶.

O capitalismo foi ao longo do seu desenvolvimento instituindo um sistema de reprodução próprio, não condizente com ciclos de regeneração natural de nutrientes (MARX, 2013). Criou um modelo no qual a natureza é instrumentalizada para a comodidade daqueles que detêm os meios de produção. O desenvolvimento da ciência, das técnicas e da tecnologia, proporcionou o fortalecimento e a consolidação da grande indústria e da agricultura em detrimento de recursos naturais, sua própria sustentação.

Na atualidade, setores relacionados à agricultura, capitalista ou não¹⁰⁷, incorporaram em seus discursos e *slogans* a temática da preocupação com recursos naturais sob o título de desenvolvimento sustentável. Reconhecemos aqui que o avanço nas tecnologias permitiu que grandes corporações adquirissem equipamentos que causam o menor impacto (negativo) possível. Porém, a questão que emerge com a propagação de novos modelos de desenvolvimento não se limita a intervenções técnicas

¹⁰⁶ Parte III desta pesquisa.

¹⁰⁷ Por exemplo, movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, o MPA e outros incorporaram a temática por meio da agroecologia, o MAB, atuando também na questão agrária, defende a produção sustentável de energia contra os mega empreendimentos que se relacionam a privatização e produção de energia elétrica, por meio das grandes barragens, sob estes aspectos, ver os trabalhos de Francine (2013), Maggi (2013) e Orzekovski (2014), dentre outros.

que minimizam os impactos sobre os recursos naturais tendo em vistas a concepção proposta pelo desenvolvimento sustentável. Se levarmos em consideração o avanço na legislação ambiental e as novas exigências para a instalação e o funcionamento de complexos agroindustriais, veremos que muitos são excluídos deste processo, pois, são poucos aqueles que possuem condições de se adequarem as exigências legais.

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento (FREY, 2001, p. 7).

Ao considerarmos o debate sobre o desenvolvimento sustentável, devemos levar em consideração, ainda, a formulação apresentada por Mészáros (2007, 2012) sobre a irreformabilidade do capitalismo, pois as alterações propostas a partir do desenvolvimento sustentável apresentam-se fisicamente limitadas, ou seja, seu poder de alcance, até o momento, não chegam a romper com a lógica produtivista capitalista, pois possuem esfera de atuação local, enquanto a tendência do modo de produção capitalista continua sendo sua espacialização e territorialização global.

O que podemos considerar disto é que, inevitavelmente, o modo de produção capitalista, pode, a qualquer momento, expandir seus limites. Porém, não o faz justamente para que as crises possam ocorrer e nestes momentos torna-se necessária a criação de novos espaços para a reprodução deste modo de produção, de acordo com sua lógica contraditória de criação, destruição e recriação. Pois, se entendermos, e entendemos e, portanto, concordamos com Harvey (2011) e Mészáros (2007, 2012) o modo de produção capitalista ainda está longe de ser contornado. Sua tendência para expansão, espacialização e territorialização, continua ilimitada.

A história passada demonstra muitos casos não apenas de nobres esforços dedicados a introduzir mudanças sociais significativas com o intuito de superar algumas contradições maiores, mas também de alguns êxitos parciais na direção originalmente visada. Contudo, muito frequentemente, os êxitos, mais cedo ou mais tarde, retrocederam pela restauração subsequente das relações de dependência do *status quo* anterior. A razão primordial para tais desenvolvimentos foi a inércia da *desigualdade estrutural* reproduzida de uma forma ou de outra ao longo da história, a despeito de algumas mudanças de pessoal, de tempos em tempos, no topo da sociedade. Pois a desigualdade estrutural agiu como uma âncora tão pesada que não se pode erguer, atada a

correntes mais curtas ou mais longas, arrastando o barco invariavelmente de volta a uma posição da qual parecia não haver possibilidade de maiores progressos na jornada, por mais bem intencionados que fossem alguns membros do próprio navio durante uma grande tempestade histórica. E, para piorar as coisas, essa situação de apuro historicamente determinada e humanamente alterável do povo dominado pela ordem existente foi conceituada e ideologicamente racionalizada de forma regular como uma *fatalidade da natureza*, mesmo quando era preciso admitir que a desigualdade estrutural predominante estava muito longe de ser globalmente benéfica (MÉSZÁROS, 2012, p. 226).

As crises, portanto, fazem parte do processo de dinâmico de expansão do modo de produção capitalista e Marx (2013), ao analisar o momento histórico que corresponde à transição do feudalismo e a consolidação da sociedade capitalista, chama a atenção para o processo de acumulação primitiva do capital. Tal processo, na análise marxiana, foi responsável por redefinir as relações entre a sociedade e a natureza, pois representa a separação do trabalhador, expropriado de suas terras, dos seus meios de produção. Assim, camponeses expulsos de suas terras foram transformados em proletários destituídos dos seus instrumentos de trabalho, e sua força de trabalho transformada em mercadoria. Este processo, Marx (2013) denominou de falha metabólica do modo de produção capitalista, que de acordo com o autor, decorre da ruptura provocada pelas relações capitalistas de produção, que separam o homem da natureza mediante a relação entre capital e trabalho assalariado (MARX, 2013). Este fato impactou tanto o campo quanto a cidade, no tocante ao metabolismo com a natureza, pois apartou, de forma aguda, “[...] as fontes de produção de alimento e a matéria prima de seu consumo” (FOLADORI, 2001, p.111).

Já no início do século XX, perpassadas duas grandes crises econômicas mundiais (1845 e 1873) o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista atinge novas dimensões com a divisão de territórios já colonizados em associações capitalistas, tendo em vista que, naquele momento, os grandes conglomerados industriais passaram a ter intensa atuação nas políticas coloniais. Decorre dessa política à procura por novas fontes de recursos naturais e mercados consumidores. A primeira Grande Guerra Mundial eclode como um resultado extremo deste cenário (HOBSBAWM, 1995).

Lênin (2010), atento às mudanças ocorridas na escala de expansão de capitais, identifica um processo de transformação no modo de produção capitalista, para ele, neste período, teve início à fase superior do capitalismo, o imperialismo. Lênin (2010) destaca que a concentração da produção em empresas cada vez maiores, ao atingirem

determinado grau de desenvolvimento baseado na centralização e controle de distintos ramos da produção, culmina na formação de monopólios. Ao perceberem a possibilidade de redução dos custos e conseqüente aumento do lucro no processo produtivo, empresas capitalistas, anteriormente concorrentes, passam a organizar-se em cartéis e trustes e, deste modo, provocam a transformação radical a esfera política da economia (LENIN, 2010).

Para Lênin (2010), o fator determinante para a transição para o imperialismo está na junção do capital industrial ao bancário, o que possibilitou a concentração de uma enorme massa de capitais e proveu a condição para que os conglomerados industriais pudessem expandir a sua produção e atuar para além de territórios nacionais. Neste processo, os bancos passam a recolher rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos grandes capitalistas como dos empregados, pequenos patrões e, até mesmo, de uma reduzida camada superior de operários. Com isso, intensifica-se, com grande rapidez, o processo de concentração de capital e de constituição de monopólios, uma vez que os bancos passam a ocupar lugar central na economia disponibilizando, a classe capitalista, grandes montantes de capital para investimento nas atividades produtivas. Surge assim uma oligarquia financeira capaz de impor, por meio do seu poderio econômico, os rumos dos investimentos capitalistas, engendrando uma dependência crescente em decorrência dos empréstimos concedidos. Do ponto de vista político, destaca-se uma articulação de tais grupos na atuação dos estados e em suas políticas econômicas.

Ainda de acordo com Lênin (2010) as expropriações constituem parte fundamental do processo de expansão capitalista. É apenas sob tal condição que se pode dar a extração de mais valor a partir da exploração do trabalho e de recursos naturais. A privatização dos meios de produção ocasiona a apropriação privada da riqueza produzida. Assim como a terra, o trabalho transformava-se em mercadoria à medida que os trabalhadores eram apartados de suas condições de produção, contribuindo para a divisão da sociedade em classes, ou seja, aquela detentora dos meios de produção, do capital e das extensas propriedades de terras, e aquela que, por não ser dona dos meios de produção, dispunha apenas de sua força de trabalho para sobreviver.

Neste momento cabe uma observação sobre os escritos de Marx, apesar de encontrarmos em sua obra várias passagens que remetem a uma preocupação com recursos naturais, esta não era sua preocupação central, que está relacionada à análise da realidade social, política e econômica, e não pretendemos criar aqui um perfil sobre e

para Karl Marx, mas sim, levar em consideração seus escritos e a partir destes compreender como o modo de produção capitalista interfere na relação sociedade e natureza, concordamos que existam observações sobre a relação sociedade e natureza em Marx (FOSTER, 2005), mas não que ele fosse, há seu tempo, um ecologista *avant la lettre*.

Portanto, entendemos que Marx e o marxismo possibilitam interpretações sobre a questão relativa à preservação de recursos naturais ao propor uma crítica ao modo de produção capitalista. Mesmo que a relação sociedade e natureza não tenha sido discutida como ponto central nos escritos de Marx (e também nos de Marx e Engels), encontramos nestas obras referências ao uso indiscriminado de recursos naturais e os danos causados por este uso efetivado a partir da expansão do capitalismo. Neste sentido, Foster (2005) escreveu que:

Os *insights* tantas vezes brilhantes de Marx não foram meras centelhas de gênio. Os *insights* dele nesta área são antes derivados de um compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista de natureza. Assim, desde a sua juventude (por exemplo, nos Manuscritos econômicos e filosóficos, de 1844), Marx analisou com sofisticação e sensibilidade ecológica a alienação humana em relação à natureza. Esta tendência foi reforçada pelas preocupações dele com a subsistência humana e a relação com o solo, e com todo o problema da agricultura capitalista (FOSTER, 2005, p. 38).

Ponderando esta observação, reconhecemos, portanto, que Marx (2012) escreveu que a natureza é o corpo inorgânico do homem (MARX, 2012) e por isso é que, na abordagem sobre as questões relativas à preservação de recursos naturais orientadas por um viés marxista, percebemos que fica evidente na obra de Marx, como escreve Foster (1997), era que: “[...] a humanidade e a natureza estavam inter-relacionadas e que a forma específica das relações de produção constituía o âmago dessa inter-relação em qualquer dado período” (FOSTER, 1997, p.165).

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem dela é parte (MARX, 2012, p. 84).

Assim, a produção marxiana e as análises críticas acerca dos meios de produção, relações de trabalho, consumo, expansão da grande indústria e da agricultura

intensiva, dentre outros, são de grande valia para a discussão da temática proposta em nosso trabalho. Em decorrência disso, autores envolvidos com a temática ambiental, principalmente a partir da década de 1990¹⁰⁸ iniciaram o debate sobre a continuidade e expansão deste modo de produção e os possíveis riscos daí decorrentes, uma vez que este vem sendo considerado como o principal destruidor de recursos naturais (LÖWY, 2000).

Para compreendermos esta relação, voltamos à análise de Marx (2013) que, se apropria do conceito de metabolismo social, originário das ciências naturais, para especificar a relação do homem com a natureza através do trabalho (FOSTER, 2005). Tal conceito busca expressar o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma a própria natureza interna. Esta transformação só é possível mediante a ação do trabalho e das relações sociais de produção. Portanto, consideramos, com base em Marx (2012, 2013), que é por meio do trabalho que o ser humano atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim, simultaneamente, altera sua própria natureza:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 261).

Esta concepção corresponde ao conceito de trabalho produtivo, isto é, aquele trabalho voltado para a produção de valores de uso que, ao se apropriar dos elementos naturais, satisfaz as necessidades humanas. O processo de trabalho, ao transformar a natureza externa, converte-se em riqueza material, ou seja, em riqueza pronta para ser desfrutada pelo conjunto da sociedade, com potencial financeiro para tal. Na sociedade capitalista, a relação entre a sociedade e a natureza se define pela produção de mais valor, a qual só é possível obter a partir do trabalho excedente, isto é, de certo grau de produtividade do trabalhador superior ao que lhe é necessário (MARX, 2013). Além disso, consideramos que a riqueza social produzida pela sociedade capitalista se encontra personificada no dinheiro.

¹⁰⁸Ao compreenderem que o capitalismo, hoje, em sua forma mundializada pode ser considerado como o predador voraz que após ter consumido grande parte de recursos naturais se volta para a natureza, que já não é natural, e se apropria desta através de aprimoramentos técnicos e da lógica da (re)construção de espaços para expansão deste sistema.

É importante salientar que Marx não compreende o processo de trabalho desassociado das condições naturais, isto é, o suporte físico, recursos naturais, está para o trabalho assim como o trabalho está para os recursos naturais. Portanto, quando se estabelece a relação entre capital e trabalho assalariado ocorre também um distanciamento do homem em relação ao seu meio, uma vez que tanto a sua natureza interna quanto externa se modificam drasticamente.

Ainda sobre o desenvolvimento desse modo de produção, cabe lembrar que as expropriações constituem um processo permanente na lógica de reprodução capitalista que, no entanto, não se limita a sua forma originária. Conjugadas às novas modalidades surgidas no bojo do capitalismo contemporâneo, as expropriações avançam ferozmente sobre a natureza na busca pela produção de valor. Sobre este processo, que Harvey (2012) vai chamar de acumulação por espoliação, entendendo este enquanto continuidade da etapa primitiva de acumulação capitalista, os recursos naturais não passam despercebidos: “[...] muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação [...]” (HARVEY, 2012, p. 121).

De todo esse processo de expropriação e espoliação, Foster (2005) atenta para as implicações das relações sociais capitalistas sobre os recursos naturais, com efeitos depredadores em escala sempre crescente. A busca ilimitada pelo abastecimento constante dos meios de produção e a amplitude cada vez maior das relações de produção capitalistas impõem um ritmo frenético de produção e consumo, incompatível com a capacidade regenerativa natural.

Este fato pode ser analisado, por exemplo, quando nos deparamos com processos como o *Green Grabbing*. De acordo com Sauer e Borras (2016) este termo pode ser traduzido como grilagem verde e remete ao processo maior de estrangeirização de terras estudado, dentro outros, por Oliveira (2010). Neste contexto, o *Green Grabbing* segue os preceitos difundidos por Harvey (2012) sobre a espoliação de recursos naturais. Ainda com base em Sauer e Borras, a título de ilustração, o *Green Grabbing* está:

[...] associado diretamente a problemáticas relacionadas à criação de mecanismos que seriam ambientalmente mais sustentáveis, incluindo a criação de reservas florestais via a compra de créditos de carbono (LEACH, FAIRHEAD e FRASER, 2012), acordos de Redução de Emissões por Diminuição do Desmatamento (REDD+), investimentos para a produção de energia limpa (HOLTGIMÉNEZ, 2012), ecoturismo (GARDNER, 2012),

entre outros mecanismos verdes. Em outros termos, *apropriação verde* vem sendo usada para caracterizar casos de apropriação de territórios em que as “[...] agendas ambientais [são] a motivação fundamental” (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012, p. 239), especialmente relacionada com as narrativas de mudanças do clima ou crise climática (CORSON e MacDONALD, 2012). (SAUER; BORRAS, 2016, p. 26).

Destes escritos, com base em autores como Löwy (2000), Foladori (2001, 2003), Foster (2005), Harvey (2012), dentre outros, podemos relacionar a falha sociometabólica e a dinâmica do modo de produção capitalista. De acordo com Mészáros (2009), à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, o conjunto do sistema capitalista parece estar se aproximando de certos limites estruturais do capital. Para o autor, tal crise se dá mediante a lógica perversa do sistema sociometabólico engendrado pelo capitalismo, que, por não impor limites à expansão do capital, uma vez que este se funda no valor de troca, converte-se numa processualidade incontrolável e destrutiva. Marx já havia chamado a atenção para o caráter contraditório e destrutivo do sistema capitalista no tocante à utilização e degradação de recursos naturais colocando em xeque a sua própria sobrevivência.

Segundo a formulação do autor (MESZÁROS, 2009), a crise contemporânea é crônica e permanente, isto é, desde meados da década de 1970 os ciclos de expansão, que conformaram a história do capitalismo, encontram-se mergulhados em uma profunda depressão. Uma vez que se intensifica a dicotomia entre a produção visando à satisfação das necessidades humanas e aquela voltada para a própria valorização do capital, graves consequências podem ser identificadas como, por exemplo, a precarização estrutural do trabalho e a deterioração das condições naturais em escala global. Para Mészáros (2009), a adoção do padrão norte-americano de alto consumo de energia e matéria por todas as nações determinaria a exaustão dos recursos naturais. Nem mesmo a onipotência tecnológica seria capaz de solucionar os problemas e desafios derivados da expansão das relações sociais de produção capitalistas.

Na medida em que novas tendências são ditadas pelo mercado financeiro, novos mecanismos de transferência das externalidades negativas do processo produtivo são postos em prática. Portanto, a ameaça à reprodução do sistema significa, na verdade, a ameaça à reprodução de determinados grupos sociais. Ou seja, o que estaria em questão seria a sobrevivência de determinados grupos sociais vulneráveis, por exemplo: as populações pobres, os negros, os grupos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros), e não o modo de produção capitalista em escala mundial.

É importante fazer menção, ainda, ao papel do Estado na reconfiguração da crise econômica, pois é ele o encarregado de direcionar o ônus da degradação de recursos naturais para as camadas mais vulneráveis da sociedade, e também de arcar com os custos do desemprego estrutural. Desta maneira, os impactos sociais e naturais são transferidos para os países mais vulneráveis econômica e politicamente mediante as relações geopolíticas de poder entre ambos. Nesse sentido, o estágio atual em que se encontra o sistema de acumulação de capital se expande sob um conjunto de relações, complexas e contraditórias, pois na tentativa de tudo capitalizar, o capital humaniza a natureza e cria uma segunda natureza, que, ao mesmo tempo em que é mercantilizada e valorizada, é também degradada (O'CONNOR, 2002). Portanto, se a crise do trabalho redefiniu todo o rumo do século XX, é a questão sobre os recursos naturais, conjugada à crise do capital, que parece redefinir o futuro do século XXI, colocando novos desafios para a humanidade.

A configuração contemporânea da dinâmica do capitalismo, baseada na generalização do capital portador de juros e na expansão do mercado financeiro via oferta infinita de crédito (HARVEY, 2013), expressa o acirramento da concentração e internacionalização do capital observadas anteriormente, porém numa escala jamais antes constatada. Reforçando antigos métodos de expropriação, como a expulsão de populações camponesas seguida da privatização de suas terras, observadas em ritmo intenso atualmente em países como Índia e México (HARVEY, 2013), o capitalismo, na sua presente forma, nutre-se de novos mecanismos de expropriação e produção de mais valor baseado na exploração dos recursos sociais de produção. Para tal, demanda a criação e abertura de novos mercados onde existam oportunidades de exploração lucrativa. Esta necessidade vem sendo crescentemente viabilizada pelas privatizações e liberalização do mercado resultantes da implementação das teorias neoliberais, a partir de fins da década de 1970.

As antigas e novas formas de expropriação, de maneira combinada, atingem ainda o conjunto de recursos naturais necessários à sustentação do modo de produção capitalista, seja na forma de matéria prima, seja enquanto recursos básicos para a sustentação da vida, em especial no que tange aos principais recursos que servem à redução dos custos de produção e, portanto, permitem o incremento do lucro pelo capitalista. Neste sentido, assistimos à nova “[...] mercantilização da natureza por atacado” (HARVEY, 2012, p.123). Nova, no sentido proferido por Altvater (2011) que concordando com Marx (2011), reconhece na mercantilização da natureza a primeira

forma de apropriação de recursos naturais e a sua ressignificação como capital, em detrimento de diversos outros significados a ela atribuídos por grupos sociais pautados em lógicas distintas (ZHOURI, OLIVEIRA, 2005). Originalmente observadas na questão da terra e de outros recursos considerados estratégicos para a exploração, as expropriações primárias hoje se somam à exploração e mercantilização da biodiversidade; privatização direta e indireta de recursos outrora abundantes para a exploração e consumo, como a água ou o ar, por meio da privatização de aquíferos e venda de créditos de carbono; patenteamento de processos e técnicas diversas aprendidas e transmitidas através de gerações por populações tradicionais e indígenas, assim como de materiais genéticos resultantes da domesticação milenar de plantas e sementes; dentre outras múltiplas formas de incorporação da natureza a partir do seu valor econômico.

Todos esses processos compartilham a progressiva privatização dos recursos naturais e a concentração da riqueza gerada a partir da sua exploração, compreendem, no seu bojo, uma determinada racionalidade das práticas produtivas fundada na especialização e homogeneização da natureza, e maximização do benefício econômico, que se traduz, de forma direta, na sua exploração a ritmos crescentes. As consequências mais imediatas da imposição de leis de mercado sobre as condições naturais de reprodução social são a degradação e esgotamento dos recursos naturais. Esta dinâmica se estabelece a partir da hegemonia exercida pelo modo de produção dominante, calcado na necessidade de expansão crescente, expressa na contínua abertura de mercados e disposição de populações expropriadas em distintos níveis, detentoras apenas da sua força de trabalho. O resultado é a generalização de práticas consideradas ecologicamente corretas, porém, o problema, consideramos que continue sendo a concentração destas nas mãos daqueles que detêm condições de desenvolvê-las e implementá-las, ou seja, a concentração.

Resumo da parte II

A análise geográfica sobre a vocação geograficamente expansionista do capitalismo nos permitiu entender:

- como a Geografia, em uma perspectiva influenciada pelo pensamento marxista, entende a produção do espaço, o território e o processo de territorialização;
- a dinâmica espacial e territorial do modo de produção capitalista que se reproduz em momentos de crise intensificando a falha sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza.

A partir destes demonstramos à antítese em relação ao tratamento dado ao desenvolvimento territorial rural sustentável no modo de produção capitalista pelo entendimento:

- da produção do espaço, do território e do processo de territorialização no modo de produção capitalista na perspectiva da Geografia crítica;
- da dinâmica espacial e territorial do modo de produção capitalista e sua relação com a falha sociometabólica entre a sociedade e a natureza.

Com isto, demonstramos:

- que a produção do espaço e o território, no modo de produção capitalista e na perspectiva geográfica e crítica, possuem contornos contraditórios e desiguais devido a influência deste modo de produção;
- a concepção de território a partir das relações de poder;
- historicamente, que o modo de produção capitalista, devido a suas características de irreformabilidade e incontrolabilidade, vem conseguindo se manter diante de crises;
- geograficamente, a relação entre estes processos e a falha sociometabólica entre a sociedade e a natureza.

Parte III

Da década do alarde ao imperialismo ecológico: análise do desenvolvimento sustentável como alternativa de reprodução do modo de produção capitalista

Na tradição marxista, o imperialismo é considerado um conceito amplamente utilizado na forma de instrumental teórico que, no âmbito da II Internacional¹⁰⁹, está relacionado a tentativas de interpretação da realidade corrente. No início do século XX, com Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin¹¹⁰, surgem distintas vertentes dentro do marxismo, que debatem e se empenham na tarefa de interpretar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

De acordo com Del-Roio (2012), impulsionado pelo advento do capital financeiro, o capitalismo ingressara num segundo estágio de acumulação, caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias.

Tratava-se de um segundo estágio de acumulação capitalista, em substituição ao estágio do capitalismo concorrencial¹¹¹, que ficou conhecido como o estágio do capitalismo monopolista, o imperialismo.

Na atualidade, autores como Chesnais (1996; 2005), Robinson e Harris (2000), Hardt e Negri (2001), Harvey (2012), e Boron (2006), entre outros, se lançam no mesmo desafio colocado à teoria marxista clássica do imperialismo no empenho de

¹⁰⁹ “[...] fundada no Congresso Internacional de Trabalhadores, organizado pelos marxistas em Paris no mês de julho de 1889. A exemplo da Primeira Internacional, tinha sua base essencialmente no movimento dos trabalhadores europeu, mas foi muito mais ampla do que a sua antecessora. Em grande parte dominada pela Social-Democracia alemã, os partidos que lhe eram filiados tinham conseguido – ou estavam em vias de conseguir – uma base de massas. [...] A Segunda Internacional foi, essencialmente, uma federação livre de partidos e sindicatos. Em 1900, o Bureau Socialista Internacional, com função mais técnica e coordenadora do que diretiva, foi estabelecido em Bruxelas, tendo Camille Huysmans como seu secretário de tempo integral. Na maior parte dos partidos filiados, com a exceção destacada do Partido Trabalhista Britânico (admitido em 1908), o marxismo era a ideologia predominante, embora outras tendências e influências também estivessem presentes, entre as quais os anarquistas, que, depois de derrotados na questão da luta política nos congressos de 1893 e de 1896, foram excluídos da Internacional (JOHNSTONE, 2013, p. 317).

¹¹⁰ Hilferding (1985) ergue a infraestrutura teórica sob a qual Luxemburgo (1988), Kautsky (2002a, 2002b), Bukharin (1988) e Lenin (2010) irão desenvolver conceitualmente o imperialismo.

¹¹¹ Em sua crítica ao capitalismo, Hilferding (1985) demonstrou como a concentração do capital conduziu a um papel decisivo dos bancos no processo de crescimento industrial, fenômeno que não se manifestara ainda nas condições do capitalismo concorrencial observado por Marx (2013).

caracterizar o atual estágio de acumulação capitalista e, a partir disso, entender sua natureza, limites e implicações do conceito de imperialismo na contemporaneidade¹¹².

Consideramos que o atual momento de crise não representa uma estagnação definitiva, mas sim uma fase no processo cíclico de expansão capitalista como momento, também, de expansão imperialista no qual ocorre uma acelerada destruição de ecossistemas e redução da biodiversidade (WILSON, 2002) como resultado direto da conversão de recursos naturais básicos a existência de vida em mercadoria, em fim, da lógica inerente ao modo de produção capitalista e sua tendência à acumulação ao custo da destruição.

Esta dualidade não é resultado de certa disposição natural, mas sim um dos objetivos do que Harvey (2012) escreveu sobre o atual estágio do novo imperialismo e da acumulação por espoliação, que, em sentido estrito, tem impactos na relação entre a sociedade e a natureza.

As transferências espaço-temporais dos investimentos de capitais a fim de garantir a lucratividade se traduzem pela exploração de recursos naturais que transformam e determinam as relações entre os países periféricos e centrais, e este processo, é aqui considerado como imperialismo ecológico. Termo utilizado pela primeira vez em 1986 por Alfred Crosby e representa, na perspectiva do autor, o impacto resultante do processo de expansão das populações europeias.

O foco de seu trabalho concentra-se na invasão biológica lançada pelos imigrantes em outras regiões do planeta (CROSBY, 1986). Na atualidade, o termo foi retomado, principalmente por Foster (2004, 2005, 2011) e representa novas formas de imperialismo que se materializam:

[...] mediante o saque de recursos de certos países por outros e pela conseqüente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e população vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológico que amplia a fenda entre centro e periferia; e em conjunto, a criação de uma “descontinuidade metabólica” global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio-ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista (FOSTER, 2004, p. 226).

¹¹² É importante destacar que, além das influências teóricas do marxismo clássico, estes autores utilizam matizes diversas de pensamento. Além disso, reconhecemos que dentro da teoria marxista sobre o imperialismo existe um amplo leque de perspectivas teóricas, como a teoria da dependência e do sistema-mundo, defendida por Wallerstein (1999), por exemplo.

Colaborando com este entendimento, Porto-Gonçalves (2008) denomina a atual fase do imperialismo de capitalismo fossilista, tendo por base a necessidade constante de maior aquisição, neste caso, do recurso natural petróleo.

Deste modo, considerando que a partir da década de 1970, quando a crise se lança no mercado mundial, o debate sobre a relação entre a sociedade e a natureza atinge escala global e são criados arranjos institucionais para que o mesmo atingisse o ápice com base no discurso ideologicamente proposto de desenvolvimento sustentável, com tanta precisão, que sua contestação passou a ser considerada inadmissível.

Afinal, quem seria contra um modelo de desenvolvimento capitalista e harmonioso? Esta ideia nos remete aos escritos de Žižek (2009) para quem as crises possuem a capacidade de sacudir:

[...] o povo para fora de sua complacência, forçando-o a questionar os aspectos fundamentais da vida, a primeira reação, a mais espontânea, o pânico, o que leva ao “retorno ao básico”: as premissas básicas da ideologia dominante, longe de ser questionadas, são reafirmadas com ainda mais violência. O perigo, portanto, que a crise atual seja usada de modo análogo ao que Naomi Klein chamou de “doutrina do choque” (ŽIZEK, 2009, p. 28).

Deste modo, consideramos que ao pesquisador envolvido com a Geografia, sobretudo em sua vertente crítica, cabe refutar opiniões do senso comum, e muitas vezes até mesmo acadêmicas, por meio da superação de determinada realidade, saindo da aparência e buscando a essência, em nosso caso, a ampla aceitação do desenvolvimento sustentável como algo materializado. Lefebvre (1991) colabora com esse entendimento ao escrever:

Só atingimos as realidades físicas e humanas mediante os “fenômenos”, mas, se nos ativermos a esses fenômenos, se pensarmos que nada existe por trás deles, como podemos tentar conhecer? Na história da filosofia, os “empiristas” que se ativeram às impressões imediatas, foram sempre “nominalistas”. Para eles, as ideias gerais, os tipos, *os conceitos, as essências*, não são mais que abstrações. Mas, nesse caso, trata-se apenas de constatar a diversidade dos fenômenos. Não existe mais ciência nem conhecimento; estamos, por conseguinte, no reino do ceticismo! Mas, se pusermos “essências” e colocarmos essas essências “além” das aparências e dos fenômenos, sem relações com eles, como então atingi-las? Tampouco há conhecimento e ciência para o racionalismo metafísico... A ciência supõe, por um lado, que é possível distinguir entre o aparente e o essencial; e, por outro, que há uma ligação entre eles [...] A ciência, desse modo, supõe que seja possível estabelecer uma hierarquia entre os fenômenos; que seja possível distinguir entre os que não têm fundamento e os que têm fundamento na essência. [...] A essência *aparece* em suas relações reais como algo diverso de si mesma, com as outras coisas com as quais se encontra e pelas quais é limitada. [...] A aparência, manifestação ou fenômeno, portanto, é apenas um

aspecto da coisa, não a coisa inteira. [...] A coisa difere da aparência; e, com relação a aparência, a coisa é em si mesma a diferença, negação, contradição. *Ela não é a aparência*, mas sua *negação*. [...] É por isso que podemos atingir a essência a partir dos fenômenos. A essência é apenas *uma corrente mais profunda* no fluxo das aparências e dos fenômenos. Nem todos os fatos se situam no mesmo plano; e a essência, a lei, encontra-se abaixo da superfície, na parte calma e profunda do rio. A questão consiste em atravessar a superfície a fim de imergir nas águas profundas (LEFEBVRE, 1991, p. 218, 219, aspas no original, itálicos nossos).

Assim, entendemos que o desenvolvimento sustentável foi apresentado, primeiro como oportunidade a partir de sua aparência humanitária, depois, como farsa pela sua essência ideológica e alienante e, para demonstrarmos essa ideologia trazemos à tona a questão da importância do papel social desempenhado pelo pesquisador na Geografia, entendendo esta como ciência com potencialidade de profunda significação contrária ao processo de massificação das aparências, no sentido anteriormente proposto por Lefebvre (1991), onde pesquisas ignoram o potencial deturpador do conceito de desenvolvimento sustentável. Deste modo, concordamos com Oliveira (1978) que escreveu que, fazendo uso do status de cientista e buscando com isso se manter no patamar da neutralidade científica em relação ao posicionamento político, pesquisadores e geógrafos:

[...] engajam-se no establishment, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. (OLIVEIRA, 1978, p. 30)

Este fato chama atenção para o que Burawoy (2011) escreveu sobre a sociologia produzida para a academia que ele chamou de conhecimento instrumental “[...] que toma como dados os fins e os meios, preocupando-se simplesmente com os meios mais eficazes para atingir os fins” sem questionar os objetivos destes meios e fins.

Fazendo uma analogia com Burawoy (2011), podemos escrever de uma *Geografia reprodutiva para políticas públicas*, levando em consideração o tratamento ideológico dado, no sentido proposto por Anderson (1975), ao trabalho de pesquisadores na ciência geográfica que se dedicaram ao estudo do mesmo tema que propomos a análise, porém, não dedicando a mesma atenção.

Este fato permite que o desenvolvimento sustentável passe a ser aceito como algo materializado inibindo estudos críticos sobre o mesmo considerando sua

potencialidade em relação à reprodução do modo de produção capitalista, o que inibe sua utilidade, este fato nos permite questionar, assim como Anderson (1975)¹¹³ se: “Were they immune from ideology, or so under its influence that they were unaware of the fact?” (ANDERSON, 1975, p.1).

Assim, consideramos que, da maneira como vem sendo proposto, articulado e materializado, o desenvolvimento sustentável se apresenta como uma proposta desenvolvimentista apoiada na lógica territorial de domínio capitalista, no sentido proposto por Arrighi (2014) que assim escreveu: “[...] identifica el poder con el grado de control sobre recursos escasos y considera las adquisiciones territoriales como medio y subproducto de la acumulación de capital” (ARRIGHI, 2014, p. 49).

Neste raciocínio, a produção do espaço e o território se encontram de tal forma imbricados no modo de produção capitalista, que o almejado desenvolvimento territorial rural sustentável não escapa de sua lógica. Portanto, *as recomendações do Grupo BM são entendidas aqui como formas de se difundir o imperialismo ecológico e, nesta última parte de nossa pesquisa, elaboramos nossa síntese e verificamos a hipótese de que o desenvolvimento sustentável esteja sendo utilizado com forma de reprodução do modo de produção capitalista*. Para tanto, voltamos à materialidade da política pública delimitada para análise – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – verificando seus resultados.

Com isso objetivamos:

- demonstrar o poder simbólico de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável pela descaracterização do conceito de território;
- evidenciar o falseamento da realidade que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo;
- verificar nossa hipótese e;
- classificar o conceito de desenvolvimento sustentável.

¹¹³ Anderson (1975), se refere ao papel da ideologia em distorcer a realidade e ocultar os interesses de classe, adotando a perspectiva marxiana clássica de falsa consciência tendo por base, de acordo com Pedrosa (2014) Lefebvre para chegar à concepção de fetichismo espacial. De todo modo, consideramos que a frase aqui reproduzida não foge do contexto que estamos propondo, pois, assim como Anderson (1975) está se referindo a concepção clássica de autores que se dedicam ao estudo da produção do espaço, aqui, nos referimos à questão da influência do modo de produção capitalista na produção do espaço e da ideologia que se materializa em parte das pesquisas acadêmicas que não consideram este processo.

Esta verificação remete ao reconhecimento do desenvolvimento sustentável como uma poderosa armadilha conceitual que, por meio de um influente discurso ideológico, oculta sua materialidade e, neste ponto, é fundamental a análise da relação multiescalar, pois a partir desta verificaremos se o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como modelo de desenvolvimento – *que possui elementos estruturais* – ou uma proposta, prática local – *que representa algo paliativo, conjuntural, sem alterar a estrutura no seu todo* – e esta verificação nos permite questionar que o desenvolvimento sustentável possa ser implementado em escala local, pois consideramos que sua validade frente ao processo maior de mundialização do modo de produção capitalista seja nula, pois não representa possibilidade de enfretamento frente à totalidade social maior da expansão global do desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua lógica dialética e predatória.

Capítulo 5. O poder simbólico de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável e a reprodução do modo de produção capitalista

De início, podemos analisar este processo – a existência de um poder simbólico – a partir da proposição de Fernandes (2015), para quem:

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que através de coletivos de pensamento se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, e nem mesmo aquele que trabalha sozinho. É através da práxis intelectual que adentramos nos territórios das teorias conduzidos pelo método e utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas (FERNANDES, 2015, p. 386).

Considerando ainda que o desenvolvimento territorial rural sustentável vem sendo reproduzido por meio de políticas públicas que consideramos compensatórias, Fernandes (2015) acrescenta que:

As palavras política pública podem ser compreendidas de acordo com as premissas selecionadas. Quando utilizamos a expressão política pública, estamos nos referindo a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios. A partir deste pensamento, as políticas públicas são elaboradas em determinados espaços e territórios por

instituições públicas e privadas que defendem diferentes modelos de desenvolvimento do país. Além da relação entre as instituições, seus espaços e territórios, temos políticas públicas elaboradas de cima para baixo, ou seja, a partir de um setor do governo para atender uma demanda da população, sem contar com sua participação. Também são elaboradas políticas públicas de baixo para cima, que conta com ampla participação da sociedade organizada (FERNANDES, 2015, p. 393).

O controle dos meios de produção que imprimem transformações à primeira natureza fortalece a degradação de recursos naturais. É fato que a apropriação, uso e controle de tais recursos ampliam a distinção entre as classes sociais e, deste domínio de relação social desigual, surgem benefícios e prejuízos.

As soluções a este fato são apresentadas e impostas na forma de discursos ideológicos denominados de recomendações¹¹⁴ para a execução de políticas públicas por agências multilaterais, como o Grupo BM, e são técnicas. Busca-se, através destas, solucionar a questão sobre a recuperação de recursos naturais de forma que as estruturas de classe da sociedade atual não sejam alteradas e haja uma valorização econômica de tais recursos com vistas à acumulação e reprodução de capital ampliando a alienação entre a sociedade e a natureza. Assim, temos a materialização de um pensamento que reconhece os problemas do desenvolvimento predatório, mas não caracteriza um ideal de descentralização de poder e capital.

Dentro desta concepção economicista o que se busca é estender a regulamentação financeira sobre a natureza, fazendo com que a luta social sobre o controle de recursos naturais passe pelos mecanismos de mercado, ao invés da política. Incluso no prisma do imperialismo ecológico, o desenvolvimento sustentável é o que podemos denominar como ideologia técnica-desenvolvimentista-ecológica.

A partir deste esclarecimento, neste capítulo verificaremos com maior acuidade o fato de que o uso de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável representa, na verdade, a reprodução do modo de produção capitalista, para tanto, a partir da materialidade do PEMH, realizaremos nossa terceira aproximação sobre a hipótese lançada e demonstraremos que o Grupo BM faz uso de seu poder de influência e do apelo humanitário por de trás do desenvolvimento sustentável para ampliar sua escala de atuação fazendo uso de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável.

¹¹⁴ A partir deste ponto, não nos referimos mais a ‘recomendações’, utilizaremos o termo ‘normas impostas’ ou ‘imposição’ sempre que nos referirmos a ações planejadas pelo Grupo BM.

5.1. A prática discursiva ideológica e as contradições do desenvolvimento territorial rural sustentável *imposto* pelo Grupo Banco Mundial

Consideramos a ideologia como a criação de uma falsa consciência sobre a realidade, de acordo com Marx e Engels (MARX; ENGELS, 2009), que serve para mascarar as contradições entre a sociedade e entre a sociedade e a natureza, mantendo esta dominação e fazendo com que não seja perceptível que esta ideologia tem sua gênese nos grupos dominantes daquilo que Bourdieu (2009) vai denominar de poder simbólico: “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2009, p.8).

O estudo de Bourdieu (2009), a partir de sua proposição teórica sobre o poder simbólico, lança luz para a importância em se desnaturalizar construções sociais considerando que o processo contemporâneo de mundialização da economia capitalista tem provocado mudanças fundamentais nas relações entre política e economia revelando formas de imperialismo exercidas pelo Grupo BM.

São práticas que fortalecem o processo de mundialização por meio da escala de atuação, segundo a força de quem os gerou. Nesse sentido, sistemas de ações como agências de fomento internacional, como o Grupo BM, podem produzir eventos e esses produzirem normas que irão conduzir padrões de desenvolvimento em distintas nações. E são as normas – políticas, técnicas e organizacionais – que orientam as ações humanas e conduzem a forma como um conjunto de ações irá ocorrer. Como escreveu Santos (2009):

[...] existem ações capazes de ter efeitos de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes (SANTOS, 2009, p. 143).

Neste contexto estão inseridas as políticas públicas e consideramos que estas deveriam ser articuladas a partir de aspectos sociais desenvolvidos por determinada sociedade em consonância com o sistema de significações que é próprio de determinada realidade. As representações sociais predominantes fornecem valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tais, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade que vai orientar os

processos de decisão, formulação e implementação das políticas (JOBERT; MULLER, 1987 apud AZEVEDO, 2001). Para Bourdieu (2009), estas representações e símbolos são objeto de disputas e conflitos entre agentes sociais pela conservação ou pela transformação de suas posições no mundo social.

Essas disputas assumem a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (BOURDIEU, 2009, p. 174).

Porém, os agentes políticos internacionais não são marionetes das forças econômicas e sociais locais, como escreveu Peet (2007):

[...] as ideias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes (PEET, 2007, p. 23).

As normas impostas e difundidas estrategicamente pelo Grupo BM não são implementadas mecanicamente, existe uma complexa engenharia social que permeia este processo de acordo com as relações de poder que se estabelecem no campo de formulação das políticas públicas na atualidade.

Considerando que o Estado é gerado pelas contradições da sociedade, é possível escrever que as políticas públicas deveriam ser formuladas nas, e a partir das lutas das classes e grupos sociais pela defesa de seus interesses, e não a partir de imposições de agentes financeiros internacionais muitas vezes externos e alheios a essência de questões locais. Portanto, a política pública objeto de nosso estudo – PEMH – é analisada como produto tecnicamente concebido que não leva em consideração o protagonismo de pessoas que, sem notarem, vivem em caráter subalterno em relação ao sistema hegemônico do capitalismo. Elas, as normas impostas pelo Grupo BM sob o título de recomendações, são criadas para atender a um problema que ganhou relevância pública, o desenvolvimento sustentável, porém, as estratégias previstas não visam gerar sequer uma autonomia relativa das pessoas em relação aos recursos naturais que por ela são beneficiadas.

Importa-nos aqui demonstrar a relação entre a materialidade, ou não, do desenvolvimento sustentável e o modo de produção capitalista. Materialidade esta que se expressa nesta pesquisa por meio da efetivação do PEMH, que consideramos como

proposta/prática de desenvolvimento sustentável, mas não representa a totalidade do que podemos considerar como modelo de desenvolvimento, na perspectiva que escrevemos anteriormente. Assim, consideramos o PEMH como política pública de característica compensatória, conforme propôs Fernandes (2015). Isto significa que, na perspectiva do desenvolvimento territorial rural sustentável, devemos ter em mente a intencionalidade com que a mesma foi planejada e possibilitou sua legitimidade.

O que nos importa compreender para *considerarmos o desenvolvimento sustentável como alternativa para a reprodução do modo de produção capitalista, não é o estudo sobre a sua delimitação conceitual, mas sim a sua materialidade, portanto, o que verificamos é o seu uso no território*, nesta perspectiva, vamos ao encontro do que Haesbaert (2012) escreveu sobre a verificação de um conceito, assinalando que, mais do que sua significação, o que importa é sua funcionabilidade, ou seja, verificaremos sua materialidade para, a partir deste identificá-lo – ou não – como conceito (HAESBAERT, 2012).

Deste modo nos detemos sobre a verificação da materialidade do desenvolvimento sustentável no território. Na perspectiva defendida que garante a materialidade do desenvolvimento sustentável por meio de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, o território passa a se constituir como uma unidade de referência, ou seja, um nível de operação e agregação visto como adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas (SCHNEIDER, 2004).

Nas abordagens territoriais predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de território por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então sua mais cara propriedade: as relações de poder (FERNANDES, 2008, p. 278).

Dessa forma, levando-se em conta a limitação normativa e operacional do conceito de território apresentado na Parte I, consideramos que ocorre a descaracterização do mesmo, tendo em vista que os conflitos estão presentes desde a formulação até a implementação das políticas públicas como salientamos na Parte II. Isso porque, o jogo de interesses é inerente ao processo em que esta envolta

determinada política pública, no caso o PEMH, e, esta disputa, ou conflito por interesses, está presente em todas as etapas, uma vez que seus agentes não pertencem à mesma categoria política nem a mesma classe social e, por isso mesmo, cada segmento terá suas próprias prioridades e interesses.

O reducionismo que sofre o conceito de território, naquela perspectiva trabalhada por Abramovay (2000, 2001), Veiga (2005, 2013) e Navarro (2001, 2008), induz à elaboração de políticas públicas voltadas ao *desenvolvimento territorial rural sustentável que tomam o território como área, depositário da intervenção, receptor de uma ação direcionada e intencionada. Mero receptor, porque o território definido a partir da normatização não é um território carregado de interações entre a sociedade e a natureza e não considera que o território está no cerne da dinâmica das relações sociais de produção, sobretudo, sob a égide do modo de produção capitalista.*

Buscando contrapor estas normatizações, do território e do desenvolvimento sustentável, encontramos em autores e pesquisadores que trabalham na vertente crítica da Geografia o arcabouço teórico que nos permite entender o território a partir de relações de poder e da conflitualidade. Este reconhecimento, geográfico e crítico, é a base teórica fundamental que trazemos para desconstruir a tese de que o desenvolvimento sustentável possa se materializar e se propor enquanto alternativa ao modo de produção capitalista. Pois, na perspectiva geográfica elencada, entendemos que a produção do espaço e o território sofrem determinações dos agentes que atuam na reprodução do modo de produção capitalista, com isto, demonstramos, por meio da análise de uma política pública voltada ao desenvolvimento territorial rural sustentável que este, apesar de se materializar, atua, na verdade, como instrumento ideológico voltado a reprodução do modo de produção capitalista sendo, portanto, incapaz de atenuar as diferenças na relação entre a sociedade e a natureza contrariando sua própria concepção.

Ao introduzir a dimensão territorial em políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de recomendações do Grupo BM, não foi levada em consideração a questão das relações de poder que, segundo Raffestin (1993) são intrínsecas ao mesmo, este fato provocou uma descaracterização do território, levando o mesmo a ser entendido como área delimitada fisicamente e apta a intervenções pré-determinadas. Este entendimento foi apoiado por autores como Abramovay (2000; 2001), Veiga (2005; 2013) e Navarro (2001; 2008), pela SAA, CATI (2005; 2009) e pelos próprios produtores rurais que, diante de uma postura hegemônica, optaram por se adequar a

determinadas normas acreditando em uma suposta melhoria e contribuição para com os recursos naturais.

Assim, diferentemente da abordagem do conceito de território adotada, sobretudo na Geografia crítica, em que este é apreendido e delimitado por e a partir de relações de poder engendradas por grupos sociais num determinado espaço-tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental da sua constituição e lógica, na perspectiva normativa e operacional adotada pelo estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação. Todavia, faz-se necessário enfatizar que uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder e as relações de conflito daí derivadas entre os diferentes agentes e instituições não é considerada no âmbito das políticas públicas que procuram incorporar essa perspectiva.

De tal modo, a questão sobre a materialidade territorial do desenvolvimento sustentável e a lógica de reprodução do modo de produção capitalista remete a relação entre o mesmo (desenvolvimento sustentável) e a dinâmica escalar deste modo de produção e ao recorte espacial em que as ações e estratégias são definidas e implementadas.

Para isso, a análise escalar entre o global e o local se torna referência para a averiguação da materialidade das atuações que remetem ao desenvolvimento territorial rural sustentável. É a partir desta articulação, que faz uso da escala como forma de controle social (GÓMEZ, 2006) que vão se desenhando formas e normas a fim de garantir controle territorial permitindo a acumulação e reprodução do modo de produção capitalista.

O controle do território via extensão do poder das personificações do capital – sejam empresas privadas ou organismos multilaterais – é fundamental para a apropriação dos recursos naturais a fim de normatizar a organização territorial, como ressalta Porto-Gonçalves (2006) é “[...] a questão política e toda geopolítica que está implicada no cerne do desafio ambiental por meio do território” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 291). Com isso, Mészáros (2003) destaca a importância desse jogo escalar entre global e local afirmando que o modo de produção capitalista “[...] torna-se totalmente vazio sem as complexas relações com as comunidades nacionais” (MÉSZÁROS, 2003, p. 48), o que, para Ponte (2014): [...] representa uma forma de apropriação e domínio do local e de suas particularidades para o processo de

acumulação ampliada do capital, principalmente no momento de sua crise estrutural (PONTE, 2014, p. 193).

Embora esta articulação espacial não se faça sem obstáculos, pois há um “[...] antagonismo entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2003, p. 53), ou seja, é a limitação e a contradição do próprio modo de produção capitalista, que, para realizar a interpenetração das ações globais na estruturação local, articula suas relações com estados.

Um ponto central desta perspectiva para nossa análise é a negação do acúmulo conquistado pela Geografia, que tem o território como um de seus principais conceitos de interpretação da realidade (SAQUET, 2007), no processo de formulação do referencial que define os parâmetros da abordagem territorial. Deste modo, o território sendo usado de forma instrumental visando a operacionalização de determinado recorte, perde a relação com o real, descaracteriza o conflito e as relações de poder.

[...] o planejamento para o desenvolvimento leva embutida a consolidação de certa ordem social, o que requer certa estabilidade. Para traçar uma política de desenvolvimento, é preciso (ou como mínimo desejável) esterilizar os conflitos que possam questionar a legitimidade e a absurdidade da lógica capitalista. O território instrumental da abordagem territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e reprodução capitalista (GÓMEZ, 2006, p. 8).

Consideramos que estes fatos possuem íntima articulação com o desenvolvimento sustentável, pois induz a determinada simplificação que não aborda questões estruturais, ou seja, em nossa concepção, os principais problemas relacionados à relação entre a sociedade e a natureza decorrem dos impactos negativos da expansão do modo de produção capitalista, em particular, sua acumulação e constante reprodução, que promove o desenvolvimento desigual e, forçosamente leva a criação de novos espaços para acumulação e posterior reprodução, como o desenvolvimento sustentável.

Deste, enfatizamos que o elemento central para compreender a questão do desenvolvimento sustentável, não é o desenvolvimento, nem tampouco entender todo o processo histórico da adjetivação sustentável, mas, sim, o território, ou melhor, o uso do território, e, é isto que nos permite escrever sobre *territórios do desenvolvimento sustentável* em distintas concepções.

A primeira concepção foi apresentada na Parte I desta pesquisa. Naquela, autores e pesquisadores que se articulam em torno de políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável, como o PEMH, defendem a materialidade do desenvolvimento sustentável por meio da implementação de políticas públicas voltadas ao campo por meio de normas e nesta perspectiva está inclusa a concepção areal de território.

Interpretamos este posicionamento como uma visão reducionista sobre o território, sendo o mesmo acessório para o desenvolvimento, acumulação e reprodução do modo de produção capitalista e o desenvolvimento sustentável se equivalendo a um instrumento para a realização deste processo.

Esta concepção de território responde ao discurso ideológico oficial do desenvolvimento sustentável, que detém a hegemonia sobre o campo, e que, para muitos efeitos, atua como a verdade sobre o tema devido ao caráter representativo de suas instituições mães, como a ONU e o Grupo BM. Compreende o desdobramento da proposta originada nos trabalhos da Comissão Brundtland e reproduzida nas grandes conferências internacionais e nos programas governamentais sobre recursos naturais e desenvolvimento.

A argumentação econômica e técnico-científica ocupa uma posição privilegiada nessa concepção que tende a deixar em segundo plano outras características que compõem o território, deste modo, entendemos que o Grupo BM faz uso do território por meio de suas normas como recurso, tanto em termos de recursos naturais propriamente ditos e se referindo a reserva dos mesmos, quanto, e especificamente, para a reprodução do modo de produção capitalista, garantindo seus interesses particulares, deste modo, o Grupo BM se articulou em torno do desenvolvimento sustentável buscando adaptar suas estratégias.

A segunda concepção sobre os territórios do desenvolvimento sustentável está ancorada na parte II. Naquela concepção que tem o território relacional como resultado de relações de poder que se realizam por meio da conflitualidade, na qual o modo de produção capitalista apresenta forte influência.

Nesta perspectiva, situamos o desenvolvimento sustentável como uma armadilha teórica conceitual com profundo poder simbólico devido a sua característica de apelo humanitário, mas que não contém materialidade enquanto modelo de desenvolvimento, pois o que prevalece são as relações sociais conflituosas que se materializam nos processos de territorialização do modo de produção capitalista e na

normatização do território. Sem a pretensão de adiantar nossos resultados, demonstraremos melhor esta relação no item seguinte (5.2), ainda que estes processos venham adjetivados por práticas sustentáveis, como nos casos apresentados do Etanol e de nosso próprio objeto de estudo.

Estes escritos nos remetem ao confronto entre o posicionamento de autores e pesquisadores que defendem o território como norma, área delimitada e apta à gestão descentralizada e a implementação de projetos com viés territorial e sustentável, na perspectiva de Abramovay (2000, 2007), Veiga, (2005), Navarro (2001, 2008) e Sachs (2005), por exemplo, e outros que, em uma perspectiva crítica, entendem o território a partir de relações de poder, como Raffestin (1993), Peet (2007), Smith (1988) e a influência do modo de produção capitalista sobre as práticas espaciais que dão contorno ao território.

Isto porque o que nos é de relevância nesta pesquisa não é compreender o processo de desenvolvimento, mas sim relacioná-lo ao modo de produção sob o qual este ocorre e como podemos, pela Geografia, compreender a materialização, ou não, do desenvolvimento sustentável no território.

Do ponto de vista teórico-conceitual, para Gameiro (2013) a noção weberiana de legitimidade é útil, pois permite a interpretação das relações de poder que sustentam um programa de gestão descentralizada e normativa do território, como o PEMH. Segundo Weber (1994), legitimidade relaciona-se ao reconhecimento da autoridade de uma norma levando-a a ser respeitada por adesão ou respeito à determinada autoridade, e não por coação.

A obediência de um indivíduo ou de grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio (WEBER, 1994). Porém, concordamos com Outhwaite (2013) que nos lembra que:

Embora a dominação ou autoridade possa basear-se, diz Weber, no costume, no interesse, em motivos emocionais ou “racionais com relação a valor”, uma ordem segura em geral se caracteriza por uma crença em sua legitimidade. Esta pode basear-se na tradição, no CARISMA do(s) governante(s) ou em uma aceitação “racional” da legalidade e da ordem. Como sempre ocorre com os tipos ideais de Weber, essas formas puras de legitimidade são encontradas em diferentes combinações, mas seria possível tomar a Arábia Saudita, a Alemanha nazista e a Suíça como ilustrativas dos respectivos tipos. Como em outras áreas da vida social, o carisma tende a se tornar rotinizado ou objetificado, transformando-se em domínio tradicional ou constitucional, ou em alguma combinação dessas duas formas (OUTHWAITE, 2013, p. 413).

Aspectos que revelamos sobre o planejamento e execução do PEMH trazem elementos importantes sobre a construção da legitimidade/domínio de seus pressupostos e formas de condução junto aos agentes envolvidos. No estudo encomendado pela FAO para avaliação dos resultados dos PEMH no estado de São Paulo (NAVARRO, 2008), encontramos a descrição de fatos que nos permitiu a reflexão sobre a aceitação legítima desta política pública a partir da atenção destinada a questões que envolvem a recuperação de recursos naturais.

Fato determinante para que o Grupo BM se posicionasse na qualidade de articulador político detendo o poder global de influenciar decisões, em particular, sobre políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável. Esta posição privilegiada do Grupo BM em relação à proteção de recursos naturais revela que o movimento de mundialização capitalista e o processo de descentralização, entendidas aqui como estratégias centradas e articuladas pelo Grupo BM, não são conflitantes ao desenvolvimento local, ao contrário, o local e o global podem ser consideradas escalas predominantes, desde que consideremos uma de comando (Grupo BM) e outra de execução (CATI – microbacia do Córrego da Onça II).

Brandão (2007) entende que agentes atuantes no modo de produção capitalista, como o Grupo BM, articulam e manejam recomendações em distintas escalas de acordo com as necessidades, deste, ponderamos que ocorra a supervalorização do local a partir do receituário de descentralização e normatização territorial proposto pelo Grupo BM desde a década de 1990, como demonstramos nos documentos citados anteriormente (WORLD BANK, 1995, 2003, 2008; GRUPO BM 2002), para atrair investimentos e beneficiar o grande capital.

Deste modo, ações consideradas estratégicas, que garantem ou suportam, determinada economia local, por exemplo, não sejam afetadas e a descentralização possa garantir aspectos mais heterogêneos das atividades rurais. Consideramos ainda que essa é a articulação promovida pelo Grupo BM que tende a distanciar o foco de questões estruturais¹¹⁵ por meio do processo de descentralização de ações e normatização voltada ao desenvolvimento territorial rural sustentável.

¹¹⁵ Aqui, no sentido proposto por Mészáros (2012), que, ao fazer crítica a movimentos e partidos reformistas, como o Partido Verde, que ao estabelecer como “*questão única*” as preocupações com os recursos naturais, se afastam de outras como a diferença de classes sociais.

Em uma escala macro, percebe-se que é na mobilidade do desenvolvimento capitalista¹¹⁶ que é acentuada a desigualdade territorial, devido à concepção areal e normatizada que as agências de fomento especializadas trazem em seu bojo. Deste modo, temos que considerar que o desenvolvimento do modo de produção capitalista possui reflexos que alteram, em ritmos distintos, o desenvolvimento do campo que ressignifica a formação socioespacial que resulta desta dinâmica para romper com padrões estruturados e hierarquizados¹¹⁷.

Tal orientação fortalece o papel compensatório das políticas públicas (FERNANDES, 2015) assumindo uma perspectiva focalista, na medida em que visa a atender os segmentos populacionais mais vulneráveis. Essa lógica do Grupo BM decorre de teses relativas à ineficácia das políticas sociais e da sua incidência nos estratos de maior renda, cabendo aos governos corrigir tais desequilíbrios ancorados em recomendações e financiamentos de agências internacionais.

Desta forma, cabem críticas ao Grupo BM. Para Vainer (1998), por exemplo, esta instituição se constituía no principal “[...] centro de elaboração e difusão de modelos de organização e promoção do desenvolvimento capitalista nos países periféricos” (VAINER, 1998, p.24). Vianna Junior (1998), ao discorrer sobre o papel do Grupo BM afirmou que “[...] ele têm atuado como uma ‘inteligência’ auxiliar do Governo na elaboração de programas e projetos” (VIANNA JUNIOR, 1998, p. 82). Coraggio (2000) destaca também o papel do Grupo BM como provedor de ideias e propõe que se analise a produção e legitimidade das mesmas.

Se o que o Banco Mundial oferece são principalmente ideias, e estas ideias vão contribuir para dar forma a políticas estratégicas que preparam nossas sociedades para um futuro sobre o qual somente podem ser feitas conjecturas, é preciso analisar em detalhe como essas ideias são produzidas e qual sua validade [...] (CORAGGIO, 2000, p. 75).

¹¹⁶ Sobre mobilidade espacial do modo de produção capitalista, ver, por exemplo, Perpétua (2013).

¹¹⁷ Neste sentido, demonstramos, na parte I desta pesquisa, as transformações rurais no Brasil após o período de modernização nas décadas de 1960 e 1970, ao processo de descentralização e a normatização do território, dedicando atenção ao Grupo BM, lembramos que, a década de 1990 revela um período de ampla revisão das suas políticas de ajustamento estrutural, situação que levou o Grupo BM a apresentar à comunidade internacional um discurso de mudança de postura em relação às estratégias implementadas até aquele momento (PEREIRA, 2009). No entanto, esta revisão de atuação é aqui compreendida, de acordo com Chomsky (2004), não como uma mudança, mas como estratégia de adaptações às pressões e transformações na economia política internacional devido ao avanço do neoliberalismo.

O Grupo BM assevera que o processo de descentralização gera mudanças nas relações de poder e autoridade¹¹⁸, que mascaram as relações entre as classes sociais. No entanto, acreditamos que este processo tem produzido formas mais sutis de legitimar as relações de poder na qual a influência governamental ainda permanece, mas apresentando mudanças em suas formas de agir, desempenhando funções como coordenador, facilitador e regulador de ações, como verificamos por meio da análise documental, em relação à atuação do governo do estado de São Paulo, por meio da SAA.

Em relação ao desenvolvimento territorial rural sustentável, entendemos o Grupo BM como espaço de planejamento e articulação política capaz de estruturar um processo social global de comunicação, resultado de uma ação tecnicamente coordenada com potencial de propagar a submissão por meio do gerenciamento científico de informações (PEREIRA, 2009) que projetam o discurso na forma de signos (MARCUSE, 1941) que trazem em seu bojo um profundo poder simbólico (BOURDIEU, 2009) com potencial de estruturar uma ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2010).

Neste caso, temos uma planificação racional onde os interesses dominantes representados pelo Grupo BM tornam-se categóricos, dominando os conflitos no campo das ideias e definindo técnicas de atuação global conforme seus interesses. Ou seja, o Grupo BM possui condições materiais, intelectuais, operacionais e também simbólicas do poder de impor instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, embora ignorados ou não reconhecidos como tais, sobre a realidade socioespacial, que é, também, um espaço de luta (BOURDIEU, 2009), no qual o trabalho intelectual organizado nos documentos oficiais elaborados nos quadros do Grupo BM são produtos finais, neste sentido, são considerados como objetos técnicos “[...] criados para fazer parte da vida real [...]” (SANTOS, 2009, p. 126), portanto, constituídos por meio de atos técnicos de acúmulo de conhecimento que ambicionam adaptar o meio as necessidades e vontades de determinados sujeitos ante o temor do desconhecido (ORTEGA Y GASSET, 1933) e, o desconhecido, é entendido aqui na forma de crise e seus impactos, nas suas mais variadas denominações.

¹¹⁸ Neste sentido, concordamos com Arendt (2007) que identifica que o exercício da autoridade implica uma obediência na qual as pessoas conservam sua liberdade, distinguindo-a de poder, força e violência, e também de persuasão, pois nesta as pessoas são iguais.

Actos técnicos – decíamos – no son aquéllos en que el hombre procura satisfacer directamente las necesidades que la circunstancia o naturaleza le hace sentir, sino precisamente aquéllos que llevan a reformar esa circunstancia eliminando en lo posible de ella esas necesidades, suprimiendo o menguando el azar y el esfuerzo que exige satisfacerlas [...] (ORTEGA Y GASSET, 1933, p. 13).

Santos (2009) incorpora a questão das normas técnicas impostas como um dado fundamental da compreensão das dinâmicas territoriais. Diferentes arranjos socioespaciais desses complexos organizacionais refletem os modos de ação possíveis inscritos em cada um. Em sentido amplo, as agências especializadas no interior do Grupo BM, por meio de seus agentes, impõem normas, por declarações, princípios e recomendações, às regras com o objetivo único de aumentar o mais valor.

Essas imposições, para Castro (2003), seguem interesses globais que se exercem por meio de agências internacionais que moldam as relações sociais por normas e procedimentos organizacionais estruturados e aplicados, em muitas vezes, na forma de políticas públicas, sendo que as mesmas estruturam os comportamentos porque, paralelamente, moldam a identidade, o poder e a estratégia dos agentes (FERNANDES, 2015). Portanto a autora (CASTRO, 2003), tendo por base Putnam (1996), considera que as instituições estatais que aderem estas normas são também moldadas pela história, ou seja, são constituídas de acordo com os interesses daquelas organizações em direção a fins específicos, em espaços e tempos particulares.

Nas condições atuais, as lógicas do dinheiro impõem-se àquelas da vida socioeconômica e política, forçando mimetismos, adaptações, rendições. Tais lógicas se dão segundo duas vertentes: uma é a do dinheiro das empresas que, responsáveis por um setor da produção, são, também, agentes financeiros, mobilizados em função da sobrevivência e da expansão de cada firma em particular; mas, há, também, a lógica dos governos financeiros globais, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, bancos travestidos em regionais como o BID. É por intermédio deles que as finanças se dão como inteligência geral (SANTOS, 2007, p. 49).

Isto significa, também, considerar o Grupo BM, enquanto *Think Tank* no sentido proposto por Bourdieu (2001) de *Think Tank* conservador, que são aqueles que dissimulam a realidade vigente mediante a defesa da ruptura com o Estado de Bem Estar e restauração do liberalismo com sua roupagem neo, propondo um caminho único e sem retorno apto a produção de um conhecimento que tenha o objetivo de controlar determinado campo social e determinar uma compreensão da realidade.

Neste sentido é que situamos o Grupo BM enquanto agência de poder global, um *Think Tank* de produção de fluxos de conhecimento que irão se materializar, em nosso caso, na forma de políticas públicas que interferem localmente na forma de políticas públicas compensatórias que, de acordo com Fernandes (2015), revelam disputas territoriais sobre modelos de desenvolvimento, sobretudo, no campo.

Políticas emancipatórias são formuladas pelo protagonismo e pela participação. Parte da coerência entre as relações sociais e a produção territorial. Políticas de subordinação são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para a outra classe, como forma de manter o controle, de possibilitar a manutenção de uma condição de existência. Isso não significa que políticas de subordinação não contribuam para o desenvolvimento, sim contribui para o desenvolvimento desigual. (FERNANDES, 2015, p. 393).

E estas, as normas impostas na forma de políticas públicas. são instrumentalizadas e reproduzidas por meio de agentes sociais específicos.

O sistema de produção que se serve desse espaço de fluxos é constituído por redes – um sistema reticular –, exigente de fluidez e sequioso de velocidade. São os atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram todo proveito da fluidez. Tais espaços de fluxos vivem uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantêm a agregação e a cooperação entre agentes resultam em um processo de organização, no qual predominam fatores externos às áreas de incidência dos mencionados agentes. Chamemos macroatores àqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação. É a esses macroatores que, em última análise, cabe direta ou indiretamente a tarefa de organizar o trabalho de todos os outros, os quais de uma forma ou de outra dependem da sua regulação. O fato de que cada um deva adaptar comportamentos locais aos interesses globais, que estão sempre mudando, leva o processo organizacional a se dar com descontinuidades, cujo ritmo depende do número e do poder correspondente a cada macroagente (SANTOS, 2007, p. 52).

A partir deste, reconhecemos que a influência do Grupo BM se relaciona diretamente com programas e fundos e com comissões técnicas relacionadas à temática do desenvolvimento territorial rural sustentável que permitem uma nova etapa no processo de reprodução do modo de produção capitalista que por suas características de mutabilidade (MARX, 2011) e irreformabilidade (MÉSZÁROS, 2012) vem permitindo novos arranjos espaciais para garantir sua manutenção através das crises (HARVEY, 2012).

Portanto, considerando ainda que os meios coercitivos para essa subjugação dos estados incluem atos bélicos e econômicos, no nosso entendimento, é no campo das

ideias que são travados os embates que legitimam suas recomendações. Desse modo, valores fundamentais como a salvação da humanidade são usados metaforicamente, produto produzido e apropriado coletivamente, servindo interesses particulares apresentados como universais.

O pensamento dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2009, p. 10).

Sobre a expansão do poder do Grupo BM, um evento trouxe à tona a possibilidade de realização desta por meio do discurso do desenvolvimento sustentável. A crise do petróleo na década de 1970 representou o início de uma fase de recessão na história da economia mundial que fortaleceu o surgimento de blocos econômicos de poder internacional (HAESBAERT, 1991; FRIEDEN, 2006), como já demonstramos nesta pesquisa.

[...] a noção de bloco de poder pode ser estendida a diferentes escalas geográficas de análise, respeitadas as suas especificidades e a dinâmica de inter-relacionamento entre elas; no caso da escala internacional, apesar de raramente se manifestarem vínculos formais de hegemonia (como propõem os grupos dominantes na Comunidade Econômica Europeia), os blocos de poder se expressam através de organizações e acordos supranacionais (além de laços comerciais, político-militares e culturais menos formais) que, pelo menos na atualidade, parecem em pleno fortalecimento (HAESBAERT, 1991, p. 19).

Deste, surgem experiências de políticas públicas relacionadas à questão da preservação de recursos naturais e o início da política internacional ambiental (PORTO-GONÇALVES, 1989; RIBEIRO, 2001; LE PRESTRE, 2005), porém, tendo em vistas o comércio internacional (DRUMMOND, 2014), por meio do imperialismo ecológico (FOSTER; CLARK 2004) utilizando como pano de fundo estratégias desenvolvimentistas articuladas por *Think Tanks* como o Clube de Roma e difundidas e financiadas sob os ditames do Grupo BM.

Guivant (2002) situa essa relação em Beck (1992), que postula o potencial catastrófico de degradação de recursos naturais a nível global e afirma a transformação

da sociedade numa sociedade de risco¹¹⁹, movida pela emergência de níveis profundos e historicamente incomparáveis de perigos para a humanidade (GUIVANT, 2002). Deste temor causado a partir da década do alarde (1970) surgem as relações de poder político contemporâneas, que servem para ocultar as origens desta degradação e proteger os perpetradores destas por meio de políticas criadas no interior das mesmas instituições que a promovem por meio da massificação do discurso do medo, no caso, o Grupo BM.

[...] o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência, a serviço do mercado e do poder, e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida (SANTOS, 2008b, p. 22).

Deste modo, a mídia exerce seu papel ideológico.

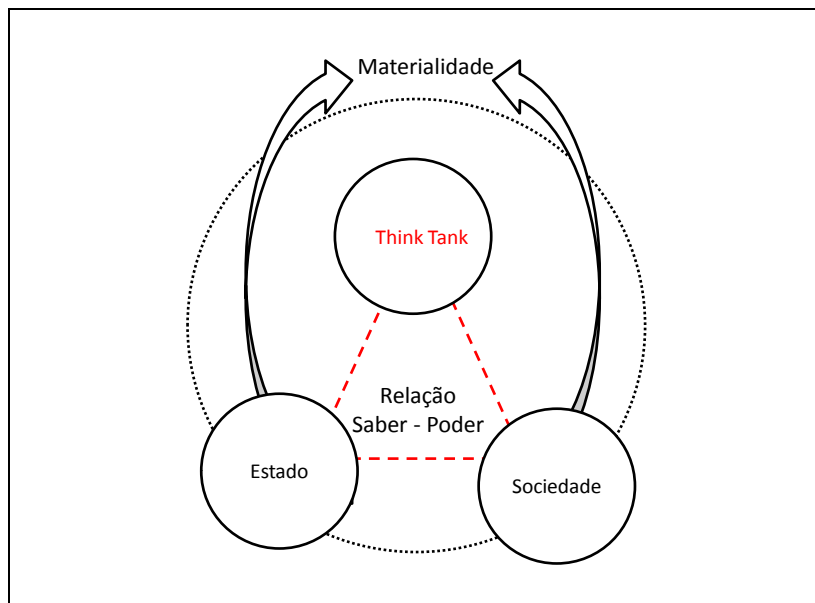
É a mídia o grande veículo desse processo ameaçador da integridade dos homens. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada quando a mídia, através do sensacional e do medo, julga necessário captar a atenção. Muitos movimentos ecológicos, cevados pela mídia, destroem, mutilam ou reprimem a natureza... Quando o meio ambiente, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza cibernética ou sintética substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral (SANTOS, 2008b, p. 22).

Os *Think Tanks* são, portanto, a melhor expressão do que Foucault (2009) escreveu sobre o monopólio do poder e do saber, pois se constituem como núcleos de intelectuais donos de um saber próprio, especializado. Ao interagir diretamente com o campo das tomadas de decisão, os *Think Tanks* assumem uma posição importante na confirmação de políticas, valores e ideais, estabelecendo-se no *locus* da política mundial

¹¹⁹ Beck (1992) com a teoria da sociedade de risco faz uma representação do perigo que, de acordo com Veyret e Richemond (2007) “[...] designa, ao mesmo tempo, tanto um perigo potencial quanto sua percepção e indica uma situação percebida como perigosa na qual se está ou cujos efeitos podem ser sentidos” (VEYRET; RICHEMOND, 2007, p. 26), neste sentido, Beck (1992) defende que, na contemporaneidade, passamos por um momento de ruptura histórica de reconfiguração da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, em uma chamada sociedade de risco, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens. Dentro dessa concepção produtiva, os riscos seriam igualmente distribuídos, deste modo, Beck (1992) não concebe mais as ameaças como situações de classe no qual ricos são beneficiados, nesta forma de sociedade, todos estariam potencialmente expostos aos riscos, assim, os riscos são produtos, ao mesmo tempo, reais e irreais.

privilegiando a produção¹²⁰ de saberes ideologicamente arquitetados. Esta relação está expressa no organograma 1.

Organograma 1: Think Tanks e o processo de formulação e legitimação de políticas públicas



Organograma 1: Think Tanks e o processo de formulação e legitimação de políticas públicas
Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

No organograma 1 relacionamos três esferas que consideramos fundamentais para entender o processo de formulação e legitimação de políticas por parte dos *Think Tanks*:

- esfera da política, na relação saber-poder entre os *Think Tanks* e os demais atores;
- esfera da sociedade, através da relação dos *Think Tanks* com esta por meio da mídia, buscando a legitimação de suas concepções;
- esfera do Estado, através da relação entre este e os *Think Tanks* no processo de formulação de políticas.

Tendo a esfera política como base, os *Think Tanks* estabelecem uma relação dual (estado e sociedade) para a concretização de suas acepções ideológicas, culminando em uma determinada política pública.

¹²⁰ Em uma perspectiva que aborde a análise da luta de classes, consideramos que os *Think Tanks* são produtores de conhecimento, mas, enquanto resultado, quer dizer, produzidos como resultado da luta de classes. Porém, neste momento dedicamos atenção a questão da produção do conhecimento por este grupo.

Esta relação se torna possível graças à força da narrativa discursiva (CAROU, 2006), levando a um processo de elucidação de ideais através da valoração moral a uma determinada causa, seja esta uma intervenção em âmbito internacional, ou a aprovação de uma política pública, por exemplo. O papel da comunicação midiática neste processo também se apresenta como fundamental, daí o destaque as tecnologias informacionais, uma vez que estas são capazes de ampliar a força das narrativas e consolidar discursos. Neste processo:

[...] não há propriamente interlocutores, porque só existe comunicação unilateral. Não há diálogo, porque as palavras nos são ditadas e as respostas previamente catalogadas. Trata-se de uma fala funcional, e o caráter hipnótico da comunicação é a contrapartida do estiolamento da linguagem pela perda progressiva da criatividade (SANTOS, 2008b, p. 20).

Carou (2006) utiliza Giddens (1991, 2002) e Foucault (2000, 2008) para explicitar a relação entre estruturas espaciais que, para Carou (2006), representam formas de dominação, e o discurso, colocando que o espaço onde se articulam estes embates antecede as narrativas, mas estas resignificam as relações neste espaço, daí a interferência na realidade socioespacial.

A importância em se compreender as formas de dominação e sua relação com as narrativas está na posição de que as formas expressas de dominação se dão por meio da defesa de um determinado saber, dinâmica da qual os *Think Tanks* fazem parte como polos privilegiados na estruturação do saber.

Esta característica traz à tona o papel de influência enraizada que estas organizações exercem no campo governamental e no seio da própria humanidade, legitimando ações políticas que tiveram base também em ideias por elas formuladas. Nesse sentido, há uma profunda relação dialética entre conhecimento e poder, uma vez que os *Think Tanks* são capazes de instituírem-se como polos múltiplos dentro de uma mesma dinâmica que se apresenta como um nível diferenciado de poder, ou mais precisamente, como um nível elitizado de poder (SMITH, 1988).

Do ponto de vista analítico, convém uma observação, sobre a influência exercida pelo Grupo BM em relação à inserção do desenvolvimento sustentável em políticas públicas de desenvolvimento para o campo.

Consideramos a relação deste fato com os sistemas peritos (GIDDENS, 2002) e o poder dos discursos (FOUCAULT, 2000, 2008). Os sistemas peritos são, por definição (GIDDENS, 2002), sistemas de excelência técnica ou competência

profissional que organizam áreas do saber, influenciando a percepção coletiva de maneira contínua, proporcionando o desencaixe das relações sociais, ou seja, seu deslocamento dos contextos locais de interação, com sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço (GIDDENS, 2002).

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta "profissionais" – advogados, arquitetos, médicos etc. – a apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua (GIDDENS, 2002, p. 30, *aspas no original*).

Para Foucault (2009), toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, determinada situação temporal na qual os sujeitos estão envolvidos; quem pode dizer o que e em quais circunstâncias como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possa advir (FOUCAULT, 2009).

Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados, na forma de códigos, que se apoiam em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas origens de formação, com outros discursos e com organizações internacionais e o poder que elas expressam, portanto, os discursos podem representar, ou expressar, o papel institucional de determinadas organizações que atuam em distintas escalas.

Ao sujeito lhe é fornecida a temporalidade, que servirá para validar a dominação da lógica capitalista que tenta respaldar o seu interesse específico, fazendo-o se tornar interesse da sociedade. A temporalidade é explicada: o discurso deve ser localizado no tempo, buscando responder previamente aos possíveis questionamentos de uma problemática que emerge da sociedade, dentro de um contexto histórico capitalista, a quem o próprio capital previamente instituiu. Tem por base uma ideologia, que, apesar de ser atemporal, fornece a ele (o discurso) o tempo e o espaço, a fim de dar veracidade e coerência à abstração. Esse discurso previamente trabalhado é designado, então, como competente. Para compreendermos a totalidade de uma prática discursiva precisamos inseri-la na totalidade “[...] da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16).

As últimas décadas do século XX testemunharam a manifestação do desejo de mudanças no modelo desenvolvimentista através de uma voz que se fez, e faz ouvir em alto e bom som. O discurso do desenvolvimento sustentável surge como expressão dominante no debate que envolve questões relativas ao meio natural, social, econômico e político em amplo sentido.

Em pouco tempo, o desenvolvimento sustentável tornou-se aceito. Assim, discursos peritos sobre o desenvolvimento rural e a necessidade de regulação sobre recursos naturais formulados no interior do Grupo BM, são utilizados como recurso de poder, de tal sorte que agentes sociais envolvidos na dinâmica de formação e implementação, consciente ou inconscientemente, escolhem entre as possibilidades concorrentes de ação que tais políticas oferecem.

A variabilidade do uso do discurso técnico como recurso de poder dependerá da tessitura de relações de poder forjadas entre os agentes individuais e em contextos espaço-temporais definidos.

Sobre o poder, concordamos com Arendt (2007) que o entende como um exercício multirrelacional que não pode ser exercido de forma isolada. A autora não concebe que o poder esteja presente nos grupos, instituições ou organizações, estes, não possuem, senão, a potencialidade de exercê-lo quando se encontram em uma posição que favoreça a manifestação desse poder.

O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder. O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens: todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam suas razões... Se o poder fosse algo mais que essa potencialidade de convivência, se pudesse ser possuído como a força ou exercido como a coação, ao invés de depender do acordo frágil e temporário de muitas vontades e interesses, a onipotência seria uma possibilidade humana concreta (ARENDR, 2007, p. 212).

Nesse sentido, a potencialidade de exercício de poder só se materializa por meio do coletivo, pois sem essa condição, o poder não passa de uma possibilidade. Portanto, o que sustém uma relação de poder entre os envolvidos em determinada relação social, é o consenso, não a submissão.

Concordamos, portanto, que o poder só pode se manifestar através de relações sociais e, de acordo com Raffestin (1993) e Fernandes (2008), estas representam, por vezes, vontades institucionais que defendem interesses privilegiados. As situações de co-presença envolvendo representantes de sistemas peritos, como técnicos e/ou delegações

do Grupo BM, e trabalhadores rurais não atentos às práticas técnicas discursivas, podem facilitar a imposição discursiva dos primeiros favorecendo o consenso.

As relações entre peritos e senso comum podem ser adequadamente abordadas em suas implicações como recursos discursivos de poder. Ou seja, se é pertinente destacar o valor do saber (FOUCAULT, 2008) perito, não é menos significativo buscar seu uso como recurso de poder, que situa os agentes no espaço social e hierarquiza as modalidades de saber.

Estes elementos dão credibilidade e poder a instituições cuja atuação abrange vastas distâncias e depende de mecanismos de coordenação espacial e temporal novas, baseadas na confiança irrestrita destas instituições que são arquitetadas pelos sistemas peritos que estão permanentemente e conscientemente relacionados à sociedade. Neste sentido, Giddens (1991) observou que sob as influências da mundialização do modo de produção capitalista, diversos aspectos da vida cotidiana ficaram esvaziados de habilidades desenvolvidas localmente, fato este que já havia sido relacionado pelo autor anteriormente.

Poucas pessoas no mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas por acontecimentos ou organismos distantes [...] As ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais [...] Esta extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com o seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda. As conexões envolvidas são frequentemente muito próximas. Coletividades e agrupamentos intermediários de todos os tipos, incluindo o estado, não desaparecem em consequência disso, mas realmente tendem a ser reorganizados ou reformulados (GIDDENS, 1991, p.75).

Entendemos que Giddens (1991) demonstra assim, como pessoas se adaptam às novas realidades construídas pelo capitalismo em face da dinâmica imposta com o desenvolvimento progressivo da ciência e da tecnologia, materializado na produção e no consumo como fontes de prazer individual e coletivas, transformando, também, a relação entre conhecimento e experiência, com a sobreposição dos sistemas peritos sobre a experiência, fomentando, dessa forma, a alienação na relação entre a sociedade e a natureza.

Deste modo, o tema desenvolvimento sustentável foi oficialmente introduzido nas políticas públicas voltadas ao campo sob os auspícios do Grupo BM, considerando a relação de poder hegemônico que esta organização possui sobre relações políticas e econômicas internacionais, o desenvolvimento sustentável é disseminado, primeiro,

definindo o consumo como o mal do século e, posteriormente, como salvador da humanidade.

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, CMAD, 1992) assim dispõe no capítulo 14:

14.4. Este capítulo inclui as seguintes áreas de programas: (a) revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao *desenvolvimento sustentável*; (b) obtenção da participação popular e promoção do desenvolvimento de recursos humanos para *agricultura sustentável*; (c) melhora da produção agrícola e dos sistemas de cultivo por meio da diversificação do emprego agrícola e não - agrícola e do desenvolvimento da infraestrutura; (d) utilização dos recursos terrestres: planejamento, informação e educação; (e) conservação e reabilitação da terra; (f) água para a *produção sustentável* de alimentos e o *desenvolvimento rural sustentável*; (g) conservação e *utilização sustentável* dos recursos genéticos vegetais para a produção de alimentos e a *agricultura sustentável*; (h) conservação e *utilização sustentável* dos recursos genéticos animais para a *agricultura sustentável*; (i) manejo e controle integrado das pragas na agricultura; (j) nutrição *sustentável* das plantas para aumento da produção alimentar; (k) diversificação da energia rural para melhora da produtividade; (l) avaliação dos efeitos da radiação ultravioleta decorrente da degradação da camada de ozônio estratosférico sobre as plantas e animais (ONU, CMMAD, 1992, p. 175. Itálicos nossos).

E posteriormente, no mesmo documento:

14.11. As agências das Nações Unidas, como a FAO, o *Banco Mundial*, o FIDA e o GATT, juntamente com as organizações regionais, as agências doadoras bilaterais e outros organismos devem; no âmbito de seus respectivos mandatos, assumir um papel em seu trabalho junto aos Governos nacionais nas seguintes atividades: (a) implementar, no plano sub-regional, estratégias de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar integradas e sustentáveis, que façam uso dos potenciais regionais de produção e comércio, inclusive de organizações que fomentem a integração econômica regional, para promover a segurança alimentar, (b) estimular, no contexto da obtenção de um desenvolvimento agrícola sustentável e de acordo com os princípios pertinentes internacionalmente aceitos sobre comércio e meio ambiente, um sistema comercial mais aberto e não-discriminatório, bem como a rejeição de barreiras comerciais injustificáveis, que, juntamente com outras políticas, venha facilitar uma maior integração entre as políticas agrícola e ambiental, de modo a tomá-las complementares; (c) fortalecer e estabelecer sistemas e redes nacionais, regionais e internacionais para uma melhor compreensão da interação entre a agricultura e a situação do meio ambiente, identificar tecnologias ecologicamente saudáveis e facilitar o intercâmbio de informações sobre fontes de dados, políticas e técnicas e instrumentos de análise (ONU, CMMAD, 1992, p. 178. Itálico nosso).

Após esta conferência (ONU, 1992), a ONU, por meio de suas agências especializadas relacionadas ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), como o Grupo BM, OMC e FAO, insere em suas práticas políticas o tema e passa a pressionar

governos a adotar tal proposta visando regular o comércio internacional fazendo uso de processos de organização do espaço que objetivam a gestão do território e as organizações internacionais encontram nas formas organizacionais destas instituições financeiras um dos meios que possibilitam a expansão do atual estágio do sistema capitalista (BENKO, 1996).

A questão da relação entre o meio ambiente e o comércio internacional ganhou importância a partir da Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. [...] Ao mesmo tempo em que se discutiam formas e mecanismos por meio dos quais se pudesse preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, buscava-se também, com grande intensidade, a dinamização do comércio internacional, com a abertura de mercados e o livre comércio, no contexto de vários foros negociadores internacionais, como a Rodada Uruguai da Organização Mundial do Comércio (OMC); o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – NAFTA); o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)[...] (DRUMONND, 2014, p. 4)

Desta forma, novos mecanismos políticos são articulados e procuram formas de relacionar a produção agrícola e pecuária às exigências de comércio internacional, daí a relevante estruturação e ressignificação socioespacial, principalmente a partir da década de 1990, em políticas públicas rurais que objetivam o desenvolvimento sustentável.

Para Gil (2003), “[...] a crença no real não é uma ilusão, mas é alucinatória. Nós cremos no mundo e no eu sem esperar justificção nem confirmação, a aparente auto-suficiência da sua realidade dispensa verificação.” (GIL, 2003, p. 95). O processo de exercício de influência e de interatividade com a política, com a academia e com a mídia, funciona, principalmente, pela repetição e porque a ONU, aliada ao Grupo BM e suas agências especializadas tiveram todas as condições favoráveis para o surgimento, para a consolidação e para a manutenção da existência deste discurso.

Em nenhum outro lugar, encontra-se, até hoje, ambiente político em que o conjunto de condições favoráveis seja tão impressionante com os fatores atuando de forma simultânea. Isso inclui o amplo interesse governamental em desenvolvimento e pesquisa, o apoio do setor privado, a multiplicidade dos centros de poder, a independência entre academia e política, a porosidade de um sistema político dinâmico, o forte voluntarismo cívico e um regime jurídico fiscal propício.

Deste modo, entendemos o discurso como meio de identificar a perícia técnica do Grupo BM na construção da ideologia do desenvolvimento sustentável, neste

sentido, a confiança depositada nesta renomada agência internacional não questiona a veracidade das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável devido ao crédito concedido ao Grupo BM. Porém, nos cabe verificar se ele transforma uma realidade abstrata em uma realidade histórica.

5.2. O desenvolvimento territorial rural sustentável na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II: entre a aparência e a essência

Neste item faremos uso do mesmo procedimento metodológico que nos foi útil para demonstrarmos, na parte I, a tese de que o desenvolvimento territorial rural sustentável possui materialidade no território normatizado, área, porém, no sentido de demonstrar que aquela materialidade evidenciada anteriormente por pesquisadores que se dedicaram ao estudo do PEMH, não levaram em consideração em suas pesquisas o papel ideológico do desenvolvimento sustentável como estamos propondo¹²¹. Entendemos que, mesmo não sendo este o foco de suas pesquisas, este deveria ter sido proposto ao debate, dessa forma, se evitaria a generalização e banalização deste conceito, inclusive na Geografia.

Lima (2003) afirma que as interpretações sobre o desenvolvimento sustentável são influenciadas por duas grandes matrizes que considera como o discurso oficial e o discurso não oficial. A matriz oficial compreende que o modo de produção capitalista é capaz de conciliar o aumento da produção industrial, agrícola e de serviços com a preservação de recursos naturais, por sua vez, a não oficial busca articular a dimensão social em torno do desenvolvimento sustentável a partir do fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil na definição de estratégias de ação, como políticas públicas, que colaborem para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Consideramos que o PEMH está inserido em ambos os contextos, pois parte da normatização internacional que pressiona a sociedade para se ajustar as suas demandas, isto nos remete ao que escrevemos na parte I (capítulos 1 e 2) sobre a atuação de instituições internacionais e organizações multilaterais na recomendação para que governos insiram o desenvolvimento sustentável em determinadas políticas públicas, no

¹²¹ Sem querer colocar em descrédito as valiosas contribuições a respeito de toda a história, estruturação e execução desta política pública, reforçamos que, o que questionamos é o tratamento dado por aqueles pesquisadores e autores sobre o desenvolvimento sustentável.

caso, o Grupo BM e o PEMH. Neste sentido, recuperamos também os escritos de Stone (2005) que discute a emergência e atuação dos *Think Tanks*, como o Clube de Roma, ao estimular ações, determinados comportamentos e procedimentos, por meio do discurso do medo.

A produção de informações após o trabalho de campo teve como base os problemas diagnosticados na microbacia e as possíveis soluções (conforme apresentamos no quadro 2, p. 114) e estas nos permite demonstrar as ambiguidades e contradições em relação ao desenvolvimento sustentável.

Para transcrevermos as informações produzidas nos atentamos aos resultados do PEMH na microbacia delimitada para esta pesquisa buscando identificar o que se entende por desenvolvimento territorial rural sustentável, tanto na perspectiva dos produtores rurais beneficiados quanto dos técnicos executores.

Deste modo, buscaremos apresentar questões e respostas sobre a promoção do desenvolvimento territorial rural sustentável, por meio de informações de caráter mais geral até as específicas sobre: a) políticas de desenvolvimento rural do governo do estado de São Paulo; b) o PEMH; e, c) o desenvolvimento territorial rural sustentável. Estas informações foram requisitadas junto a representantes da ASCICAMP, de técnicos executores do programa e demais produtores rurais beneficiados.

Como escrevemos, o PEMH foi elaborado em torno de uma agenda otimista, prevendo melhorias em relação à extensão rural e a descentralização política administrativa, porém, de acordo com Hespanhol (2005), “O Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo demorou em deslanchar por causa da cultura institucional da CATI e do excesso de burocracia” (HESPANHOL, 2005, pg. 9).

Por outro lado, o “[...] programa propiciou o acúmulo de conhecimento da realidade pelos técnicos da CATI e provocou significativas mudanças qualitativas na extensão rural no Estado de São Paulo” (HESPANHOL, 2008, p. 11). Ainda segundo Hespanhol (2008):

De acordo com um dos consultores do Banco Mundial houve forte resistência da CATI para efetuar a inclusão de elementos ambientais mais amplos e, principalmente, para incluir os elementos de ordem social no programa, exigências básicas do Banco Mundial para o seu financiamento (HESPANHOL, 2005).

Esta informação nos levou a confrontá-la com o relatório final de avaliação do PEMH realizada pelo Grupo BM (WORLD BANK, 2009) que afirma que a estrutura e

a capacidade da CATI, no início, eram inconsistentes com suas complexas responsabilidades.

Estas informações nos revelam que, desde o início, existia uma subordinação, por parte da SAA e da CATI, as exigências do Grupo BM. Buscando verificar esta situação produzimos informações preliminares sobre políticas públicas de desenvolvimento rural do governo do estado de São Paulo tentando *identificar alguma forma de influência de agências internacionais, como o Grupo BM, FAO ou outras, em relação, principalmente, proteção de recursos naturais* (Questões 1.5 e 1.6 – Anexo 1).

Bom, não sei se existe influência, no sentido de eles mandarem fazer as coisas e a secretaria aceitar, sei que tem algumas recomendações, principalmente quando o governo pede financiamento que devem ser seguidas se não o recurso não é liberado, mas acho que isso não significa influência, é um acordo entre o governo e quem financia [...] como foi no microbacias [...] que tinha as delegações do Banco Mundial que vinham em algumas reuniões. Você tava naquela reunião lá em Campinas né? Lembra do pessoal que tava lá? Então, era assim, algumas reuniões, como aquela em Campinas, que foi de avaliação, eram abertas pra todo mundo, mas tinha outras que era só com os diretores da CATI para verificação das recomendações. Então [...] nesse caso, acho que tinha sim essa influência, até porque eles que estavam financiando e queriam saber se as recomendações estavam sendo aceitas (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Esta informação foi verificada quando questionamos funcionários da CATI sobre a *autonomia do governo do estado de São Paulo frente a organizações internacionais* (Questão 1.6 – Anexo 1).

Autonomia [...] não sei dizer com certeza [...] sei que algumas normas tem que ser seguida, por exemplo, a FAO exige que alguns produtos tenham tal qualidade pra poder entrar no mercado, a OMC a mesma coisa [...] mas não posso falar que tem autonomia do governo ou não. Sobre o Banco Mundial posso falar do microbacias. Esse eu sei que tinha que seguir as recomendações deles por conta do financiamento, e eles queriam sempre relatórios [...] isso foi um problema também porque a gente não tava acostumado a fazer esse tipo de coisa e isso tomava um tempão nosso. Sobre o meio ambiente sei que o governo segue a linha da ONU [...] PNUMA né [...] que é o que todo mundo faz e não acho que o governo deva ir contra isso (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Apesar destas informações, a falta de familiaridade com o Grupo BM e a necessidade de reorientar seu modelo de trabalho para acomodar mecanismos participatórios e descentralizados aplicados à delimitação física territorial, por normas, e a necessidade de adaptar uma abordagem tradicional, por parte da CATI em relação aos aspectos de ordem natural, para integrar preocupações sociais sobre a pobreza causaram, na análise do Grupo BM, sérios problemas, inclusive entre a instituição, a

SAA e o Grupo BM, gerando exaustão e desilusão em uma parte sobrecarregada da equipe da CATI.

Durante a fase de planejamento foi considerada, pelo Grupo BM, a possibilidade de contratar uma empresa privada para administrar o PEMH, ou contratar o IICA para formar uma estrutura administrativa paralela à CATI (WORLD BANK, 2009) e isto: “[...] sem nenhuma preocupação em relação a modernizar e fortalecer à CATI enquanto agência promotora do desenvolvimento territorial rural sustentável” (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Assim, instaurou-se uma polêmica. A solução foi contratar consultores especializados para trabalhar junto com a instituição (WORLD BANK, 2009). O Grupo BM pondera suas críticas, na sequência, afirmando que os desafios foram catalisadores do crescimento institucional da CATI, que acabou desenvolvendo tecnologias, métodos e parcerias cujos reflexos foram muito positivos para o saldo final do programa (WORLD BANK, 2009), indo assim ao encontro da perspectiva apresentada anteriormente por Hespanhol (2005) sobre a demora na operacionalização do PEMH, portanto, *revelou-se a influência, ou seja, se a CATI não adequasse sua estrutura e funcionamento as normas do Grupo BM, o financiamento poderia ser cancelado, deste modo, quem estava na escala superior de comando não era nem a SAA nem a própria CATI, mas sim o Grupo BM.*

Pudemos verificar, em 2008¹²², a participação de uma delegação de avaliadores e técnicos do Grupo BM que, em constantes debates, afirmavam a necessidade do desenvolvimento sustentável e da perspectiva territorial para o campo. Deste modo, a situação de co-presença com representantes de sistemas peritos (Grupo BM) e leigos sobre suas formas de atuação, pode significar a imposição discursiva dos primeiros, seja através da resistência rigorosa dos que se tornam alvo da perícia, ou através de concorrências, mediações e trocas assimétricas entre os partícipes da relação.

Reforçando a questão sobre a influência externa, Fleischfresser (1999) e Sabanés (2002) afirmam a necessidade de participação do Grupo BM, deste, consideramos que apesar das relevâncias de seus trabalhos de pesquisa, os mesmos desconsideram as relações sociais que permeiam tais negociações. Em outra perspectiva Clemente (2011) assevera que: “Todos estes ajustes ‘estruturais’ delegados pelo FMI e

¹²² Campinas-SP; seminário – Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural: os projetos microbacias em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Promovido pela CATI e organizado por Zander Navarro, consultor do Grupo BM.

Banco Mundial, têm a meta primordial de garantir o controle e o acesso à exploração de seus trabalhadores e, sobretudo, dos seus recursos naturais” (CLEMENTE, 2011, p. 34). Por outro lado Neves Neto (2013), *mesmo reconhecendo que o PEMH não atingiu seus objetivos*, escreveu que:

[...] deve-se reconhecer que organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, começaram a exigir que qualquer projeto, para obter financiamento externo, deve contemplar a preocupação com equidade social, eficiência econômica e manejo adequado dos recursos naturais, características essenciais do desenvolvimento sustentável (NEVES NETO, 2013, p. 46).

Em outro trecho, o mesmo pesquisador escreveu que:

Problemas ambientais, como o aumento do desmatamento e a poluição de corpos d’água, assim como problemas sociais decorrentes do êxodo rural e do aumento das desigualdades levaram instituições internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, a incentivar políticas territoriais de desenvolvimento rural, as quais incluíam a dimensão ambiental e uma visão mais ampla e integrada do rural, incorporando as noções da pluriatividade das famílias residentes no campo e da multifuncionalidade dos espaços rurais (NEVES NETO, 2013, p. 63).

Apesar deste não ser o foco da pesquisa de Neves Neto (2013) – reconhecer ou não a influência do Grupo BM em processos de elaboração de políticas públicas – podemos considerar, adicionalmente a essas considerações que, com estas afirmações, que reconhecem a intervenção de agências internacionais sobre a problemática sem reconhecer que estas, no caso o Grupo BM, são as mesmas que articulam a reprodução do modo de produção capitalista e os reflexos alienadores sobre a relação entre a sociedade e a natureza, nos parece evidente o potencial ideológico, no sentido proposto por Marx (2011) e como escreveu Anderson (1975) a respeito da influência de tais organizações na produção do conhecimento científico, também como escreveu Mészáros (2012) a ciência pode atuar como legitimadora de interesses ideológicos. Nestes termos, entendemos que as relações entre perícia e senso comum podem ser adequadamente abordadas em suas implicações como recursos de poder.

De maneira a entender *o discurso do governo do estado de São Paulo especificamente em relação ao PEMH*, analisamos documentos e questionamos técnicos envolvidos na execução desta política pública sobre esta perspectiva (Questão 2.1 – Anexo 1).

Em documentos oficiais pudemos identificar que o discurso governamental considera que um dos principais impactos do PEMH foi o fortalecimento da rede de assistência técnica e extensão rural, formado pela CATI e pelos municípios, com investimentos em infraestrutura, equipamentos, capacitação (técnicos, membros de conselhos municipais, dirigentes e membros de associações de produtores, agentes ambientais, professores), o que teria permitido dotar os municípios de capacidade para garantir a integração e eficácia de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável (SÃO PAULO, 2010).

O discurso institucional, por sua vez, considera que a consolidação dos processos participativos, tanto na elaboração dos diagnósticos, quanto na implantação das atividades da microbacia, foram passos significativos para garantir os avanços do PEMH, considera ainda que esta política pública fortaleceu a rede de assistência técnica e extensão rural através de investimentos em infraestrutura, equipamentos e capacitação de diferentes agentes com o intuito que estes dessem continuidade aos planos de desenvolvimento sustentável (CATI, 2009).

Antes da implantação do Programa de Microbacias, a CATI tinha seu foco de trabalho voltado para a assistência técnica tradicional, solucionando demandas de informações técnicas pontuais dos produtores que procuravam a instituição. A atuação no PEMH provocou a mudança de foco, de assistência técnica para a extensão rural propriamente dita, a qual passa a estender ao público rural conhecimento e habilidades sobre as várias atividades agropecuárias, preocupando-se também com a qualidade de vida dos produtores. Foi enfatizada a questão educacional, promovendo mudanças no comportamento dos produtores, sempre com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável, ambiental e econômico (CATI, 2009, p. 15).

Sobre o *discurso oficial sobre o desenvolvimento territorial rural*, (Questão 2.1

– Anexo 1) fomos informados que:

A inclusão da perspectiva territorial parte lá do Programa LEADER [...] foi depois dele que o que antes agente chamava área, ou de região, passou a ser chamado de território. A mudança está no enfoque dado, quando tínhamos projetos voltados pra tal área ou região, era sempre limitado a intervenções práticas, o social e o ambiental não apareciam [...] os delegados do Banco Mundial quando vinham pras reuniões traziam esta ideia de desenvolvimento que o Zander já estava trabalhando [...] como ele era o consultor do programa, e também tinha outras pessoas que trabalhavam com esta ideia, o programa acabou sendo incluindo nesta perspectiva, a ideia de trabalhar com o conceito de território partia deles e acho que veio pra ajudar. Quer dizer, não é um conceito que parte da extensão rural entende? Na extensão rural isso não estava sendo discutido, isso veio da academia, existia uma discussão por fora, e isso acabou dificultando nosso trabalho também [...] nos cursos que fizemos os consultores sempre falavam da necessidade de atualização e

davam o exemplo da Europa que a partir desta perspectiva tirava aquela ideia de área onde a gente só trabalhava com o meio físico, aí veio à ideia de incluir desde a parte econômica até o meio ambiente [...] aí o discurso, como você falou, sempre foi esse, até o pessoal do Banco Mundial quando vinha sempre falava isso, era o desenvolvimento territorial sustentável mesmo, cuidar do meio ambiente e melhorar a produção e a produtividade (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Estas informações nos são extremamente importantes. Além de reafirmar a influência externa tanto na elaboração quanto execução do PEMH, a questão territorial se torna evidente. Apesar dos órgãos oficiais trazerem em seu bojo uma perspectiva territorial ampla, o que observamos confirma o exposto na parte I, o território torna-se normatizado. Feitas estas observações passamos a *produção de informações sobre os resultados do PEMH* (Questão 2.5 – Anexo 1).

No geral? Em Prudente acho que não foi bom não, o melhor resultado foi na microbacia da Onça mesmo, foi difícil aqui em Prudente, o pessoal mesmo não ajudou muito [...] e o pior foi depois né, que não teve continuidade. Hoje quando o pessoal sai nas propriedades que participaram do programa e vê tudo com erosão de novo, se você for lá no Timburi, você vai ver. Ah, lá mesmo na onça... você viu como tá o córrego? Então né, isso que é difícil, eu mesmo as vezes nem entendo pra que gastar e depois não poder continuar com as coisas, volta tudo, o pessoal lá de cima não entende isso (Membro da ASCICAMP, trabalho de campo, 2015).

Em relação aos *objetivos e resultados do PEMH* na microbacia do córrego da Onça II (Questão 2.6 – Anexo 1), as respostas que obtivemos dos produtores foram agrupadas na tabela 5 para demonstrar o conhecimento deste tema pelos agricultores. Através destas informações podemos identificar o nível das informações que foram transmitidas durante as reuniões para a execução do programa.

Tabela 2: Resultados do PEMH na microbacia hidrográfica do córrego da Onça II – Perspectiva do produtor

Pergunta	Sim	Não	Total de entrevistados
Sabe o que é desenvolvimento sustentável?	23,69%	76,31%	28
O PEMH colaborou para preservação de recursos naturais?	19,75%	80,25%	28
A qualidade da água melhorou depois do programa?	23,48%	76,52%	28
Os problemas com o assoreamento (controle de voçorocas) diminuíram após o programa?	42,00%	58,00%	28
Foram criados agentes ambientais após o término do programa?	0,0%	100,0%	28
Houve outras ações de caráter ambiental por parte da CATI após o término do programa	0,0%	100,0%	28

Fonte: Trabalho de campo, 2015

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Com essas informações, consideramos que apesar do desenvolvimento sustentável ser o objetivo declarado, conforme disposto nos manuais de operacionalização e avaliação do PEMH (CATI, 2000; 2005 e 2009), em nenhum momento identificamos o que a SAA e a CATI, órgão executor do programa, entendem por desenvolvimento sustentável.

O que pudemos notar foi a utilização da proposta de desenvolvimento sustentável estabelecida oficialmente pela ONU (CMMAD, 1988) além de novas denominações, porém, não constatamos uma definição ou um entendimento sobre estas. Conforme consta no manual do PEMH – Seção Operativa (CATI, 2005):

A busca de novos padrões de desenvolvimento tem como marco de referência o amplo estudo realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como relatório Brundtland, onde o Desenvolvimento Sustentável é o rumo apontado para o estabelecimento das bases para o futuro da humanidade. Conceitua-o como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CATI, 2005, p. 1, o grifo é nosso).

Com esta demonstramos como a ideia de desenvolvimento sustentável foi aceita sem maiores preocupações pelo governo do Estado de São Paulo. Lembrando ainda a relação entre o Grupo BM, o governo estadual e a expansão do setor sucroenergético concomitantemente a implementação da política pública aqui analisada. Em relação às novas adjetivações, os documentos publicados pela CATI com normas técnicas para a execução do PEMH (CATI, 2005), indicam que:

As premissas básicas para que o P.E.M.B.H. atinja seus objetivos, coincidentes com as diretrizes do Governo Estadual são: [...] a busca da *sustentabilidade socioeconômica e ambiental* na microbacia. [...] O objetivo do P.E.M.B.H. é promover o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, entendendo-se por desenvolvimento rural a ampliação das oportunidades de ocupação, melhorias dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico agrônoma. Tudo para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através da implementação de sistemas de produção agropecuária que garantam a *sustentabilidade socioeconômica e ambiental*, com plena participação e envolvimento dos beneficiários e da sociedade civil organizada (CATI, 2005, p. 4, itálicos nossos).

Estas adjetivações aparecem ainda nos objetivos específicos do programa.

Objetivos específicos: contribuir para a conscientização de toda a comunidade sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais como condição básica para o *desenvolvimento rural sustentável*; contribuir para viabilizar a recuperação de solos e áreas degradadas, através do *manejo e uso sustentável dos recursos naturais*, baseados em alternativas tecnológicas que aumentem a produção, produtividade e renda do produtor rural (CATI, 2005, p. 5, itálicos nossos).

Buscamos entender também, o *sistema de gestão de políticas públicas implementado com o processo de descentralização, o sistema bottom up* (Questões 2.13 e 2.14 – Anexo 1), pois, de acordo com o Manual Operacional (CATI, 2005) do programa, foram criados mecanismos para sua operacionalização: “[...], a comunidade juntamente com o técnico executor identificará as áreas críticas em relação à degradação dos recursos naturais” (CATI, 2005, p. 7).

A partir da identificação dos problemas e das áreas críticas foi realizado o plano de intervenção (MACIEL, 2005), com a participação de produtores e técnicos executores do programa, que buscasse identificar, priorizar e apontar soluções para a microbacia do córrego da Onça II¹²³. Em relação a este sistema de gestão, um membro da ASCICAMP respondeu que:

Era descentralizado em certo ponto. As reuniões com a gente vinha sempre a partir deles. Quando a gente não concordava com alguma coisa era marcada outra reunião ou a conversa ia se estendendo pra eles convencerem a gente. Isso é descentralizado? A descentralização tem que incluir a tomada de decisão, o PEMH veio pronto, tinham os itens, os benefícios né, que seriam oferecidos e a gente tinha que aceitar [...] Só chamar a gente pra reunião e não ouvir o que a gente precisa não é descentralização. Quando a gente queria, por exemplo, tomar parte na discussão sobre um ou outro benefício individual eles sempre batiam o pé e diziam: não, é melhor ser assim, a gente tá no controle do projeto e entende a necessidade de vocês [...] aí eles iam até convencer (Membro da ASCICAMP, trabalho de campo, 2015).

Outro entrevistado, Agricultor camponês entrevistado beneficiado, respondeu que:

Aquí na onça o programa ajudou sim. Teve alguns produtores que depois do terraciamento puderam aumentar a área de produção, tipo a gente que trabalha com batata, os abastecedores ajudaram com a distribuição de água, aí alguns aumentaram as hortas [...] e isso tudo veio com as reuniões que a gente participava, isso aumentou a renda de uma turma aqui, antes eu não tinha muita coisa, o que eu tinha gastava pagando as máquina pra tentar corrigir as coisas, curva de nível [...] agora tá melhor [...] e foi por isso que você falou mesmo, se só tivesse as reuniões deles, sem conversar com a gente, is ser difícil. (Agricultor camponês entrevistado beneficiado pelo PEMH, trabalho de campo, 2015).

¹²³ Quadro 2, p.114.

Ainda sobre a questão da descentralização de políticas públicas, outro produtor beneficiado pelo programa, esclarece que:

A gente começou a fazer parte de associação pra aprender mais sobre os cuidados com o sítio, plantar as coisas nos lugar certo [...] antes era tudo meio de qualquer jeito, do jeito que a gente sempre fazia mesmo, e as vezes a gente não percebia que tava fazendo errado e fazia assim mesmo. Teve uma vez que eu perdi quase tudo minhas batata, porque eu fiz as curva de nível muito alta e aí veio uma dessas chuva fora de época e a curva de nível ficou parecendo uma bacia, apodreceu quase tudo que eu tinha plantado, aí quando veio o microbacias, o pessoal da associação começou a correr de novo, porque a gente tinha que apresentar os projetos e ele, da associação, falava que a gente não podia perder o dinheiro, porque era importante pra fortalecer a gente [...] aí eu fui vendo essa descentralização quando a turma da CATI começou a vim aqui, pensa se eu to certo [...] eles vinham e explicavam tudo direitinho, falavam que era um projeto com a participação de todo mundo aqui da onça, mas que tinha que tá associado pra participar. Pra ta associado tinha que pagar, o rapaz da associação tava sempre com o pessoal da CATI, tinha vez que eles chegavam junto, aí, quando foi pra fazer a distribuição das benfeitoria, o primeiro a ser chamado era ele, pra falar onde ia e onde não ia ter as coisas, aí eu comecei a desconfiar, se é pra todo mundo participar ou não, até hoje não entendi direito isso, mas eu desconfio [...] (Agricultor camponês entrevistado beneficiado pelo PEMH, trabalho de campo, 2015).

Essas informações nos revelam um conflito. Não temos elementos para escrever sobre um conflito de interesses, mas, nos fica evidente que existe uma relação de conflitualidade.

O que contradiz aquilo que escrevemos sobre o *desenvolvimento territorial rural sustentável na parte I, a tese defendida por autores e pesquisadores como Navarro (2008; 2001), Abramovay (1998; 2000; 2004), Sachs (2004) e outros, que garantem a materialidade do desenvolvimento sustentável no território normatizado e delimitado fisicamente, vai aos poucos sendo desvelada, pois o território área não exclui a problemática do conflito e das relações de poder que são subjacentes ao modo de produção capitalista.*

Neste ponto a dialética se instaura, pois, se consideramos o desenvolvimento sustentável como forma de reprodução do modo de produção capitalista, o território vai representar sua materialidade e sem conflitualidade, consideramos que, a materialidade se torna ideológica a partir da consideração de que o desenvolvimento sustentável possa ser, simplesmente, encaixado em determinada área, fato este que, pelos relatos, indica ainda que o PEMH pode, neste caso, acirrar o processo de desenvolvimento desigual na microbacia.

Representa uma construção simbólica calcada em interesses particulares que em nada alteram a relação entre a sociedade e a natureza, a falha sociometabólica permanece inalterada, o processo de alienador demonstra sua força, uma vez que, por meio de um poderoso discurso ideológico baseado em uma forma de desenvolvimento harmônica, instaura a desigualdade do desenvolvimento.

Pudemos verificar ainda se o PEMH contribuiu para *aumentar a competitividade e controle na degradação de recursos naturais* (Questões 2.15, 2.16 e 2.17 – Anexo 1), o que levaria a uma melhor produtividade e consequente aumento de renda familiar, os entrevistados responderam que as ações propiciaram uma maior produtividade, mas não consideraram as ações realizadas pelo programa como significativas neste aspecto, conforme a tabela 3 que traduz estas informações.

Tabela 3: Melhoria das condições de produção e produtividade após a implementação do PEMH. Microbacia do córrego da Onça II

Pergunta	Sim	Não	Respostas (% do total de entrevistados)
As ações executadas através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas colaboraram para a melhoria na renda familiar?	27%	73%	100%
As ações executadas através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas foram suficientes para melhorar a produção na propriedade?	46%	54%	100%

Fonte: Trabalho de campo, 2015

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Após estas questões a intenção foi produzir informações que permitissem entender, após a execução desta política pública, os benefícios gerados, tanto individualmente, quanto coletivamente, e, mais importante, no aspecto de nossa pesquisa, *identificar elementos que nos permitissem escrever sobre a relação entre o PEMH e o desenvolvimento sustentável. Isto porque consideramos que as prerrogativas do desenvolvimento territorial rural sustentável adentraram com facilidade a esfera política, conforme escrevemos, por diversos fatores, dentre eles, o viés econômico. Porém, consideramos que o desenvolvimento sustentável, enquanto modelo de desenvolvimento, não possui materialidade*¹²⁴.

Buscando, a partir da análise discursiva, reconhecer o que os beneficiários e executores entendem por desenvolvimento sustentável, comprovamos que os produtores

¹²⁴ Lembrando que não realizamos aqui uma análise descritiva nem argumentativa sobre a totalidade desta política pública, a mesma é referenciada como exemplo ilustrativo daquilo que nos importa, as relações globais e locais na materialidade do desenvolvimento sustentável.

rurais que receberam benefícios pelo PEMH *não consideraram esta como uma política voltada a melhorias nas áreas social, econômica e voltada à proteção de recursos naturais, portanto, voltada ao desenvolvimento sustentável*¹²⁵.

O que produzimos na forma de informações a este respeito revelam, na opinião dos produtores, um programa relacionado, de forma ampla, á questões de preservação de recursos naturais, “[...] de melhoria do meio ambiente” (Agricultor camponês entrevistado beneficiado pelo PEMH, trabalho e campo, 2015). Os depoimentos a seguir, realizados após o questionamento direto sobre *o que se entende por desenvolvimento sustentável* (Questão 3.1 – Anexo1) afirmam esta prerrogativa.

Sobre isso ai eu aprendi na época do programa, com o pessoal da CATI mesmo. No começo eu não entendia, sabia que tinha que protege as árvores, cuidar dos rios, essas coisas, mas eu também nem imaginava que podia melhorar com isso [...] é [...] quer dizer, eu queria ajudar mas tinha medo de que ia te que parar com minhas coisas e deixar tudo virar mato de novo, ai o pessoal vinha, fazia reunião e falava “olha, tem que proteger o rio, se não vai faltar água pra vocês”[...] aí que eu fui entender que se a gente não cuidar quem ia sair perdendo era a gente mesmo né. Então, acho que é isso o desenvolvimento sustentável [...] (Agricultor camponês entrevistado beneficiado pelo PEMH, trabalho de campo, 2015).

Eu lembro que eles falavam que era pra proteger o rio, não deixar a erosão tomar conta do pasto, essas coisas cuidar da natureza, e isso tudo era melhor pra nós também [...] não sei te falar se isso é desenvolvimento pra gente, o microbacias fazia isso ai, cuidava do meio ambiente e desse jeito a gente ajudava, fazendo as coisas que eles falavam porque a gente recebia os benefícios pra fazer a cerca lá na parte baixa do rio e os terraços (Agricultor camponês entrevistado beneficiado pelo PEMH, trabalho de campo, 2015).

O desenvolvimento sustentável foi institucionalizado na CATI da mesma maneira que eu falei sobre o desenvolvimento territorial, na época da conferência do Rio, em 1992, tava começando o debate interno na extensão rural sobre o meio ambiente. Ele já existia, claro, mas não na forma como é hoje, quer dizer, as coisas eram separadas, ou se falava em meio ambiente ou em produção. Aí, com a conferência veio a ideia maior de desenvolvimento sustentável que, como eu te falei do território, a CATI abraçou e começou a fazer treinamento e capacitação pra poder trabalhar nesse sentido, então, quando começou o microbacias, esse já era um tema institucionalizado, o pessoal já tava por dentro do que precisava ser feito (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Outro técnico atuante na execução do PEMH, defendendo o desenvolvimento sustentável nos relatou que:

O desenvolvimento sustentável veio pra ajudar. Se antes o produtor não tinha conhecimento, hoje ele não pode mais falar isso, porque a sustentabilidade

¹²⁵ Conforme as dimensões do desenvolvimento sustentável presentes no relatório Brundtland (ONU, 1984) e desenvolvida por Sachs (2005).

está em tudo, se ele melhorar sua prática de manejo, melhora sua propriedade. Eu acho que o desenvolvimento sustentável é a saída pra eles [...] é produzir com cuidado ao meio ambiente. (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Ainda buscando compreender o que *os agentes executores do PEMH entendem por desenvolvimento sustentável*, questionamos se o mesmo pode ser entendido enquanto alternativa ao modo de produção capitalista ou uma forma que os agentes atuantes em agências de fomento, no caso o Grupo BM, encontraram para reproduzir o capitalismo, tendo por base, as declarações da ONU (Questão 3.2 – Anexo 1).

Como a ONU? Quer dizer aquela ideia de preservar pro futuro? Olha, não sei o que tem a ver com o capitalismo? Não sei se é alternativa [...] porque se a gente ajuda o pessoal a trabalhar com sustentabilidade e pra eles isso é melhor e pros outros também, não é alternativa, porque é do mesmo jeito, só que cuidando do meio ambiente[...] e a outra, se reproduz o capitalismo, acho que é a mesma coisa [...] Não sei se tem a ver porque, veja bem, o capitalismo tá aí, é o que a gente vive certo? E se o pessoal consegue ter na sua propriedade um jeito de produzir e cuidar do meio ambiente e continuar vivendo, tá bom pra todo mundo, isso é ajudar o capitalismo? Não sei [...] Mas e se não for o capitalismo vai fazer o que? Viver na pobreza ninguém quer (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Esta informação nos permite reflexões maiores sobre a reprodução do modo de produção capitalista e o desenvolvimento sustentável. Consideramos que, se os agentes executores do PEMH não reconhecem o poder de agências internacionais como a ONU e o Grupo BM na reprodução do capitalismo, não há maneiras do mesmo reconhecer os impactos gerados a partir da mundialização deste modo de produção e seu processo alienador em relação à sociedade e a natureza e este acaba por realizar seu trabalho, enquanto extensionista rural, de forma alienada e ideológica, reproduzindo um discurso sem nexos, “[...] o capitalismo tá aí [...] viver na pobreza ninguém quer [...]” (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015), isto nos revela que, se o desenvolvimento sustentável pode ser compatível com o capitalismo, o é de forma ideológica somente.

Neste ponto buscamos identificar a relação da CATI com o desenvolvimento sustentável, na forma proposta por esta política pública, apresentamos uma declaração da FAO, ao funcionário da CATI entrevistado, que afirma que o desenvolvimento sustentável pode ser um novo modelo para a produção agropecuária (FAO, 2002) e questionamos se esse posicionamento pode estar relacionado com o fato de que *a ONU se articula em torno do desenvolvimento sustentável com distintos fins* e expusemos ao entrevistado as possíveis respostas: a) para defender interesses capitalistas, ou, b)

humanitários (Questão 3.5 – Anexo 1). A resposta foi precisa: “A ONU se articula para defender interesses humanitários”, e o entrevistado acrescenta: “É a mesma coisa que eu te falei, porque o pessoal pode produzir e ter sua APP, cuidar do rio, é a mesma coisa” (Técnico extensionista da CATI, trabalho de campo, 2015).

As informações apresentadas até o momento nos demonstram que houve a aceitação das proposições sustentável e territorial pela CATI, a partir de recomendações do Grupo BM. Deste modo, percebemos que esteja subentendida uma relação de poder, no sentido de submissão, que revela as relações de poder e interesse que existem por trás das tomadas de decisão governamentais. Para Gameiro (2013), isto revela:

[...] que as representações individuais e coletivas acerca dos recursos naturais não são homogêneas ou absolutas, se relacionando mais ao círculo das crenças tecidas ao seu redor, a disputa pela construção de sentidos sobre o Programa de Microbacias resultou fragmentada, e a consciência discursiva revelou os traços de suas rotinas e experiências concretas [...] (GAMEIRO, 2013, p. 117).

Neste sentido Frey (2001), considera que:

Apesar da comunidade internacional se reportar unanimemente favorável à concepção do desenvolvimento sustentável, dificilmente consegue-se reconhecer esse suposto compromisso com a defesa do meio ambiente e das gerações futuras nas ações e medidas atuais. Pelo menos os resultados referentes às determinações de metas concretas nas conferências internacionais e às políticas públicas adotadas em boa parte dos países ficam significativamente aquém das recomendações que boa parte dos cientistas e ambientalistas consideram indispensáveis a fim de alcançar a estabilização do clima mundial e um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Ou seja, o reconhecimento de um déficit de ação não leva necessariamente a correspondentes acordos e medidas. Evidentemente, existem fatores inerentes aos sistemas políticos e econômicos impedindo que a orientação para o bem comum possa se impor no momento da negociação de acordos, como também na fase da implementação das estratégias de políticas públicas (FREY, 2001, p. 2).

O fato da reflexão sobre a relação sociedade e natureza ter sido inserida nos debates políticos e econômicos internacionais resultou no surgimento da proposta de desenvolvimento sustentável, e, com o tempo, esta passou a ser incorporada definitivamente em vários setores, como os que se relacionam a elaboração e implementação de políticas públicas e como no exemplo que trouxemos sobre a expansão do setor sucroenergético e a territorialização do modo de produção capitalista.

Esta incorporação, da perspectiva sustentável, ao desenvolvimento territorial rural em diversos setores da economia foi reforçada, de acordo com Pepper (2000),

principalmente a partir da década de 1990 como forma de socializar a responsabilidade pela destruição de recursos naturais pelo discurso e práticas articuladas no ecocapitalismo¹²⁶.

Considerando que o rumo seguido pela moderna agricultura faz parte de um processo mais amplo de expansão capitalista, que inclui a articulação crescente da agricultura com a indústria, torna-se fundamental evidenciar que um modelo alternativo de agricultura, com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, tem sua viabilidade condicionada a um jogo de forças global cujo comando escapa aos segmentos defensores do desenvolvimento sustentável, na forma que Mészáros (2012) escreveu sobre os movimentos de questão única. Em verdade, se a agropecuária moderna traz como um de seus pressupostos a superação dos limites impostos pela natureza, seria, no mínimo, paradoxal que, dentro dela mesma ou do segmento ao qual se subordina (a agroindústria moderna), pudesse ter lugar a reflexão quanto aos danos sociais e naturais causados por esta atividade na contemporaneidade. Este fato se torna relevante quando analisados a partir do que Mészáros (2012) escreveu sobre os movimentos e partidos políticos que se articulam em torno do desenvolvimento sustentável entendendo este enquanto questão única¹²⁷. Isto revela a capacidade

¹²⁶ O ecocapitalismo entende o desenvolvimento sustentável como atrelado a políticas que enquadram a natureza em normas e leis desde a lógica capitalista que visa assegurar o provento contínuo de matérias para seu processo produtivo. Deste modo, diversos segmentos industriais e comerciais passam a adotar padrões de certificação internacional, por exemplo, que somente aqueles mais privilegiados economicamente podem usufruir, direcionando suas ações para o mercado devido ao atrativo para o consumidor do produto ecologicamente correto, ignorando a conexão existente entre o produtivismo e o capitalismo, o que leva a uma ilusão do capitalismo limpo (LÖWY, 2005). Reconhece os problemas relativos ao meio natural, mas acredita de uma forma irrestrita, que a atual forma de sociedade sempre os resolverá e alcançará um crescimento ilimitado (a visão da cornucópia) ou, mais conservadoramente, que as mesmas podem ser contornadas com uma gestão cuidadosa da economia e do ambiente sem alteração nas relações de produção (PEPPER, 2000). Assim, temos um pensamento estritamente relacionado à dimensão econômica, o qual reconhece os problemas de um desenvolvimento predatório, mas, não se caracteriza um ideal de descentralização de poder e capital, a verdadeira causa das questões sobre um novo modelo desenvolvimentista. A relação sociedade e natureza é administrada dentro da esfera da economia, sendo com essa referência pensado o social. Incorpora-se, ainda, a natureza à cadeia de produção: a natureza passa a ser, definitivamente, um bem do capital. O discurso ecocapitalista vem atrelado a erradicação da fome e da melhoria na qualidade de vida, da necessidade de gerar rendas e empregos no campo e nas cidades, mas, a nosso ver, defende os privilégios e o capital daqueles que representam estas situações em busca de lucro e da produção ampliada.

¹²⁷ Por *questão única*, Mészáros (2012), entende a disposição de movimentos sociais, como o ambientalismo politicamente organizado do Partido Verde europeu, de dedicarem atenção a questões relacionadas aos recursos naturais desprezando as demais relações sociais de produção no qual estão inseridas aquelas questões. “O fato de que, em prazo relativamente curto, todos esses partidos tenham se marginalizado, apesar do espetacular sucesso inicial em todos os países, acentua o fato de serem as causas da destruição ambiental muito mais profundamente enraizada do que admitiam os líderes desses movimentos reformistas que ignoravam programaticamente a questão das classes, inclusive aqueles que imaginaram poder instituir uma alternativa viável ao projeto socialista, convidando seus adeptos a mudar do vermelho para o verde” (MÉSZÁROS, 2012, p. 94).

integradora deste modo de produção, pois: “[...] o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas em seus parâmetros estruturais” (MÉSZÁROS, 2012, p. 95). Com isso, os próprios movimentos que atuam em defesa do desenvolvimento sustentável acabam integralizados ao modo de produção capitalista.

O ambientalismo, por sua própria natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), é não integrável. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de ‘questão única’ tenham de sofrer no futuro previsível. Entretanto, a não integrabilidade definida em termos históricos e de época, apesar de sua importância para o futuro, não pode, por si só, ser garantia de sucesso. Portanto, a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados ‘novos movimentos sociais’ (hoje valorizados em oposição ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua. *Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social.* (MÉSZÁROS, 2012, p. 96, itálicos nossos).

A questão maior, a nosso ver, é saber discernir quando existe um verdadeiro interesse de órgãos de fomento internacional, no caso o Grupo BM, pela conservação ou preservação de recursos naturais, ou quando existe uma tentativa de, ideologicamente, mascarar o problema, transformando a questão em marketing.

Entendemos que o modo de produção capitalista, pelas suas próprias contradições internas, já demonstrou a incapacidade de qualquer intenção ou possibilidade de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável.

As perguntas seguintes foram formuladas buscando *entender a possível coexistência entre o desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo de produção capitalista* (Questões 3.10, 3.11 e 4.4 – Anexo 1). As respostas obtidas asseveram que o desenvolvimento sustentável não diz respeito a formas de comercialização e/ou produção, portanto, pode ser compatível com o modo de produção capitalista (Questão 4.5 – Anexo 1) e nem tão pouco revela, *na visão do entrevistado*, alguma forma de ideologia, porque: “[...] é uma necessidade, não está relacionado a um partido político... que vai mudando sua maneira de pensar” (Funcionário da CATI, trabalho de campo, 2015).

Até pode, porque a vontade de todo mundo, todo agricultor, é cuidar da sua propriedade [...] ter o cuidado com o solo na hora de plantar, tudo o que ajuda

o meio ambiente e a produção de uma boa fruta, uma boa verdura, e é claro que com isso o produtor consegue agregar valor na sua mercadoria. Aí você volta em tudo o que te já te falei sobre o desenvolvimento sustentável, é tudo a mesma coisa, entende? Não tem problema se o produtor consegue aumentar sua renda e proteger o meio ambiente (Técnico extensionista da CATI, trabalho de campo, 2015).

Esta resposta traz à tona a questão da percepção sobre ideologia, lembrando que nosso posicionamento sobre este conceito remete ao proposto por Marx e Engels (2011) de falseamento da realidade. Em nenhum momento identificamos no entrevistado esta perspectiva, o que notamos foi o entendimento de ideologia como uma maneira pessoal de posicionamento, o que o entrevistado relaciona a questão partidária. Reconhecemos que o entrevistado não tem noção da concepção adotada neste trabalho sobre ideologia, e nem tem a obrigação de ter e cobrar isso dele não faz sentido.

Porém, o que podemos afirmar é que o pensamento dele confirma o funcionamento da ideologia capitalista. Deste modo, o entrevistado, que não é um pesquisador e sim um técnico extensionista que está sob a égide da ideologia do modo de produção capitalista, não existe discrepância entre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento sustentável, o que ocorre, nesta perspectiva, é somente a idealização de um modo de produção que, de certa forma, respeite os espaços considerados naturais.

Foladori (2001) demonstra que o modo de produção capitalista e o desenvolvimento sustentável são incompatíveis, havendo sérios limites para atingi-lo. As propostas de desenvolvimento sustentável encontram-se limitadas a soluções pelo viés técnico e tecnológico, evitando questionar as relações sociais de produção. De acordo com o autor, “[...] é a forma social de produção e não seu conteúdo material e técnico que determina o comportamento em relação à natureza” (FOLADORI, 2001, p. 108). Além disso, em virtude da existência de uma sociedade classista no capitalismo, o poder de intervenção sobre os recursos naturais encontram-se nas mãos dos detentores dos meios de produção e de capital.

Paralelamente à criação de novas necessidades, a indústria capitalista foi transitando até produtos de qualidade cada vez pior, cuja vida útil mais curta permite a rotação mais rápida do capital. As modas se abreviaram no tempo, os novos produtos passaram a obsoletar os mais antigos com maior rapidez, e o lixo e a poluição começaram a se amontoar também rapidamente (FOLADORI, 2001, p. 178).

Neste mesmo sentido, Montibeller Filho (2008) escreveu que:

Sabe-se que o capitalismo avançado é um sistema que tende à produção de uma quantidade enorme de mercadorias. É ele impulsionado por uma dinâmica – sintetizada no avanço tecnológico, aumento da produtividade e investimentos [...] – que implica produzir volumes sempre maiores de mercadorias como forma de obter lucro e garantir a valorização e acumulação de capital [...] (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 257).

Destas informações, podemos considerar que as entrevistas com os produtores rurais na microbacia, membros da ASCICAMP e com os técnicos executores da CATI nos permitiram identificar dois diferentes tipos de discursos. O primeiro é caracterizado por aqueles que ainda se dedicam a atividade agropecuária através de arrendamento e, quando necessário, dispõem de alguns momentos para discutir questões relacionadas à organização social. Não expressam muito conhecimento sobre as questões propostas na entrevista, não foram objetivos, apresentaram-se evasivos e frequentemente recorrem a exemplos práticos para responder as perguntas.

O segundo tipo de discurso é observado naqueles que não realizam mais atividades produtivas, ou seja, aqueles que não moram mais em suas propriedades e dedicam-se preferencialmente a atividades comerciais ou vivem de aposentadoria rural. Nesses depoimentos observamos uma capacidade de discussão sobre os temas propostos, significativamente melhor do que os representantes do primeiro tipo. A diferenciação entre os dois tipos de discurso, no nosso entendimento, está relacionada ao conhecimento sobre o tema e a participação em espaços de discussão.

A construção de uma noção sobre um determinado termo não evidencia somente expressões de poder, mas traduz, relativamente, visões de mundo e percepções de futuro, elementos necessários para a compreensão do atual estágio do processo de desenvolvimento e da identificação da posição (autor ou espectador) do formulador da concepção. O desenvolvimento sustentável, tal como proposto pela ONU, implica a atenção simultânea de diversos setores ou dimensões para formar um projeto de futuro envolvendo aspectos sociais e naturais. Conseguir a articulação da economia, a produção e a competitividade geradora de rendas privadas, com desenvolvimento social ou político e ainda preservar os recursos naturais exige uma articulação que se traduz na busca de mecanismos de integração entre as políticas econômicas e as políticas de tipo social, que compreendem estratégias redistributivas ou de busca de equidade e, ainda, de preservação e recuperação de recursos naturais.

As estratégias de continuidade (formação de agentes de educação ambiental) (CATI, 2005) do programa não permitiram ao produtor desta microbacia um novo modo

de produção e relacionamento com a natureza como estava previsto inicialmente. Além deste fato, a que frisar que o PEMH, em sua totalidade, foi realizado paralelamente ao avanço da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo como demonstramos anteriormente (item 2,1) e este fato pode ter inibido os resultados desta política pública tendo em vista o avanço territorial do setor sucroenergético no Estado de São Paulo.

De acordo com as informações produzidas durante o trabalho de campo, percebemos que houve abandono das práticas agrícolas em algumas propriedades que passaram a ser alugadas para eventos festivos e o arrendamento de terras é uma realidade, como já mencionamos neste trabalho, levando esta microbacia a uma condição de precariedade. Desta forma, considerando e interpretando o que já escrevemos até o momento, relacionando a teoria com o empírico, somos levados a considerar que as políticas que se apresentam com o título, ou objetivo, de desenvolvimento sustentável, em específico o PEMH (ao menos no caso estudado) estão ainda longe de realmente contribuírem para um modelo de desenvolvimento que se possa intitular de sustentável.

Concordamos quando se rotula tais propostas como conservadoras de recursos naturais, mas, lembrando que trabalhamos aqui com a perspectiva de desenvolvimento sustentável criada pela ONU, a partir do Clube de Roma, aquela capaz de garantir às gerações futuras as mesmas oportunidades das gerações atuais, tais políticas estão, ao menos, equivocadas em relação aos seus objetivos. Isto nos leva a nossa terceira aproximação sobre a nossa hipótese a partir dos resultados do PEMH que, de acordo com nossa pesquisa e com Neves Neto (2013), não apresentou resultados satisfatórios. Mas, consideramos também que, apesar deste resultado não satisfatório, o Grupo BM não deixou de investir em projetos voltados ao desenvolvimento territorial rural sustentável que variam de financiamento de construção de rodovias, auxílio a povos indígenas até combate a erosão em territórios rurais e preservação de mananciais¹²⁸. De acordo com o site oficial do Grupo BM, existem na atualidade 40 projetos financiados no Brasil somando um total de “[...] 40 projects, totalling \$6.67b, operating in 533 locations” (WORLD BANK, 2016). Com isto, o que evidenciamos é que a função do Grupo BM está sendo cumprida a risca, ou seja, um banco, qualquer banco, seja privado ou público, tem como função propiciar a circulação financeira. No

¹²⁸ Os projetos podem ser consultados no link: <http://maps.worldbank.org/p2e/mcmap/map.html?org=ibrd&level=country&code=BR&title=Brazil>

quadro 7, apresentamos os projetos atualmente financiados pelo Grupo BM, o setor a qual está relacionado e o montante financiado, em milhões de dólares.

Quadro 7: projetos financiado pelo Grupo Banco Mundial relacionados ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

Projeto	Setor	Financiamento
BR ABC Cerrado (P143184)	Environment & Natural Resources	\$10.62M
BR APL SP Integrated Wtr Mgmt (P006553)	Water	\$104.00M
BR Bahia Sustainable Rural Development (P147157)	Agriculture	\$150.00M
BR Ceara Rural Sustainb&Competitiveness (P121167)	Agriculture	\$100.00M
BR DGM for Indigenous People (P143492)	Environment & Natural Resources	\$6.50M
BR Energy & Mineral Sctr Strengthening (P126537)	Energy & Extractives	\$49.60M
BR ES Integrated Sust. Water Mgt Project (P130682)	Water	\$225.00M
BR FIP Environmental Cadastre (P143334)	Environment & Natural Resources	\$32.48M
BR GEF Amazon Region Prot Areas Phase 2 (P114810)	Environment & Natural Resources	\$15.89M
BR Marine Protected Areas Project (P128968)	Environment & Natural Resources	\$18.20M
BR MST Acre Social Economic Inclusion (P107146)	Agriculture	\$120.00M
BR MST Federal Integrated Water Sector (P112073)	Water	\$107.33M
BR MST Rio Grande do Norte Regional Dev (P126452)	Agriculture	\$360.00M
BR Municipal APL3: Teresina (P088966)	Water	\$31.13M
BR Pernambuco - Rural Economic Inclusion (P120139)	Agriculture	\$100.00M
BR Pernambuco Sustainable Water (P108654)	Water	\$190.00M
BR Sergipe Water (P112074)	Water	\$70.28M
BR SP Sust Rural Dev & Access to Markets (P108443)	Agriculture	\$78.00M
BR SP Water Reagua (P106703)	Water	\$64.50M
BR-FIP: Cerrado Monioring Systems (P143185)	Environment & Natural Resources	\$9.25M
BR-RJ Sustainable Rural Development (P101508)	Agriculture	\$39.50M
Sao Paulo Sustainable Transport Project (P127723)	Transport & ICT	\$300.00M
Strengthening PM and Int Territorial Dev (P126735)	Social, Urban, Rural and Resilience Global Practice	\$48.00M

Fonte: World Bank, 2016

Organizador: Guilherme Magon Whitacker

Destas observações, o que nos é importante destacar é a função do Grupo BM. Mesmo o PEMH não tendo resultados expressivos em relação aos seus objetivos, o que destacamos é o montante que esta agência internacional é capaz de fazer circular utilizando o desenvolvimento sustentável como estratégia para esta circulação, de acordo com o quadro 6 temos um total de **U\$\$ 2.230.028,00** circulando sob a ênfase do desenvolvimento sustentável.

Deste ponto, lembrando Luxemburgo (1988), o que torna possível a reprodução do modo de produção capitalista é a circulação. Portanto, *essas informações tornam a verificação de nossa hipótese válida, ou seja, confirmamos que o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado como alternativa para a reprodução do modo de produção capitalista fazendo uso, dentre outros meios, da territorialização do modo de produção capitalista, no caso da expansão do setor sucroenergético, e da normatização do território, como na política pública aqui apresentada.*

Demonstraremos na sequência que os fatos e processos aqui já evidenciados, desde os escritos sobre a crise do petróleo, as primeiras conferências internacionais sobre o tema até a institucionalização do mesmo no Grupo BM e a influência deste em estados membros para aceitar suas imposições, corroboram para a validade da hipótese.

Os empréstimos para investimentos financiam uma ampla variedade de atividades voltadas para a criação da infraestrutura física e social necessária para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. O financiamento de investimentos evoluiu com o tempo. Concentrados a princípio em obras, serviços de engenharia e construção, o financiamento de investimentos veio a se concentrar mais no fortalecimento institucional, no desenvolvimento social e na política pública de infraestrutura necessária para facilitar a atividade do setor privado. Os projetos vão desde a redução da pobreza urbana (envolvendo, por exemplo, empreiteiras em projetos de habitação) ao desenvolvimento rural (formalização da posse da terra para aumentar a segurança dos pequenos agricultores); passando por água e saneamento (aumento da eficiência das empresas de saneamento); manejo de recursos naturais (provisão de treinamento em silvicultura e lavoura sustentável); reconstrução após conflito armado (reintegração de soldados nas comunidades); educação (incentivando a educação de meninas); e saúde (criação de postos de saúde rurais e formação de agentes de saúde) (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 17).

Considerando que no documento Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988) estão elencadas as diretrizes para que se estabeleça um novo rumo para humanidade, quais sejam, as dimensões, política, econômica, social, cultural e ecológica, entendemos que o PEMH não contempla estas esferas, ficando restrito a questões naturais e de

organização social estritamente locais, portanto, fora dos anseios preconizados pela ONU.

Consideramos e acreditamos na importância de suas ações, repetimos. Porém, para ações futuras, compreendemos ser necessária uma maior cautela ao definir objetivos de políticas públicas que trabalhem com a conservação de recursos naturais em espaços rurais. Pois é neste sentido, e somente neste, que reconhecemos a validade das ações do PEMH.

As ações desenvolvidas pela CATI e pela ASCICAMP não conseguiram alcançar os objetivos propostos inicialmente. Não esquecendo que avaliamos este programa sob a perspectiva daquilo que entendemos por desenvolvimento sustentável. Pela nossa interpretação, as dimensões que englobam o ideal do desenvolvimento sustentável (política, cultural, econômica, social e ambiental), não foram atingidas.

Estas informações nos levam a considerar o que Santos (2009) escreveu sobre os principais processos dominantes em nossa sociedade. De acordo com o autor citado, estes são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder.

Coadunando com esta perspectiva Castells (1999) entende que estruturas sociais dominantes determinam os procedimentos de organizações cuja lógica interna é estratégica para a formulação de práticas sociais. Para Castells (1999), a teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social.

O espaço de fluxos é a lógica espacial dominante do modo de produção capitalista em nossa sociedade, numa dominação não apenas estrutural, mas sim estabelecida, concebida, decidida e implementada por agentes que determinam as relações de poder baixo o manto do modo de produção capitalista. Portanto, a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais historicamente específicas.

Daí a ingerência do global ao local que nos auxilia na interpretação dos fluxos de poder que circulam no PEMH, partindo da analogia de que o Grupo BM encontra-se no espaço de fluxos globais e os beneficiários e executores do programa em uma escala local. Segundo Castells (1999), como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos globais, a dominação estrutural de sua lógica altera o

significado e a dinâmica dos locais. O espaço de fluxos pode ser preliminarmente revelado pelas exigências feitas, na forma de recomendações, pelo Grupo BM para a adaptação desta política pública ao campo no estado de São Paulo (GAMEIRO; MARTINS, 2011).

Conforme declarado pelo Grupo BM, a estratégia da instituição perante o Brasil consistia no apoio: a) a reformas estruturais que consolidassem a estabilização e impulsionassem o crescimento dirigido pelo setor privado; b) à redução da pobreza através de programas de crescimento de base ampla e socialmente focados, incluindo aqueles para o meio rural; c) à expansão da infraestrutura; d) à promoção de desenvolvimento sustentável (WORLD BANK, 2009).

Outra indicação do espaço de fluxos pode ser encontrada nas mudanças operacionais e institucionais exigidas pelo Banco Mundial à CATI, frente ao que o banco caracterizou como incompetência da instituição. Aparentemente, a negociação das condições exigidas pelo Grupo BM adquire legitimidade perante os responsáveis pela execução do PEMH por meio de códigos implícitos e compartilhados presentes nas relações entre as instituições, revelando a dominação dos espaços de fluxos (GAMEIRO, MARTINS, 2011, p. 193).

A dominação através dos espaços de fluxos pode também ser reconhecida através do discurso do Grupo BM. Em seu relatório final de avaliação do programa, o Grupo BM também afirma que o PEMH só ganhou força depois de algumas mudanças na equipe de alto escalão do governo e dos esforços mais intensivos feitos para explicar os princípios e justificativas do projeto aos membros novos do governo (WORLD BANK, 2009).

O discurso sugere que o Grupo BM acredita que sua capacidade técnico-administrativa foi estrategicamente imprescindível para o que o PEMH atingisse algum sucesso em seu desenvolvimento. Os códigos embutidos neste jogo de forças pertencem à estrutura social e transitam pelos nós das redes na forma de fluxos, de modo que a dominação decorrente disso não seja explicitamente marcada como tal.

As entrevistas realizadas com técnicos executores do PEMH revelam que, mesmo estes, apesar dos treinamentos e cursos de capacitação realizados, não conseguiam explicar com precisão o que entendiam por desenvolvimento territorial rural sustentável, suas respostas eram sempre genéricas e indicavam a preocupação em relação às normatizações e objetivos estabelecidos nos manuais operacionais da CATI.

Desta dimensão do PEMH emerge a preponderância dos sistemas peritos (GIDDENS, 1991), ou seja, identificamos que a excelência técnica, ou competência profissional por de trás desta política pública, tem suas matrizes fortemente relacionadas à confiança aos membros do Grupo BM. Esta confiança, que se traduz em influência, não seria depositada apenas nos profissionais em si, mas majoritariamente na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam, algo que o leigo não pode, em geral, conferir exaustivamente sozinho (GIDDENS, 1991).

A confiança no sistema perito seria legitimada pelos agentes que compartilham das crenças daquele sistema. Fazendo a correlação desta abordagem conceitual com o desenvolvimento prático do PEMH, pode-se considerar que o consentimento voluntário dos beneficiários do projeto à presença e às sugestões dos técnicos da CATI, quando ocorre, pode decorrer do fato de confiança no sistema perito, os eventuais guardiões da tradição em nível local.

Desta, consideramos que a não consideração sobre os impactos negativos, na nossa perspectiva de trabalho, favorece a disseminação do desenvolvimento territorial rural sustentável levando em consideração a perspectiva normatização, pois, ao aceitar as recomendações do Grupo BM sobre a descentralização, exclui-se o estado de sua obrigação em relação à proteção de recursos naturais e melhorias em relação ao produtor rural e, atribuindo a este, exclusivamente, sua condição precária e a degradação de recursos naturais em algumas propriedades, pois, com o processo de descentralização ocorreu à supervalorização da escala local no processo de desenvolvimento, transferindo a este nível a responsabilidade de formular estratégias, ainda que orientadas segundo recomendações, que garantissem a inserção dos mercados locais difundindo uma premissa dissonante: *pensar globalmente, agir localmente*. Isso reforçou a noção de que as escalas úteis para articular estrategicamente o desenvolvimento territorial rural sustentável, por meio de relações de poder (GÓMES, 2006), sejam as locais e a global.

Com isso, ofusca-se e desvia-se o debate das questões estruturais que predominam no modo de produção capitalista, que deveriam ser efetivamente motivo de preocupação da sociedade, de maneira que os enormes limites estruturais colocados à regulação local são subestimados, como “[...] a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 36, 37).

Neste mesmo aspecto de mascaramento das questões estruturais, é preciso salientar que não é em escala local que são determinados os agentes dominantes de ordem macroeconômica, como taxas de juros, relação salarial, câmbio, políticas monetárias e financeiras, e isto é o que impede que sejam estabelecidas políticas efetivas de desenvolvimento.

Compreendemos que, para o efetivo desenvolvimento é necessário a mobilização dos agentes sociais locais. Porém, há que se destacar que isso deve ocorrer juntamente com ações e políticas emanadas e coordenadas por um estado forte e atuante na correção das distorções e desigualdades. Aliás, deve-se ressaltar que essa coordenação dos agentes locais, em prol do desenvolvimento, não é harmônica, pois, mesmo no plano local, os objetivos dos indivíduos que pertencem às classes sociais distintas têm ações distintas e, muitas vezes, opostas, fato este que gera conflitos e tensões, já que existem fortes assimetrias na apropriação do poder, recursos e capital por parte dos indivíduos.

É nesse bojo que se inscrevem a descentralização e a concepção de participação centrada no território que fortalece as perspectivas localistas e reforçam o individualismo, ou seja, a supremacia do indivíduo sobre a sociedade. Os mecanismos de participação estão assentados na formação de conselhos deliberativos e comitês populares, a fim de conhecer seus pontos de vista e preferências, estimulando, quando possível, a participação direta dos usuários.

Ao mesmo tempo em que se estabelece essa possibilidade de participação na esfera pública, de longa data reivindicada pelos segmentos progressistas da sociedade civil, as orientações alertam, entretanto, sobre a necessidade de imposição de limites nas reivindicações que podem chegar ao Estado.

Estas informações produzidas durante o trabalho e com base também em revisão bibliográfica sobre o tema e a política estudada, nos permite escrever que a aceitação do discurso sobre o desenvolvimento territorial rural sustentável, por pesquisadores e autores, vai depender do grau de abstração do indivíduo, que, segundo a concepção marxista, tem sua consciência determinada por sua atividade de produção na sociedade (MARX; ENGELS, 2009).

O indivíduo tem consciência de si quando tem consciência do que produz, como produz, para quem produz, pois ele está inserido num sistema econômico. A sua abstração vai depender da sua consciência, da criação das ideias que estão vinculadas à sua base de sobrevivência, ligadas ao seu modo de produzir e reproduzir, de como está

inserido no processo. Ou seja, é o discurso cuja linguagem sofre limitações, e cujo público já foi previamente escolhido, fazendo dele o espaço da opinião replicada, em lugares e momentos previamente determinados, com conteúdo e forma também previamente elaborados.

Portanto, as recomendações do Grupo BM são documentos técnicos, portadores de informações que servem como meio para determinados fins de implementação, também técnica, na forma de manuais operacionais (CATI, 2001). A análise documental, restrita ao Grupo BM no contexto de nossa pesquisa, nos permitiu extrair evidências e confrontar afirmações, pois estes foram organizados em determinado contexto e fornecem significados sobre o mesmo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Deste modo, consideramos que o *Think Tank* aqui anteriormente relacionado, o Clube de Roma, não é apenas o simulacro de um *lócus* produtor e difusor de saber. Ele realmente produz conhecimento. O que acontece é que um discurso enunciado por um especialista que, para o senso comum, é aquele que parece saber sobre o que está falando, algo que soa mais crível e legítimo. Afinal, a instituição à qual está vinculado acaba por credenciá-lo. Com isso, passa a existir um agente que institucionaliza essas metáforas que se apresentam carregadas de cientificidade e, sobretudo, intencionalidade (BOURDIEU, 2009).

O desenvolvimento sustentável e a construção de vários mitos mostram como e o quanto isso funciona. Isso não quer dizer que o discurso de um determinado operador de crenças não seja verdadeiro, mas a versão que se apresenta, ainda que inexata, torna-se absolutamente real e, durante um tempo, inquestionável.

Como afirma Goodman (1995), nosso próprio conhecimento da realidade se dá por meio da construção de versões de mundo, versões essas que, segundo o autor, funcionam como sistemas de símbolos que ordenam, organizam e classificam as coisas que existem e que estão diretamente ligadas às escolhas que fazemos, com base em convenções estabelecidas.

Para esse autor, todas as diferentes visões da realidade são visões de mundo que compõem a realidade em que vivemos e são igualmente válidas, porque criamos e recriamos, a todo instante, o mundo à nossa volta. Aos incautos, Goodman (1995) alerta que:

[...] o cientista que supõe estar ingenuamente dedicado à procura da verdade engana-se a si próprio [...] Ele procura sistema, simplicidade, escopo; e quando satisfeito com estes resultados talha a verdade de modo a que esta se ajuste [...] Ele tanto decreta como descobre as leis que apresenta, tanto desenha como discerne os padrões que delinea (GOODMAN, 1995, p. 56).

Deste modo, a verdade é um processo, uma construção. A mesma observação é feita por Cassirer (2005). Ao mesmo tempo em que aponta que o valor da ciência “[...] que nos proporciona a garantia de um mundo constante [...] Em um universo mutável, o pensamento científico fixa os pontos de apoio, os polos inamovíveis [...]” (CASSIRER, 2005, p. 338), o autor afirma que, no fim das contas, sua suposta objetividade é inalcançável, já que seus operadores são, por definição, de natureza intrinsecamente subjetiva.

É esta restrição das qualidades subjetivas que marca o modo geral da ciência. A ciência delimita a objetividade delas, mas não pode destruir por inteiro sua realidade. Pois cada aspecto da nossa experiência humana tem uma reivindicação à realidade (CASSIRER, 2005, p. 130).

Entre algumas das funções que os *Think Tanks* exercem no sistema político e econômico nos quadros do Grupo BM, são relevantes os esforço em traduzir o conhecimento mais acadêmico e teórico para uma linguagem acessível para seu público-alvo, sejam os políticos, seja o governo, seja a imprensa; capacitar futuros funcionários do governo, que manterão essa ponte de comunicação entre um setor e outro de modo permanente, além de filtrar o excesso de informações em uma realidade cada vez mais complexa, ágil e interdependente e de desenvolver pensamento estratégico e elaborar programas de governo, em todos os níveis do Poder Executivo (TEIXEIRA, 2007).

No que pode ser um dilema pessoal, ou não, dependendo de como cada pesquisador vê sua função e seu lugar na sociedade, os *Think Tanks* também atuam para dar sentido, legitimar e justificar políticas, lançando mão de efeitos retóricos, o que torna pouco nítida a natureza do discurso científico e aumenta a opacidade de uma determinada agenda.

O limite entre o crédito ou o descrédito dado ao Clube de Roma é, de fato, tênue. O trabalho deste *Think Tank*, realmente, funcionou, pois, no momento em que seu público internalizou suas análises e sugestões, tomando-as como plausíveis e verdadeiras, creditaram o que foi descrito em seu relatório (MEADOWS, et al, 1972).

Capítulo 6. Sobre a ideologia do desenvolvimento sustentável, ou, sobre o imperialismo ecológico

O Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) é referência para a maioria dos estudos sobre desenvolvimento sustentável e, também, para o direcionamento de ações estratégicas no contexto de formulação e implementação de políticas públicas voltadas a esse fim. Seu arcabouço discursivo tem bases políticas e conceituais no *Think Tank* Clube de Roma e na publicação do relatório *Os Limites do Crescimento* (MEADOWS, et al 1972) que surgiu no bojo da crise econômica da década de 1970. Cole (1973), dentre outros, faz críticas a este documento, pois, a partir deste a crise do modo de produção capitalista e seus reflexos sobre o projeto desenvolvimentista de então, passaram a ser entendidos, planejados e trabalhados a partir da ótica dos limites físicos: matérias primas, combustíveis fósseis e nucleares (COLE, et al, 1973).

Deste modo, o desenvolvimento sustentável, segundo o Relatório Brundtland (CMMAD, 1984), coaduna com a harmonização de um pacto transclassista, sem formulação teórica necessária para tratar a questão a que foi elaborado, a relação entre a sociedade e a natureza por meio do desenvolvimento sustentável. Entendemos que este visa, sim, compatibilizar o crescimento econômico com a recuperação e preservação de recursos naturais, porém, sem referendar um projeto de superação do modo de produção capitalista por ter sido elaborado com base em seus próprios fundamentos, o que permite a coexistência com o mesmo.

Para Montibeller Filho (2001) essa coexistência não é possível, o desenvolvimento sustentável constitui-se como mito. Montibeller Filho (2001) explica que o capitalismo necessita aproveitar-se dos custos sociais e ecológicos e incorporá-los como lucro, por isso, inviabiliza as propostas contidas no desenvolvimento sustentável de combater a pobreza e anular a falha sociometabólica, pois explorar mão de obra e recursos naturais é inerente à lógica do sistema na sua busca pelo lucro. Porém, consideramos que é sobre esta mesma lógica que o desenvolvimento sustentável vem se territorializando, afinal, não é este o objetivo de setores vinculados à produção sucroenergética, por exemplo?

Portanto, a coexistência não somente é possível como existe, possui materialidade em diversos setores tendo sido elaborada no coração do modo de produção capitalista não poderia, de nenhuma maneira, ter sido criada para colocá-lo em risco. A partir deste, a teoria marxista problematiza contundentemente a alienação

provocada pelas relações produtivas estabelecidas no capitalismo. De acordo com este posicionamento teórico, as soluções paliativas no tratamento de questões entre a sociedade e a natureza constituem-se estratégias de reprodução ao próprio capitalismo (FOLADORI, 1997, 2002).

A partir da década de 1970, há uma crise do padrão de acumulação do capital, com o declínio da taxa média de lucro que se propalou pelo mundo do trabalho. Para alcançar as taxas de lucro do apogeu fordista, ou para ir além delas, os agentes capitalistas começaram a discordar da destinação de frações dos recursos detidos pelo Estado com as políticas públicas de bem-estar social (ZIZEK, 2011). A crítica neoliberal acentuou tal aspecto, revitalizando os discursos de déficit fiscal acarretado pelos compromissos que o pacto impunha ao Estado (HARVEY, 2005). Nesse processo, surgiram vários movimentos que questionaram os impactos negativos, tanto sobre a sociedade quanto sobre a natureza, do modo de produção capitalista (PORTO-GONÇALVES, 1989). Eles eclodiram de situações particulares, como as vividas por jovens, mulheres, negros, minorias étnicas, ambientalistas, feministas e outros, que almejavam transformações anteriormente prometidas e não realizadas plenamente (MÉSZÁROS, 2012).

Destes apontamentos, esclarecemos o porquê de considerarmos o desenvolvimento sustentável como ideologia, aqui, entendida como falseamento da realidade (MARX; ENGELS, 2009). Posicionamento este que nos implica em reconhecer que existem “[...] complexos processos sociais de ‘interpelação’ ou alusão a nós dirigidos” (THERBORN, 1991, p.3). Entendemos, a partir de Marx e Engels (2009) e Therborn (1991) que as ideologias, a partir de sua forte formação, possuem a capacidade de interpelar¹²⁹ distintos agentes “[...] fazendo com que estes compreendam o mundo em diversos graus de significatividade” (THERBORN, 1991, p. 4). O autor citado (THERBORN, 1991) demonstra que existem três formas de interpelação ideológica, a primeira indica “[...] o que existe e seu corolário, o que não existe, quem somos, o que é o mundo, como são a natureza e a sociedade [...]”; a segunda elas, as interpelações, em cada tempo e lugar, “[...] [afirmam] o que é bom, correto, justo, belo e todos os seus contrários [...]”; e, por fim, a terceira afirma o que seria “[...] possível e impossível”, permitindo a construção dos sentidos de permanência e mutabilidade de determinada ordem/condição/sociedade (THERBORN: 16).

¹²⁹ Interpelação corresponde a “[...] uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento” (PÊCHEUX, 1996, p. 149).

Portanto, se, inicialmente, questionamentos sobre o modo de produção capitalista e sua influência na relação entre a sociedade e a natureza advieram dos movimentos que contestavam o modo de vida dominante, a partir da elaboração ideológica orquestrada por *Think Tanks* e agências de fomento internacional, neste momento consideramos que ocorre, inevitavelmente, sua captura pelos circuitos de valorização de capitais proporcionando a crescente apologia ao desenvolvimento sustentável e sua mercantilização (MÉSZÁROS, 2012). Foi necessário fundar uma falsa alternativa, ardilosa, que propusesse a reconciliação entre as formas altamente exploratórias de produção e reprodução social no modo de produção capitalista e a preservação de recursos naturais para revigorar a economia mundial.

Se para Therborn (1991) as ideologias submetem e qualificam os sujeitos, entendemos que o desenvolvimento sustentável, como ideologia, exerce o mesmo papel ao possibilitar situar, por exemplo, a questão da relação entre a sociedade e a natureza do possível e do impossível, em outras palavras, de uma economia política capitalista mundializada capaz de estabelecer relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, fato este que, se posto em prática, alteraria radicalmente o processo que permeia a relação entre a sociedade e a natureza, o trabalho, e, com esta alteração, consideramos a possibilidade de que as relações sociais de produção, que permeiam a disputa de classes, seriam reduzidas, e entendemos que não é este o objetivo dos agentes atuantes no processo de mundialização do modo de produção capitalista.

As interpelações ideológicas provocadas pelo desenvolvimento sustentável ocasionam a aceitação das propostas de resolução de indefinidas crises afeitas às classes dominantes, tais como a instituição de novas formas de valorização de capital por meio do comércio de carbono, dos mecanismos de desenvolvimento limpo, pelas certificações e também, por políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável. Deste, é gerado um pensamento crescente e asfixiante sobre o esgotamento de recursos naturais culpando distintos agentes induzindo, desde o adestramento ambiental (BRÜGGER, 2004) ao imperialismo ecológico (FOSTER; CLARK, 2004).

Por meio dessa ideologia, elabora-se uma representação do espaço que tende a homogênea e, a partir deste processo, uma normatização e delimitação territorial nos marcos da reprodução capitalista do espaço, impondo práticas espaciais sociais que (re)colonizam, inclusive, os espaços de representação. Temos, portanto, *territórios do desenvolvimento sustentável*.

Na parte I – capítulo 1 – escrevemos sobre uma perspectiva que entende o desenvolvimento territorial como delimitação física de determinada área desconsiderando a influência das relações capitalistas de produção, que tendem a conflitualidade, na mesma. Nesta perspectiva, que entende o território como algo abstrato, apesar de levar em consideração a participação social, ainda que de forma alienada, *o desenvolvimento sustentável pode existir. Pois este mesmo se torna, também, norma. E, a partir da implementação de determinada norma, técnica, se atinge determinado objetivo e este é o desenvolvimento sustentável pretendido e materializado, ainda que idealizado.*

Na parte II – capítulo 3 – apresentamos a concepção de território relacional. Nesta perspectiva o território se forma a partir de relações de poder, no qual a conflitualidade é fato e esta, dentre outras causas, resulta da influência das relações sociais capitalistas de produção. *Nesta, consideramos que o desenvolvimento sustentável não se materializa, não passa de uma perspectiva de desenvolvimento idealizada e que não atinge sua materialidade, de acordo com os preceitos de desenvolvimento sustentável sugeridos pela ONU (CMMAD, 1984). Isto porque seria completamente contraditório com a conflitualidade inerente as relações capitalistas de produção.*

Portanto, os territórios do desenvolvimento sustentável coexistem entre a norma, o uso e a ideologia e, a partir deste confronto, *entre a ideologia do desenvolvimento sustentável que se materializa, por um lado, em um território normatizado e o território enquanto resultado indissociável de conflito e poder no qual o desenvolvimento sustentável não apresenta materialidade, demonstraremos que o desenvolvimento sustentável é parte dos mecanismos de reprodução do modo de produção capitalista* almejando a verificação de nossa hipótese.

6.1. Desenvolvimento sustentável e a continuidade da falha sociometabólica

Atrelada às condições materiais de reprodução do modo de produção capitalista como desenvolvimento histórico, instituiu-se a ideologia que se torna cada vez mais importante para a reprodução sociometabólica do capital. Neste sentido, o poder da ideologia (MÉSZÁROS, 2012b) consiste em criar sistemas econômicos e políticos, por meio de seus *Think Tanks* com potencial de fomentar ilusões e alienar os indivíduos em relação às formas e forças destrutivas, assim como o modo de produção capitalista se

reproduz explorando recursos naturais e a sociedade, destruindo e eliminando as possibilidades de que as relações humanas sejam de fato a centralidade do processo civilizatório. Nesse caso, sobressai que uma das formas ideológicas de reprodução deste modo de produção possa ser considerada o desenvolvimento sustentável.

A crise que estende desde a década de 1970 é insuperável uma vez que seja mantida a sua determinação – *a expansão da taxa de lucro*. Significa dizer que os limites absolutos do modo de produção capitalista possam ter sido ativados, diante da já reduzida margem de deslocamento de suas contradições seja no espaço ou no tempo, enfim, uma reduzida margem espaço/temporal. Neste sentido, concordamos com Mészáros (2012) quando argumenta que: “Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente [...]” (MÉSZÁROS, 2012, p. 175). Portanto, tais limites são transcendíveis, mas: “[...] exigiria adoção de estratégias que mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si [...]” (MÉSZÁROS, 2012, p. 216).

No desenvolvimento sustentável não se discute a produção sob o pretexto de criar valores de troca com todas as suas implicações, *o modo de produção capitalista não aparece no relatório Brundtland como um modo de produção capaz de influenciar, se não até mesmo determinar, formas de produção do espaço e, a partir deste, de normatização do território*, este reconhecimento nos permite dialogar com Mészáros (2012) no sentido de entender que o desenvolvimento sustentável busca soluções para questões criadas no interior do modo de produção capitalista a partir do modo de produção capitalista.

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de tratar as causas como causas, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos efeitos e nas consequências (MÉSZÁROS, 2012, p. 175).

Diante disso, ponderamos estar diante de uma poderosa ideologia que se assenta no desenvolvimento sustentável mediante um potente discurso de proteção à natureza, aliás “[...] peça indispensável para o funcionamento do mercado capitalista” (LÖWY, 2005, p. 58), com a aparência de bula para salvação do mundo, que confere a

ilusão de um discurso menos agressor das ações humanas que se refletem sobre recursos naturais. Este modelo de desenvolvimento, sustentável, no contexto do modo de produção capitalista representa a “[...] manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso e manutenção da pressão Centro/Periferia através da gestão dos recursos naturais dos países dependentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 8).

*Logo, não estamos diante de uma proposta alternativa, pois o desenvolvimento sustentável, abordado neste sentido, significa um ajuste da ordem vigente sem que se ataque os pilares da conjuntura hegemônica atual, pois mantém o sistema e as disposições em vigor. Ao absorver inclusive as classes dominadas, a ideologia do desenvolvimento sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Descaracteriza interesses distintos e incute uma fantasia de que os dogmas propostos são universais. Com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos e, deste modo, a ideologia se torna, indubitavelmente, senso comum. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável não está, de maneira alguma, comprometido com a satisfação das necessidades humanas presentes ou futuras, mas sim com as necessidades do modo de produção capitalista. Lutar pela implementação do desenvolvimento sustentável nesse contexto é trabalhar pela sustentação do *status quo* (OLIVEIRA, 2005) e o manutenção da falha sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza (FOSTER, 2005).*

Historicamente e geograficamente foi, e é, através da relação metabólica do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, que o homem busca suprir suas necessidades e modifica os recursos naturais por meio da produção de artefatos úteis, que permitam ao homem suprir suas necessidades e, ainda, produzir valor, afinal, sem estas características, a vida, tal qual a conhecemos, talvez não fosse possível, pois “[...] essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza humana” (SMITH, 1988, p. 72).

Assim, ao realizar e alterar a interação metabólica com a natureza, o homem não somente produz suas necessidades materiais, mas se constrói enquanto sujeito, por isso a importância sobre o processo de consciência. Portanto, consideramos que o ser social é fundado na medida em que funda o trabalho, e é a partir deste que o homem engendra a história humana na sua relação com a sua base material, a natureza. Marx (2012) constata que esta é, em suma, a extensão do corpo humano. Nessa perspectiva, compreendemos a relação indissolúvel, em forma de uma espécie de metabolismo entre

homem e natureza, sendo o trabalho o ato em que essa indissociabilidade se consubstancia em processo metabólico, controlado intencionalmente pelo homem. Neste sentido:

[...] considerar homem e natureza como elementos dicotômicos relegando à natureza somente os aspectos inorgânicos e físicos e ao homem como fator externo e produtor de mercadorias pelo trabalho é desconsiderar a totalidade do processo no qual homem e natureza são elementos integrantes e não como partes segmentadas, mas que se interligam dialeticamente em um movimento de (re)transformação, (re)produção, (re)combinação, pois como enfatiza Moreira (2006, p. 73) que “a natureza evolui em espiral e não em ciclos que se fecham sobre seu próprio ponto inicial de partida”. Assim, a natureza representa uma face múltipla que participa tanto o movimento físico (inorgânico, mecânico) quanto biológico (orgânico, vivo) e o humano através do metabolismo homem e natureza (PONTE, 2014, p. 186).

Dentre os muitos méritos que apresenta o trabalho de Foster (2005), consideramos o maior deles a recuperação, para a discussão teórica, do conceito de metabolismo social desenvolvido por Karl Marx. A importância deste resgate, para Foladori (2005), consiste que “Todo o método do materialismo histórico parte desse conceito”. Marx (2013) entende por metabolismo social o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção. No início do capítulo V de *O capital*, sobre o processo de trabalho, Marx (2013) escreveu:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255).

Deste, concordamos com Ponte (2014) quando escreveu:

Portanto, é através da relação metabólica homem/natureza que se (re)criam os valores de uso, ou seja, é uma relação dialética de produção das necessidades materiais e ao mesmo tempo a (trans)formação do próprio indivíduo enquanto ser através de sua corporalidade e de sua subjetividade. Nesse sentido, é através dessa articulação metabólica homem/natureza que se constrói a autonomia do sujeito frente à sua vida em seu território. Assim, no

processo de controle do capital sobre esse metabolismo, além de metamorfosear o trabalho enquanto condição de existência para o trabalho estranhado, retiram-se também as possibilidades dessa construção dialética e ainda subtraem a condição de autonomia dos sujeitos frente à condução de sua vida. Com isso, a desestruturação da autonomia passa a significar a perda do autocontrole da sociedade pelo capital, pois é através do controle do metabolismo social pelo capital que o homem perde a direção de sua forma de organização de vida e de trabalho, já que esse cerceamento da autonomia é condição essencial para se estabelecer a lógica do capital sobre os territórios (PONTE, 2014, p. 193).

A despeito de muito ter sido escrito e discutido, sobretudo a partir da década de 1990, acerca da necessidade de uma teoria interdisciplinar, multidisciplinar, ou mesmo de uma filosofia holística para a análise das relações entre a sociedade e a natureza, no sentido de considerar o ser humano em suas inter-relações¹³⁰, entendemos e consideramos que a teoria marxista pode contribuir de maneira mais acentuada. Pois o desenvolvimento sustentável tornou-se um tema central na agenda pública e privada na tentativa de criar normas que possibilitem harmonizar o desenvolvimento no modo de produção capitalista com a preservação e recuperação de recursos naturais tendo, seus defensores e movimentos sociais que seguem a base nesta vertente holística, como potenciais agentes na materialização do mesmo.

Por consideramos esta linha de raciocínio potencialmente produtora de normas em escala global, por meio da ação de seus *Think Tanks* e agências financiadoras, que permitem a materialização do desenvolvimento sustentável pela normatização do território, tornando, também norma o desenvolvimento sustentável, optamos pela teoria marxista entendendo que esta se contrapõe aquela que centraliza as análises sobre a relação entre a sociedade e a natureza nos sujeitos individuais, sendo que todos os indivíduos são apontados como responsáveis na mesma proporção por danos aos recursos naturais e por suas possíveis soluções, por meio de ações individuais, emanadas da construção, através de uma educação ambiental que toma, por exemplo, a responsabilidade individual pelo consumo de água durante um banho com o mesmo consumo do setor agroindustrial, enquanto sabemos, a discrepância é enorme, desta forma, por meio do temor e do imperialismo ecológico, responsabiliza-se individualmente por ações coletivas a continuidade da falha sociometabólica entre a sociedade e a natureza.

¹³⁰ Neste sentido, ver, por exemplo, os trabalhos de Fritjof Capra, Edgar Morin, Enrique Leff, Francisco Maturana e outros que abordam a questão.

Deste, consideramos que o conceito marxista de sóciometabolismo oferece grandes perspectivas para nossos objetivos, sobretudo porque, sem fugirmos de nossa opção nesta pesquisa, nos permite compreender a materialidade dos processos sociais de reprodução do modo de produção capitalista que tem como subterfúgio o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao conceito de metabolismo, podemos pensar, para exemplificação, a partir de uma célula como unidade elementar de vida que cria uma membrana e a separa do entorno, mas, ao mesmo tempo, mantém um fluxo de energias e matéria com o externo. Neste processo, a célula cresce, metaboliza, pode reproduzir-se e até especializar-se em seres multicelulares. O termo metabolismo não é gratuito, tem sua origem nas ciências naturais e busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural¹³¹. Para Foster (2005) os estudos de Marx, em distintos momentos¹³², sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em específico na agricultura, se centraram na análise deste conceito que implica uma noção de troca material.

O fluxo circular econômico estava, pois intimamente atrelado, na análise de Marx, à troca material (fluxo circular ecológico) associada à interação metabólica entre os seres humanos e a natureza. [...] Marx, portanto empregava o conceito tanto para se referir a real interação metabólica entre a sociedade e a natureza através do trabalho humano (contexto em que o termo era normalmente utilizado nas suas obras) quanto, num sentido mais amplo (sobretudo nos *Grundrisse*), para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele – tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano. O conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto significado social mais amplo (FOSTER, 2005, p. 222).

A partir deste, consideramos que Karl Marx estabelece como o critério metodológico para compreender a relação entre a sociedade e a natureza o conceito de metabolismo e, desta definição, Marx (2011) analisa, em *As formas que precederam à produção capitalista*, como a membrana da célula, a sociedade, vai se materializando historicamente, se tornando mais espessa de acordo com as relações com o mundo

¹³¹ Segundo Foster (2005), o termo metabolismo era utilizado pelos fisiólogos alemães durante os anos de 1830 e 1840 para se referir aos intercâmbios materiais no interior do corpo e com relação à respiração. No início de 1840, Justus Von Liebig estende seu significado para considerar a degradação dos tecidos.

¹³² “Marx utilizou o conceito de metabolismo em todas as suas obras da maturidade, embora o contexto variasse” (FOSTER, 2005, p. 222).

externo vão se tornando cada vez mais mediadas por instrumentos e coisas previamente produzidos, ao mesmo tempo em que, em seu interior, os elementos que a compõem se separam em uma progressiva divisão social e territorial do trabalho.

[...] em todas essas formas em que a propriedade de terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, por conseguinte, em que a produção de valores de uso é a finalidade econômica, a reprodução do indivíduo nas relações determinadas com sua comunidade e nas quais ele constitui a base da comunidade – em todas essas formas existe: 1) apropriação da condição natural do trabalho, da terra – tanto como instrumento original do trabalho, laboratório, quanto depósito das matérias-primas – não pelo trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como produto do trabalho, mas está dada como natureza; de um lado, o indivíduo vivo, de outro, a terra como a condição objetiva de sua reprodução; 2) mas esse comportamento em relação ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador – o qual, por isso, não aparece de antemão, nessa abstração, unicamente como indivíduo trabalhador, mas tem na propriedade da terra um modo de existência objetivo, que está pressuposto à sua atividade e da qual não aparece como mero resultado, e que é um pressuposto de sua atividade da mesma maneira que sua pele ou seus órgãos sensoriais, os quais ele de fato também reproduz e desenvolve etc. no processo vital, mas que, por sua vez, são pressupostos desse processo de reprodução – é imediatamente mediado pela existência originada natural e espontaneamente, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada, do indivíduo como membro de uma comunidade – a sua existência natural como membro de uma tribo etc. (MARX, 2011, p. 1285)

Assim, o que requer explicação, conforme escreveu Marx (2013), não é a unidade do ser humano com a natureza, pois isso é parte da natureza física e química, mas o que se deve explicar é o processo histórico por meio do qual o ser humano aliena-se a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se, o que consideramos como o processo histórico e geográfico de desenvolvimento, mas, em uma concepção Geográfica que coaduna com o que escreveu Harvey (2005): *o que importa realmente entender, não é o desenvolvimento em si, mas sim como determinado modo de desenvolvimento influencia na produção do espaço* (HARVEY, 2005) e deste, *na formação e concepção dos territórios*, como escrevemos na parte II. Com este raciocínio e entendendo a produção do espaço e os processos de territorialização do modo de produção capitalista e de normatização do território que promovem a separação entre o trabalhador e o meio de produção, seja pela espoliação ou alienação, concordamos com o que Marx (2013) explicou sobre as formas como foi sendo modificado e rompido o metabolismo com a natureza:

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, *mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital.* (MARX, 2011, p. 1285, itálicos nossos).

Deste modo, consideramos que o interesse de Karl Marx, a partir destes fragmentos sobre o contexto apresentado, se torna nítido em desvelar as formas de ruptura do metabolismo com a natureza e as peculiares modalidades que adquire essa ruptura com o sistema capitalista pode ser considerado como o desejo de estabelecimento de outra sociedade que restabeleça o metabolismo com a natureza externa.

Com esta definição, Marx (2013) trouxe à liça acadêmica a teoria da falha metabólica. O conceito de falha no metabolismo social é essencial à noção de que, sendo o metabolismo a conjunção de vários processos sistêmicos, a existência e a perpetuação da falha implicam na alienação das condições da existência humana como uma das conjunções do processo. Assim, a falha metabólica na relação entre a sociedade e a natureza resulta das relações sociais de produção no modo de produção capitalista. Ainda que os princípios fundamentais do conceito de falha metabólica tenham sido construídos a partir do uso da terra, pela agricultura modernizada, tendo assim relação com a forma de cultivo e a exaustão do solo.

Portanto, sob a lógica do capital, o intercâmbio socioecológico segue os imperativos da acumulação, desenvolvendo formas complexas de estranhamento e degradação do trabalho e da natureza na sociedade capitalista, pois há a “[...] alienação da força de trabalho humana (ela própria um agente natural) e, por meio disso, da alienação inteira do metabolismo da natureza humana” (FOSTER, 2010, p. 23). Ou seja, *o capitalismo rompeu o equilíbrio da interação metabólica homem/natureza, ocasionando a degradação tanto da natureza humana ao explorar o homem que trabalha através de sua subjetividade como também de sua força de trabalho que passa a ser parte integrante do capital.* Do mesmo modo, a natureza, primeira, que compõe os recursos naturais também sofre com o processo de degradação e exploração comandada pelos desígnios do capital e sua lógica reprodutiva e destrutiva de acumulação. Nesse sentido, Foster (2010) enfatiza que:

[...] o metabolismo social do capitalismo é cada vez mais divorciado do natural, produzindo várias cisões metabólicas e formas de degradação ecológica nos ciclos e processos naturais, o que leva à violação das leis naturalmente postas de regulação da produção social que mantém as condições da natureza (FOSTER, 2010, p. 25).

A despeito de em todas as formas de organização econômica e social pré-capitalista ser considerada a existência de maior proximidade – ainda que relativa e variável – entre o trabalhador e seus meios de vida, ou seja, o trabalhador e sua natureza externa, esta mesma organização, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista separa de forma absoluta o trabalhador de seus meios de vida (FOLADORI, 2001).

O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa; está separado de um “fundo de consumo” prévio ao trabalho – depende de vender sua força de trabalho para comer –; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora – à diferença, por exemplo, do servo feudal. É livre, mas essa liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre no sentido de *isolado*. O proprietário, ao contrário, passa a usufruir de uma natureza que deveria corresponder a todos os habitantes do planeta (FOLADORI, 2001, p. 108).

A teoria da renda da terra, desenvolvida por Marx (2013), possui tom significativo nesse processo de conhecer a ruptura do metabolismo com a natureza. A razão que consideramos para esta importância é que, para Marx (2013) os modos pré-capitalistas de produção eram agrícolas, o modo de produção capitalista cria a indústria e, com ela, redimensiona as relações com a terra. Quando Marx (2013) elabora sua teoria da renda da terra, ele é cuidadoso ao falar da moderna propriedade do solo “[...] o capital é o criador da moderna propriedade da terra” (MARX, 2011), para mostrar que a renda capitalista é essencialmente diferente de todas as formas de renda pré-capitalistas. As rendas anteriores, comunitárias, em tempo, em trabalho, em produto, ou, inclusive, em dinheiro, estavam reguladas pelo próprio trabalho agrícola. A renda capitalista do solo está regulada pelo lucro industrial.

Isso interfere diretamente na plenitude da ordem sociometabólica do capital, na qual a ciência colaborou (e colabora) decisivamente para retirar o controle decisório daqueles que trabalham e atuam diretamente no mundo da produção material,

objetivando intensificar e salvaguardar os interesses capitalistas, conforme escreveu Mészáros (2012a).

As práticas de produção e distribuição do sistema do capital na agricultura não prometem, para quem quer que seja, um futuro muito bom, por causa do uso irresponsável e muito lucrativo de produtos químicos que se acumulam como venenos residuais no solo, da deterioração das águas subterrâneas, da tremenda interferência nos ciclos do clima global em regiões vitais para o planeta, da exploração e da destruição dos recursos das florestas tropicais etc. Graças à subserviência alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do lucrativo marketing global, hoje as frutas exóticas estão disponíveis durante o ano inteiro em todas as regiões – é claro, para quem tem dinheiro para comprá-las, não para quem as produz sob o domínio de meia dúzia de corporações transnacionais. Isso acontece contra o pano de fundo de práticas irresponsáveis na produção, que todos nós observamos impotentes. Os custos envolvidos não deixam de colocar em risco – unicamente pela maximização do lucro – as futuras colheitas de batata e safras de arroz. Hoje, o “avanço de métodos de produção” já coloca em risco o escasso alimento básico dos que são compelidos a trabalhar para as “safras de exportação” e passam fome para manter a saúde de uma economia “globalizada” paralisante (MÉSZÁROS, 2012a, p. 255).

Outra importante contribuição marxiana que nos permite entender a maneira como o desenvolvimento sustentável, enquanto ideologia territorialmente imposta e transformado em mercadoria pela lógica da normatização, colabora com a continuidade da falha sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza é *o duplo conceito de riqueza, valor de uso e valor de troca*. Para Foladori (2001):

No processo do metabolismo social, ocorre uma transformação da natureza externa em relação à célula social, ao mesmo tempo em que há uma transformação em seu interior. O processo de transformação da natureza externa implica sua conversão em *riqueza material*, ou seja, em natureza apta para ser consumida, desfrutada, apropriada pela sociedade humana. Por sua vez, o processo de transformação de seu próprio ser social interior implica, além de formas determinadas de divisão social do trabalho, de relações de produção e outras formas de organização e consciência, *a conversão daquela riqueza material em riqueza social*, isto é, riqueza segundo os critérios históricos de cada sociedade em questão. O ouro é ouro, mas, em um momento determinado de sua história, a sociedade o “converte” em dinheiro. Uma pessoa é uma pessoa, mas a sociedade a reconhece hoje como cidadão ou escravo, amanhã como proprietário de terra, depois como trabalhador assalariado etc. (FOLADORI, 2001, p.109).

A importância de retomar estes dois conceitos clássicos do pensamento de Karl Marx está na possibilidade de compreender, a partir destes, como o desenvolvimento sustentável está sendo utilizado como mecanismo de reprodução do modo de produção capitalista. O objetivo articulado por detrás deste modelo de desenvolvimento é

possibilitar que os recursos naturais sejam a mercadoria essencial para o desenvolvimento sustentável dele próprio, do modo de produção capitalista. Vejamos.

Deste modo podemos considerar que exista uma determinação material intrínseca e uma determinação social, que é a forma como a sociedade a reconhece e a assume, sobre a natureza. A característica da sociedade capitalista é que essa conversão da riqueza material se cristaliza em uma riqueza social chamada dinheiro. Daí que no primeiro parágrafo de *O capital* lemos: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113).

Segundo Marx (2013) a mercadoria tem um duplo caráter: é um objeto externo que satisfaz necessidades, ou seja, é riqueza material, e tem a capacidade de ser trocada por outros objetos úteis, tem valor de troca. O dinheiro não é mais que a expressão universal do valor de troca. Longe de negar o valor da natureza Marx (2013) começa mostrando como a riqueza é, em primeira instância, natureza adaptada às necessidades humanas.

“A natureza é valorizada em função da história particular que a sociedade tem com o seu ambiente” (FOLADORI, 2001, p. 110). A natureza, adaptada às necessidades humanas, Marx (2013) atribui o valor de uso. Trata-se de um conceito a-histórico, intrínseco à natureza humana. A natureza tem valor genericamente, como valor de uso, como riqueza material que satisfaz necessidades sociais. Como resultado do processo de metabolismo social, que transforma o exterior, ao mesmo tempo em que modifica o seu interior, o valor dessa natureza, como supridora de necessidades sociais, é subsumido pelo valor que a sociedade humana lhe atribui por meio de suas relações sociais de produção:

[...] está completa a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, a aglutinação imediata das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsier le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas (MARX, 2013, p. 427).

O valor de uso se expressa somente por meio do valor de troca na sociedade capitalista. A natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro. Daí a necessidade de ajustes institucionais e mercadológicos em torno do desenvolvimento sustentável. Seja na

forma de criação de novos produtos ecologicamente corretos, na cobrança pelo direito de poluir, no estímulo ao turismo sustentável, no asfalto produzido a partir de resíduos de pneus, ou, em nosso caso, em políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável. A lógica não está nas mínimas entre linhas dos exemplos acima, mas sim no olhar acurado que identifica nestes produtos, serviços e políticas públicas novos nichos de mercado.

Especificamente no campo, a produção capitalista se caracteriza pela grande propriedade, como exemplo do setor sucroenergético. Se considerarmos as fases do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, poderemos distinguir uma primeira de amplo avanço da produção capitalista. Esse desenvolvimento extensivo se caracteriza pela introdução de relações capitalistas no interior de formas mercantis simples de produção, ou melhor, pela colonização de novas áreas. Durante esses primeiros momentos, a produção capitalista pode contratar trabalho assalariado, chegando inclusive a aumentar o número de pessoas vivendo no meio rural.

Assim que o capital introduz a mecanização na agricultura de forma sustentada, surge uma segunda fase, de desenvolvimento do capitalismo intensivo. Isso significa a inversão de volume cada vez maior de capital sobre a mesma extensão de solo. Do ponto de vista da população, ocorrem duas grandes consequências. Por um lado, e como tendência, desloca-se força de trabalho em termos absolutos, não obstante as diferenças que possam haver entre cultivos; por outro, acontece a destruição acelerada das explorações de produção mercantil simples, que não podem suportar a concorrência imposta pelos custos de produção da agricultura mecanizada capitalista (MAZOYER, ROUDART, 2011).

A soma dos acontecimentos é negativamente impactante, tanto sobre a sociedade, como para os recursos naturais. Porém, é a lógica dominante, e aí surge o desenvolvimento sustentável como alternativa para amenizar os problemas. *Ora, se o mesmo foi criado no bojo das relações sociais de produção do modo de produção capitalista, como seriam amenizados estes problemas? Estariam seus idealizadores realmente convencidos da necessidade de um novo sistema ou seria mais uma forma ideológica de permitir a reprodução deste modo de produção? Acreditamos na segunda questão e continuamos em sua verificação, pois, não devemos ignorar que, sob a lógica atual, dominante, a primeira questão a ser levantada é o que deve ser sustentável. Consideramos que a taxa de lucro deva ser. Deste modo, não é possível o desenvolvimento sustentável nos moldes da ONU sem que seja revista profundamente*

as bases estruturais do modo de produção capitalista, já que a lógica mercadológica, que sustenta este modo de produção, é, por si mesma, predadora e degradadora de recursos naturais e sociais.

Observando os impactos sobre os recursos naturais, os impactos apontados anteriormente por Mazoyer e Roudart (2011) sobre a exacerbada dominância do modo de produção capitalista sobre a agropecuária pode ser considerada a causa de alguns dos efeitos mais nocivos da poluição e da depredação. Pela primeira vez na história, separam-se, de forma massiva, as fontes de produção de alimento e a matéria prima de seu consumo. As trocas de materiais e energia se modificam radicalmente. O mesmo Marx (2013) já havia alertado sobre o fato:

[...] a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrita pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (MARX, 2013, p, 587).

Nesta citação, Marx (2013) faz referência a Justus Von Liebig. Como aponta Foster (2005), Liebig havia mencionado esse fato como um dos mais nocivos da produção capitalista, como um sistema de roubo dos nutrientes do solo, sem restituição alguma. Marx (2013) retoma essa análise em seu estudo sobre a renda capitalista do solo¹³³. Era preocupação de Liebig entender a composição química do solo e os nutrientes necessários para a agricultura, de forma a devolver ao solo o que a agricultura capitalista não tinha (tem) condições de fazer devido à excessiva utilização e decomposição pelo uso de produtos químicos, deste modo, Marx (2013) retoma essa perspectiva e se refere à mesma como a ruptura radical do metabolismo com a natureza.

Dantas (2011) afirma, que o problema das práticas atuais voltadas a uma possível solução para a falha sócio metabólica, por meio do desenvolvimento sustentável, “[...] vem a ser precisamente o da ilusão a respeito de reformas profundas contra a acelerada crise ambiental, nos marcos do capitalismo”. Ou seja, por meio de normas, técnicas, ilude-se a respeito de uma possível harmonização no modo de

¹³³ A renda do solo é a retribuição que recebe o proprietário de terra por permitir a inversão de capital em sua propriedade. Essa renda provém do rendimento do solo. Assim, tal produto deve cobrir, uma vez vendido, os custos de produção, o lucro do capitalista que comandou a produção e, ainda, uma renda para pagar o proprietário da terra.

produção capitalista em seu trato com os recursos naturais. Um pensamento ideológico que:

[...] cumpre um papel nefasto ao desviar os trabalhadores e sua vanguarda do único caminho e da única estratégia que, pode colocar a ciência a favor da sociedade e fazer com que esta venha a se rearticular, em equilíbrio dinâmico, com a natureza (o chamado desenvolvimento sustentável). (DANTAS, 2011, p. 24)

Logo, o problema que relacionamos a estas normas que excessivamente impulsionam o desenvolvimento sustentável, mesmo reconhecendo a relevância de algumas ações¹³⁴, é que estas não conseguem ir além de proposições locais que não ultrapassam o campo reformista. Não questionam a produção desenfreada das grandes empresas, não ponderam o fato de que, no modo de produção capitalista a natureza e o homem são tomados, por meio de normas pelo estado, grandes empresas e agências internacionais, como o Grupo BM, como mercadorias, utilizadas para produzir, como escreveu Marx (2013), a “[...] mercadoria das mercadorias” (MARX, 2013), o dinheiro.

Deste modo, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável, como o PEMH, por exemplo, giram nos contornos da ciranda das próprias relações sociais de produção capitalistas. Da mesma forma, o setor sucroenergético faz o uso que a ele interessa do desenvolvimento sustentável. Pior ainda, quando estes dois processos ocorrem concomitantemente, políticas públicas e setores privados fazendo o uso do desenvolvimento sustentável, temos a perfeita possibilidade de exemplificação da alienação proporcionada por este discurso ideológico. Ora, se temos o financiamento de políticas públicas, como o PEMH, que objetiva o desenvolvimento sustentável, é possível considerar totalmente contraditório que o governo Estadual estimule, ao mesmo tempo, a expansão de área plantada com cana-de-açúcar.

Este modo de idealizar o desenvolvimento sustentável sem levar em conta que estas mesmas apresentam limites estruturais, insuperáveis e, desse modo, permite que as práticas espaciais desenvolvimentistas e sustentáveis estendam um silencioso manto ideológico sobre a necessidade de superação estrutural deste modo de produção (MÉSZÁROS, 2009).

¹³⁴ Lembrando que em nenhum momento nos posicionamos contra a preservação de recursos naturais, o que nos importa aqui, é demonstrar a lógica perversa por detrás das mesmas que provocam a alienação coletiva a respeito dos reais impactos negativos do modo de produção capitalista.

A tendência à produção ilimitada é o resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender a crise ambiental sem partir da compreensão da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Por isso, também, resultam fúteis as críticas à produção ilimitada que não encaram, ao mesmo tempo, as críticas à organização capitalista da sociedade humana. (FOLADORI, 2007, p.86).

Deste modo, assevera-se a falha sócio metabólica entre a sociedade e natureza, pois, de acordo com Dantas (2007):

No capitalismo, a “interação” (melhor: metabolismo) dos homens com a natureza se dará mediada pelo objetivo da acumulação de mercadorias, acumulação do capital. A produção será um meio para valorizar o capital. O objetivo da atividade econômica será aplicar um montante de capital para valorizar este mesmo capital. (DANTAS, 2007, p.87)

Ao se estabelecer a sociedade de classes, o trabalho livre, protoforma do ser social, é eliminado, logo a relação do homem com a natureza- metabolismo - passa por uma alteração. O homem torna-se alienado de si mesmo e da natureza, a extensão de seu corpo, dessa maneira, de acordo com Dantas (2007), “a produção – ou relação dos homens com a natureza através do trabalho – se recompõe, tendo como objetivo a acumulação de capital, de mercadoria” gerando assim, a “falha metabólica”. Logo, é possível demonstrar, baseando-se em Dantas, que a falha metabólica, ou a relação alienada entre homem-natureza é inerente a uma sociedade que tem como objetivo crucial, no seu modo de produção, a acumulação do capital e não a de atender as necessidades humanas. Destarte, “não se trata estritamente de um problema que nasce da lógica ou da cultura, mas das relações materiais de produção fundadas na exploração do trabalho humano” (DANTAS, 2007).

A análise aqui apresentada se situa no materialismo histórico e dialético, partindo, do fato que os problemas relacionados à sociedade e a natureza são consequências da organização social em que os recursos naturais estão assentados à categoria de mercadoria. E que estes problemas surgem das relações materiais sociais de produção, fundadas na acumulação de capital.

Entendemos, por conseguinte, que o materialismo histórico e dialético permite ultrapassar a imparcialidade dos discursos ideológicos contemporâneos e desvela radicalmente que a organização social que se encontra instalada atualmente desenvolve-se, em forma de crises, sobre uma dupla degradação, do homem e da natureza, destruindo todas as possibilidades de uma relação equilibrada e consciente entre estes,

pois a necessidade de expansão, produção, acumulação e reprodução contínua torna a dinâmica do modo de produção capitalista, de certa forma, irracional, ainda que lógica aos seus princípios. Portanto, consideramos qualquer análise que não estabeleça a ligação da questão entre a sociedade e a natureza com a forma de organização das forças produtivas que transforma tudo em mercadoria, na qual o pressuposto para o acesso aos bens materiais e imateriais essenciais a vida humana é o dinheiro, e não a necessidade será uma análise superficial e limitada, mistificará a mesma realidade, cairá no discurso abstrato e idealista, e perpetuará a exploração da natureza pelo ser humano e do ser humano pelo mesmo. A ideologia dominante lança mão de inúmeras teorias baseadas no idealismo, para garantir que o desenvolvimento desigual, mantido pela divisão de classes, seja considerada como um fenômeno inerente ao mundo dos homens.

Mészáros (2012) demonstra que quando a tríplice contradição do modo de produção capitalista atinge determinadas proporções, o sistema, como um todo, é inevitavelmente inserido em um período de intensa crise evidenciando a falha sociometabólica.

Mas, este modo de produção encontra em sua dinâmica espacial e territorial estratégias que, até o momento, impediram sua derrocada final, o que faz com que este adquira uma espécie de sobrevida, pelo fato de que as reais contradições nunca são atacadas, como escrevemos no capítulo 4, e este fato garante uma momentânea calma até o momento de eclosão de uma nova crise.

[...] o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre a produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a reprodução capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como autorreprodução destrutiva, em oposição antagônica à produção genuína. Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser considerados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto a sobrevivência da própria humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sociometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo –, mas somente quando o capital não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua autorreprodução destrutiva, causando assim o colapso do sociometabolismo global (MÉSZÁROS, 2012, p. 699).

A crise na qual o modo de produção capitalista está inserido apresenta-se em uma escala extensiva e permanente e suas consequências já não se apresentam como aquelas da década de 1970. Na atualidade, possui disfunções e complicações presentes e inerentes ao próprio funcionamento das relações sociais de produção, deste modo, buscar alternativas como o desenvolvimento sustentável seria o mesmo que desconsiderar a existência sistêmica, cíclica e tendencialmente propícia a crises deste modo de produção, pois, o que estamos evidenciando, é que a falha metabólica na relação entre a sociedade e a natureza, ou falha sociometabólica, para utilizar o termo proposto por Mészáros, é obra do próprio sistema em crise.

Portanto, quando escrevemos na parte I sobre o território norma, ou a normatização do território, por meio de recomendações do Grupo BM, desde a descentralização até a inserção das perspectivas territorial e sustentável, demonstramos que é somente nesta perspectiva que se pode falar, ou escrever sobre o desenvolvimento sustentável, pois ele também foi normatizado e lançado sobre determinada base fisicamente delimitada como a solução para a falha metabólica, quando, na verdade, se entendermos, e é esta nossa proposta, o território a partir das relações de poder e da conflitualidade na perspectiva de Geografia crítica, o território não admite o desenvolvimento sustentável pelas suas características intrínsecas de formação, por mais que o mesmo receba a influência do modo de produção capitalista em seu contorno, a conflitualidade sempre está presente.

6.2. Um conceito conveniente, para a reprodução do modo de produção capitalista

Consideramos que o debate e à grande produção teórica sobre o desenvolvimento sustentável não se encontra no campo marxista e este fato o desloca da base material no qual foi produzido, o modo de produção capitalista, e isto o torna um conceito idealizado e a-histórico.

Uma questão inicial a assinalar é a disputa entorno do termo desenvolvimento que, como já escrevemos, consideramos infrutífera. Em relação ao desenvolvimento sustentável, Loureiro (2012) examina de forma crítica esta adjetivação conceitual explicitando a contradição entre dois conceitos que não são complementares, desenvolvimento e sustentabilidade. Loureiro (2012) aponta que a promessa integradora de desenvolvimento, na medida em que se baseia na perspectiva de um crescente industrialismo voltado para o consumo, tendo como modelo, o modo de produção

capitalista urbanoindustrial, intensivo em uso de energia e matérias primas, não pode ser expansível para toda a humanidade, sob pena do rápido esgotamento das fontes de energia e recursos materiais. Nessa medida, fica evidente a insustentabilidade de uma sociedade marcada pela desigualdade social e que não considera a capacidade generativa de recursos naturais, em termos temporais. Nessa mesma direção, Mézáros (2007) busca desqualificar o caráter humanitário do conceito desenvolvimento sustentável e demonstrar sua importância econômica quando escreveu:

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉSZÁROS, 2007, p.190).

Mézáros (2007) reitera suas preocupações quanto às bases materiais e sociais em que se assenta o atual modelo socioetário ao escrever:

Mas a maneira significativamente economizadora de regular nosso processo de reprodução sociometabólica, com base no controle interno/autodirigido, como oposto ao controle externo/de cima para baixo, que prevaleceu hoje, é radicalmente incompatível com a desigualdade e a conflitualidade/adversidade estruturais (MÉSZÁROS, 2007, p.191).

O que procuramos expressar até aqui é o *contexto de crise em que incentivos governamentais fomentados pelo Grupo BM se realizam ao considerar o compromisso social de que se revestem, no sentido de problematizar as relações que temos estabelecido historicamente com a natureza*. Ainda que o modelo desenvolvimentista apregoadado pela ONU e defendida por suas organizações de fomento internacional não represente a materialidade de um modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável está presente no cotidiano na forma de ações locais, portanto, negar sua existência seria também uma visão idealizada, no sentido de nos preocuparmos em encontrar na realidade aquilo que pretendemos.

Portanto consideramos que o desenvolvimento sustentável seja aceito como conceito a partir da perspectiva marxista e este procedimento demanda um esforço teórico no sentido de relacioná-lo com a *historicidade e geografia do modo de produção capitalista* na perspectiva de não o desvincularmos das relações sociais de produção.

Como já evidenciamos, o uso do desenvolvimento sustentável como conceito tornou-se prática tanto pela esquerda quanto direita política e também na academia. Deste reconhecimento fomos levados a questionar a ambiguidade em torno do desenvolvimento sustentável considerando o fato que, *tem se tornado regra sob a primazia ideológica do modo de produção capitalista compreendê-lo desarticulado do processo histórico de formação das relações sociais de produção e*, entendemos que esta análise desarticulada, *a-histórica*, como escreveu Rebelo Junior (2002) remete a *alienação*. Sobre a relação entre a alienação e o modo de produção capitalista, Konder (2009) escreveu:

Por isso, ao encararem o movimento da história *de fora* dela, ao assumirem uma postura *contemplativa* a partir da qual o movimento histórico concreto lhes aparecia como algo *exterior*, os intelectuais *especializados* começaram a se servir, em proporção cada vez mais elevada, de conceitos e critérios cada vez mais desprovidos de conteúdo histórico e, por conseguinte, de caráter concreto. Criaram esquemas teóricos de cuidadosa elaboração lógica e procuraram enquadrar a fluidez da realidade dentro da fixidez destes esquemas. Sempre com esta ambição de enquadrar a realidade dentro de esquemas a-históricos, foi-se desenvolvendo a maneira metafísica de pensar (KONDER, 2009, p. 121, itálicos no original).

Especificamente em relação ao desenvolvimento sustentável, Rebelo Junior (2002) chama atenção para o subtítulo do relatório Os Limites do Crescimento (*Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os dilemas da humanidade*)¹³⁵ (MEADOWS, et al, 1973) e escreveu que: “Nesse texto, não existe capitalismo” (REBÊLO JUNIOR, 2002, p. 33). Essa observação, ainda segundo o autor citado, continua se repetindo em documentos da ONU sobre o desenvolvimento sustentável e assevera:

O que estamos querendo dizer é que, ao não situar a busca do desenvolvimento sustentável dentro da lógica do próprio capitalismo, a ideia perde as referências e surge e se difunde de forma a-histórica, onde não existem agentes sociais nem relações humanas, e sim, produtores e consumidores [...] (REBÊLO JUNIOR, 2002, p. 36).

Forma-se, desse modo, *uma concepção teórica a-histórica vazia de conteúdo e extremamente genérica que, a princípio, beneficia a todos e valoriza o futuro subjetivo prejudicando a compreensão das conexões e relações existentes entre o modo de*

¹³⁵ Lembrando que, conforme escrevemos, o Clube de Roma é considerado um Think Tank articulado por intelectuais especializados, conforme Konder (2009) capaz de articular informações e práticas discursivas ideológicas em torno daquilo que Giddens (2009) define como sistemas peritos.

produção capitalista e suas assimetrias pela capacidade de alienação constante no discurso ideológico do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a partir da incorporação do desenvolvimento sustentável em suas recomendações, o Grupo BM, por exemplo, *o utiliza como forma de adaptar a reprodução do modo de produção capitalista a novas tendências. Ao considerar o desenvolvimento sustentável como constructo do próprio modo de produção capitalista, expresso no processo de mercantilização da natureza e edificado sob a valorização dos recursos naturais.* Assim reconhecemos, como também o fez Ponte (2014), *que existe uma nítida relação entre o desenvolvimento sustentável e o próprio desenvolvimento histórico deste modo de produção.*

Expusemos esta aproximação na parte I desta pesquisa tendo como referência a década do alarde, 1970, e consideramos que questões que envolvem recursos naturais vêm sendo oficialmente planejadas desde aquele período e este processo revela, de acordo com Rebêlo Junior (2002), a projeção de *escolas formativas e operativas* em torno de uma mesma questão, *controle territorial sobre recursos naturais, daí a conveniência do desenvolvimento sustentável, aliado à perspectiva territorial.*

A primeira escola, que estamos chamando de formativa, aparece de forma clara nos anos 70. Via Clube de Roma e agências internacionais da ONU, lança a questão para o debate oficial, mas ao mesmo tempo, começa a formular os parâmetros onde a mesma deve se situar. [...] Essa escola, formula os conceitos, promove sua discussão e possui os meios para implementá-los, por meio de agências internacionais. [...] A outra escola, operativa, bem mais ampla, abrangendo correntes de vários matizes, na verdade faz um só papel. [...] As escolas operativas são as que mais aparecem, via difusão de suas ideias por meio de livros, folhetos, revistas, ensino nos mais diferentes graus e outros meios de massificação da informação [...]. Na verdade, esta última é muito mais perigosa do que a primeira, principalmente pelo aspecto de aparente neutralidade. Ou seja, ela vai conquistando “corações e mentes”, via uma grande causa comum: a salvação do planeta [...]. (REBÊLO JUNIOR, 2002, p. 2, aspas no original).

Para podermos escrever sobre os interesses estratégicos e convenientes desse conceito consideramos necessário esclarecer, primeiro, quem foram os principais agentes atuantes no *Think Tank* responsável pela formulação do desenvolvimento sustentável para que nossas considerações não sejam baseadas apenas em indagações.

O secretário geral das conferências da ONU de 1972 e 1992 – Maurice Strong – foi consultor da *Rockefeller Foundation* e possuía participação rentável na exploração de petróleo, promovida pela *Petro Canadá*, dentre outras inúmeras atribuições tanto no governo canadense como estadunidense, além de ocupar cargos privilegiados na OCDE e

também no Grupo BM (ASSMANN, 1986), “Maurice Strong, the Mr. Maggo – Canadian oilman” (BAILEY, 1992, p. 47). Maurice Strong foi a pessoa responsável por introduzir a temática referente aos recursos naturais no debate econômico e político internacional (LEPRESTE, 2000) vindo a se tornar o primeiro diretor do PNUMA.

Estes fatos indicam certa intencionalidade em torno da proteção de recursos naturais, pois, apesar dos alardes enunciados pela ONU e suas agências especializadas devemos ter em mente que, por trás destes existentes pessoas, e estas estão sempre carregadas de intenções. É neste contexto que entendemos o Clube de Roma e o papel representado pela ONU desde as primeiras preocupações com a questão em debate e, suas intenções se tornam claras se considerarmos que:

[...] o fundador do Clube de Roma, Aurelio Peccei, industrial italiano, era o então presidente do Comitê Econômico do Instituto Atlântico da OTAN. Seu co-fundador, Alexander King, era alto funcionário da OCDE. As discussões iniciais para a fundação do mesmo (entre a OTAN e a OCDE, no seio da OCDE), contaram com o apoio financeiro da Fundação Ford (metade), Royal Dutch Shell (parte substancial), Fundação Rockefeller e outras empresas industriais (REBÊLO JUNIOR, 2002, p. 144).

Como também escreveu Porto-Gonçalves (2008):

Grandes corporações (IBM, Remington-Rand, Fiat, Xérox, Olivetti entre outras) à época chegaram a patrocinar um importante relatório, “Os Limites do Crescimento”, também conhecido como Relatório Meadows do M.I.T. - Massachusetts Institute of Technology - onde, pela primeira vez, se fala abertamente dos limites dos recursos naturais para o crescimento econômico (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 329).

Buscar grandes empresas multinacionais e agências internacionais e transformá-las em defensores dos recursos naturais, em prol da humanidade, sem levar em consideração que muitas delas possuem longo histórico de apropriação e espoliação de recursos humanos e naturais, têm sido uma conveniente e constante prática. Aqui se explica a conveniência. Grupos privados como a Dow Química, Coca Cola, Shell, Exxon, Nestlé, Unilever e tantas outras, de caráter público, como o Grupo BM, atuam como financiadores de eventos da ONU ou como parceiros em projetos de agências especializadas (MAUREL, 2014).

O que importa nesse ponto é destacar a influência da ONU e do Grupo BM que, atendendo e atento a exigências de mercado, na reestruturação da geografia dos fluxos e fixos econômicos que comportam a mobilidade e centralidade de capital,

alteram configurações territoriais ao submeter governos a suas recomendações, por exemplo, atribuindo prerrogativas a concessão de financiamentos. Isto por que consideramos que os basilares instrumentos econômicos e políticos de regulação internacional encontram-se nas mãos de organismos internacionais de financiamento relacionados à ONU e o Grupo BM, ou seja, nas mãos do capital financeiro internacional comandado pela maldita trindade (PEET, 2011), destes, podemos entender o papel do Grupo BM no financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento territorial rural sustentável, como o PEMH e a expansão do setor sucroenergético.

Estamos diante, pois, de um momento onde o modo de produção capitalista apresenta seu caráter de mutabilidade de tal forma que muitos deixam passar despercebido que a própria criação do desenvolvimento sustentável visa o aprofundamento da mercantilização de recursos naturais em diversos – e por diversos – setores industriais, pois faz parte da lógica do capitalismo transformar em mercadoria tudo aquilo que está ao seu alcance e, sobretudo, aquilo que fornece sua capacidade de reprodução e circulação, por tanto, energia. Mas, *por que ocorre essa mercantilização e, como?* Para respondermos a estas questões, sem a pretensão de encerrarmos o debate, recorreremos ao marxismo reconhecendo que este exerceu influência significativa no pensamento geográfico. É dentro desse contexto que reconhecemos a incorporação do pensamento marxista na Geografia relacionando ao tema desta pesquisa – desenvolvimento sustentável –, neste sentido, Smith (1988) escreveu que:

Debaixo da ordenação do processo de acumulação, o capitalismo, como um modelo de produção deve-se expandir continuamente para sobreviver. [...] Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca de recursos naturais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção (SMITH, 1988, p. 88).

Ainda nesta perspectiva, Ponte (2014) confirma, com base em Smith (1988), que o conceito de natureza – sem a pretensão de debater o mesmo, apenas fazendo um link para melhor demonstrarmos a questão, representa “[...] um produto social com intenção política, por representar a experiência prática de cada classe social em determinado momento histórico” (PONTE, 2014, p. 183), nas palavras de Smith (1988).

O conceito de natureza é um produto social e nós vimos que, em conexão com o tratamento da natureza na frente pioneira americana, esse conceito tinha uma clara função social e política. A hostilidade da natureza exterior

justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social. Isso é o que queremos dizer com "ideologia" da natureza. Eu considero a ideologia como sendo uma reflexão "invertida, truncada e distorcida da realidade". A ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias erradas, mas sim um conjunto de ideias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através da sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo (SMITH, 1988, p. 45).

E, é neste mesmo pensamento que escrevemos sobre a mercantilização do desenvolvimento sustentável e a utilização do discurso protecionista para a expansão do modo de produção capitalista, lembrando o escrito no item anterior com base no conceito de renda da terra e da teoria do valor de Karl Marx. Dentro dessas circunstâncias de racionalidade instrumental capitalista, consideramos o controle sobre recursos naturais elemento basilar: “Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2009, p. 275).

Portanto, *em relação ao por que do questionamento anterior, é necessário compreender as propriedades de mercadoria existentes nos recursos naturais.* Para Marx (2013), a mercadoria é “[...] antes de tudo, um objeto externo que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 113) e “Toda coisa útil deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e da quantidade” (MARX, 2013, p. 113). Isso permite considerar que toda mercadoria possui pelo menos duas dimensões, externa e interna. A dimensão externa seria aquela como a mercadoria se apresenta no mundo de maneira concreta (quantidade) tendo em vista atender as necessidades humanas, ao que ele chamou de valor de uso (BAUER, 2013).

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condiçãoada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa (MARX, 2013, p. 114).

Por sua vez, a dimensão interna seria a que torna todas as mercadorias equivalentes (qualidade) e que Marx chamou de valor de troca (MARX, 2013). Para que as mercadorias possam ser trocadas entre si, é necessário encontrar algo em comum

entre elas e reduzir todas elas a esse elemento, o valor. Algo que não está expresso diretamente, mas contido nela e, para Marx (2013) é o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um valor de uso qualquer em condições dadas de produção socialmente normais e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho.

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias por que são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadoria ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem dupla forma: a forma natural e a forma de valor (MARX, 2013, p. 124).

Assim, empresas do setor sucroenergético, por exemplo, investem no comércio de créditos de carbono, negociado nas bolsas de valores, em nome do desenvolvimento sustentável permitindo, deste modo, o acréscimo de mais valor a determinada mercadoria, ou seja, *o desenvolvimento sustentável é a mola propulsora da maior mercantilização de recursos naturais*. Esse processo de intensificação da mercantilização da natureza via desenvolvimento sustentável gera uma aceleração pela apropriação, transformação, organização e distribuição dos fatores de produção – recursos naturais. Isso, porque o capitalista ao investir seu dinheiro inicial deseja um retorno acrescido de valor (D'). Esta é a fórmula geral que, de acordo com Marx (2013), permite transformar dinheiro em capital:

$$D - M - D'$$

Todavia, a dinâmica acumulativa no modo de produção capitalista não implica apenas a produção de mercadorias e valor de troca. A realização dos fenômenos sociais personifica-se sob os alicerces do meio técnico-científico-informacional no qual a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas (MOREIRA, 2007) de modo que o ser humano passou a ter o poder de induzir os progressos técnicos e imprimir intensa velocidade estabelecendo poder de interferência na natureza. Portanto, *o como, nossa segunda proposição*, se apresenta pela *necessidade de circulação do capital produtivo* que, como salienta Marx (2014), representa um estágio do processo total do modo de produção capitalista, o qual se revela como unidade de circulação (MARX, 2014).

Sob o capitalismo, *consideramos que as ações para a personificação do capital devem ser entendidas sob este aspecto, a interação entre os fixos e fluxos que permitem a circulação*, e não restritas somente a produção e consumo. Marx (2014) é enfático sobre a importância da circulação. *O mais valor só se realiza quando a forma dinheiro é reincorporada pelo capital*. Isso é condição para um novo ciclo, fato que subjaz à assertiva de que, no processo acumulativo, “[...] a circulação não é menos necessária do que a própria produção” (MARX, 2014, p. 206). E isso é tanto mais verdade quanto mais distantes entre si se mostram as conversões D — M. Considerando a dinâmica e as exigências do capital, referindo-se ao comércio e a circulação, Marx (2011) escreveu que o comércio: “[...] não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção” (MARX, 2011, p. 332). Portanto, a criação de condições físicas fixas, é condição de manutenção da fluidez da dinâmica acumulativa. Essa não prescinde do crescimento da demanda efetiva e o alcance de mercados distantes e os transportes são instrumentos estratégicos do modo de produção capitalista. Assinale-se que, como suportes da circulação, estes meios influenciam a produção das estruturas espaciais e territoriais, deste, consideramos a importância com que Correa (2006) situa as práticas espaciais em escala e abrangência crescentes no vértice das relações entre a teoria da acumulação e a produção de estruturas espaciais ou da organização territorial.

Karl Marx, no livro II (MARX, 2014), dedica-se a fluidez de capital. Daí o relevo liminarmente conferido às metamorfoses nos diferentes estágios que integram o circuito que descrevemos a partir da fórmula geral do ciclo produtivo do capital elaborada por Marx (2014):

$$P... M - D' - M'... P$$

Onde lemos, (P...) significa produção e interrupção do movimento capital dinheiro, (M — D' — M') significa consumo e retomada do movimento do capital dinheiro possibilitando nova produção (...P) e, nesse aspecto, os recursos naturais possuem contribuição fundamental no processo produtivo, ou seja, a retomada do movimento do capital dinheiro tem que ser acelerada para garantir constantemente a recuperação de mais valia, a transformação de M — M'.

Este atributo – necessidade de circulação – alça os recursos naturais ao ápice dos elementos indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista. Daí a necessidade de demonstrarmos sua formulação. Mas sua importância vai além, pois integram igualmente o que Marx (2014) denomina capital constante circulante, referindo ao valor de “[...] materiais de produção tais como matérias-primas [...]” (MARX, 2014, p. 499). Os recursos naturais são “[...] matérias auxiliares, que ou são consumidos pelos próprios meios de trabalho durante seu funcionamento, tal como o carvão pela máquina a vapor, ou apenas auxiliam no processo, como o gás de iluminação etc. [...]” (MARX, 2014, p. 241), ou seja, energia necessária à produção.

Portanto, consideramos que quando os agentes personificadores do modo de produção capitalista se referem a *recursos naturais entendem estes como elementos indispensáveis para produção, circulação, acumulação e reprodução de capitais, e é nessa perspectiva que entendemos a constante imposição normativa do desenvolvimento sustentável.* Lembrando que, as primeiras conferências internacionais relacionadas à preservação de recursos naturais datam da década de 1970. Período em que o petróleo, então a maior fonte de energia para a indústria capitalista, teve seu valor aumentado pela OPEP, o que, consideramos despertou a atenção sobre outras formas de obtenção de energia.

A partir destes reconhecimentos e entendendo a mercantilização em torno do desenvolvimento sustentável e visando compreendê-lo como conceito, faz-se necessário retomar a discussão inicial sobre conceito e entender *o que é um conceito.* Esta necessidade surge da constatação que muitas pesquisas, mesmo abordando a teoria marxista¹³⁶, fazem referência, ainda que de forma crítica, ao desenvolvimento sustentável como conceito e consideramos que este fato se relaciona a diversidade de usos dado ao mesmo, o que remete a possibilidade do uso por mais distintos seguimentos sem qualificar a quem serve este modelo de desenvolvimento.

Para realizarmos esta análise foi necessário atenção ao tratamento teórico desta pesquisa para não gerarmos incoerência teórico-metodológica, o que incorreria em interpretações inconsistentes da realidade e a criação de uma própria armadilha teórico-conceitual. Para Bernardes (2011) “[...] conceito indica *algum objeto real* pela determinação de alguns dos seus aspectos.” (BERNARDES, 2011, p. 166, itálicos nossos). Deste, podemos escrever que conceito indica a determinação de certo aspecto

¹³⁶ Neste sentido, ver: Rebêlo Junior (2002), Oliveira (2011) e Fonseca (2012), por exemplo.

singular do real, ao qual, nesta pesquisa, atribuímos valores a partir das categorias essência e aparência.

De acordo com Hardy-Vallée (2013) um conceito difere de ideia, sendo que esta pertence à linguagem comum. Neste sentido, *conceito é um termo técnico*, para Hardy-Vallée “[...] um conceito representa uma categoria de objetos, de eventos ou de situações e pode ser expresso por uma ou mais de uma palavra” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 16). Ainda segundo o autor, a forma de representação do mesmo pode ser mental, linguística e pública, considerando que “[...] o conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos” (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 21). É nesta concepção que trabalhamos com a palavra conceito.

O que realmente nos importa para entendermos o desenvolvimento sustentável como conceito é o que Abbagnano (2007) escreveu sobre o que pode ser um conceito:

[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual, etc. [...] Embora o Conceito seja normalmente indicado por um nome não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo Conceito ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. O Conceito, além disso, não é um elemento simples ou indivisível, mas pode ser constituído por um conjunto de técnicas simbólicas extremamente complexas, como é o caso das teorias científicas que também podem ser chamadas de Conceito (o Conceito da relatividade, o Conceito de evolução, etc.). O Conceito tampouco se refere necessariamente a coisas ou fatos reais, já que pode haver Conceito de coisas inexistentes ou passadas, cuja existência não é verificável nem tem um sentido específico. Enfim, o alegado caráter de universalidade subjetiva ou validade intersubjetiva do Conceito na realidade é simplesmente a sua comunicabilidade de signo linguístico: *a função primeira e fundamental do Conceito é a mesma da linguagem, isto é, a comunicação.* (ABBAGNANO, 2007, p. 164, itálicos no original).

Indo ao encontro do escreveu Bernardes (2011), Hardy-Vallée (2013) e Abbagnano (2007), encontramos em Deleuze e Guattari (1997) a afirmação de que todo conceito remete a determinado fato material, e *o desenvolvimento sustentável apresenta determinada materialidade a nível local de acordo com os fins e propósitos para o qual foi criado*: “Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não ha céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados, ou antes, criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam”. (DELEUZE; GUATARI, 1997, p. 12), *como demonstramos por meio dos processos de territorialização do modo*

de produção capitalista – expansão do setor sucroenergético – e normatização do território – PEMH. Por mais estranho que isto possa soar, no contexto de nossa pesquisa, essa é a materialidade do desenvolvimento sustentável.

Ora, apesar de datados, assinados e batizados, os conceitos tem sua maneira de não morrer, e, todavia, são submetidos à exigências *de renovação, de substituição, de mutação*, que dão a filosofia uma história e também uma geografia agitadas, das quais cada momento, cada lugar, se conservam, mas no tempo, e passam, mas fora do tempo (DELEUZE; GUATARI, p. 16, *itálicos nossos*).

Estes elementos destacados nos permitem afirmar a condição de conceito ao desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável está presente enquanto ação, fato e, principalmente, forma de comunicação daqueles que ideologicamente assumem a postura de defendê-lo frente aos momentos de mutabilidade que o modo de produção capitalista necessita para escapar a períodos de crises.

Portanto, o conceito – desenvolvimento sustentável – possui em si generalidades e especificidades à medida que abarca maior número de pessoas e passou a existir por si só, a ter significado próprio, o que, aparentemente desqualificou o debate sobre o mesmo. A partir do momento em que o desenvolvimento sustentável adquiriu seu próprio significado se tornou um conceito em si, fechando-se em si mesmo e perdendo as características daquilo que corresponderia – o sentido humanitário –, passando a ter significação própria e sendo utilizado de forma comum. O desenvolvimento sustentável perdeu *em si mesmo seu aspecto material* e se tornou *puramente formal*. Isto é, possui implícito em seu conteúdo generalidades que dizem respeito aos objetos da classe que seu conteúdo representa. Desta forma, quando se diz *desenvolvimento sustentável, este, enquanto conceito implica em si todas as características gerais do desenvolvimento enquanto ente real e também as suas possibilidades*.

Desta forma, quando se diz que determinado modelo de desenvolvimento é sustentável, se está levando em conta que este possui atributos que o identificam como tal, possui características que permitem o identificar como sustentável. É feito, assim, um recorte no objeto desejado a se conceituar desenvolvimento *destacando somente o que interessa – o adjetivo sustentável*.

Como ressaltado, os conceitos possuem um conteúdo que se, de certa forma, fundamentam no real ou se adéquam a realidade (ABBAGNANO, 2007). Assim, ao

escrever de forma genérica sobre desenvolvimento sustentável um pesquisador pode ter como conceito do mesmo somente o modelo de desenvolvimento vigente; entretanto, quando do conhecimento de que existiram e podem existir outros modelos de desenvolvimento haverá, portanto, uma ampliação do conceito. Ao se aumentar a extensão do conceito, se diminui a sua compreensão, pois o conceito perde em significado, no sentido de seu significado original, daí a banalização do desenvolvimento sustentável.

Portanto, temos que, o desenvolvimento sustentável *revela sua aparência* na materialidade de distintas formas, porém, *mascara sua essência*. Isto, entendemos a partir do raciocínio sobre a crítica de Marx e Engels (2012) a Feuerbach onde estes escreveram que:

[...] na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. Se, em certos momentos, encontram-se em Feuerbach pontos de vista desse tipo, eles não vão além de intuições isoladas e têm sobre sua intuição geral muito pouca influência para que se possa considerá-los como algo mais do que embriões capazes de desenvolvimento. A “concepção” feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz “o homem” em vez de os “homens históricos reais”. “O homem” é, na realidade, “o alemão”. No primeiro caso, na *contemplação* do mundo sensível, ele se choca necessariamente com coisas que contradizem sua consciência e seu sentimento, que perturbam a harmonia, por ele pressuposta, de todas as partes do mundo sensível e, sobretudo do homem com a natureza. Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que buscar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é “palpável”, e uma contemplação mais elevada, filosófica que capta a “verdadeira essência” das coisas. Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas (MARX; ENGELS, 2012, p. 30, aspas no original).

Da interpretação desta passagem temos que o desenvolvimento *sustentável* traz *a sua aparência como ampliação de desenvolvimento em concepções humanísticas, em uma contemplação romântica da natureza* e, por outro lado, *oculta sua essência que, como estamos demonstrando, é a reprodução do modo de produção capitalista*. Portanto, em sua essência, o desenvolvimento sustentável não possui a capacidade de transformação, é tão contraditório como o próprio modo de produção capitalista.

Isto nos permite, de acordo com o método aqui delimitado e buscando a coerência teórico-metodológica necessária, com Lenin (2011), identificar dialeticamente o caráter *ideológico negativo de captar e comunicar a aparência e subjulgar a essência* do desenvolvimento sustentável, pois, de acordo com Lenin (2011).

Nem a pura negação, nem a negação vazia, nem a negação cética, nem a hesitação, nem a dúvida são características e essenciais na dialética - a qual, bem entendido, contém em si um elemento de negação e até mesmo como o elemento mais importante -, mas a negação como momento da conexão, momento do desenvolvimento; que mantém o positivo, isto é, sem qualquer hesitação, sem ecletismo (LENIN, 2011, p. 188).

Empenhando-nos em ir além das aparências superficiais e suas contradições – o que exige a compreensão da materialidade da realidade que não se manifesta de maneira imediata na aparência, dos fatos ou das coisas – torna-se necessário utilizar o método proposto para apreender a essência sobre o que se observa partindo de fatos empíricos, entendidos como as aparências dadas pela realidade para, então, superá-las e chegar à essência. O ponto de chegada, portanto, não mais serão as representações do empírico ponto de partida, mas, do concreto pensado no sentido em que escreveu Marx (2011):

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 1285).

Esta perspectiva de pensamento, de atribuir importância à essência do desenvolvimento sustentável pode contribuir para que geógrafos desvendem a realidade removendo as ideologias que nos impedem de ver as essências e ir além das aparências arquitetadas no modo de produção capitalista, como também explica Moreira (2007). Neste sentido, Horkheimer (1986) colabora com a opção tomada nesta pesquisa sobre a concepção de ideologia quando escreveu que: “A ideologia – aqui entendida como ente imaginário unificado – tornou-se ela mesma um recurso de poder e controle do capital [...] isso porque ela intervém implicitamente em todos os juízos filosóficos da sociedade humana” (HORKHEIMER 1986, p. 14).

Assim advém o poder de persuasão, conformando tanto o pensamento como o sentimento dos indivíduos. Por isso, a ideologia pode ser considerada como parte do processo que envolve, pela alienação, os limites das racionalidades instituídas. Justamente, a teoria crítica procura examinar as ideologias para tentar compreender de que forma as racionalidades podem aprisioná-lo ao invés de emancipá-lo.

Conforme Thompson (2011), na teoria social e política há vários conceitos de ideologia que podem ser agrupados em duas categorias gerais: “[...] concepções neutras de ideologia” e “[...] concepções críticas de ideologia” (THOMPSON, 2011, p. 72). A *concepção neutra* retira qualquer sentido negativo do termo ideologia, e significa sistemas de pensamento (de crenças e sistemas simbólicos) pertencentes às ações sociais e políticas. Nessa perspectiva, a ideologia pode estar tanto nas tentativas de manutenção como nas de subversão da ordem social; é utilizada por dominantes ou dominados sem, necessariamente, expressar revolução, restauração ou reforma de determinado sistema econômico e político. As concepções críticas de ideologia assemelham-se por considerarem que os acontecimentos denominados ideológicos são ilusórios.

Tal esquema indica que as concepções de ideologia desenvolvidas por Destutt de Tracy, Lenin, Lukacs e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total) compartilham, entre si, uma característica importante, apesar das muitas diferenças que separam esses pensadores. Todas essas concepções de ideologia são concepções neutras, no sentido de que elas não possuem, necessariamente, um sentido negativo, pejorativo, e não implicam, necessariamente, que ideologia é um fenômeno que deve ser combatido e, se possível, eliminado. Em contraste a isso, as concepções de ideologia oferecidas por Napoleão, Marx e Mannheim (a concepção que eu descrevi como a concepção restrita de Mannheim) são todas concepções críticas. Todas elas possuem um sentido negativo e supõem que os fenômenos caracterizados como ideologia são suscetíveis de crítica (THOMPSON, 2011, p. 73).

Thompson (2011) filia-se a concepção crítica de ideologia, para o autor:

[...] o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. (THOMPSON, 2011, p. 16, aspas e itálico no original).

Do nosso posicionamento inicial, entendendo ideologia como forma de obscurecimento da realidade, especificamente em relação ao desenvolvimento sustentável que se subverte em forma de dominação por meio da reprodução do modo

de produção capitalista, afastando-se assim de sua concepção humanitária original, concordamos com Thompson (2011), quando escreve sobre a concepção epifenômenica da ideologia:

Embora o conceito de ideologia fosse, inicialmente, empregado por Marx e Engels no contexto de sua crítica aos jovens hegelianos, ele adquiriu, subsequentemente, um papel mais geral na caracterização, feita por eles, da estrutura social e da mudança histórica. Esse papel mais geral está já evidente em *A ideologia alemã*, na medida em que Marx e Engels começam a ligar à produção e difusão das ideias a relação entre classes. "As ideias da classe dominante", dizem eles a certa altura, "são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante". Essa passagem deixa entrever o desenvolvimento de uma nova concepção de ideologia, uma concepção que emerge mais claramente, do prefácio a *Uma contribuição a crítica da economia política*, de 1859, e em outros lugares. Podemos descrever esta nova concepção como a "concepção epifenomênica", pois ela vê a ideologia como dependente e derivada das condições econômicas e das relações de classe e das relações de produção de classe. *Ideologia, de acordo com a concepção epifenomênica, é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória.* A ideologia expressa os interesses da classe dominante no sentido que as ideias que compõem a ideologia são as ideias que, num período histórico particular, articulam as ambições, os interesses e as decisões otimistas dos grupos sociais dominantes, à medida que eles lutam para garantir e manter sua posição de dominação. Mas a ideologia representa relações de classe de uma forma ilusória, pois que estas ideias não representam acuradamente a natureza e as posições relativas das classes interessadas; ao contrário, elas representam mal estas relações, de uma maneira tal que favorecem os interesses da classe dominante (THOMPSON, 2011, p. 54, itálicos e aspas no original).

Neste sentido é que as relações entre o Grupo BM e o desenvolvimento territorial rural sustentável são entendidas. Pois é sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista que a classe dominante, expressa em nosso trabalho por aqueles personificadores do capital atrelados ao Grupo BM, irá arquitetar sua ideologia dominante, ou seja, se o desenvolvimento sustentável apresenta os ideais de determinada classe – seja de forma mais explícita, como no caso da expansão do setor sucroenergético, ou implícita, no caso de política pública –, ele não pode, ao mesmo tempo, favorecer as condições de outra para que a dominação não seja interrompida, daí o caráter conveniente, e ideológico, deste conceito.

Destes, com base em Thompson (2011) podemos relacionar a ideologia com formas de dominação e manutenção de poder. Poder este que, segundo Thompson (2011), é representado por determinados modos de operação, esta relação, demonstramos no quadro 8, de forma sintética.

Quadro 8: ideologias e formas de relação de poder

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação: Relações de dominação podem ser mantidas se forem apresentadas como legítimas	Racionalização: O falante constrói um raciocínio para mostrar que relações ou instituições sociais devem ser aceitas Universalização: Interesses de uns são apresentados como interesses de todos Narrativização: Na narração de histórias, o presente é apresentado como integrante de uma tradição eterna e aceitável
Dissimulação: Relações de dominação podem ser estabelecidas e mantidas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas ou por serem apresentadas de modo imperceptível	Deslocamento: Termos geralmente usados para menção a pessoas ou objetos são usados para se referir a outros, dessa forma, os sentidos bons ou ruins são transferidos para o novo referente Eufemização: A descrição acrescenta uma valoração positiva Tropo: É o uso de figuras da linguagem. As formas mais comuns de tropo são sinédoque, metáfora, metonímia
Unificação: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção de unidade entre indivíduos, independentemente das diferenças que os separam	Estandarização: Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, por exemplo, desenvolvimento de uma linguagem nacional sem levar em conta as diferenças sociais e linguísticas Simbolização da unidade: Construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas
Fragmentação: Relações de dominação são estabelecidas e mantidas através da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos dominantes	Diferenciação: Ênfase às distinções entre pessoas e grupos Expurgo do outro: Construção de um inimigo para a sociedade
Reificação: Relações de dominação são criadas e sustentadas quando uma situação transitória é apresentada como se fosse permanente, natural, atemporal	Naturalização: Apagamento da história dos fenômenos, que são apresentados como naturais Eternalização: Fenômenos são apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes Nominalização: Ações e participantes são transformados em nome

Fonte: Thompson (2011)

Organização: Guilherme Magon Whitacker, 2016

Nesse âmbito, Eagleton (2011) explica que a aceitação de ideologia mais amplamente aceita é a de legitimação do poder de uma classe ou grupo social dominante, tal como propõe Thompson (2011). Para manter este posicionamento e negar a ampliação do conceito de ideologia¹³⁷, Eagleton (2011) se reporta a um conceito correlato que nos é extremamente útil: poder. E, para relacionar estes conceitos recorre a Michel Foucault.

Eagleton (2011) reconhece que a compreensão do poder como exterminado, presente nas mais ínfimas ações, é um ganho político; contudo traz um problema quanto

¹³⁷ Para Eagleton (2011) a ampliação do conceito de ideologia, em acepções amplas e restritas, permite entender que tanto os movimentos de contestação como os de dominação seriam ideológicos e aceitar as duas significa ser por demais complacente. Resultaria em estender a tal ponto o conceito de ideologia que ele se tornaria “[...] politicamente desdentado” (EAGLETON, 2011, p. 20) e essa aceitação renega aspectos ligados à ideologia enfatizados por filósofos radicais, por exemplo, “o obscurecimento e a ‘naturalização’ da realidade social, bem como a resolução ilusória das contradições reais” (EAGLETON, 2011, p. 20).

ao significado da palavra ideologia. Conforme o autor, se o poder está disseminado, então a ideologia, compreendida enquanto legitimação de poder estaria também proliferada. Sendo assim, a palavra ideologia corre o risco de difundir-se demais a ponto de perder seu significado. O autor justifica sua posição alegando que qualquer palavra que abranja tudo perde seu valor, pois não se opõe a nenhum outro signo. Portanto, é preciso especificar sempre o outro, isto é, para determinar o que é ideológico é preciso também saber o que não é (EAGLETON, 2011, p. 21). Eis o segundo motivo para a contestação da acepção mais ampla de ideologia, defendida por Thompson (2011).

Deste modo, o conhecimento sobre a *ideologia do desenvolvimento sustentável* irá possibilitar que expliquemos as formas ideológicas mostrando, por exemplo, que declarações sobre *os propósitos, objetivos e a santidade do desenvolvimento sustentável são expressões de interesses particulares de uma classe cujo domínio e sobrevivência dependem do controle ideológico de tal modelo de desenvolvimento e assim podemos, também, desmascarar esta ideologia*. Neste ponto, voltamos a Thompson (2011) e esclarecemos que:

Desmascarar uma forma de consciência e mostrar que ela é ilusória, errada, sem justificação racional; implica não apenas que ela pode ser explicada com referência a condições sócio-econômicas, mas também que ela interpreta mal essas condições, ou que ela não tem outra justificação a não ser o fato, empiricamente demonstrável, de expressar os interesses particulares de grupos cujas posições são determinadas por essas condições. A caracterização específica de uma forma de consciência como "ideológica", de acordo com essa concepção, implica que pode ser explicada, e por isso desmascarada, como uma expressão dos interesses da classe dominante. Por isso uma investigação que se apresente a si mesma como *ciência*, interessada na investigação das condições econômicas da vida social e explicando formas de consciência a partir daí, pode ser posta a serviço de uma *crítica* que desmascare formas de consciência – e, mais especificamente, as teorias e conceitos de filósofos e de outros – como ideológicas (THOMPSON, 2011, p. 56, *itálico e aspas no original*).

Marx e Engels (2012) entendem que a ideologia não é um pensamento equivocado, mas aquele que apanha os elementos da realidade tal qual ela se encontra, não apreendendo seus nexos constitutivos, os elementos que permitem entender a essência do objeto pensado, assim sendo, acaba naturalizando aquilo que é a-histórico e a-social. O objetivo fundamental de Marx e Engels (2012), consideramos, é mostrar que não é no plano das ideias que as coisas são produzidas, na verdade são questões materiais que produzem essa realidade. Isso significa que a consciência é produzida pela

materialidade e não o contrário. Esta inversão é para evidenciar que as ideias são produzidas pela realidade histórica (MARX; ENGELS, 2012).

A questão fundamental abordada é que a realidade é uma forma histórica que tem relação com seu desenvolvimento histórico e, a análise da essência – se desprovida dessa compreensão – não permite perceber o que está posto na realidade dificultando a apreensão da materialidade velando-a, escondendo e legitimando o que está posto. Esse processo que naturaliza e mantém os fatos interessa somente a determinada classe social, *daí a importância da verificação da concepção conceitual de desenvolvimento sustentável e sua conveniência.*

Portanto, torna-se indispensável à produção científica que se detenha a explicação dos nexos constitutivos materiais revelando-os além da forma imediata da aparência material do desenvolvimento sustentável, apreendendo aquilo que essencialmente a realidade é afastando-nos de compreensões harmonicistas que permitem relacionar a reprodução do modo de produção capitalista a uma perspectiva humanitária. Neste sentido, Marx (2013) escreveu que na sociedade capitalista os objetos materiais possuem características que lhes são conferidas pelas relações sociais de produção dominantes (essência), mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente (aparência). Este fato, presente no processo de reprodução do modo de produção capitalista, é por ele denominada *fetichismo*, e sua forma elementar é o fetichismo da mercadoria enquanto repositório ou portadora do valor.

A analogia é com a religião, na qual as pessoas conferem a alguma entidade um poder imaginário. Mas a analogia é inexata, pois, como Marx sustenta, as propriedades conferidas a objetos materiais na economia capitalista são reais e não produto da imaginação. Só que não são propriedades naturais. São sociais. Constituem forças reais, não controladas pelos seres humanos e que, na verdade, exercem controle sobre eles; são as “formas de aparência” objetivas das relações econômicas que definem o capitalismo. Se essas formas são tomadas como naturais, isso se deve a que seu conteúdo ou essência social não é visível imediatamente e só pode ser revelado pela análise teórica (GERAS, 2013, p. 149, *aspas no original*).

Deste modo, consideramos que as relações sociais de produção influenciadas pelos agentes que atuam nas forças de comando do modo de produção capitalista, como o Grupo BM, passam a existir como aparência mistificadora cuja expressão suprema é a capacidade que o capital tem de gerar lucro, e aí está a essência do desenvolvimento sustentável, sua capacidade de reprodução do modo de produção capitalista.

Assim, as propriedades conferidas às agências internacionais de domínio deste processo são como uma espécie de máscara para as relações sociais de produção no modo de produção capitalista. Isso dá lugar às ilusões quanto à origem natural dessas forças. Mas a máscara não é ilusão.

As aparências que mistificam e deturpam a percepção espontânea da ordem capitalista são reais; são formas sociais objetivas que, simultaneamente, são determinadas pelas relações subjacentes e as obscurecem. É desta maneira que o desenvolvimento sustentável aparece no modo de produção capitalista: como ideologia, ou seja, esta é sua essência, o porquê de existir. E, a essência vai buscar sua materialidade no território, assim, território e desenvolvimento sustentável estão numa relação de aparência e essência, onde o território revela a aparência material do desenvolvimento sustentável.

Deste modo, *território e desenvolvimento sustentável encontram-se imbricados numa relação dialética, onde consideramos que o território, normatizado, passa a ser entendido não apenas como produto do modo de produção capitalista, mas como condição para este*. Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável assume definitivamente seu caráter ideológico de negatividade, ou seja, de realidade ilusória, provocadora de falsa consciência que acaba refletindo em contradições sociais. Identificada e relacionada com o poder político, entende-se que a ideologia transforma-se de acordo com os interesses de quem está no poder político, ou seja:

[...] cada nova classe que ocupa o lugar da que dominava anteriormente, vê-se obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade; ou seja, para expressar isso em termos ideais; é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente legítimas (MARX e ENGELS, 2009, p. 80).

Entendendo a ideologia como uma forma de orquestrar a sociedade através de programas ou políticas, eleva-se ainda mais a categoria de ideologia. Podemos relacionar esta elevação à condição de hegemonia, uma “[...] produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidades que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito” (PEET, 2007, p. 25). Neste sentido, a ideologia do desenvolvimento sustentável, segundo Löwy (2005), pode ser descrita:

[...] segundo a qual, graças ao processo tecnológico e as energias leves, o desenvolvimento das forças produtivas pode ter uma expansão ilimitada, que

vise satisfazer “cada qual segundo as suas necessidades”. Essa escola não leva em conta os limites naturais do planeta, e acaba por reproduzir, sob a etiqueta de “desenvolvimento durável”, o modelo de produção atual (LÖWY, 2005, p. 56, aspas no original).

As ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e circulação, quer dizer às funções que elas cumprem: em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada e; em segundo lugar e por acréscimo, para os não especialistas. Portanto, entendemos que o poder da ideologia influencia na formulação de planos e políticas governamentais que tendem a reproduzir, ainda que isto não esteja explícito, o modo de produção capitalista por meio do desenvolvimento sustentável.

Vale também lembrar as circunstâncias específicas de quando se elegeu o desenvolvimento sustentável como alternativa para o futuro da humanidade, conforme já descrevemos nesta pesquisa. Enfim, o relatório *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988), que estabeleceu os parâmetros e projetou o debate sobre o desenvolvimento sustentável, parte de uma concepção subjetiva de desenvolvimento e direciona este para outra perspectiva ainda mais subjetiva, denominada por sustentável, pois este modelo deveria, por si só, garantir a perpetuação da espécie sobre o planeta, mas, em nenhum momento ele o define.

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites, não limites absolutos, mas limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de gerar uma nova era de crescimento econômico. Para a comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza. (CMMAD, 1988, p. 09 e 10, os grifos são nossos).

Resta-nos aqui, esclarecer de que forma a ideologia do desenvolvimento sustentável se materializa e permite, portanto, seu caráter conceitual. Ainda em Thompson (2011), encontramos a seguinte explicação sobre a relação entre ideologia e discurso.

Foi no espaço aberto da esfera pública que o discurso das ideologias apareceu, constituindo sistemas organizados de crenças que ofereciam interpretações coerentes dos fenômenos sociais e políticos e que serviam para mobilizar movimentos sociais e justificar exercícios de poder. As ideologias, então, propiciaram marcos referenciais de sentido, por assim dizer, que possibilitaram as pessoas se orientarem num mundo caracterizado por certo sentimento de *latta de fundamento*, uma sensação produzida pela destruição de estilos de vida tradicionais e pela morte de cosmovisões religiosas e míticas (THOMPSON, 2011, p. 110).

Deste modo, relacionando os escritos anteriores sobre a influência do Grupo BM no processo de descentralização e inserção do desenvolvimento sustentável em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, podemos escrever que esta ocorreu como forma de controle e exercício de poder. Entendemos que muitas vezes os discursos podem representar, ou expressar, o papel institucional das organizações (neste caso, o Grupo BM e a ONU – especificamente em relação à projeção do desenvolvimento sustentável), mas, também podem trazer opiniões pessoais (julgamentos ora favoráveis ora divergentes com o que defendem institucionalmente). Comportamento este legítimo, já que as pessoas (sujeito) devem expressar maneiras de examinar seus pontos de vista através do exercício de crítica e autocrítica, objetivando aprimorar concepções sobre determinado tema ou assunto.

Deste modo, entendemos o discurso como meio de identificar a perspicácia capitalista na construção de uma ideologia do desenvolvimento sustentável, neste sentido, cabe verificar se ele transforma uma realidade abstrata, considerando o que escrevemos anteriormente sobre a materialidade de um conceito, no caso o desenvolvimento sustentável em uma realidade histórica. Ao sujeito lhe é fornecida a temporalidade, que servirá para validar a dominação da lógica capitalista que tenta respaldar o seu interesse específico, fazendo-o se tornar em interesse da sociedade.

A temporalidade é explicada: o discurso deve ser localizado no tempo, buscando responder previamente aos possíveis questionamentos de uma problemática que emerge da sociedade, dentro de um contexto histórico capitalista, a quem o próprio capital previamente instituiu. Tem por base uma ideologia, que, apesar de ser atemporal, fornece a ele (o discurso) o tempo e o espaço, a fim de dar veracidade e coerência à abstração. Esse discurso previamente trabalhado é designado, então, como competente. Neste sentido Chauí (1989) define o discurso competente como o instrumento de dominação no mundo contemporâneo:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser resumida assim: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar (CHAUÍ, 1989, p.7).

A aceitação do discurso capitalista vai depender do grau de abstração do indivíduo, que, segundo a concepção marxista, tem sua consciência determinada por sua atividade de produção na sociedade (MARX; ENGELS, 2009). E, o indivíduo tem consciência de si quando tem consciência do que produz, como produz, para quem produz, pois ele está inserido num sistema econômico. A sua abstração vai depender da sua consciência, da criação das ideias que estão vinculadas à sua base de sobrevivência, ligadas ao seu modo de produzir e reproduzir, de como está inserido no processo.

Um discurso pode ser identificado e definido. Não é algo que acontece de maneira aleatória ou espontânea. Neste subitem, pretendemos relacionar a ideologia do desenvolvimento sustentável com a forma que julgamos ser o que dá o tom de sua materialização, o discurso do desenvolvimento sustentável. Pois entendemos que a ideologia se cria internamente; em outras palavras, na mente e nas relações de poder daqueles que detêm o poder e, somente posteriormente, ela, a ideologia, se materializa através de um canal discursivo.

Para compreendermos a totalidade de uma prática discursiva precisamos inseri-la na totalidade “[...] da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16). Neste sentido, é interessante lembrarmos, relacionando com o item anterior, que as ideologias, segundo Peet (2007) podem ser produzidas intencionalmente e que:

Na modernidade, a arena política é povoada por indivíduos altamente treinados e experientes – “*experts*” – e as instituições bem estabelecidas, abundantemente financiadas – departamentos de governo, *Think Tanks*, institutos de pesquisa, associações financeiras etc. – que são de caráter mais econômico-institucional do que civil-institucional (PEET, 2007, p. 27).

Deste modo, as instituições responsáveis por este ou aquele discurso, após criarem o referente, ou assunto, ideologicamente programado para intensificar uma propagação falsa sobre a realidade, elaboram seus códigos e sua mensagem.

Importante mencionarmos neste momento que, em relação a discurso, entendemos aquilo que Foucault (2008) vai nos apresentar como, não necessariamente, algo dito, falado, expressado através da linguagem, mas, também, e especificamente em

nosso caso neste momento, do discurso político escrito, pois, lembrando, trabalhamos aqui com a proposta oficial da ONU, que articulou a proposta de desenvolvimento sustentável.

Para compreender esta proposta optamos por tratá-la como um discurso, no sentido empregado por Foucault (2008) no contexto, principalmente, da arqueologia do saber, no sentido de entender como se constroem os discursos e como o poder, imanado do discurso, é capaz de construir significados. Segundo esse autor, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época; quem pode dizer o que e em quais circunstâncias como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir (FOUCAULT, 2009). São sob estas observações que iremos trabalhar: “[...] segundo que regras um enunciado foi construído” (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados, na forma de códigos, que se apoiam em regras históricas e ideológicas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas origens de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que expressam ideologias como sistemas simbólicos isolados que se concretizam, sobretudo na escrita, e que servem, enquanto algo escrito, enquanto discurso racional, para informar projetos públicos de reconstrução social. Neste sentido, Foucault (2008), escreve que a análise discursiva busca:

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Todo discurso contém procedimentos de seleção e exclusão que estabelecem os limites do permitido e do proibido na arte da comunicação, do que é aceito e rejeitado, do que é considerado verdadeiro ou falso. Sendo assim, o modo como falamos e escrevemos afeta profundamente a vida social, condicionando comportamentos e experiências, nossa visão de mundo e, por fim, o próprio mundo que ajudamos a criar (FOUCAULT, 2009).

Em seu momento de formação, o discurso do desenvolvimento sustentável já vem carregado daquilo que Foucault (2008) vai chamar de regras de deformação, ou

seja, possui “palavras demasiado carregadas de condições e consequências inadequadas” (FOUCAULT, 2008, p. 43), conseqüentemente, apresenta-se inteiramente diferente da realidade em que se acentua.

Para Foucault, portanto, não há discurso neutro ou desinteressado. Ele nos traz a ideia de que toda linguagem e todo discurso expressa uma vontade de poder e de dominação (FOUCAULT, 2000). Para realizar esta aspiração de conquista, o poder investido nos discursos se associa ao saber, em especial àquele saber concebido intencionalmente pelos experts (PEET, 2007) o que torna o conhecimento e conseqüentemente o discurso reconhecido como verdadeiro.

O discurso do desenvolvimento sustentável apresentado ao debate público, apesar de padecer de diversos problemas que tentaremos apontar ao longo da análise, não é uma construção ingênua. Revela, ao contrário, uma hábil operação ideológica e, portanto, política, aparentemente empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento. Ou seja, trata-se de um discurso que busca a alienação da relação sociedade e natureza, um discurso que não permite a compreensão da realidade através da teoria e do empirismo; portanto, entendemos que seus maestros tiveram o cuidado ao formular este discurso ideológico, pois se tratou de pensar e elaborar:

[...] um discurso que não fosse nem da ordem da redução nem da ordem da promessa: um discurso cuja tensão mantivesse separados o empírico e o transcendental, permitindo, no entanto, visar a um e outro ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2000, p. 441).

Tratava-se, em primeiro lugar, de gerenciar a reprodução econômica do capital ante os efeitos de degradação natural, tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição, contaminação e degradação daí decorrentes. Implicava também em responder aos questionamentos sobre os limites do crescimento, intensamente discutidos na década de 1970 em todos os fóruns, direta ou indiretamente, relacionados à temática do desenvolvimento. Sobre este aspecto, Carvalho (1991) observa que:

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua

preservação dentro de um projeto desenvolvimentista (CARVALHO, 1991, p. 79).

À parte a própria contradição semântica do termo, a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo relatório *Nosso Futuro Comum* permite uma pluralidade de leituras que oscila, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça ambiental (aquela condição de conceber direitos à natureza) e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica.

"Uma agenda global para mudança" - foi o que se pediu à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que preparasse. Tratava-se de um apelo urgente da Assembleia Geral das Nações Unidas para: propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (CMMAD, 1987, p. 11, *aspas no original*).

Esta polissemia revela o curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa. Assim, à medida que o discurso vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares. Nos interesses da ONU, e nas palavras da primeira ministra norueguesa, isto se torna uma possibilidade:

[...] de encarar o futuro e de proteger os interesses das gerações vindouras. Pois uma coisa era perfeitamente clara: precisávamos de um mandato para a mudança. [...] Talvez nossa tarefa mais urgente hoje seja persuadir as nações da necessidade de um retorno ao multilateralismo. O desafio da reconstrução após a II Guerra Mundial foi a verdadeira motivação que levou ao estabelecimento de nosso sistema econômico internacional do pós-guerra. O desafio de encontrar rumos para um desenvolvimento sustentável tinha de fornecer o ímpeto – ou mesmo o imperativo – para uma busca renovada de soluções multilaterais e para um sistema econômico internacional de cooperação reestruturado (CMMAD, 1987, p. 12).

Portanto, de todo o escrito até este ponto, entendemos o desenvolvimento sustentável como um *conceito claramente programado para determinado fim* – ainda que esta leitura dependa de um ajuste em nossas lentes para observarmos as entrelinhas narrativas – *reproduzir o modo de produção capitalista*. Este entendimento nos permite escrever que o conceito desenvolvimento sustentável é tão amplo que não tolera que seja estabelecida uma relação direta com nenhum objeto específico, ficando, pois, dependente de uma nova adjetivação, expressa neste trabalho como *desenvolvimento territorial rural sustentável*.

Assim sendo, sua função ideológica, de acordo com Thompson (2011), seria de legitimação de poder, no caso do poder do Grupo BM que por meio da normatização do desenvolvimento sustentável e do território mantém seu poder de dominação por meio das estratégias de racionalização, na qual o Grupo BM, enquanto sujeito ativo na relação de incorporação do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, constrói um raciocínio capaz de demonstrar quais ações, entre a sociedade e a natureza, devem ser legitimadas para que alcance o desenvolvimento sustentável, deste modo, por meio do discurso, exprime a universalização de seus interesses como interesses de todos.

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, portanto produtivista de acordo com o tratamento dado a este conceito, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres (CARVALHO, 1991, apud, RIBEIRO, 1991).

Dirigia-se, igualmente, à pacificação de conflitos na relação entre os países do norte e do sul, separados por assimetrias sociais, econômicas e políticas que tencionavam historicamente as relações internacionais. Os debates sobre os limites do crescimento já reconheciam que as aspirações de todos os povos e países do mundo ao desenvolvimento não podiam seguir os modelos do norte industrializado, pois isto levaria a uma sobrecarga dos ecossistemas. Deste modo se apresentou a ideologia discursiva do desenvolvimento sustentável. A partir desta análise, os operadores do capital financeiro encontram na relação entre a sociedade e a natureza a maneira adequada de dar continuidade ao ciclo de expansão do modo de produção capitalista, criam o espaço necessário para expandir suas formas de dominação através daquilo que chamamos de prática discursiva da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Resumo da parte III

A síntese realizada nesta última parte partiu do entendimento de que a produção do espaço e os territórios encontram-se de tal forma imbricados no modo de produção capitalista que o desenvolvimento territorial sustentável não escapa de sua lógica predatória. A partir do retorno a materialidade de nosso objeto de estudo e do exemplo elencado visando demonstrar a contrariedade das ações estatais em prol do desenvolvimento sustentável – nosso tema central –, e do confronto teórico entre distintas concepções de território – areal e relacional – demonstramos:

O poder simbólico de políticas públicas;

- a ideologia que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo.

A partir destes comprovamos nossa hipótese:

- o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado como alternativa de reprodução do modo de produção capitalista.

A partir da verificação e confirmação de nossa hipótese demonstramos:

- a diferença entre a essência e a aparência do desenvolvimento sustentável;
- a característica conveniente do conceito desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

Esta tese levou em consideração a materialidade histórica do modo de produção capitalista considerando que todo evento possui condições determinantes. Nenhum evento na história pode ser considerado inteiramente irrelevante em relação a qualquer outro subsequente; ignorar tal fato limita o aprender e o fazer científico. Os intrincados fatos com os quais tivemos de tratar referem-se à própria historicidade e geograficidade humana e, embora o entendimento jamais seja completo, ainda assim, consideramos que pudemos contribuir para o estudo dos processos que, sob a égide do desenvolvimento sustentável, contribuem para a reprodução do modo de produção capitalista e, a Geografia é uma Ciência com riquíssimo aparato teórico-conceitual que nos permitiu compreender alguns dos processos de reprodução do modo de produção capitalista.

Consideramos que, no transcorrer deste trabalho, apresentamos um conjunto de considerações relevantes para análise do desenvolvimento sustentável. O desafio posto, de demonstrar como imbricadas relações articuladas em escala global incidem em outras escalas possuem nexos de causalidade, que se configurou a partir dos estudos realizados e aqui sintetizados na compreensão de que *o modo de produção capitalista infere na produção do espaço e nos territórios* por meio dos processos de territorialização e normatização em uma multiescalaridade que nos permitiu transitar desde a aparência até o essencial do desenvolvimento sustentável.

Assim, o objetivo principal de nossa tese – *verificação da hipótese de que o desenvolvimento sustentável esteja sendo utilizado como forma de reprodução do modo de produção capitalista* – foi atingido confirmando tal hipótese e reafirmando nossa tese, seja por meio do processo de territorialização do modo de produção capitalista, no caso da expansão do setor sucroenergético, seja pela normatização do território, no caso do PEMH.

Observando os objetivos específicos verificamos que o *processo de descentralização de políticas sociais no Brasil foi condicionado por decisões impostas por organismos internacionais de financiamento, representantes do interesse do capitalismo central, acreditando que descentralizar seria uma forma de desoneração do governo central, dando às funções de Estado uma espécie de caráter menor, de municipalidade*. Os resultados do processo de descentralização se materializam, dentre outras formas, como políticas públicas por meio da transferência de competências e

recursos e pela fragmentação do processo político cumprindo, assim, função de adaptar a regulamentação estatal às novas condições de acumulação do capital mundial dentro de um marco de crise econômica e fiscal.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, partimos do afastamento de sua concepção humanitária e pudemos verificar que este vem sendo, há tempos, impulsionado como modelo de desenvolvimento para o campo por meio do que convencionalmente foi denominado de *desenvolvimento territorial rural sustentável*. *Neste aspecto, demonstramos a tese que vem se amparando em estudos que entendem e planejam o desenvolvimento territorial a partir de sua delimitação física e pela implementação de normas, sendo imposto de distintas formas, desde publicações oriundas de conferências da ONU sobre o tema até as recomendações do Grupo BM para a liberação de financiamentos*. O Estado, dessa forma, atende a recomendações de agências que atuam diretamente ou indiretamente na reprodução do modo de produção capitalista como, por exemplo, o Grupo BM, realizando ações no intento de permitir ganhos cada vez mais significativos com o capital aplicado.

A leitura dos documentos do Grupo BM revelou que esta agência de fomento internacional postula a necessidade de um olhar ampliado sobre o rural, não restrito à agricultura, estimulando o envolvimento do público beneficiário na promoção do desenvolvimento sustentável e da perspectiva territorial como delimitação para execução de projetos legando a prática agropecuária a grandes produtores, como, por exemplo, no caso do setor sucroenergético que, na perspectiva proposta nesta tese, representa a contrariedade do desenvolvimento sustentável.

Demonstramos as características anteriores e posteriores à execução do PEMH na área de estudo delimitada por meio de informações produzidas durante o trabalho de campo e documentos da CATI sobre os principais problemas, causas e atividades previstas para o planejamento e execução do PEMH, sendo expostas as atividades previstas e executadas na microbacia com a finalidade de realizar uma interpretação descritiva. Posteriormente demonstramos como o modo de produção capitalista, em seu desenvolvimentismo, foi estudado pela Geografia no que diz respeito à compreensão sobre a produção do espaço e o território. Tratamos da análise da categoria espaço e do conceito de território para compreender como os processos e agentes envolvidos na expansão capitalista impactaram o campo a partir da incorporação normativa do modelo de desenvolvimento territorial rural sustentável em políticas públicas, onde se ressalta o aspecto econômico e político, sobretudo, a reprodução do modo de produção destacado.

Ao considerarmos o espaço, como constructo social, nos referimos à estrutura que define as determinações do modo de produção capitalista considerando, também, o que se refere à ação de agentes em associação com grupos de atuação, muitas vezes de âmbito global. A partir desta delimitação, *quando escrevemos sobre a concepção de território nos referimos a um espaço – sem confundir-lo com o mesmo – definido e delimitado por e a partir de relações de poder, portanto, relacional*. Esta opção possibilitou compreender os processos de territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território influenciado pelo Grupo BM, que traz em seu bojo relações de poder que podem ser analisadas, por exemplo, por meio de políticas públicas de caráter neoliberal, como o PEMH que *podem induzir novas práticas produtivas voltadas à reprodução de capitais*.

Demonstramos que as crises do modo de produção capitalista fazem parte de sua espacialização e territorialização. Um processo que permite a criação de novos espaços de reprodução capitalista subordinados às necessidades gerais das relações sociais de produção que o constituem e que possuem uma lógica interna de transformação permitindo a superação de momentos de crise por meio da dinâmica espacial e territorial, marcada por contradições, que são superadas ainda dentro da lógica de valorização do capital pela reprodução capitalista através da incorporação de novos espaços, bem como do aprofundamento da exploração, tanto de recursos naturais quanto humanos. Deste, evidenciamos a materialidade espacial e territorial do modo de produção capitalista utilizada para a análise da realidade social.

Consideramos que estamos vivendo um período no qual o núcleo da relação entre a sociedade e a natureza está sendo transformada por meio da criação de novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista onde os recursos naturais se transformaram em espaço de acumulação do capital. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo tem alterado profundamente a relação entre a sociedade e a natureza que é expressa na forma de uma interação metabólica, seu núcleo, o que lhe garante, ou garantiria, estabilidade. Neste sentido, demonstramos que o controle dos meios de produção que imprimem transformações à primeira natureza fortalece a degradação de recursos naturais. É fato que a apropriação, uso e controle de tais recursos ampliam a distinção entre as classes sociais e, deste domínio de relação social desigual, surgem benefícios e prejuízos.

Evidenciamos a relação entre a materialidade do desenvolvimento sustentável e o modo de produção capitalista. Materialidade esta que foi demonstrada por meio da

efetivação do PEMH, que consideramos como proposta/prática de desenvolvimento sustentável, mas não representa a totalidade do que podemos considerar como modelo de desenvolvimento, na perspectiva que escrevemos anteriormente. Assim, consideramos o PEMH como política pública de característica compensatória.

Demonstramos que a materialidade evidenciada por autores e pesquisadores que se dedicaram ao estudo da concepção areal e normativa do território, em relação ao PEMH, não levaram em consideração em suas pesquisas o papel ideológico do desenvolvimento sustentável como propusemos. Entendemos que, mesmo não sendo este o foco de suas pesquisas, este deveria ter sido proposto ao debate, dessa forma, se evitaria a generalização e banalização deste conceito, inclusive na Geografia. Deste modo, o desenvolvimento sustentável coaduna com a harmonização de um pacto transclassista, sem formulação teórica necessária para tratar a questão a que foi elaborado, a harmonização da relação entre a sociedade e a natureza. Entendemos que este visa, sim, compatibilizar o crescimento econômico com a recuperação e preservação de recursos naturais, porém, sem referendar um projeto de superação do modo de produção capitalista, por ter sido elaborado com base em seus próprios fundamentos, o que permite a coexistência com o mesmo.

Concluimos que a institucionalização normativa do desenvolvimento sustentável é um modelo pragmático baseado no contexto político e econômico vigente que atende às demandas do mercado global recentemente, em termos históricos, adequado aos alardes globais em relação ao cuidado com os recursos naturais que oferece mecanismos técnicos, políticos e econômicos de regulação para aproveitamento máximo dos recursos. Assim, tendo por base uma estrutura econômica e política pré-estabelecida, apresenta importante caráter legitimador e intimador geoeconômico e geopolítico por meio de uma espécie de *logística de ordenamento territorial* articulada pelo Grupo BM tendo em vistas a maior eficácia na gestão das riquezas naturais – consideradas como capital – e a *manutenção do status quo, uma ordem hegemônica que implica na constante vigilância para com o território voltada a manutenção do domínio econômico e político.*

Atrelada às condições materiais de reprodução do modo de produção capitalista como desenvolvimento histórico, instituiu-se a ideologia que se torna cada vez mais importante para a reprodução sociometabólica do capital. Neste sentido, demonstrando que o poder da ideologia consiste em criar sistemas econômicos e políticos, por meio de seus *Think Tanks*, é capaz de alienar os indivíduos em relação às formas e forças

destrutivas, assim como o modo de produção capitalista se reproduz explorando recursos naturais e a sociedade, destruindo e eliminando as possibilidades de que as relações humanas sejam de fato a centralidade do processo civilizatório.

Deste modo, não há materialidade além da aparência de um modelo de desenvolvimento criado e articulado no cerne do modo de produção capitalista. As únicas necessidades das gerações futuras são criadas por aqueles que dominam este modo de produção, cotidianamente. Ainda que o modelo desenvolvimentista apregoado pela ONU e defendida por suas organizações de fomento internacional não represente a materialidade total de um modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável está presente no cotidiano na forma de ações locais que aparentam uma totalidade, portanto, negar sua existência seria também uma visão idealizada, no sentido de nos preocuparmos em encontrar na realidade aquilo que pretendemos. E é aí que encontramos sua essência. As ações locais revelam estratégias estanques, que não compreendem uma totalidade de ações concatenadas para a edificação de um modelo alternativo.

Por fim, a Geografia e algumas de suas categorias e conceitos foram fundamentais e povoaram as reflexões aqui sistematizadas apresentando-se enquanto componente imprescindível para a compreensão das formas como o modo de produção capitalista promove sua reprodução no tempo e no espaço. Fato que nos permitiu analisar o desenvolvimento sustentável, geograficamente, levando em consideração não o desenvolvimento em si, mas sim, como este modo de produção interfere na produção do espaço e nos territórios no diálogo com a totalidade que o compreende, pressupondo nada menos que uma reflexão complexa porque, tão logo, as respectivas relações espaço-temporais que o envolve e que o mesmo realiza assim também são em diferentes configurações. Com isso, buscamos estabelecer princípios próprios que nortearam este estudo: apresentar o conceito e sua realidade; superar a singularidade isolada e estabelecer os nexos indissolúveis entre a aparência e a essência; apresentar a materialidade em sua totalidade internamente contraditória; ter em conta a prioridade ontológica da essência em relação à aparência entendendo esta como específica de um conteúdo nomeadamente sedimentado; desfetichizar a aparência e revelar a essência da materialidade sobre aquilo a que nos propusemos: demonstrar que o desenvolvimento sustentável é um instrumento ideológico voltado à reprodução do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Representatividade e inovação**. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005, Brasília. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc
Acesso em: 10 nov. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Organização Rural e Capacitação do Atores**. Nota Técnica (relatório final). in: Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, São Paulo, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social**. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Org.) Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Revistas de Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, nº 43. 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão, n. 72. Rio de Janeiro: 2000a.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p 379-397, abr./jun. 2000b.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1. 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo: UNESP, 1972.

AGLIETTA, Michel. **Regulación y crisis del capitalismo**. Madrid, España: Siglo Veintiuno de España Editores S.A., 1979.

AGNEW, John. **Territory**. In: DEREK, Gregory et al. The dictionary of human geography. 5 ed. Blackwell Publishers. United Kingdom. 2009.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. In: LAGES, Vinicius et al. (Orgs.), Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: Sebrae, 2004.

ALTVATER, Elmar. **El fin del capitalismo tal y como los conocemos**. El viejo topo. Espanha. 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno**. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana

Maria Neto (Orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDERSON, James. **Ideology in Geography: an introduction**. In: *Antípode. A radical Journal of Geography*. Vol. 5. Issue 3, pg. 1- 6. December. 1973

ANDERSON, Perry. Verbetes. **Marxismo ocidental**. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro**. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas**. in: *Boletim de Geografia teórica*. vol. 25, nº. 49-50. 1995. Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. AGETEO – Rio Claro. 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11992/6996>. Acesso em: 23/02/2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 1987.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de (Coord.). **Descentralização e reforma agrária: um processo em discussão**. Brasília: INCRA, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **El largo siglo XX. Dinero y poder en los Orígenes de nuestra época**. 2ª ed. Madrid: Akal, 2014.

ASSMANN, Hugo. **O caso Carter: um fenômeno planejado**. In: ASSMANN, Hugo; SANTOS, Teotônio dos; CHOMSKY, Noam. et al. *A Trilateral: Nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 42 – 69.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. In: *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003, p. 01-10. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>. Acesso em 23/12/ 2014.

BACHELARD, Gaston. 2005. **A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. 5ª reimpr. Contraponto. Rio de Janeiro: 2005.

BAGNASCO, Arnaldo. **Ter italie. La problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Il mulino, 1977. In SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: expressão popular, 2007

BAILEY, Richard. **What i did on my Summer vacation.** The enviroment. 1992. Disponível em: <http://reason.com/assets/db/13396383287448.pdf>. Acesso em: 21/06/2014.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

BECK, Ulrich. Risk society. **Towards a new modernity.** Londres: Sage Publications, 1992.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERNARDES, Antonio. **Quanto às categorias e aos conceitos.** Revista Formação Online, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/602>. Acesso em 23/08/2016.

BERNSTEIN, Henry. Verbete. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** in: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). Dicionário do Pensamento Social do século XX Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1996, p.197-201.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações.** São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Universidade de Brasília: Brasília, 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução as teorias e os métodos.** Portugal: porto editora, 1994.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial da produção da Nestlé S/A.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.72-96, jan./jul.2012.

BONNAL, Philippe; MALUF, Sérgio Renato. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis-SC. 2007.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil.** International Journal of Sociology Agriculture & Food. Vol. 19, No. 1, p. 37–55. 2011.

BORÓN, Atílio. **A questão do imperialismo.** In: BORÓN, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Org). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

BORGES, André. **Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. On-line version ISSN 1806-9053. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18, nº.52, São Paulo June 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200007.

Acesso em:09/10/2015.

BORGES, Ana Cláudia Giannini; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro pós desregulamentação**. Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Salvador, 2009. CDRoom

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos II: por um movimento social europeu**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A construção do objeto**. In: BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGAGNOLO, Nestor; PAN, Waldir. **A experiência de programas de manejo e conservação dos recursos naturais em microbacias hidrográficas: uma contribuição para o gerenciamento dos recursos hídricos**. Curitiba: IPARDES, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL. 1987. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 94.076, DE 5 DE MARÇO DE 1987. **Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências**. Brasília, DF. 1987. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1987/dec_94076_1_987_programanacionalmicrobaciashidrograficas.pdf. Acesso em 12/06/2015.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). MILANEZ, Artur Yabe et al. **O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, nº 28, p. 3-36, set. 2008.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Embrapa Soja. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. GAZZONI, Décio Luiz. **O impacto do uso da terra na sustentabilidade dos biocombustíveis**. Londrina-PR. 2014

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília, DF: 2005a. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf. Acesso em: 30/6/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Publicado pelo CONDRAF como texto para discussão número 4 do NEAD/MDA em outubro de 2003. Revisado e republicado pela SDT/MDA. Brasília, DF: 2005b. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/SDT+MDA_000fbi2wrvh02wx5eo0sawqe3v5le2e4.pdf. Acesso em 28/07/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, DF: 2005c. (Série documentos institucionais 02-2005). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 2/7/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD**. Brasília, DF: 2003. Disponível em: http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf. Acesso em 09/10/2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BUARQUE, Sérgio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: projeto de cooperação técnica INCRA/IICA**. Brasília, 1999.

BUKHARIN, Nikolai. **O imperialismo e a economia mundial**. São Paulo, Abril Cultural: 1988.

BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, UNICAMP: 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2012. 809 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

CAMPOS, Janaina Francisco de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea. Una introducción a la Geografía**. Nueva edición ampliada. Barcelona: ediciones del Serbal, 2012.

CAROU, Heriberto Cairo. **The Duty of the Benevolent Master: From Sovereignty to Suzerainty and the Biopolitics of Intervention**. Alternatives: Global, Local, Political. July 2006, vol. 31 n°. 3, 2006. Disponível em: <http://alt.sagepub.com/content/31/3/285.full.pdf+html>. Acesso em 30/11/2013.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; MOURA, Cláudio Antônio de; COSTA, José Luiz Riani. **A questão ambiental demanda uma nova ordem mundial.** In: SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (orgs.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.* HUCITEC: São Paulo, 1997.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos: 1962.

CASTRO, Iná Elias de. Instituições e território. **Possibilidades e limites ao exercício da cidadania.** Geosul, Florianópolis, v. 18, nº 36, p 7-28, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13575/12448>. Acesso em 23/10/2013.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** 10ª ed. revista. Rio de Janeiro, Antares: 1984.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo.** 3ª ed. revista. Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1987.

CASTRO, Sérgio Duarte de. **Oportunidades e pontos críticos no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no estado de Goiás.** In: II Fórum de C & T no Cerrado: impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana de açúcar no território goiano. 2007, Goiânia. Anais. Goiânia: SBPC-GO, 2007. p. 29-38.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAGAS, André Luis; TONETO-JÚNIOR, Rudinei; AZZONI, Carlos Roberto 2008. **Teremos que Trocar Energia por Comida? Análise do Impacto da Expansão da Produção de Cana-de-Açúcar sobre o Preço da Terra e dos Alimentos.** Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), v.9, n.4, p.39-61, dezembro 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p39_61.pdf. Acesso em 07/08/2016.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas.** In: Crítica marxista nº 16. Revista do Centro de Estudos Marxistas (CEMAX) da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, Chesnais (org) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências.** São Paulo: Boitempo. 2005.

CHOMNSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982.

CLEMENTE, Evandro César. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP.** 2011. 353 f. Tese de (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **As crises econômicas e a teoria marxista.** Revista de Economia Mackenzie. Volume 7, nº 3, p. 96-180. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1553-9672-1-PB.pdf>. Acesso em: 23/09/2014.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. (Ed.). **Karl Marx: as crises econômicas do capitalismo.** São Paulo: Edições Populares, 1982.

CORAGGIO, José Luis. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção?** In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito chave da Geografia.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Simone Tomazi. **Introdução à Economia do Meio Ambiente.** in: Análise, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, p. 301-323, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia?** Coleção Trans. São Paulo: Editora 34. 1997.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** São Paulo: ícone, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-1012).** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2012.

DEL-ROIO, Marcos. **Breve nota sobre a teoria do imperialismo (1902 – 1916).** Revista Novos Rumos, nº 47, vol. 22. Marília. UNESP. 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2103>. Acesso em 23/02/2014.

DEREK, Gregory et al. **The dictionary of human geography.** 5 ed. Blackwell Publishers. United Kingdom. 2009.

DI GIOVANI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa, Campinas, Unicamp, nº 82, 2009.

DORETTO, Maria Lucia. **O estilo Luiz Biaggi de criar negócios. As lições do empresário pioneiro no etanol e na implantação de novas tecnologias**. São Paulo: gente, 2015.

DRUMMOND, Maria Claudia. **Comércio internacional e desenvolvimento sustentável**. Brasília. Senado Federal. Núcleo de Estudos e Pesquisas. 2014. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/comercio-internacional-e-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 9/6/2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Verbetes. **Planejamento**. In: SACHS, Wolfgang. (Org). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

ECHEVERRI, Rafael. **Principios básicos de la territorialidad rural y la economía del territorio**. Documentos de la Memoria: Veracruz (México). 2002.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: agropecuária, 1999.

ENGELS, Friedrich. **O Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESTEY, James Arthur. **Ciclos econômicos: sua natureza, causa e controle**. São Paulo: mestre Jow, 1965.

FAVARETTO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. in: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (ORGS.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. in: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIM, Antonio. (Ed.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: editora da Unicamp, 2005.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Nas redes da conservação: políticas públicas e construção social das microbacias hidrográficas.** Tese. Universidade Federal do Paraná. UFPR. Curso de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento. Curitiba, 1999.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos.** Campinas: Autores Associados, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **O metabolismo com a natureza.** Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.12, p.105-17. 2001.

FONTES, José Luiz. **O Projeto Microbacias em São Paulo. Principais resultados. O novo ciclo e suas respostas.** In: Seminário de recursos naturais e desenvolvimento rural: os projetos “microbacias” em São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, realizado em 10 e 11 de setembro – Cati / Campinas-SP, 2008.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mézáros e os limites absolutos do capital.** In: Revista Margem esquerda Nº14. São Paulo: Boitempo, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo.** In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). O Novo Desafio Imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 / Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7ª ed. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** Uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCINE, Andrea Batista. 2013. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul.** Ândrea Francine Batista. - Presidente Prudente: [s.n], 2013 276 f.

FRATINI, Eric. **ONU: historia de la corrupción.** España: Bubok, 2009.

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local.** Revista Ambiente & Sociedade. Ano IV. Nº 9. 2001.

FRIEEDEN, Jeffry. **Capitalismo global. História econômica e política do século XX.** Rio de JANEIRO: Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: paz e terra. 2000.

FUSHIMI, Melina. NUNES, João Osvaldo Rodrigues. 2011. **Geomorfologia do município de Presidente Prudente.** Revista Geográfica da América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/.../2617/2500. Acesso em 23/06/2012.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi. **Desenvolvimento, poder e perícia no rural paulista: o caso do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** 2013, 353 f. Dissertação de mestrado em sociologia. Programa de Pós-Graduação em sociologia. Universidade Federal de São Carlos.

GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi; MARTINS, Rodrigo Constante. **Estratégia interpretativa das relações de poder envolvidas no programa de microbacias hidrográficas do Estado de São Paulo.** Cadernos de campo: revista de ciências sociais. Unesp. FCLAr. N° 14 e 15. E-ISSN: 2359-2419 ISSN: 1415-0689. 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5170>. Acesso em 27/10/2014.

GERAS, Norman. Verbete. **Fetichismo.** In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. São Paulo: Zahar, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O inquérito: teoria e prática.** Oeiras: celta, 1994.

GIL, Fernando. **A convicção.** Porto: Campo das Letras, 2003.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. 349f. Tese. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente-SP.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Impactos da territorialização crescente do setor sucroalcooleiro no campo paulista.** 2013. Relatório de Pesquisa Trienal. Inédito.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Subsídios do conceito de espaço geográfico em Milton Santos e Roger Brunet para uma interpretação sobre a indissociabilidade entre espaço geográfico e território.** Revista Mato-Grossense de Geografia. Cuiabá-MT. v. 17, nº 1. p. 15 – 32. Jan – jun. 2016.

GOES, Tarcisio; MARRA, Renner. **A expansão da cana-de-açúcar e sua sustentabilidade.** Cnptia – EMBRAPA,2002. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Expansao_cana_Goes_000fjd7bwaq02wyiv809gkz51ll7qf66.pdf. Acesso em 23/05/2014.

GOLDEMBERG, José. **Ethanol for a sustainable energy future.** Science 9. February 2007: 315 (5813), 808-810. DOI:10.1126. Science.1137013, 2007.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 2006, 439 f. Tese de Doutorado em Geografia – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GOODMAN, Nelson. **Modos de fazer mundos.** Porto: Edições ASA, 1995.

GRANT, Robert. **Verbete. Nova direita.** In: OUTHWAIT, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Social do século XX** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 ed. rev. Campinas: Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia.** 2ª Ed. São Paulo: brasiliense, 1984.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Projects and operations. Map for results. Brazil, Latin America and Caribbean.** Disponível em: <http://maps.worldbank.org/lac/brazil>, acesso em 21/9/2014.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Corporação Financeira Internacional. **Estratégia de Parceria de Países para a República Federativa do Brasil. Exercício Fiscais: 2012 a 2015.** Washington, DC, USA. 2011. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2015/05/27/090224b0828b870e/1_0/Rendered/PDF/Brasil000Estra010per0odo0de02012015.pdf. Acesso em: 12/7/2014.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Un guia del Banco Mundial.** Washington, DC, USA, 2009. Madrid: mundi-prensa libros, 2009.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Región de América Latina y el Caribe. Departamento de Desarrollo Ambiental y Socialmente Sostenible. Sector Rural. **Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe.** Washington, USA, 2002. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/BIRD-llegando_a_los_pobres2002.pdf. Acesso em 30/55/2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Ano 07, nº 06, novembro/dezembro, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GUIMARÃES, Paulo Cesar Vaz. **Um estudo sobre o Banco Mundial e o desenvolvimento municipal.** 1993. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de administração de empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5338/paulo.guimaraes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/04/2014.

GUIVANT, Julia. **Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas.** Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, Austrália, 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Julia%20S%20Guivant.pdf. Acesso em: 2/4/2013.

HACHE, Emilie. **La responsabilité, une technique de gouvernementalité néolibérale?** Raisons politiques. Paris, v. 4, n. 28, p. 49-65, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2007-4-page-49.htm>. Acesso em 9/1/2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** Porto Alegre: 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso em 9/4/2012.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder.** São Paulo: contexto, 1991.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **Império.** Traducción: Eduardo Sadier. De la edición de Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2001.

HARDIN, Garret. **The tragedy of the commons.** Science, Vol. 162. 1968, pp. 1243-1248. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243>. Acesso em 23/09/2012.

- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. LOYOLA: São Paulo, 2010.
- HARVEY, David. **Espacios del capital: hacia una geografía crítica**. Madrid: Akal, 2007.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1990.
- HARRIS, Laurence. Verbete. **Keynesianismo**. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Social do século XX** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1996.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Manejo Sustentável de Recursos Naturais: o Programa de Microbacias Hidrográficas na Região de Presidente Prudente – São Paulo – Brasil**. X Colóquio Internacional de Geocrítica . Diez años de câmbios em el mundo, em la geografía y em las ciências sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona. 2008.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O Desenvolvimento rural na França e no Brasil: as experiências LEADER no centro oeste da Bretanha e do Programa de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo**. in: V Congresso Europeo CEISAL de latinoamericanistas. Las reacciones triangulares entre Europa y las Américas em el siglo XXI: expectativas y desafios. Bruxelas, 2007. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/URB/RUR-2-HESPANHOL.pdf>. Acesso em 13/9/2012.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O Programa Microbacias Hidrográficas e a Questão do Desenvolvimento de Territórios Rurais no Estado de São Paulo – Brasil**. Anais das 4tas Jornadas Internacionais de Estudios Agrarios e Agroindustriales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires - UBA, 2005.
- HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. V.5, nº.10, p. 123-147, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964/8247>. Acesso em 12/07/2014.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. **Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento**. Revista de Ciências Sociais, v.25, nº 1. 1986.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Território de diálogos possíveis**. in: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (orgs.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo**. Volume 5. O marxismo na época da terceira internacional: a revolução de outubro / o austromarxismo. Rio de Janeiro: paz e terra, 1985

HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

HOUTART, François. **A Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2010.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA) Representación del Brasil. **Desarrollo rural sostenible. Enfoque territorial : la experiência Del IICA em Brasil**. 2003. Disponível em: <http://argus.iica.ac.cr/Esp/organizacion/LTGC/DesRural/Publicaciones%20Desarrollo%20Rural/CUADERNO%20TECNICO%2022.pdf>. Acesso em: 29/04/2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Key world energy statistics**. Paris: Chirat, 2010. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/media/weo2010.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Key world energy statistics**. Paris: Chirat, 2014. Disponível em: <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/weio2014.pdf>. Acesso em 10/09/2014. Acesso em 12/09/2015.

IPCC, 2014. Climate Change 2014. **Mitigation of Climate Change**. Working Group III. Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. United Kingdom and New York, NY, USA. Disponível em: https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_full.pdf. Acesso em 12/09/2015.

JANK, Marcos. **Discurso feito na cerimônia de premiação do prêmio Top Etanol**. Disponível em: <http://www.unica.com.br/palavra-do-presidente/4303397592036406485/discurs0-feito-na-cerimonia-de-premiacao-da-1-por-centoC2-por-centoAA-edicao-do-premio-top-etanol/>. Acesso em: 28/08/2014.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'état em action: politiques publiques et corporatismes**. Paris: Universitaires de France, 1987. in: AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2001.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: nova cultural, 1977.

KLARE, Michael. **La nueva geografia de los conflictos internacionales**. Foreign Affairs. En Español, Verano. 2001. Disponível em: <http://www.idepe.org/pdf/GeografiaConflictos.pdf>. Acesso em: 18/02/2014.

KATZ, Claudio. **O debate sobre as ondas longas**. In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo ou crise do capital? 2ª ed. São Paulo: xamã, 2000.

KAUTSKY, Karl. **O imperialismo** (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KAUSTKY, Karl. **Dois artigos para revisão** (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAYSER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. in: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84. 2006.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação. Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2ª ed. São Paulo: expressão popular, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 12ª reimp.. São Paulo: Brasiliense, 2011.

KONDRATIEFF, Nikolai Dmyitriyevich. **The long waves in economic lifes**. The review of economics and statistics, Vol. 17, Nº 6 (Nov. 1935) p. 105 – 115. Disponível em: www.thenextlayer.org/files/Long%20In%20Economic%20Life.pdf, acesso em 10/5/2013.

KOSSMANN, Ingrid. **Com clima conturbado, ganham as corporações**. Cadernos de Biodiversidade, nº. 63, caderno 30, janeiro de 2010. Disponível em: www.grain.org/biodiversidad_files/biodiv-63-pt-caderno.pdf. Acesso em 23/09/2010.

KRUGMAN, Paul. **Development, geography, and economic theory**. Massachussets: MIT, 1997.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas : Papyrus, 2012.

LAGES, Vinicius et al. (Orgs.), **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: Sebrae, 2004.

LARRAIN, Jorge. Verbete. **Superestrutura**. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. São Paulo: Zahar, 2013.

LEITE, José Ferrai. **A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL. 1985.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. HUCITEC: São Paulo, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henry. 1991. **Lógica formal. Lógica dialética**. 5ª ed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: centauro, 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. 1982. **Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária**. Moscovo: Progresso. 1982

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Ed. Senac, 2ª ed., 2005.

LINS, Hoyedo Nunes. **Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo: o petróleo no vértice das tensões internacionais na primeira década do século XXI**. In: 3º encontro nacional. 2011. São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200028&script=sci_arttext. Acesso em 13/09/2014.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, 18, 1995.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social. Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/67389090/LUDKE->

[Menga-Pesquisa-em-educacao-abordagens-qualitativas-Sao-Paulo-EPU-1986](#). Acesso em: 7/3/2014.

LUTZENBERGER, José. **Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro**. Movimento: Porto alegre, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACIEL, Liliane Spegiorin. **Plano de Manejo da Microbacia Hidrográfica do Córrego da Onça II**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. São Paulo, 2005.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Contribuições de Itaipu no processo de integração regional**. 2013. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

MANHEIM, Karl. **Ideología y utopía. Introducción a la sociología del conocimiento**. Fondo del cultura de México. 1993.

MANZATTO, Celso Vainer et. al. (orgs). **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro**. Documentos n. 110. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSE, Herbert. **Algumas implicações sociais das tecnologias modernas**. New York: Oxford University Press, 1941.

MARRE, Jacques André Leon. **A construção do objetivo científico na investigação empírica**. Anais do Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná. Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MARTÍ, Albert Massot. La PAC, entre la Agenda 2000 y la Ronda del Milenio: **¿A la búsqueda de una política en defensa de la multifuncionalidad agraria?** in: Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros, n.º 188, 2008 (pp. 9-66). Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/ejemplar/19742>. Acesso em 23/11/2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Moedas e moedeiros (e um pintor na contramão)**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Rodrigo Constantino. **Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político institucional**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43, p. 249-266, 2005.

MARTINS, Rodrigo Constante; GAMEIRO, Mariana Bombo Perozzi Gameiro. **Crer ou saber? Os fenômenos da confiança e da perícia nas políticas públicas para o novo rural.** 36º Encontro anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8075&Itemid=76. Acesso 9/4/2014.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** Contexto: São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital.** Boitempo: São Paulo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital.** Boitempo: São Paulo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 5ª reimpressão. São Paulo: boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo: São Paulo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Patricia Francisca; PESSÔA, Vera Lucia Salazar. **Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária.** In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima. e PESSÔA, Vera Lucia. Geografia e pesquisa qualitativa. Nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MAY, Peter Herman. (org.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2009.

MAY, Peter Herman. **Economia do aquecimento global.** In: MAY, Peter Herman; Lustosa, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. Economia do meio ambiente: teoria e prática. 6ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MEADOWS, Donnela; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, Willian. **Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Comunicação científica.** Normas técnicas para redação científica. Atlas, São Paulo: 2008.

MENEZES, Tobias José Barreto de. **Etanol o combustível do Brasil**. São Paulo: Ceres, 1980.

MELLO-THÉRRY, Neli Aparecida de. **Política (e ação) pública, território e o papel da Geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/148/RAE2>. Acesso em: 12/03/2014.

MÉSZÁROS, Istvan. Verbete. **Renda da terra**. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. São Paulo: Zahar, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder de ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. **O século XXI. Socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MINOGUE, Kenneth. Verbete. **Liberalismo**. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). Dicionário do Pensamento Social do século XX Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1996.

MITCHELL, Wesley Clair. **Os ciclos econômicos e suas causas**. São Paulo: abril cultural, 1984.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Crise do capital global, natureza e agronegócio**. In: A questão agrária e conflitos territoriais. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs). São Paulo: outras expressões, 2016.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: hucitec: polis, 1984.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, SC: Edufsc, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Contabilidade ambiental e Geografia econômica**. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, Núm. 70, 2009, pp. 77-92. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rig/RIG070/RIG000007006.pdf>. Acesso em 12/08/2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia. **Pequena história crítica**. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ratzel: Geografia**. São Paulo, Ática. 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderlei Messias da. **A geografia e o processo de valorização do espaço**. In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1996.

MOREIRA, Ruy. **Contribuições da Geografia na construção de um projeto para o Brasil**. Palestra: III Seminário da pós-graduação em Geografia da UFJF. 27/10/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5Vlb9f_yMP4, acesso em 13/11/2014.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e geografia. A Geograficidade e o diálogo das Ontologias**. GEOgrafia. Ano 6 nº 11. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/140/135>. Acesso em 12/10/2015.

MOREIRA, Ruy. **Repensando a geografia**. In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1996.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: brasiliense, 1985.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. 1982. In: MOREIRA, Ruy (org.). Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

NAVARRO, Zander. **Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos “projetos microbacias” em Santa Catarina e São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo, 2008.

NAVARRO, Zander. **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. 2001a.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados da USP, Dossiê sobre o Desenvolvimento Rural, volume 15, nº 43, 2001b, p. 83-120.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O programa de microbacias hidrográficas no Estado de São Paulo: o caso do município de Assis**. 2009. 196 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: o Programa Estadual de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. 2013, 312 f. Tese de Doutorado em Geografia – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

O’CONNOR, James. **¿Es posible el capitalismo sostenible?** Papeles de Población [en línea] 2000, 6 (Abril-Junio). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11202402>. Acesso em 31/09/2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. 2012. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros. (Orgs.). São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org). **Para Onde Vai o Ensino de Geografia?** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX**. In: ROSS, Jurandir Sanches. Geografia do Brasil. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética**. In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da Geografia agrária: crítica ao estado isolado de Von Thünen**. Tese (Doutorado em Geografia). 1978, 489 f. Universidade de São Paulo. 1978.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Cebrap/Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão**. Revista Tamoios, Rio de Janeiro. V. I., nº 02, p. 33 – 38. 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf>. Acesso em: 10/04/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment.** (CHE). ONU. 1972. Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 5-16 June 1972 (United Nations publication, Sales No. E.73.II.A.14 and corrigendum. United Nations, New York, 1972 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>, acesso em: 25/4/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Report of the United Nations Conference on Environment and Development.** Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>, acesso em 8/3/2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. (FAO). **The state of food and agriculture.** Roma, 1972. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/017/c8930e/c8930e.pdf>. Acesso em: 9/10/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. (FAO). **La nueva ruralidad en Europa y su interés para América latina.** FAO. Unidad Regional de Desarrollo Agrícola y Rural Sostenible (LCSES) 2003.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditacion de la técnica y otros ensayos sobre ciencia y filosofia.** Madrid:Alianza Editorial, 1997.

ORTEGA, Antonio Cesar. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs.** in: Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol.45 nº.2. Brasília, 2007.

ORZEKOVSKI, Nei. **Relações de trabalho no assentamento Contestado (PR).** Contradições de classe e desafios analíticos. 2014. 105 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1996.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Devastação das matas no Estado de São Paulo.** Caderno Prudentino de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção de Presidente Prudente. 1982.

PARLAMENTO EUROPEU. Fichas técnicas sobre la Unión Europea. **El segundo pilar de la PAC: la política de desarrollo rural.** 2014. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/es/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.6.html. Acesso em: 8/9/2014.

PAULINO, Eliane Tomiazzi. **Políticas territoriais e Questão Agrária: da teoria a intervenção.** in: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli. (Orgs.) Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico.** In: ZIZEK, Slavoj. (Org) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PEET, Richard. **La maldita Trinidad: el fondo monetário internacional, el banco mundial y la organizacion mundial del comercio.** Espanha: Laetori editorial, 2011.

PEET, Richard. **Theories of Development. Contentions, arguments, alternatives.** New York: Guilford Press, 2009.

PEET, Richard. **Imaginários de desenvolvimento.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEPPER, David. **Socialismo ecológico: da ecologia profunda a justiça social.** São Paulo: instituto Piaget, 2000.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais.** Tempo Social. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 235-263, 2011.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro.** São Paulo: Civilização brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial em questão.** Estudos Avançados. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 355-383, 2006.

PEREIRA Junior, Edilson. **Território e economia política. Uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará.** 450f. Tese. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP. Presidente Prudente-SP. 2011.

PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAS JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica da mobilidade do capital na produção de celulose e papel em Três Lagos (MS).** Revista da ANPEGE, v. 9, n. 12, p. 55-69, jul./dez. 2013. ISSN 1679-768 X. DOI: 10.5418 / RA2013.0912.0004. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/296/RA12Txt04>. Acesso em: 18/07/2015.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Revista Econômica do Nordeste (REN). Volume 40, nº 03, julho/setembro de 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140. Acesso em: 03/09/2013.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC).** 2014. 360 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologias, universidade estadual paulista, Presidente Prudente.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A natureza da globalização e a globalização da natureza.** 6ª ed. São Paulo: civilização brasileira, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Cultura, natureza e território.** Conferência. ECOPOLAT 2014. Seminário de ecologia política na América Latina. Desafios teóricos e práticos. 13/11/2014. CPDA/UFRRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uhvs0WcOGcw>. Acesso em: 23/2/2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil.** Disponível em: <http://alainet.org/active/29607&lang=eshttp://alainet.org/active/29607&lang=es>. Acesso em: 21/09/2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.** 2011. Disponível em: http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf. Acesso em: 27/03/2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **O futuro que queremos.** Comitê facilitador da sociedade civil Catarinense. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>, acesso em 27/3/2013.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RACHED, Gabriel. **A evolução das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial no contexto das transformações internacionais.** 2010. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00496194/document>. Acesso em: 22/06/2014.

RASCHIATORE, Ricardo Alexandre; MOREIRA, Daniel Augusto. **Inovação na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.** Gestão & Produção, v. 13, nº 3, Set.-Dez. 2006.

RAFESTTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. e PESSÔA, Vera Lucia. **Geografia e pesquisa qualitativa.** Nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs). **A questão agrária e conflitos territoriais.** São Paulo: outras expressões, 2016.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMOS, Pedro. **Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno.** Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, nº 4. p. 559-585, Out. – Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000400006. Acesso em:28/07/2016.

REBÊLO JUNIOR, Manoel. **O desenvolvimento sustentável: a crise do capital e o processo de recolonização.** 2002. 213f. Tese. (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

RECLUS, Élisée. **A natureza da geografia.** in: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1985.

REPÓRTER BRASIL. Organização de Comunicação e Projetos Sociais. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. **O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Análise dos avanços e das lacunas do projeto oficial.** 2009. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/zoneamento_cana_reporterbrasil_out09.pdf. Acesso em: 28/08/2016.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **O Banco Mundial e as estratégias de desenvolvimento institucional para as cidades: primeiro, ideias, depois dinheiro.** XI Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. Disponível em: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2510/2472>. Acesso em 27/08/2015.

RIBEIRO, Renato Janine **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme.** Tempo Social, São Paulo, 11 (1), p. 189 – 195, maio de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a10>. Acesso em 12/03/2013.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**. In: Estudos avançados v. 24, nº 68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/08.pdf>. Acesso em: 23/4/2014.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Nova cultural, São Paulo: 1996.

RIECHMANN, Jorge. **Cuidar la T(tierra). Políticas agrárias y alimentarias sostenibles para entrar en el siglo XXI**. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.

ROBINSON, William; HARRIS, Jerry. **Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class**. Science & Society, New York, v. 64, n. 1, p. 11-54, 2000. Disponível em: http://www.net4dem.org/mayglobal/Papers/RobinsonHarris7_16.pdf. Acesso em 09/10/2014.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Política nas políticas. Um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: mauad, 2007.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica. Um estudo sobre os manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

SABANÉS, Leandro. **Manejo sócio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: um estudo comparativo dos projetos Paraná Rural e Microbacias**. Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS - Dissertação. Porto Alegre, 2002.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Org.) **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.

SACHS, Ignacy. **Barricadas de ontem, campos de futuro**. Estudos avançados. Nº 21 (59). Dossiê teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>. Acesso: 23/07/2016.

SACHS, Ygnacy. **A revolução energética do século XXI**. Estudos avançados. Nº 21 (59). Dossiê energia. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>. Acesso: 23/07/2016.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sutentável e sustentado**. Ed. Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo: vértice, 1986.

SACHS, Wolfgang. (Org). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 03/12/2015.

SCHNEIDER Sérgio; TARTARUGA, Iván Peyré. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais.** Raízes, revista de ciências sociais. Campina Grande. Paraíba. Vol. 23. Nº 1 e 2. Jan. Dez de 2004. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0015/5291/Schneider_e_Tartaruga_-_Sobre_o_conceito_de_territ%C3%B3rio.pdf. Acesso em 12/11/2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best seller, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise.** In Cadernos IPPUR (p.15-25), Ano XII, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** 4ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1996.

SÃO PAULO. (ESTADO). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997 de São Paulo. **Dispõe sobre a reorganização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas.** Disponível em: www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=9507. Acesso em 21/3/2007.

SÃO PAULO. (ESTADO). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 8.331 de 1º de julho de 1993. **Autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei%20n.8.331,%20de%2001.07.1993>. Acesso em 21/04/2006.

SÃO PAULO. (ESTADO). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto 27329/87. Decreto nº 27.329, de 3 de setembro de 1987. **Institui o programa Estadual**

de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e dá outras providências. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190058/decreto-27329-87>. Acesso em: 13/11/2012.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Nossa missão.** Institucional 2010. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/institucional.php>. Acesso em: 9/7/2012.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Retratos de uma transformação ambiental, econômica e social. Ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas 2000 – 2009.** CATI: São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** CATI. Seção Operativa- Incentivo ao Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, vº 3. São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Manual do Programa** – Seção Operativa. CATI: São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** CATI: São Paulo, 2000a.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** CATI, Seção Operativa: São Paulo, 2000b. (CD-ROM).

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de meio Ambiente. **Projeto Etanol Verde.** Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/files/2013/04/11-etanol-biodiesel-2012.pdf>. Acesso em 22/06/2016.

SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (ORGS.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** in: SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio; RIBAS, Alexandre Domingues. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 121-147.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia.** Roma: Programa de Seminários INEA. Instituto de economia. UNICAMP, Campinas: 1996.

SAUER, Sérgio; BORRAS, Saturnino. **‘Land grabbing’ e ‘Green grabbing’:** Uma leitura da **‘corrida na produção acadêmica’** sobre a **apropriação global de terras.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016. ISSN 1809-6271.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: cengage learning, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan Peyré. **Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais.** in: Revista de Ciências Sociais. Campina Grande: n. 1 e 2, jan-dez 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Business cycles. A theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process.** New York: McGraw-Hill Book Company, 1939.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. **Agricultura, ambiente y desarrollo sostenible.** In: A vueltas com la agricultura: uma actividade econômica necessária y marginada. SERRANO, José Antonio Segrelles (Org.). Instituto Alicantino de cultura Juan Gil-Albert. Colección Colectiva 7. 2010.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. **La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva em la Unión Europea, mito em América Latina.** Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía, nº 72, 2007, pp. 89- 99; Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo. Disponível em: <http://m.web.ua.es/es/giecryal/documentos/documentos839/docs/eria.pdf>. Acesso em: 7/9/2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: companhia das letras, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Armando Correa da. **Natureza do trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações.** Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Brasil. 1980.

SILVEIRA, Marcio Rogério. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** Tese. Doutorado – Geografia. UNESP. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SMITH, Neil. **Nature as accumulation strategy**. 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wpcontent/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf>. Acesso em: 23/04/2016.

SOBREIRO FILHO, José. WHITACKER, Guilherme Magon. **Models of rural development: the social and natural costs and studies of public sustainable management in Brazil**. Latin American Journal of management and sustainable development. 2014 Vol.1, No.4, pp. 251 – 270. DOI: [10.1504/LAJMSD.2014.067384](https://doi.org/10.1504/LAJMSD.2014.067384) Disponível em: <http://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/LAJMSD.2014.067384?journalCode=lajmsd>. Acesso em: 23/09/2015.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, José Gilberto de. **A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território. (A economia política do agronegócio)**. PRIMA FACIE, João Pessoa. V. 12, Nº 22. Ano 12. JAN-JUN, 2013. p. 1- 42. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/19136-35502-2-PB.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

SOUZA, Maria Adélia; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (orgs.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. HUCITEC: São Paulo. 1997.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEINBERGER, Marília. **A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território**. In: STEINBERGER, Marília (org.). Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013.

STONE, Diane. **Think tanks and policy advice in countries in transition**. Asian Development Bank Institute Symposium. Hanói, Vietnã. Aug.2005. Disponível em: <https://openaccess.adb.org/handle/11540/3624>. Acesso em 29/7/2014.

STOPPINO, Mario. Verbete. **Poder**. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Universidade de Brasília: Brasília, 1998.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia**. Revista GEOgraphia, Vol. 4, No 7 (2002). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense 2002. Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/search/authors/view?firstName=Dirce%20Maria&middleName=Antunes&lastName=Suertegaray&affiliation=Universidade%20Federal%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul&country=BR> Acesso em: 23/06/2012.

SUZIGAN, Wilson; SZMERECSÁNYI, Tamás József Károly (orgs.). **O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira**. História Econômica do Brasil Contemporâneo. 2ª ed. Revista. São Paulo: Hucitec: 2002.

SWEEZY, Paul. **Teoria del desarrollo capitalista. Principios de la economía política marxista**. F. C. E. España, Madrid, 1982.

SZMERECSÁNY, Tamás József Károly. **O Planejamento na Agroindústria Canavieira no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SZMERECSÁNY, Tamás József Károly. **Brazilian sugar and ethanol: fifty years of growth, crisis and modernization (1939-1989)**. Rivista Di Storia Economica, 9. 1991

TAVARES, Maria Conceição; SERRA, José. **Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente**. El trimestre económico, v. 23, n. 152, Cid hade do México, Fondo de Cultura Económica, 1971.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI**. Campo-território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em 30/9/2014.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas improdutivas e neutralização dos movimentos sociais**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>. Acesso em: 07/10/2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. GÓMEZ, Jorge Montenegro. **Continuidade do modelo de desenvolvimento rural no Brasil (1993-2003)**. Análise, nº 35. 2005. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf900/desenvolvimento-rural-brasil/desenvolvimento-rural-brasil.pdf>. Acesso em: 12/07/2015.

THOMPSON, Jhon. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Aloisio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia. Ano 1, nº 1. 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em 23/7/2011.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.

TURRA NETO, Nécio. **Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil**. RA E GA. v. 23 (2011), p. 340-375, Departamento de Geografia – UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/24843>. Acesso em 28/04/2014.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA DE AÇÚCAR (UNICA). **Relatório de sustentabilidade**. 2008. Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticia/2058997692036979688/unica-apresenta-primeiro-relatorio-de-sustentabilidade-gri-do-agronegocio-mundial>. Acesso em 03/08/2016.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA DE AÇÚCAR (UNICA). **Impacto de uso da terra pode frear produção de etanol**. Notícia UNICA. Boletim eletrônico, edição nº 2673, 29 de outubro de 2010.

VAINER, Carlos. **City ou polis?** In: ARANTES, Paulo Tadeu Leite (coordenador) – Anais do Seminário Internacional A Competição Interurbana na Era do Globalismo: contradições, riscos e benefício”, Viçosa, dezembro, 1998.

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. in: Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, Nº. 5, p. 5-19, Set. 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf. Acesso em: 24/7/2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro; Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural também precisa de “ações afirmativas”**. In: CONGRESSO DO AGRONEGÓCIO, 1., São Paulo, 2002b. Disponível em: <http://www.abag.com.br/brural.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2004.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento**. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29. Salvador, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso em 16/07/2014.

VEIGA, José Eli da. EHLERS, Eduardo. 2009. **Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural**. In: MAY, Peter (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2009

VEYRET, Yvete; Richemond Meschinot de. **Definições e vulnerabilidades do risco.** In: Veyret Yvete. (Org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto; 2007.

VIANNA JUNIOR, Aurélio. **Estratégias dos bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos.** Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIERIA, Maria Célia Azeredo. **Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: Evolução e Perspectivas.** Perspectivas do investimento 2007/2010. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

VINHA, Valéria da. **As empresas e o desenvolvimento sustentável: trajetória da construção de uma convenção.** In: Peter Herman May. (Org.). Economia do Meio Ambiente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau, ROMANOWSKI, Joana Paulin Romanowski. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 14, nº. 41, p. 165-189, jan. – abr. 2014. Disponível em:

<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12623&dd99=view&dd98=pb>.

Acesso em: 09/03/2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo.** In: GENTILLI, Pablo (Org). Globalização excludente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Guanabara: Rio de Janeiro, 1994.

WELZER, Harald. **Guerras climáticas. Por qué mataremos (y nos matarán) en el siglo XXI.** Madrid: Katz, 2010.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo.** trad. FERREIRAS, Roberto Leal. Campinas: ed. Papyrus, 1998.

WHITAKER, Dulce. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes.** São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista.** Biblio3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XX, núm. 1.135. 15 de octubre de 2015. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1135.pdf>. Acesso em 23/08/2016.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Multifuncionalidade rural na “Montaña de Alicante”:** quem ganha e quem perde com o desenvolvimento sustentável. GeoGraphos [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de febrero de 2016, vol.

7, nº 83, p. 36- 65. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/guilherme-whitacker.pdf>. Acesso em 23/08/2016.

WOODS, Michael. **Developing Europe's rural regions in the era of globalisation (DERREG) - An interpretative model for better anticipating and responding to challenges for regional development in an evolving international context.** Aberystwyth University, 2009. Disponível em: http://www.derreg.eu/system/files/derreg_bull2_FINAL.pdf. Acesso em 26/8/2014.

WORLD BANK. **Implementation completion and results report (IBRD-42380) on a loan in the amount of US\$55.0 million equivalent to the state of São Paulo for a land management project.** Washington, USA, 2009. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2009/08/10/000333038_20090810003013/Rendered/PDF/ICR6760P0064741LIC0disclosed0816191.pdf. Acesso em 21/12/2012.

WORLD BANK. Development Outreach. World Bank Institute. **Biofuels Big potential for some... but big risks too.** 2008. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTOGMC/Resources/Biofuel_Dev_Outreac_Oct_2008.pdf. Acesso em 23/09/2015.

WORLD BANK. **World development report 2008: agriculture for development.** Washington, D.C.: The World Bank, 2008. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR_00_book.pdf. Acesso em 30/06/2014.

WORLD BANK. **Agriculture, Rural Development, and Pro-poor Growth: Country Experiences in the Post-Reform Era.** The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. Washington, USA, 2005. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/PPG_final.pdf. Acesso em: 05/10/2014.

WORLD BANK. **Country assistance strategy for Brazil, fiscal year 2004 - 2007.** Washington, USA. The World Bank, 2003. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/country/brazil/whats-new?qterm=&docty_exact=Country+Assistance+Strategy+Document. Acesso em 21/07/2014.

WORLD BANK. **Decentralization: A New Strategy for Rural Development.** In: Agriculture e natural resources. Toward sustainable productions systems and rural poverty reductions. Number 1. August 1995. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/12/11/000094946_0110260401561/Rendered/PDF/multi0page.pdf. Acesso em: 7/9/2014.

WORLD BANK. **Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics.** Washington, D.C., The World Bank, 1991. <http://documents.worldbank.org/curated/en/165691468764407823/Proceedings-of-the-World-Bank-annual-conference-on-development-economics-1990>. Acesso em: 09/07/2014.

WORLD BANK. Brazil - **The management of agriculture, rural development and natural resources.** Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/131811468744099705/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em 21/10/2015.

WORLD BANK. **World Development Report – 1983.** New York, The World Bank and Oxford University Press, 1983. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5966/WDR%201983%20-%20English.pdf;sequence=1>. Acesso em: 09/07/2015.

ZIZEK, Slavoj. (Org). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel Teixeira. **Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos.** In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Orgs.). A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

2 - Informações referentes ao PEMH

2.1 - Qual o discurso oficial sobre o PEMH dos órgãos responsáveis pela sua implementação?

2.2 - Quantos produtores associados foram beneficiados pelo PEMH em Presidente Prudente?

2.3 - Quantos na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II?

2.4 - Quais os incentivos recebidos do PEMH pelos produtores rurais associados?

2.5 - Como você vê, de maneira geral, os resultados do PEMH?

2.6 - Os resultados do PEMH foram:

Em relação aos aspectos sociais: () *Positivos* () *Negativos*

Em relação aos aspectos políticos: () *Positivos* () *Negativos*

Em relação aos aspectos econômicos: () *Positivos* () *Negativos*

Em relação aos aspectos naturais: () *Positivos* () *Negativos*

2.7 - Você conhece o processo de implementação do PEMH na microbacia do Córrego da Onça II?

() *Sim*

() **Não*

* Desconsiderar as perguntas 2.8, 2.9, 2.10 e 2.11.

2.8 - Na Microbacia do Córrego da Onça II, como foram organizados os trabalhos de mobilização dos produtores?

2.9 - Como eles participaram do programa?

2.10 - Quais foram os principais desafios?

2.11 - Em relação à questão “desenvolvimento rural” o PEMH pode ser classificado como:

() *Local*

() *Regional*

() *Territorial*

2.12 – Quais os principais problemas do PEMH?

() *Considerar a homogeneidade rural* () *Todos*

() *Implementação homogênea* () **Outros*

() *Não manter a população rural* () *Nenhum*

**Especificar* _____

2.13 - O sistema de organização e gestão *bottom up* funcionou:

() *Bem*

() *Mal*

Por quê? _____

2.14 - O PEMH contribuiu para melhorar a gestão do campo, incluindo a gestão dos recursos naturais?

() *Sim*

() *Não*

2.15 - Em que medida o PEMH contribuiu para aumentar a competitividade do setor agrícola e/ou pecuário na Microbacia do Córrego da Onça II?

2.16 - Houve implementação de práticas de manejo e conservação do solo e da água, executadas pelos produtores com incentivo do PEMH?

() *Sim*

() *Não*

2.17 - Na sua opinião, a implementação do PEMH contribuiu, de alguma forma, para o desenvolvimento rural na Microbacia do Córrego da Onça II?

() *Sim*

() *Não*

4 - Informações referentes a desenvolvimento territorial rural sustentável

4.1 - Existe um modelo de desenvolvimento apropriado ao campo na atualidade?

() **Sim*

() *Não*

**Qual seria?* _____

4.2 - Qual sua opinião por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável.

4.3 - Como você vê a questão do desenvolvimento alicerçado em bases territoriais como forma de organização e planejamento para o campo?

4.4 - A incorporação capitalista de propostas, antes alternativas, como a agroecologia, não demonstra que o capitalismo pode se adequar a novas demandas de consumidores de produtos agrícolas?

4.5 - O PNUMA intensifica ações em prol da economia verde chamando produtores a trabalharem com preservação de recursos naturais. Comente sobre isso.

4.6 - Qual o tipo de política pública necessária para o desenvolvimento rural na Microbacia do Córrego da Onça II?

() *Geração de emprego*

() *Educação*

() *Saúde*

() *Preservação natural*

4.7 - É possível um modelo de desenvolvimento rural que compartilhe as necessidades de produção e conservação de recursos naturais?

() *Sim*

() *Não*

4.8 - Qual a relação entre o desenvolvimento no campo e a preservação de recursos naturais?

4.9 - O desenvolvimento no campo está relacionado a melhorias tecnológicas?

() *Sim*

() *Não*

4.10 - O espaço rural pode contribuir para o enfrentamento de crises?

() *Sim*

() *Não*

4.11 - A internacionalização do mercado favorece o desenvolvimento rural?

() *Sim*

() *Não*

Informações solicitadas junto a representantes da CATI¹³⁹

1 – No município de Presidente Prudente, quantos projetos de microbacias foram implementados?

2 - Quais os critérios que levaram a escolha da microbacia hidrográfica do Córrego Da Onça II?

3 - Em que ano foram iniciados e concluídos os trabalhos na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II?

4 - Quais os objetivos estabelecidos pelo PEMH no projeto de microbacia hidrográfica do Córrego Da Onça II?

4.1 - Os objetivos foram atingidos?

4.2 - Por quê?

5 - Como foram mobilizados os produtores da microbacia em relação à participação no programa?

6 - Como foi a participação dos produtores da microbacia?

7 - Quais os incentivos adquiridos pelo PEMH para os produtores rurais?

7.1 - Individuais:

7.2 - Coletivos:

8 - Quais ações do PEMH foram implementadas?

9 - Houve o envolvimento de outras instituições no PEMH?

10 - Em sua opinião, quais os pontos positivos do PEMH?

11 - Em sua opinião, quais os pontos negativos do PEMH?

12 - Como os produtores rurais se mobilizaram para conseguir os incentivos coletivos?

13 - Com relação às Áreas de Preservação Permanente, no momento de execução do PEMH, existia o cumprimento da legislação por parte dos produtores rurais?

14. O programa estimulou o fortalecimento da associação de produtores rurais?

Sim () – *de que forma?*

Não () – *por quê?*

Local da entrevista: Casa da Agricultura de Presidente Prudente. Av. Coronel José Soares Marcondes 2447. Presidente Prudente-SP.

¹³⁹ Formulário aplicado a integrantes da equipe de execução do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas na microbacia do Córrego da Onça II, distrito de Montalvão, município de Presidente Prudente-SP.

Informações solicitadas junto ao representante da ASCICAMPP¹⁴⁰

1.1 - Existe, no estatuto da associação, alguma referência à:

- () *preservação de recursos naturais nas propriedades dos associados*
- () *melhoria de renda dos associados*
- () *estimulo ao envolvimento político dos associados*

1.2 - Quais os maiores problemas enfrentados pela associação?

1.3 - Quais os maiores problemas enfrentados pelos produtores associados?

1.4 - Quais ações são realizadas para conscientizar os trabalhadores em torno de seus direitos?

1.5 - Quais ações são realizadas para aumentar o número de associados?

1.6 - Qual a relação da associação com órgãos de desenvolvimento rural do Estado de São Paulo?

1.7 - Qual a importância das políticas públicas do governo do Estado de São Paulo na visão da associação?

1.8 - De quais programas do governo do Estado de São Paulo a associação já participou?

1.8 - Participa de algum atualmente?

1.9 - Qual das ações do governo do Estado de São Paulo possui mais importância na visão da associação:

- () *Apoio aos jovens;*
- () *Garantia de produção de alimentos;*
- () *Garantir competitividade;*
- () *Distribuição de recursos de forma equitativa;*
- () *Proteger os recursos naturais;*
- () *Manter a população rural no campo;*
- () **Outra*

**Especificar*

Locais das entrevistas: Propriedades rurais na microbacia do Córrego da Onça II, distrito de Montalvão.

¹⁴⁰ Formulário aplicado junto a dirigentes da ASCICAMPP.

Anexo II – Mapa original (reduzido) das intervenções na microbacia hidrográfica do Córrego da Onça II (CATI, 2005)

